Jonatas Reichert



35 ANOS DE HISTÓRIA DA LUTA CONTRA O TABAGISMO NO PARANÁ

[*Memória*]

Jonatas Reichert

35 ANOS DE HISTÓRIA DA LUTA CONTRA O TABAGISMO NO PARANÁ

[*Memória*]

SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE DO PARANÁ
SUPERINTENDÊNCIA DE ATENÇÃO À SAÚDE

Jonatas Reichert

35 ANOS DE HISTÓRIA DA LUTA CONTRA O TABAGISMO NO PARANÁ

[*Memória*]

PARANÁ. Secretaria de Estado da Saúde do Paraná.
Superintendência de Atenção à Saúde.
35 anos de história da luta contra o tabagismo no Paraná: memória/Jonatas Reichert . – Curitiba: SESA, 2015.
240 p.

Nota: História do Programa Estadual para o Controle do Tabagismo
1. Tabagismo – Paraná – História . 2. Reichert, Jonatas. I. Título.

CDD: 613.85

©2014. É permitida a reprodução total ou parcial desta obra, desde que citada a fonte.

Secretaria de Estado da Saúde do Paraná
Rua Piquiri, 170 – Rebouças
CEP: 80.230-140
Tel. (41)3330-4300
Tiragem: 1.500 exemplares
Catalogação na fonte: SESA/ESPP/BIBLIOTECA

www.saude.pr.gov.br

CURITIBA - PR - SESA - 2015

Sumário

Apresentação 8
Prefácio 10
Introdução 14

SEÇÃO I

História 18

O Início 18
Programa Estadual para o Controle do Tabagismo (PECT) 21
Estrutura do Programa e sua abrangência 23
Indicação e Greve do Fumo – Jornalista Adherbal Fortes de Sá Júnior 24
Lei estadual nº 2/1980 – Deputado Fabiano Braga Cortes 28
Projeto de Lei nº 3.546/1980 – Deputado Igo Iwant Losso 28
Contribuição do Diretório Acadêmico Nilo Cairo (DANC) 28
Associação Paranaense contra o Fumo (APCF) 29
Ata da Fundação 30
Reforma do Estatuto 31
Galeria dos Ex-Presidentes 31
Seminário "Fumo ou Saúde" 31
Considerações sobre o resultado prático do Seminário 33
Outras estratégias na divulgação dos malefícios do fumo 34
Meias Maratonas Antifumo em Curitiba 35
Provas de Atletismo 35
V Meia Maratona Antifumo do Paraná 37
Sinopse dos Eventos realizados de 1980 até 1993 37
Dia Nacional contra o Fumo – 29 de Agosto 38
Lei Municipal nº 7.298/1988 – Vereadora Dra. Rosa Maria Chiamulera 39

Descentralização 38

Descentralização das Ações de Controle do Tabagismo no Paraná 38
Criando uma Rede Municipal 40
Reconhecimento do Ministério da Saúde 40
Regionalização – a caminho da criação de Programas Municipais 41
O Professor e o Médico como Modelos Fortes no Combate ao Tabagismo 41
Ações das Regionais de Saúde – Dia Mundial sem Tabaco 43
SESA/PR – ações em datas pontuais comemorativas 56
Capítulo Paranaense do Comitê Coordenador do Controle do Tabagismo no Brasil 57
Centro de Referência Pioneiro para o Tratamento do Tabagismo em Curitiba (*Smoke.Free*) 58
Projeto de Municipalização das Ações do Controle do Tabagismo – Propostas do Paraná 58
Resultado das Atividades do Programa de Descentralização – SESA/PR 60

Novos Rumos 63

Programa Estadual para o Controle do Tabagismo no Paraná 63
Programa de Controle do Tabagismo e outros Fatores de Risco – Ministério da Saúde 64
Meta 3 – Controle do Tabagismo 65
Comissão Estadual de Controle do Tabagismo 65
Programa Estadual para o Controle do Tabagismo – nova fase 67
Contribuição da Sociedade Paranaense de Tisiologia de Doenças Torácicas 68
Dia Mundial sem Tabaco, 2004 – Shopping Estação 70
Dia Mundial sem Tabaco, 2005 – Memorial de Curitiba 71
Dia Nacional contra o Fumo, 2005 – Praça Oswaldo Cruz 72
I Fórum Tabagismo, 2005 – Associação Médica do Paraná 73
Palestra no Hospital de Clínicas, 2006 – Dr. Ricardo Henrique Sampaio Meirelles (INCA) 73
Dia Nacional contra o Fumo, 2007-2012 – Boca Maldita 74
Dia Mundial sem Tabaco, 2007 – US Santa Felicidade 75
II Fórum Tabagismo, 2008 – Conselho Regional de Medicina 76
Dia Mundial sem Tabaco, 2008 – Praça Rui Barbosa 76
Contribuição de Londrina para o controle do tabagismo 77
Contribuição de Foz do Iguaçu na luta antitabágica do Paraná – Dra. Bárbara Barros Arco Verde 77
Movimento dos Fumicultores de Irati – Audiência Pública 78
Leis nº 7.192/2006 e nº 10.975/2008 – Vereadora Marly Martin Silva 79
Contribuição do Conselho Regional de Medicina/PR 79

Lutas e vitórias 81

Lei Antifumo – Lei Municipal nº 13.254/2009 81
Ambientes 100% Livres de Tabaco no Paraná – Lei Estadual nº 16.239/2009 84
Ações Preliminares ao Sancionamento 84
Audiências Públicas 87
Comissão de Saúde Pública da ALEP 88
Sancionamento da Lei 89
Papel da Vigilância Sanitária Estadual no cumprimento da Lei 96
Contribuições da 6ª Regional de Saúde – União da Vitória 97
Contribuições do Ministério Público do Trabalho do Paraná 98
Contribuições do Ministério Público do Meio Ambiente do Paraná 99
Contribuições da Igreja Adventista do 7º Dia 100
Contribuições do Departamento de Estudos Sócio Econômicos Rurais (DESER) 102
Contribuições da Universidade Estadual de Maringá 102
Hospitais de Curitiba – ambientes 100% Livres do Tabaco 104
Hospital Espírita de Psiquiatria Bom Retiro 104
Hospital Universitário Cajurú 105
Hospital Nossa Senhora das Graças 107
Hospital São Lucas 109
Hospital Universitário Evangélico de Curitiba 109
Hospital de Clínicas da Universidade Federal do Paraná 110
Associação Paranaense Contra o Fumo 111

Contexto atual 113

Projeto Diretrizes da Associação Médica Brasileira:
"Evidências Científicas sobre Tabagismo para Subsídio ao Poder Judiciário 113
Apoio do Paraná na elaboração e divulgação 113
Programa Estadual para o Controle do Tabagismo no Paraná 115
Abrangência e Resultados 115
Política de atenção à pessoa tabagista 118
Atividades desenvolvidas no DEPS 119
Atividades desenvolvidas na SESA 120
Dados epidemiológicos sobre Tabagismo (2014) 122
Tratamento à Pessoa Tabagista 123
Leis que determinam Ambientes 100% Livres de Tabaco 123
Ações da SESA/PR – Prevenção 123

Conclusão 124

APÊNDICE 128

SEÇÃO II 168

Relato dos Principais Eventos Nacionais – A caminho do PNCT 168
Comitê Coordenador do Controle de Tabagismo no Brasil 172

DEPOIMENTOS 176

Jayme Zlotnik 176
Teresinha Jensen 181
Iludia do Rocio Rosalinski 183
Waldemar Oswaldo Bianco 184
Antonio Pedro Mirra 185
Vera Luiza da Costa e Silva 186
Tania Cavalcante 192
Adriana Pereira Carvalho e Paula Johns 195
Ezequias Losso 200
Santiago Losso 201
Silvio Magalhães Barros II 206
Miguel Dante Losso 207
Roseni Terezinha Florêncio 209
André Ribeiro Langowiski 210
Ariovaldo Lopes 212
João Alberto Rodrigues 214
Luci Iolanda Bendhack 216
Hugo Moraes Junior 218
Alcides Prantes Junior 219
Saint-Clair Honorato Santos 224
Ana Margarida F. A. Rosemberg 226
Rosa Maria Chiamulera 229
Mario Maranhão 229
Odailson Elmar Spada 231
Eliana Champion 232
Fernando Geraldo Demário 233
Fernando Sielski 235

Apresentação

MICHELE CAPUTO NETO
Secretário de Estado da Saúde

Uma das principais funções dos profissionais de saúde é alertar sobre os efeitos nocivos que alguns hábitos podem proporcionar à vida das pessoas. O habito de fumar é, com certeza, um dos que mais traz danos à saúde. A constatação de que o cigarro contém substâncias tóxicas e que pode provocar mais de 50 doenças graves já é de conhecimento da grande maioria da sociedade, no entanto, ainda convivemos com um número significativo de fumantes.

O Paraná foi pioneiro na luta contra o tabaco e no alerta sobre seus efeitos na saúde da população. Além de estudos mostrando a relação entre tabaco e doenças, o Estado avançou com a criação de leis para proteger seus cidadãos que não fumam e para conscientizar os fumantes de que o vício é uma doença que pode ser tratada.

O livro que apresentamos relata essa trajetória de luta dos profissionais para tornar o Paraná um estado livre da fumaça do tabaco. Uma história que começou quando poucos ousavam questionar o poder da indústria que movimenta bilhões, mas que onera o estado numa proporção muito maior em tratamentos complexos de saúde, além de matar cerca de 5 milhões de pessoas por ano no mundo em decorrência de doenças relacionadas ao uso do tabaco.

Parabenizamos a iniciativa de todos os profissionais de saúde que seguem alertando a população sobre a toxidade do cigarro e, em especial, agradeço à Teresinha Jensen, educadora em saúde que manteve um arquivo de documentos e ilustrações fotográficas antevendo a construção de uma memória, e ao Dr. Jonatas Reichert pelo trabalho de resgate da história dos 35 anos de combate ao tabagismo no Paraná.

Que a história relatada neste livro possa transformar mais pessoas para a adoção de hábitos saudáveis e para a promoção da saúde. A vida vai longe sem tabaco!

Prefácio

PROF. DR. OSCAR ALVES
Ex-Secretário de Estado da Saúde

> *A Bíblia diz: "Deus concedeu dons a cada um de vocês, dentre a sua grande variedade de dons espirituais. Administrem-nos bem, para que a generosidade de Deus flua por meio de vocês. Vocês são chamados para ajudar aos outros? Ajudem com toda a força e energia com que Deus lhe supre."*

Sinto-me honrado em prefaciar esta obra magnífica em que o médico idealista e grande guerreiro pela saúde das pessoas Dr. Jonatas Reichert resgata a história de tantas lutas e conquistas nessa guerra pela saúde da população. Ele próprio esclarece o objetivo principal da obra: "a divulgação destes registros, resgatando fatos, alguns pouco conhecidos, fazendo uma justa homenagem a grandes líderes do passado e dando destaque aos que ainda atuam de forma eficiente até hoje, doando sua competência e experiência acumulada durante trinta ou mais anos."

No segundo governo de Ney Braga, março de 1979, assumi a Secretaria Estadual de Saúde e Bem Estar Social do Paraná (SESB), por indicação do Vice-Governador Dr. José Hosken de Novaes, com quem trabalhei quando fui Reitor da Universidade Estadual de Londrina, de junho de 1974 a junho de 1978. Formamos uma equipe de profissionais competentes, talentosos, dedicados e idealistas e procuramos servir ao povo do nosso Estado, com Programas de prevenção e recuperação da saúde, na área da saúde pública e de promoção, desenvolvimento e de inclusão social, na área social.

Foi assim que ao iniciarmos a nossa gestão na Secretaria fui procurado pelo médico funcionário e professor de Otorrinolaringologia da Universidade Federal do Paraná (UFPR), Jayme Zlotnik que me sugeriu a SESB, em nome do Estado do Paraná, assumir, como um dos pioneiros da Federação, uma posição pública, no combate ao tabagismo. Destarte, foi o que fizemos e lhe propus que organizasse um Programa em nível estadual a ser desenvolvido pela Secretaria.

O Dr. Jayme Zlotnik reuniu-se com diversos professores de medicina da UFPR, das áreas mais relacionadas com estudos e tratamentos dos males causados pelo fumo e, assim, com participação eficiente desses renomados mestres da medicina foi elaborado o Programa Estadual de Combate ao Fumo. Esse programa foi oficializado pela SESB por meio da nossa Resolução número 62, de 19 de junho de 1979, e com uma comissão responsável para desenvolve-lo, liderada pelo doutor Jayme Zlotnik e acrescida pelo jornalista Adherbal Fortes Sá Junior, que pelo seu talento contribuiu extraordinariamente nas campanhas e divulgação do Programa, inclusive sendo o idealizador da primeira "Greve contra o Fumo", realizada no dia 29 de agosto de 1980, com o tema: "Fumo ou Saúde", executada pelos dirigentes do Programa, estimulando as pessoas fumantes que deixassem de fumar durante uma hora, além da realização da meia maratona, organizada pela Federação de Atletismo Paranaense. O sucesso desse evento resultou na coleta de cerca de 148 mil assinaturas de pessoas que solicitavam a proibição da propaganda do fumo na mídia, e foram encaminhadas para as autoridades federais. Outra consequência desse evento foi a lei federal número 7.488, de 11 de junho de 1986, instituindo o dia 29 de agosto o DIA NACIONAL DE COMBATE AO FUMO,

de autoria do deputado federal do Paraná Ítalo Conti, que apresentou o projeto na Câmara Federal no dia 21 de agosto de 1980, com o número 3.464, e que na sua justificativa relata o motivo de fazer justa homenagem ao movimento pioneiro que estava convocando o povo para a primeira greve contra o fumo e relata, ainda, a iniciativa da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná que aprovou a Lei Estadual número 02/80 e a promulgou no dia 07 de julho de 1980, proibindo fumar nos veículos de transporte coletivo intermunicipal e no interior de estabelecimentos de ensino público estadual.

Esse movimento tomou conta da sociedade paranaense e se organizou, então, no dia 06 de fevereiro de 1981 a Associação Paranaense de Combate ao Fumo, constituída sua diretoria como Secretário Geral o Dr. Jayme Zlotnik, Secretário Executivo o jornalista Adherbal Fortes Sá Junior e como Secretário Adjunto o professor Dr. Leo Choma.

Múltiplos trabalhos científicos, que indicavam os malefícios causados pelo fumo à saúde das pessoas foram iniciados no Brasil, publicado o primeiro na Gazeta Médica do Rio de Janeiro pelo médico Dr. Torres-Homem, em 1863: "O abuso do tabaco como causa de angina do peito" e logo após o médico Dr. Francisco Furkin Werneck de Almeida, em 1869, apresenta sua tese de doutorado, na Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro: "Do uso do tabaco e de sua influência sobre o organismo". Muitos pesquisadores solidificaram os conhecimentos de que o uso do fumo causava transtornos à qualidade de vida das pessoas e muitas vezes irreversíveis e outras vezes a morte precoce. Mas foi com as publicações do médico professor José Rosemberg, especialmente, o seu trabalho: "Tabagismo – sério problema de saúde pública," laureado pela Academia Nacional de Medicina, com o prêmio Azevedo Sodré, e, também, com os programas estaduais e alguns municipais de combate ao tabagismo, que as autoridades públicas resolveram enfrentar esse problema sério de saúde pública.

Nos meios governamentais havia uma constante polêmica entre os seus componentes, os agentes públicos ligados à área financeira olhavam a extraordinária arrecadação de impostos, onde a produção e a comercialização do fumo tinham papel importante, mas aqueles agentes da área da saúde viam as consequências danosas para a saúde das pessoas, nos aspectos humanos, sanitários e, também, de custos financeiros elevados. Ainda tinham e têm significativa influência os lobbies a favor da produção, da industrialização e da comercialização do fumo, exercida nas casas legislativas dos três níveis da federação e, principalmente, junto aos membros dos diversos poderes, procurando impedir iniciativas de leis que dificultem o uso do fumo pelas pessoas, especialmente entre menores. Desse modo é necessário destacar e dar o devido valor àqueles que lutaram e lutam para conseguir efetivar a aprovação de leis municipais, estaduais e federais, assim como, fazê-las cumprir e não regredirem por ação judicial.

Entre os anos 1983 a 1987 fui deputado federal pelo Paraná e travamos luta permanente nas comissões de educação e de saúde para uma educação de qualidade e melhor saúde para a nossa população. Fiquei frustrado pelos insucessos de muitas iniciativas, especialmente, pelo poder dos Lobbies, um dos mais poderosos era o que defendia a indústria do fumo. Assim, quando o Deputado Carlos Santana, que era presidente e eu vice-presidente da Comissão de Saúde da Câmara dos Deputados, foi nomeado Ministro da Saúde lhe sugeri a criação de um Grupo de Assessoria para estudar e apresentar um projeto de lei ao Presidente da República para enviá-lo ao Congresso Nacional, forma de tentar viabilizar uma lei federal. O Ministro cumpriu sua promessa e assim o fez, constituiu esse Grupo, do qual fiz parte, como representante da Comissão de Saúde da Câmara, também elaborou o referido projeto de lei, somente não foi enviado ao Congresso, creio que pela ação das "forças ocultas".

O Dr. Jonatas Reichert foi muito feliz ao compor esse importante livro quando destaca sua secção da História e depois descreve a Descentralização das ações de combate ao tabagismo no Paraná, como uma estratégia exitosa e produtiva, ainda atualiza a importância do Programa Estadual para o Controle do Tabagismo, assim como as ações do Ministério da Saúde, descreve as diversas sociedades médicas e da comunidade paranaense que continuaram essa luta e as Leis Municipais, Estaduais e Federais e conclui magnificamente com os depoimentos de líderes e profissionais que se destacaram na luta contra o tabagismo.

Quero encerrar minhas palavras citando o autor Dr. Jonatas Reichert, que ao concluir sua excelente obra diz: "...subsidiará gestores, profissionais e estudantes acerca desta discussão, bem como, no apoio técnico às ações de prevenção e controle do uso do tabaco e um estímulo para a perseverança nesta luta".

Introdução

JONATAS REICHERT
Coordenador



Professor Affonso B. Tarantino, o autor e José Rosemberg
Acervo do autor

O conhecimento sobre os danos à saúde causado pelo tabaco é antigo e o que a literatura médica tem revelado nos últimos 50 anos são extraordinariamente abrangentes e fidedignos, sempre embasados em dados científicos sérios apoiados em forte grau de evidência.

Segundo o levantamento da história da luta antitabágica no mundo e Brasil, divulgado pelo Professor José Rosemberg, observações médicas relatando indícios da relação do tabaco com a gênese de doenças não são recentes.

Atualmente, 56 são as doenças conhecidas relacionadas ao tabaco, distribuídas em três grandes grupos: as das doenças respiratórias, doenças cardiocirculatórias e as neoplásicas.

O Professor José Rosemberg foi o grande líder científico na luta contra o tabagismo. Foram inúmeras contribuições em toda a sua vida profissional. Escreveu muitas obras literárias, perpetuadas em livros e artigos, para renomadas revistas médicas. Destacamos alguns livros como "Pandemia do Tabagismo" e "Nicotina – Droga Universal". Porém, o seu tratado "Tabagismo – sério problema de saúde pública" com toda a propriedade inaugurou a literatura nacional moderna no tema Tabagismo. Na sua primeira divulgação, esta obra foi laureada com o prêmio Azevedo Sodré, 1978, pela Academia Nacional de Medicina. Na 1ª edição impressa como tratado, em 1981 (Almed), é impressionante a abrangência dos temas, a ponto de Edmundo Blundi, Professor de Doenças Pulmonares do Centro de Ciências Médicas e Biológicas da PUCRJ, citar como "obra completa" ao prefaciar o livro com 20 capítulos, 5 anexos e 888 referências bibliográficas. Ministrou aulas e conferências até os 95 anos de idade com notória lucidez.

Em 2005, durante o I Congresso de Tabagismo da Sociedade Brasileira de Pneumologia e Tisiologia no Rio de Janeiro, presidido por Ricardo H.S. Meirelles (pneumologista, presidente da Comissão de Tabagismo SBPT), o Professor Rosemberg fez a sua última participação em congressos ao lado do seu "amigo de infância", o Professor Affonso Berardinelli Tarantino, autor de livros clássicos em pneumologia, formado no Instituto Forlanini na Itália, professor de Pneumologia no RJ e membro da Academia Brasileira de Medicina. No dia 11 de junho de 2005, durante o V Congresso de Asma e I de Tabagismo da SBPT, no Rio de Janeiro, saudou, em discurso, o amigo José Rosemberg entregando o Prêmio "Excelência em Pneumologia", conferido pela Universidade Federal do Rio de Janeiro e patrocinado pelo titular da disciplina de Pneumologia, o Acadêmico Professor J. M. Jansen, presente no evento.

Os programas de controle do tabagismo, estabelecidos em vários países, com orientação da Organização Mundial da Saúde (OMS) nas últimas quatro décadas, contribuíram para a significativa redução da morbiletalidade causado por esta doença,[1] todas evidenciando a característica comportamental e da dependência. **Apêndice-1.**

A Diretora Geral da OMS, Margareth Chan, divulgou em Abril de 2011 uma importante análise epidemiológica sobre a significativa redução da taxa de mortalidade no Brasil, relacionadas ao tabagismo (dados de 2011), salientando que as "Doenças Crônicas Não Transmissíveis (DCNT)" responderam por 72% das mortes no país, resultado das políticas de atenção à pessoa tabagista. Estimativas apontaram que fumar causa 71% dos cânceres de pulmão, 42% das doenças respiratórias crônicas e 10% das doenças cerebrovasculares.

A mortalidade no país, verificada em estudo de 15 doenças, foi de 458.986 mortes (2008), destes, 130.152 atribuíveis ao tabagismo evidenciando redução de 35% quando comparado as 200 mil dos anos 90.

O custo do tabagismo no Brasil, determinado pela carga das doenças tabaco relacionadas (valores atualizados para 2011) demonstraram o seguinte quadro:

- Custo total atribuído ao tabagismo para o sistema de saúde no Brasil (ambos os sexos): R$ 21 bilhões.
- Impostos federais gerados pela indústria tabageira: 6,3 bilhões.
- Conclusão: o país gasta cerca de 3,5 vezes mais do que arrecada com cigarros e outros produtos do tabaco. Esse montante equivale a 0,5% do PIB em 2011.

O Brasil, com o seu programa de controle do tabagismo exemplar, figura como um dos dois melhores do mundo, ao lado do Canadá.

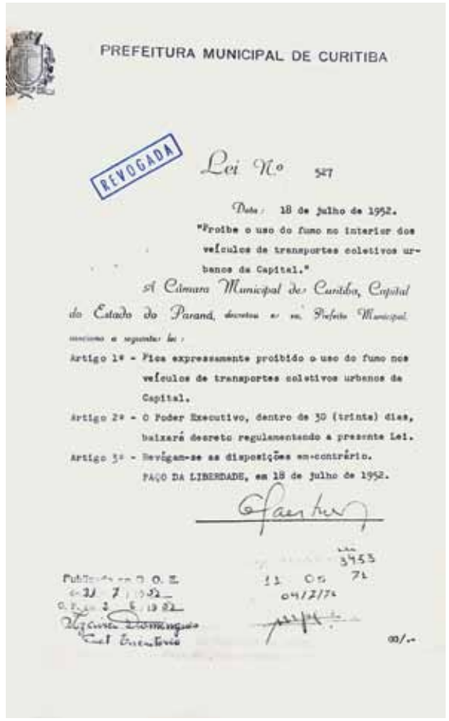
O Paraná ocupa uma posição de destaque nesse movimento, cuja história será apresentada a seguir, com detalhes, neste documento, muito influenciou o desenvolvimento nacional desta luta. A divulgação destes registros é o objetivo principal da obra, resgatando fatos, alguns pouco conhecidos, fazendo uma justa homenagem a grandes líderes do passado e dando destaque aos que ainda atuam de forma eficiente até hoje, doando a sua competência e experiência acumulada durante 30 ou mais anos.

O Programa Estadual Contra o Fumo foi instituído oficialmente em 1979. A forma como foi concebido, com clareza e determinação, foi um marco pioneiro sem precedentes.

[1] Milarch, A – Médico, político, prefeito e humanista: um homem estimado – Jornal o Estado do Paraná, Suplemento Almanaque, Sessão Tabloide, página 3, 22/04/1990.

SEÇÃO I

História



PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBA

REVOGADA

Lei Nº 527

Data: 18 de julho de 1952.

"Proíbe o uso do fumo no interior dos veículos de transportes coletivos urbanos da Capital."

A Câmara Municipal de Curitiba, Capital do Estado do Paraná, decretou e eu, Prefeito Municipal sanciono a seguinte lei:

Artigo 1º - Fica expressamente proibido o uso do fumo nos veículos de transportes coletivos urbanos da Capital.

Artigo 2º - O Poder Executivo, dentro de 30 (trinta) dias, baixará decreto regulamentando a presente Lei.

Artigo 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

PAÇO DA LIBERDADE, em 18 de julho de 1952.

Lei municipal antifumo de Curitiba sancionada em 1952, proibindo o fumo no interior de veículos de transporte coletivo urbano.

Acervo da Câmara Municipal de Curitiba / Vereador Tico Kuzma

O INÍCIO

Algumas contribuições merecem ser citadas, desde o início do século XX, todas de grande valor. Porém, propostas com grande valor prático surgiram nos anos 70 e contribuíram para chegarmos ao estado atual educativo e do controle do tabagismo, todos com um único objetivo vital, a saúde da coletividade. O legado do Professor Jayme Zlotnik, e seus colaboradores fica aqui registrado como justa homenagem.

Nos primeiros anos, após a inauguração da Universidade Federal do Paraná em 1912, o fundador Professor Victor Ferreira do Amaral e Silva alertava aos alunos do Curso de Medicina sobre os malefícios do fumo e do álcool, segundo depoimento do seu filho, o Professor Milton Ferreira do Amaral.

A contribuição paranaense no controle do tabagismo começou a se tornar visível com algumas medidas pontuais pelo poder municipal nos anos 50 e 70.

A primeira que se tem notícia foi o sancionamento da Lei Ordinária nº 527, proposta pelo vereador Lourival Portella Natel (82/1952 proc.161/1952) que ordenava a proibição do uso do fumo no interior dos veículos de transporte coletivo urbano da capital. Esta lei foi sancionada em 18 de julho de 1952 pelo médico e Prefeito Municipal Dr. Erasto Gaertner. **Apêndice-2.**

Os veículos conhecidos como "lotações", da iniciativa privada, que cumpriam a necessidade do transporte urbano de passageiros, eram carentes de maior controle nos itens segurança e sanitário. A poluição tabágica no interior destes pequenos veículos, que também eram observadas desde o tempo dos bondes exigia uma medida enérgica controladora, o que aconteceu no início da implantação desta lei, mas se estabelecendo o descaso no cumprimento da mesma nos anos seguintes. Uma minúscula nota em dois dos principais jornais de Curitiba demonstra a pouca importância que se dava ao assunto.[2]

Dezenove anos depois, Curitiba experimenta nova e profunda reorganização urbana, com destaques a vias expressas e veículos de transporte urbano mais eficientes. Medidas de controle sanitário, sobretudo da qualidade do ar em ambientes fechados, foram aplicadas na época, quando a observância do "não uso" do tabaco no interior destes veículos já não era a regra. Preocupado com o fato, o Professor Jayme Zlotnik, (Otorrinolaringologista da UFPR), propôs ao Prefeito Jaime Lerner o sancionamento de nova lei, mais abrangente, prevendo penalidades pelo não cumprimento. Na Câmara dos Vereadores de Curitiba a proposta de lei foi encaminhada pelo Vereador Ezequias Losso.

No dia 11 de maio de 1971, a Câmara Municipal de Curitiba decretou e o Prefeito Jaime Lerner sancionou a Lei nº 3.933, com o seguinte teor: *"veda o uso de fumo no interior de veículos destinados a transporte coletivo urbano, conforme especifica"*. A lei previa condutas a serem tomadas em relação aos infratores, mostrado de forma clara entre os seus cinco artigos. Esta lei entrou em vigor a partir do dia 4 de junho de 1971, data da publicação no Diário Oficial Municipal (D.O.M. nº 34) revogando a Lei 527/1952. **Apêndice-3.**



Transporte coletivo urbano de Curitiba nos anos 50 (lotações e bondes). Observar fumante no interior do bonde.

Acervo do Instituto Histórico e Geográfico do Paraná / José Penteado

[2] Lei Municipal – Curitiba. Publicada no D.O.M. nº 34 de 04/06/1971.

Nesta mesma época, profissionais da área da saúde em vários estados, representados principalmente por médicos, atuavam pontualmente em palestras, em eventos comunitários, muitas vezes promovidos por entidades civis e religiosas, preocupados com a saúde coletiva. Destaca-se a atuação da Igreja Adventista do 7º Dia que por meio do seu programa mundial de saúde já promovia, há mais de 20 anos, o seu curso "Como Deixar de Fumar em cinco Dias" (iniciado nos EUA nos anos 60), realizados no Brasil em diversos estados da federação, cuja experiência didática serviu como uma das inspirações para vários projetos que se iniciavam no Brasil, inclusive na fase de construção do Programa Nacional de Controle do Tabagismo (PNCT) do Ministério da Saúde, que se consolidou a partir de 1985.

Nos anos 70, pouco mais de 30 países membros da Organização Mundial da Saúde (OMS) atendiam as suas recomendações para desenvolverem programas de âmbito nacional esclarecendo a população sobre os malefícios do consumo do fumo. Essa década entrou para a história da luta antitabágica no Brasil com a revelação de grandes líderes. Algumas ações pioneiras foram impedidas por determinação de órgãos superiores do governo.

A 3ª Conferência Mundial de Fumo e Saúde realizada em junho de 1975, em Nova Iorque (EUA), ressaltou os argumentos necessários para a formulação de um programa nacional contra o fumo. Em 1978, por ocasião do XII Congresso Internacional de Câncer em Buenos Aires, a ideia de um programa nacional se firmou com as sugestões de Sir William Richard Shaboe Doll (UK), fisiologista e epidemiologista britânico, pioneiro na comprovação da relação do tabaco e "câncer do pulmão" e importante fator de risco para doenças cardíacas.



"Logo dupla face" divulgado pela OMS e o slogan "Fumo ou Saúde" (doença ou saúde) em 1980, adotado nas campanhas antifumo do Paraná.

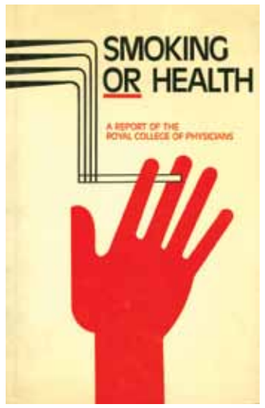
Em 1980, a Revista da OMS, Fevereiro/Março, ao abordar o tema geral "A Saúde no Mundo" a propósito do "Dia Mundial da Saúde" (sete de abril de 1980), apresentou o editorial do Diretor Geral da OMS, Halfdan Mahler, com o título "Fumo ou Saúde: você escolhe!"

Além do alto nível de percepção sobre os riscos para a saúde, enfatizou *"a necessidade de cada indivíduo assumir a responsabilidade por sua própria saúde, bem como a saúde de seus familiares, no âmbito de uma ativa participação comunitária. Uma campanha de redução do hábito e especialmente de prevenção de seu alastramento entre crianças e adolescentes, serviria de perfeito exemplo de como podem os indivíduos melhorar sua própria saúde, com a liderança e apoio das autoridades nacionais e locais"*.

O Dia Mundial da Saúde (07/Abril) foi a data escolhida para a campanha estimulando a população a não fumar, apoiada por intercâmbios de informação e pela experiência internacional em matéria de fumo e saúde.

O *slogan* para 1980 divulgado em pôster "Fumo ou Saúde" estava associado a um símbolo de dupla face caracterizando "doença-saúde", colaboração da Cruz Verde Internacional.

O primeiro "Programa Nacional Contra o Fumo" foi estruturado em 31/07/1979 em São Paulo e coordenado pela Comissão



Livro "Fumo ou Saúde" divulgado pelo Royal Colledge Physicians (UK) em 1977, com diretrizes para o controle do tabaco no Reino Unido, toxicologia dos componentes do tabaco e as doenças tabaco relacionadas.
Acervo Rosa M. Chiamullero

Especial de Combate ao Tabagismo da Associação Médica Brasileira, transformada em Comissão Permanente em 1986 coordenada por José Silveira (Presidente), Mário Rigatto, Antonio Pedro Mirra e José Rosemberg.[3]

Publicação do Ministério da Saúde/INCA, de 1992, tendo como coordenadora editorial a Dra. Vera Luiza da Costa e Silva e colaboradores, reporta as atividades desenvolvidas nos estados, como o trabalho desenvolvido por Teresinha Jensen pelo Paraná. Destacamos importantes citações do editorial:

> *"No início da década de 70 a Organização Mundial da Saúde e outros organismos internacionais promotores da saúde iniciaram campanhas contra o tabaco, convocando países para que iniciassem ações contra o fumo. A primeira ação institucional ocorrida no Brasil contra o hábito de fumar aconteceu no Rio Grande do Sul em 1975, enquanto ocorriam no país atividades isoladas na Bahia, Espírito Santo, Minas Gerais e São Paulo além dos cursos para se deixar de fumar da Igreja Adventista do 7º Dia. Ainda na década de 70 o Rio Grande do Sul foi seguido pelo Paraná e pela adesão da Associação Médica Brasileira, o que veio estimular na década de 80 a ação do Ministério da Saúde. Foi criado inicialmente um grupo de trabalho de assessoria em 1980 (sem divulgação das atividades devido a interesses econômicos) formado pelos técnicos José Rosemberg (SP), Antonio Pedro Mirra (SP), Mario Rigatto (RS), Aloysio Achutti (RS), José Feldmam (MG), Jayme dos Santos Neves (ES), José Silveira (BA), Edmundo Blundi (RJ), Jayme Zlotnik (PR). Posteriormente o mesmo grupo constituiu o Grupo Assessor do Ministério da Saúde para o Controle do Tabagismo no Brasil criado por portaria ministerial em 1985, somando-se a ele representantes de organizações de advogados, jornalistas e religiosos. A mesma portaria, marco inicial da luta governamental contra o fumo, cria o Programa Nacional de Combate ao Fumo, priorizando a disseminação de informações e estimulando a descentralização do programa, através de ações estaduais e municipais"*. [4]

PROGRAMA ESTADUAL PARA O CONTROLE DO TABAGISMO (PECT)

O movimento nacional citado incentivou o Paraná a organizar o seu próprio programa. O Dr. Jayme Zlotnik (Otorrinolaringologista e Professor da UFPR) por iniciativa própria, propôs ao Secretário de Estado da Saúde e Bem-Estar Social do Paraná, o Dr. Oscar Alves, a sua criação e institucionalização e obteve como resposta: "faça o programa". O projeto proposto foi aprovado e denominado "Programa Estadual para Controle do Tabagismo". A participação do Secretário Oscar Alves como forte aliado foi evidente e fundamental.

A primeira medida prática governamental conduzida pelo Secretário foi a oficialização do programa. Por meio da resolução nº 62, com base em propostas protocoladas sob o nº 7924, de 12 de Junho de 1979, na SESB, instituiu a Comissão para organizar e dar curso ao "Programa Estadual Contra o Fumo" sob a responsabilidade da Coordenadoria de Epidemiologia e Controle de Doenças, então coordenada pelo Dr. Paulino Kotaka que manifestou irrestrito apoio à causa. Participaram representantes de várias entidades.

[3] Mirra PM, Rosemberg j: A História da Luta Contra o Tabagismo no Brasil: Trinta Anos de Ação – 2004.

[4] Costa e Silva VL – Histórico / Controle do Tabagismo: Um Desafio. Ministério da Saúde.
Instituto Nacional de Câncer (INCA) – RJ – 19, 1992.

A comissão ficou assim composta:

Jayme Zlotnik – *Secretaria de Estado da Saúde e Bem Estar Social (SESB).*
Francisco S.Furtado – *Programa de Profilaxia do Câncer – SESB.*
Alceu Santos Almeida – *Programa Nacional Contra o Fumo.*
Leo Choma – *Sociedade Paranaense de Tisiologia e Doenças Torácicas.*
Dante Romano Junior – *Setor de Ciências da Saúde – UFPR.*
Alberto Szniter – *Instituto Nacional de Assistência Médica e Previdência Social.*
Ehrenfried Wittig – *Associação Médica do Paraná.*

Posteriormente, aliaram-se Mario Maranhão, Elie Lebbos, Paulo Brofmann (citando os principais envolvidos). A comissão não era formada exclusivamente por médicos. Participaram intensamente o Coronel Waldemar Osvaldo Bianco, o Jornalista e Educador Protásio de Carvalho (representante da Secretaria de Educação) e em especial destaque o Jornalista Adherbal Fortes de Sá Júnior, com grande talento em comunicação social.

A Associação Médica do Paraná (AMP) apoiou desde o início, envolvendo-se amplamente no Programa, desde direção de Luiz Fernando Beltrão e Nelson Emílio Marques tendo como destaque em nossos dias o grande e efetivo apoio participativo de José Fernando Macedo.

Lançamento do Programa Estadual para o Controle do Tabagismo: Evento na antiga sede da Associação Médica do Paraná, na Rua Carlos de Carvalho, com líderes do movimento antifumo e representantes da IASD, entidade religiosa, líder mundial no trato do tema tabagismo (1979). Destaca-se a presença da ex-1ª Dama do Estado, Flora Munhoz da Rocha.





Concurso de cartazes e banca julgadora em evento na associação Médica do Paraná. Presença de Jayme Zlotnik, Adherbal Fortes de Sá Junior e Oswaldo Bianco.

Estrutura do Programa e sua Abrangência

Todas as ações previstas pelo programa estão especificadas nas normativas a seguir citadas, com detalhamento em cada um dos sete tópicos, ressaltando como objetivo mais amplo, a prevenção e o controle da doença tabaco relacionadas. Observar os detalhes abordados sobre os objetivos, população alvo, metodologia das ações e seus recursos educacionais, coordenação e parcerias, instituições colaboradoras, gestão de recursos financeiros e estratégias nos níveis educacional, político e econômico.

Ressaltamos a participação multidisciplinar na coordenação por meio da Comissão Estadual com representação das seguintes instituições: Secretaria de Estado da Saúde e do Bem-Estar Social, Secretaria de Estado da Educação, Instituto Nacional de Assistência Médica e Previdência Social, Associação Médica do Paraná, Sociedade Paranaense de Tisiologia e Doenças Torácicas, Sociedade Paranaense de Otorrinolaringologia e Sociedade Paranaense de Cardiologia. **Apêndice-4.**

Uma das atividades iniciais promovidas foi o concurso de cartazes com advertências sobre os riscos do tabagismo e incentivos à saúde, divulgado por meio de regulamento. **Apêndice-5.**

A análise cuidadosa dos diversos itens evidencia detalhes da ampla abrangência de ações: controle das doenças tabaco relacionadas e redução dos riscos para as gestantes, ações preventivas visando a população infantil e jovem, estimulando os adultos que representam modelos de comportamento para não fumarem em público e na presença de crianças e jovens, bem como estimulando a defesa do direito dos não fumantes.

A resolução nº 62 foi oficializada em 19 de Junho de 1979 e passou a representar um marco oficial do Governo do Paraná, do então Governador Ney Aminthas de Barros Braga, documentando um fato histórico de grande importância, inclusive no cenário nacional, ao contribuir com ideias e fatos concretos para a organização de programas semelhantes em outros estados.

O Programa Estadual Contra o Fumo, com seus objetivos, metodologias e estratégias foi apresentado oficialmente para divulgação em 27 de agosto de 1979, em tempo inferior a dois meses, o que demonstra o envolvimento dos membros desta comissão, com ideias bem definidas e admirável visão de conjunto e antecipando o futuro com estratégias para vencer os obstáculos previstos.



I Greve Antifumo do Paraná
Curitiba, Centro (Boca Maldita), 1980.



Divulgação da 1ª
greve de 1 hora.



Cartaz utilizado na 1ª manifestação
Fumo ou Saúde, a escolha é sua.

INDICAÇÃO E GREVE DO FUMO – JORNALISTA ADHERBAL FORTES DE SÁ JÚNIOR

Segundo informações obtidas por meio de depoimentos registrados em vídeo [5], os primeiros passos do Programa Estadual foram marcados por muitas ideias que foram colocadas em prática, resultando em forte impacto sobre a população, sobretudo entre os jovens.

A indicação do jornalista Adherbal Fortes de Sá Júnior para atuar com grandes ideias para alcançar a população, sobretudo o público jovem, na fase inicial do "Programa Estadual", foi de significativa importância para um "bom início", considerando a sua experiência como jornalista e atuante na equipe de Comunicação Social do Governo Ney Braga.

O Governo do Estado assumia oficialmente o programa com Oscar Alves, Secretário Estadual de Saúde e Bem-Estar Social e Cleto de Assis, Secretário de Comunicação Social, sendo que o jornalista Adherbal Fortes de Sá Junior foi indicado para atuar nesta "luta".

O Professor Cleto, homem de visão, artista plástico e poeta, hoje com longa lista de serviços prestados na área da educação (Pró-reitor da UEL, criador e primeiro Diretor da Casa da Cultura da UEL, Diretor do Departamento de Assistência Estudantil no Ministério da Educação (Ministro Ney Braga), Secretário de Programas Especiais no Ministério da Educação (Ministro Murilo Hingel, governo Itamar Franco) e atualmente Secretário Geral do Conselho Estadual de Educação do Paraná) e importante colaborador desta obra.

[5] Depoimento gravado em Vídeo em 09/06/2010 – nas dependências do CRM – PR, durante Mesa Redonda com outros participantes pioneiros: Jayme Zlotnik, Fabiano Braga Cortes, Teresinha Jensen e Antonio Marco Bessa e Adherbal Fortes de Sá Junior.

As propostas e ações do Jornalista Adherbal Fortes de Sá Júnior, chefe da comunicação do Palácio Iguaçu (Governo Ney Braga), foram essenciais. Associando saúde e esporte propôs a greve do fumo e corridas em vias públicas.

Em pleno regime militar, onde a palavra "greve" não era bem-vinda, esta foi amplamente utilizada com a divulgação de "comando de greve" devidamente identificado com uma faixa na frente da casa sede da Associação Médica do Paraná, na época situada na Rua Carlos de Carvalho. Isso despertou a atenção do público que seguia atentamente o desenvolver do movimento. O primeiro evento aconteceu no dia 29 de agosto, o que se tornou uma data tradicional, elegida para ser o "Dia Paranaense de Combate ao Fumo", e mais tarde como homenagem ao Paraná foi sancionada a Lei Federal instituindo o dia 29 de agosto como "Dia Nacional de Combate ao Fumo". Neste primeiro ano, a greve do fumo propôs não fumar durante 1 hora. No ano seguinte, 12 horas e nos anos seguintes 24 horas. A propagação da ideia do "fumo ou saúde" também se associou à prática de esportes. Portanto, a partir deste ano, corridas de rua foram organizadas e chamadas de "Meias Maratonas" com percursos variáveis, no início de 10 a 20 km, em áreas demarcadas na cidade, sobre a supervisão do órgão de trânsito, o BPTRAN, o que garantia a segurança dos atletas. A organização do evento pela Associação Paranaense Contra o Fumo (APCF) e Secretaria de Estado da Saúde teve a importante colaboração da Federação de Atletismo do Paraná, a qual orientou e fiscalizou o cumprimento das normas previamente divulgadas. O regulamento previa data, horário e local do evento, especificava as categorias dos participantes por idade e gênero, o percurso, logística, controle de trajeto e chegada e da premiação.

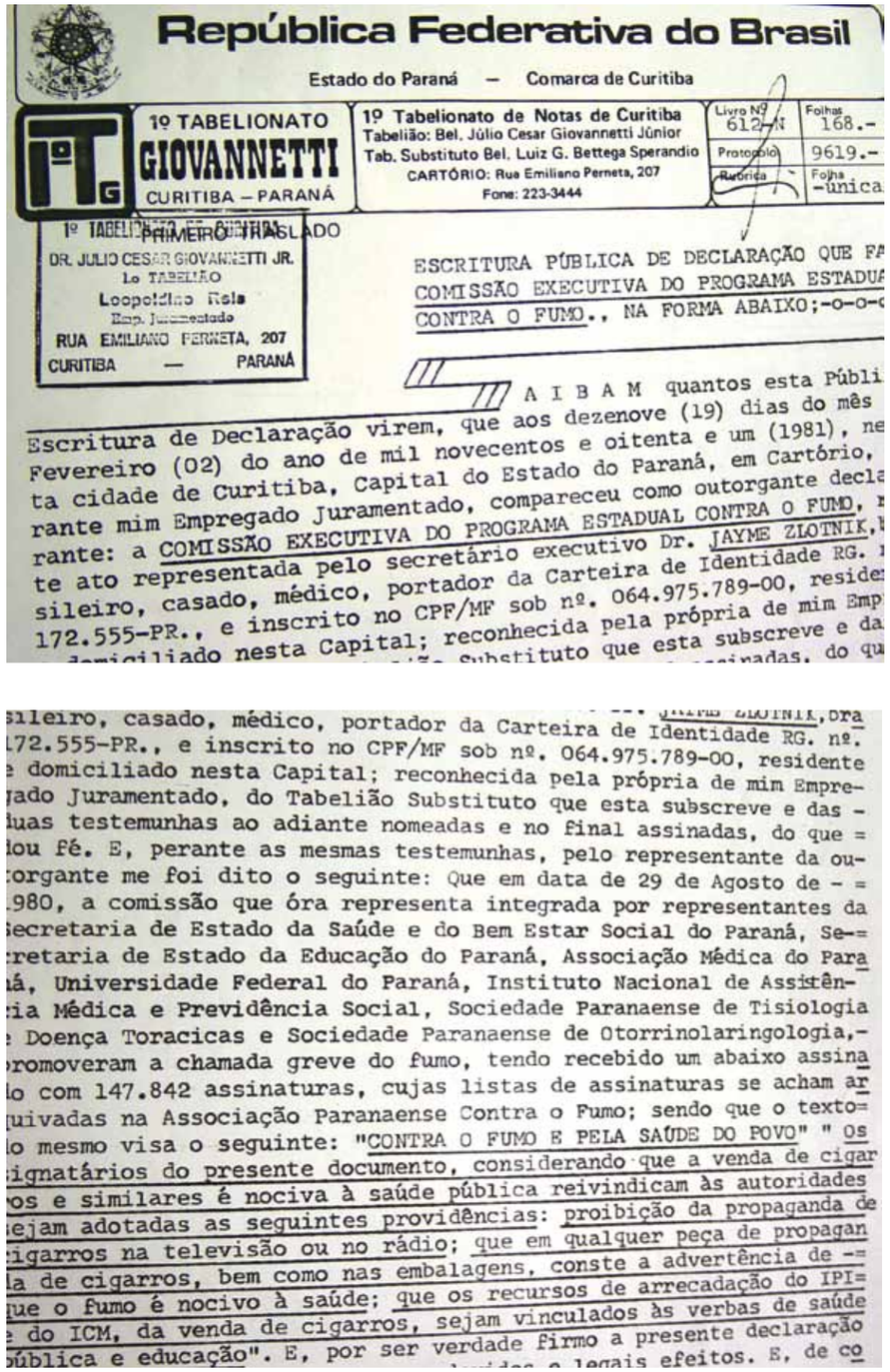
Transcrevemos os detalhes divulgados sobre esta prova de atletismo que se tornou tradicional em várias edições até 1993. **Apêndice-6.**

Os eventos em datas pontuais, principalmente as comemoradas no dia Nacional de Combate ao Fumo (29 de Agosto), foram marcadas pela grande visibilidade junto ao público, sobretudo entre os jovens.

Outra importante estratégia foi contar com a mobilização estudantil, a qual foi para as ruas também para a sua manifestação na área central de Curitiba, conhecida como "Boca Maldita". Foram realizados desfiles com faixas e cartazes bem visíveis alertando sobre os riscos do fumo para a saúde, também colaborando na coleta de assinaturas em vias públicas (cruzamentos, sinaleiros e transeuntes) totalizando 147.842, as quais foram encaminhadas à autoridades federais, solicitando a proibição da propaganda do fumo na mídia.



Comando Geral da Greve Antifumo na sede antiga da Associação Médica do Paraná. Destaque para a faixa que identifica o movimento – 1980



República Federativa do Brasil

Estado do Paraná — Comarca de Curitiba

1º TABELIONATO GIOVANNETTI
CURITIBA – PARANÁ

1º Tabelionato de Notas de Curitiba
Tabelião: Bel. Júlio Cesar Giovannetti Júnior
Tab. Substituto Bel. Luiz G. Bettega Sperandio
CARTÓRIO: Rua Emiliano Perneta, 207
Fone: 223-3444

Livro Nº 612-N | Folhas 168.-
Protocolo 9619.-
Rubrica | Folha -única

1º TABELIONATO DE NOTAS — PRIMEIRO TRASLADO
DR. JULIO CESAR GIOVANNETTI JR.
1º TABELIÃO
Leopoldino Reis
Emp. Juramentado
RUA EMILIANO PERNETA, 207
CURITIBA — PARANÁ

ESCRITURA PÚBLICA DE DECLARAÇÃO QUE FA
COMISSÃO EXECUTIVA DO PROGRAMA ESTADUA
CONTRA O FUMO., NA FORMA ABAIXO;-o-o-

S A I B A M quantos esta Públi
Escritura de Declaração virem, que aos dezenove (19) dias do mês
Fevereiro (02) do ano de mil novecentos e oitenta e um (1981), ne
ta cidade de Curitiba, Capital do Estado do Paraná, em Cartório,
rante mim Empregado Juramentado, compareceu como outorgante decla
rante: a COMISSÃO EXECUTIVA DO PROGRAMA ESTADUAL CONTRA O FUMO,
te ato representada pelo secretário executivo Dr. JAYME ZLOTNIK,
sileiro, casado, médico, portador da Carteira de Identidade RG.
172.555-PR., e inscrito no CPF/MF sob nº. 064.975.789-00, residente
e domiciliado nesta Capital; reconhecida pela própria de mim Empre-
gado Juramentado, do Tabelião Substituto que esta subscreve e das -
duas testemunhas ao adiante nomeadas e no final assinadas, do que =
dou fé. E, perante as mesmas testemunhas, pelo representante da ou-
torgante me foi dito o seguinte: Que em data de 29 de Agosto de - =
1980, a comissão que óra representa integrada por representantes da
Secretaria de Estado da Saúde e do Bem Estar Social do Paraná, Se-=
cretaria de Estado da Educação do Paraná, Associação Médica do Para
ná, Universidade Federal do Paraná, Instituto Nacional de Assistên-
cia Médica e Previdência Social, Sociedade Paranaense de Tisiologia
e Doença Toracicas e Sociedade Paranaense de Otorrinolaringologia,-
promoveram a chamada greve do fumo, tendo recebido um abaixo assina
do com 147.842 assinaturas, cujas listas de assinaturas se acham ar
quivadas na Associação Paranaense Contra o Fumo; sendo que o texto=
do mesmo visa o seguinte: "CONTRA O FUMO E PELA SAÚDE DO POVO" " Os
signatários do presente documento, considerando que a venda de cigar
ros e similares é nociva à saúde pública reivindicam às autoridades
sejam adotadas as seguintes providências: proibição da propaganda de
cigarros na televisão ou no rádio; que em qualquer peça de propagan
da de cigarros, bem como nas embalagens, conste a advertência de -=
que o fumo é nocivo à saúde; que os recursos de arrecadação do IPI=
e do ICM, da venda de cigarros, sejam vinculados às verbas de saúde
pública e educação". E, por ser verdade firmo a presente declaração
e legais efeitos. E, de co

Registro em cartório de documento que resumia os objetivos da greve, com destaque a solicitação ao Governo Federal que destinasse verbas para educação e tratamento dos fumantes, incluindo a lista do "abaixo assinado" obtido junto ao público que participava da manifestação grevista na Boca Maldita no dia 29 de agosto de 1980, o que totalizou 147.842 assinaturas.

LEI ESTADUAL Nº 2/1980 – DEPUTADO FABIANO BRAGA CORTES

Jayme Zlotnik solicitou apoio do Presidente da ALEP, Deputado Fabiano Braga Cortes, para votação de lei com dupla abrangência, aprovada em 7 de julho de 1980, com seguinte conteúdo (Lei nº 2/80): proíbe fumar nos veículos de transporte coletivo intermunicipal e no interior de estabelecimentos de ensino estadual.

Os alcances educativos e preventivos de doenças tabaco relacionadas entre os usuários do transporte intermunicipal foi significativo. O mesmo acontecendo com os jovens no aprendizado de um estilo de vida saudável.

PROJETO DE LEI Nº 3.546/1980 – DEPUTADO IGO IWANT LOSSO

"Proibição da instalação e a ampliação da indústria de cigarros e assemelhados no Brasil."

Considerando o avanço da indústria tabageira em nosso país e a crescente divulgação científica sobre os malefícios causados pelo consumo do tabaco, o Deputado paranaense Igo Iwant Losso apresentou o PL acima às Comissões de Constituição e Justiça, de Economia, Indústria e Comércio e de Saúde na sala de Sessões da Câmara dos Deputados (DF) no dia 1º de setembro de 1980.

Esta proposta foi acompanhada de ampla justificativa baseada em dados científicos, já ressaltando os efeitos danosos do tabagismo passivo e econômicos, resultado da progressiva substituição da lavoura de produção de alimentos em áreas férteis pela cultura do tabaco, incentivados por meio de "financiamentos particulares antecipados", sem levar em conta os interesses da coletividade na questão da saúde e qualidade de vida.

CONTRIBUIÇÃO DO DIRETÓRIO ACADÊMICO NILO CAIRO (DANC)

Todas as manifestações públicas pioneiras envolveram os jovens estudantes. A exemplo, o universitário e acadêmico de medicina da UFPR, Marco Antonio do S. M. Ribeiro Bessa, presidente do Diretório Acadêmico Nilo Cairo (DANC), organizou o trote de 1981, realizado na frente do edifício sede, com o tema antitabagista, com faixas e cartazes alusivos ao tema, que diziam: *"O Povo Pede que Imposto sobre o Fumo seja Integrado às Verbas da Saúde e Educação"*. Foi um grande avanço!

Hoje, podemos colher frutos de várias ações de base, como esta, desde o início da graduação. A inclusão do tema tabagismo na grade curricular da UFPR no curso médico representa um grande ganho, pois contribui para a conscientização do jovem acadêmico. Além de diminuir a prevalência do tabagismo entre médicos, a população será mais bem assistida, tanto na prevenção quanto no tratamento da dependência tabágica, com a possibilidade de drástica redução de sofrimento e morte.

ASSOCIAÇÃO PARANAENSE CONTRA O FUMO (APCF)

O Paraná já despontava como um dos líderes nacionais na luta organizada contra o tabaco, através do seu bem-elaborado Programa Estadual para o Controle do Tabagismo iniciado em 1979. A visão do grupo líder deste programa antevia a necessidade da unificação de esforços com a participação de outros colaboradores, além da esfera governamental e do ensino universitário, porém com os mesmos ideais na luta antitabágica, atuando, sobretudo, com a opinião pública e política do Estado.

A participação voluntária da empresa de publicidade P.A.Z. foi muito importante na criação e divulgação de *"slogans e cartazes"* e, da mesma forma, entidades como a Igreja Adventista do Sétimo Dia, Igreja Católica, Diretórios Acadêmicos, Lions e Rotary.

O Governo do Paraná por meio da Secretaria Estadual da Saúde contra-atacava a indústria tabageira, que divulgava maciçamente a ideia de sucesso e vantagens em tudo ao consumir determinadas marcas. A estratégia foi utilizar slogans semelhantes aos das propagandas de cigarros na promoção da saúde, mostrando o lado bom da vida, não fumando. A indústria acusou o governo de plágio, exigiu a cessação das frases de efeito e ameaçou entrar com ação judicial. Para desviar o foco sobre o



Divulgação de cartazes com base na contra-propaganda da indústria do fumo, gerou grande polêmica entre esta e o governo do Estado, resultando em grande visibilidade das ações antifumo.

governo foi necessária a criação de uma associação que o defendesse, lutando pelos mesmos ideais. Haveria então a chance de superar as ameaças sem deixar sequelas. Para isto, foi consultado o Professor Rene Dotti, renomado jurista, para defender a causa se realmente um processo fosse instalado.

Com estes ideais, voluntários reuniram-se em Curitiba (PR) no dia 6 de fevereiro 1981 e fundaram a Associação Paranaense Contra o Fumo (APCF), sob a liderança do Professor Jayme Zlotnik. Os detalhes dessa fundação, adiante detalhadas foram obtidos de depoimentos de alguns pioneiros e de registros constantes em Livro Ata da APCF (06/02/1981).

É importante citarmos que para a data inicial da organização desta associação o plano já existia há algum tempo, provavelmente desde a instalação do programa estadual, o que justifica a proposta e imediata aprovação do estatuto, conforme registros. A liderança e alguns colaboradores atuavam em grupo denominado inicialmente "Comitê Antifumo do Paraná", oficializado como um dos 3 comitês, como nome fantasia da APCF.

Ata de Fundação

"Aos seis dias do mês de fevereiro de 1981, reuniram-se em Curitiba (PR) os adiante assinados, com a finalidade de organizar, criar e fundar uma associação com objetivo de promover o trabalho de combate ao tabagismo. Por aclamação dos presentes foi eleito para presidir os trabalhos o Dr. Jayme Zlotnik, que usando da palavra agradeceu a sua indicação e na seqüencia convidou o Dr. Leo Choma para secretariar os trabalhos." Em seguida passou a explanar os motivos da reunião; tendo em vista o uso indiscriminado do fumo e que a venda de cigarros e similares é nociva à saúde pública, sendo, portanto necessário que as autoridades tomem providências no sentido de proibir a propaganda de cigarros no rádio e televisão e demais veículos de comunicação públicas, fazendo com que os recursos da arrecadação do IPI e ICM da venda de cigarros, sejam vinculadas às verbas de saúde pública e educação. O Secretário leu a proposta do estatuto e o mesmo foi aprovado por unanimidade. Cumpridas as formalidades legais, o presidente declarou definitivamente constituída a Associação Paranaense Contra o Fumo e colocou em votação a Comissão Central e Secretaria executiva da associação, que por aclamação ficou assim constituída:

<u>Comissão Central:</u> Oscar Alves, Donato Gulin, Maria de Lourdes Montenegro, Fabiano Braga Cortes, Anfrísio Siqueira, Nilson Machado, Cel. Waldemar Oswaldo Bianco, Sale Wolokita, Odailson Spada, José Roberto Borguetti, Elie Lebbos, Mário Maranhão, Ezequias Losso, David Carneiro, Pe. Marcelo Motta Carneiro.

<u>Comissão Executiva</u>: Francisco S. Furtado, Alceu Santos Almeida, Dante Romanó Junior, Alberto Szniter. Ehrenfried Wittig, Paulo Brofmann, Protasio de Carvalho.

<u>Secretaria Executiva</u>: Jayme Zlotnik (Secretário Geral), Adherbal Fortes de Sá Junior (Secretário Executivo) e Leo Choma (Secretário Adjunto).

A redação do 1º estatuto em 6 capítulos consta do **Apêndice-7**.

A APCF, já com 34 anos de existência, sempre esteve na vanguarda dos acontecimentos, ao lado da Associação Médica do Paraná, Secretaria Estadual da Saúde e Secretaria Municipal da Saúde. Atuou ao longo dos anos de forma destemida, com novos participantes, sem prescindir da grande experiência de alguns pioneiros ainda atuantes, como Jayme Zlotnik, Roberto Pirajá Moritz de Araújo, Rodney Frare e Silva, Teresinha Jensen e Adherbal Fortes de Sá Junior.

Reforma do Estatuto

Após 15 anos de atividades ininterruptas, ficou clara a necessidade de atualização documental sobre como atuar e vencer novos desafios, atuando em grupos, sob estrita postura ética.

A Assembleia Geral Ordinária, realizada no dia 29 de Agosto de 1996, na sede da Associação Médica do Paraná, com 21 presentes, deliberou sobre a reforma do Estatuto da APCF da 1ª redação, quando foram aprovadas a Inclusão de Comitês: Superior, Fiscal, Antifumo do Paraná, a instituição de Tesoureiro e Área de Atuação restrita ao Estado do Paraná, normativa de uso "Comitê Antifumo do Paraná" como nome de fantasia, permanecendo o nome principal "Associação Paranaense Contra o Fumo". Foram criadas normas para o controle ético em todos os níveis da Associação.

Ficou evidente que o foco das ações a serem praticadas a partir de 1996 contemplariam os ambientes hospitalares e unidades de saúde livres da poluição tabágica, estímulo do fumante passivo a exigir ambientes livres do tabaco, educação do fumante a respeitar os não fumantes, prevenção da iniciação pelas crianças e o combate à propaganda enganosa.

Como resultado geral, no âmbito administrativo do novo estatuto, ficaram dispostos 3 comitês: Comitê Superior, Comitê Fiscal e Comitê Antifumo do Paraná. **Apêndice-8**.

Galeria dos ex-presidentes

Em ordem cronológica, foram estes os presidentes eleitos da APCF, desde a sua fundação:

Jayme Zlotnik *(Fevereiro/1981 – Agosto/1996)*
Luiz Pedro Pizzatto *(Agosto/1996 – Julho/1998)*
Mario Fernando de Camargo Maranhão *(Julho/1998 – Maio/2000)*
Saulo Carvalho Filho *(Maio/2000 – Agosto/2004)*
Luci Iolanda Bendhack *(Agosto/2004 – Dezembro/2005)*
Jayme Zlotnik *(Dezembro/2005 – Dezembro/2010)*
Jonatas Reichert *(Dezembro/2010 – até o presente momento)*

SEMINÁRIO "FUMO OU SAÚDE"

Um dos maiores feitos da Associação Paranaense Contra o Fumo (APCF) foi a realização do Seminário "Fumo ou Saúde", em Agosto de 1981, no mesmo ano da sua fundação, em parceria com a Secretaria Estadual da Saúde e Associação Médica do Paraná. Este importante evento marcou época ao trazer importantes nomes do cenário nacional e internacional da época, que, com ampla visão, trouxeram subsídios para a "uniformização/sistematização" dos conhecimentos na área do tabagismo.

Curitiba, bem-sucedida em suas experiências comunitárias e a reconhecida capacidade do curitibano de projetar nacionalmente as suas convicções foi escolhida para ser a sede nacional do combate ao fumo.

As duas Greves do Fumo já realizadas nesta época (1980 e 1981) demonstraram a grande capacidade de mobilização do Paraná nesta causa.

"A ideia de uma sociedade onde as crianças não sofram o condicionamento da propaganda foi testada em Curitiba e venceu. As ruas da cidade se encheram de jovens durante todo o dia 28 de agosto de 1981. Eles cantavam e gritavam "slogans" antifumo. Foi a maior manifestação coletiva desse tipo

já registrada no Brasil." – palavras do Jornalista Adherbal Fortes de Sá.[6]

A Associação Paranaense de Combate ao Fumo (APCF) surgiu nesta época quando um grande manifesto foi organizado e encaminhado ao Presidente João Batista Figueiredo pedindo o fim da publicidade de cigarros na TV e no Rádio, além de verbas orçamentárias para atender as vítimas do fumo.

O esforço conjunto da APCF e Associação Médica do Paraná para organizar o Seminário "Fumo ou Saúde" foi bem sucedido, acontecendo em agosto de 1981, graças às lideranças do Professor Jayme Zlotnik e Adherbal Fortes de Sá Jr. e apoio do Governo Ney Braga e do Secretário de Estado da Saúde Dr. Oscar Alves.

Importantes personalidades estiveram presentes, não só da área médica, mas legisladores públicos, jornalistas, cientistas e representantes de várias especialidades médicas.

O Seminário foi estruturado em seis painéis, com um moderador e vários participantes.

Os temas, segundo cada painel foram:

Painel I – Legislação e Fumo
Moderador: Deputado Ítalo Conti
Participantes: Senador Affonso Camargo
Deputado Igo Losso
Deputado Pedro Lucena
Deputado Daso Coimbra
Deputado Ruy Codo

Painel II – Fumo e Doenças Cardiorrespiratórias
Moderador: Dr. Josef Fehér
Participantes: Dr. Leo Choma
Dr. Jayme Zlotnik
Dr. Hans Otto Kotze
Dr. Costantino Costantini

Painel III – Psiquismo do Fumante
Moderador: Adherbal Fortes de Sá Jr.
Participantes: Dr. Antonio Godino Cabas
Dr. Lysandro Santos Lima

Painel IV – O Fumo e o Câncer
Moderador: Antonio Pedro Mirra
Participantes: Professor José Rosemberg
Dr. Edmundo Blundi

Painel V – Limitação Física Decorrente do Uso do Fumo
Moderador: Dr. Mário Rigatto
Participantes: Charles Lloyd Sterling
Jornalista Yllen Kerv
Telê Santana

Painel VI – O Fumo e a Criança
Moderador: Dr. Oscar Alves
Participantes: Dr. Reinaldo De Lamare
Dr. Ájax César da Silveira

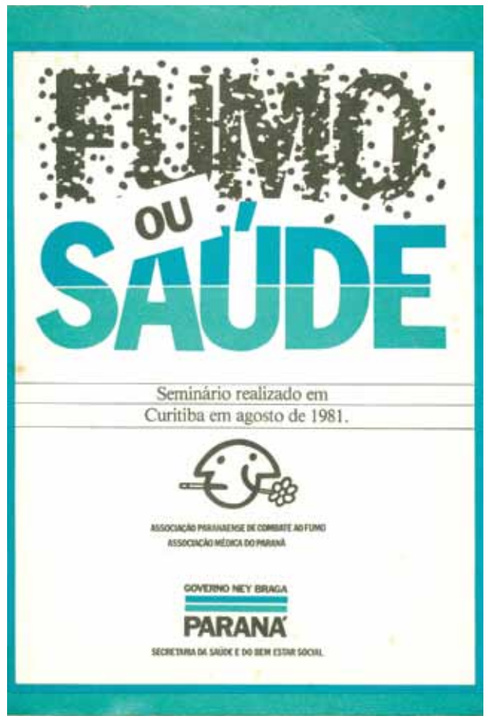
[6] Fortes Sá JR, A – Palavras de apresentação – Livro "Fumo ou Saúde – Seminário – Curitiba – PR – Agosto, 1981.

Todas as contribuições dos palestrantes, tendo como base as experiências vividas nas suas áreas de atuação, foram de grande importância para os ouvintes interessados em participar da formação de uma consciência nacional contra o flagelo mundial chamado "tabagismo". Destacamos interessante estudo feito em Curitiba e apresentado pelo cardiologista Costantino Costantini no Painel II – Fumo e Doenças Cardiorrespiratórias, moderado pelo Dr. Josef Fehér: "Coração e Tabagismo". Costantini observou entre os seus pacientes fumantes o excessivo trabalho do miocárdio e a necessidade de maior consumo de oxigênio durante o ato de fumar, gerando desgaste desnecessário ao órgão.

Considerações sobre o resultado prático do seminário

O evento foi encerrado com depoimentos dos participantes fumantes, participantes da platéia, de médicos que relataram experiências de familiares ou clientes fumantes, ressaltando o risco de adoecimento e morte, inclusive de fumantes involuntários, o que hoje é tema central das discussões do tabagismo, tanto no discurso da prevenção quanto na legislação que visa a proteção dos ambientes fechados, garantindo o ar ambiente 100% livre da fumaça do tabaco.

Observamos pela leitura do livro sobre o Seminário e dos depoimentos dos líderes da época a clareza de propósitos, ideias bem definidas para a tomada de posição frente à realidade da época e antevisão do futuro o que torna aquela abordagem um tema bem atual em nossos dias. Com certeza as propostas pioneiras se tornaram realidades.



Importantes convidados nacionais e internacionais participaram do Seminário Fumo ou Saúde em 1981, resumido no livro Seminário: Fumo ou Saúde.

OUTRAS ESTRATÉGIAS NA DIVULGAÇÃO DOS MALEFÍCIOS DO FUMO

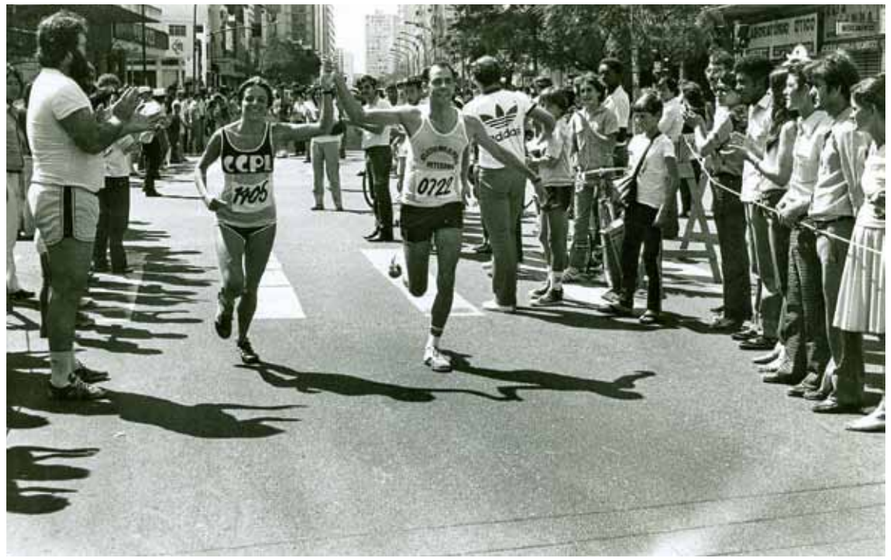
Em 1981, a "Greve do Fumo" foi reeditada com a duração de 12 horas. A participação de 4.000 estudantes fazendo pedágio pelas ruas de Curitiba oportunizou a arrecadação de assinaturas para um abaixo-assinado, fornecendo material educativo e fazendo campanha em benefício da Associação de Pais e Amigos de Excepcionais (APAE).

As assinaturas arrecadadas junto ao público (147.842) foram encaminhadas à Presidência da República por meio de documento registrado em Cartório citando os motivos da campanha, seus métodos, entidades organizadoras e os componentes da equipe executiva, conforme reprodução dos documentos". [7]

As ações tiveram ampla cobertura pela mídia. Todas as oportunidades foram aproveitadas, com amplo espaço de cobertura disponibilizado em nível nacional. Quando o Presidente da República João B. Figueiredo, conhecido tabagista, teve Infarto Agudo do Miocárdio, oportunizou uma intervenção da Associação Paranaense Contra o Fumo e a Associação Médica do Paraná, que com o slogan "Paraná, um Estado de Alerta Contra o Fumo" divulgam "Carta Aberta" no Jornal do Brasil (01/10/1981) e Gazeta do Povo, o que tornou bem visível os propósitos da campanha contra o fumo:

> *"**Bom mesmo é não fumar, Presidente.** Um conselho dado de coração aberto para o seu bem, para o bem de todos e para a felicidade geral da Nação, que certamente seguirá o seu exemplo. O senhor, Presidente, jurou transformar este país numa democracia! A democracia está aí, provada até mesmo no duro episódio da transferência de seu cargo ao Vice-Presidente da República.*
>
> *Agora esperamos do Presidente que descobriu em seu próprio coração as terríveis consequências do fumo, apoio para ajudar milhões de brasileiros que correm o mesmo perigo.*
>
> *Precisamos de lei que proíba a publicidade de cigarros nos meios de comunicação eletrônicos.*
>
> *Precisamos de lei obrigando A indústria do cigarro a estampar nos maços a advertência: "Fumar faz mal a saúde". E colocar o mesmo aviso na propaganda de jornais e revistas.*
>
> *Precisamos vincular a arrecadação do IPI e do ICM aos orçamentos dos ministérios da Educação, Saúde e Previdência Social.*
>
> *Isso é fácil, Presidente, com seu apoio. O fumo é o maior problema de saúde pública nos países desenvolvidos, segundo a Organização Mundial de Saúde.*
>
> *Por que não jurar, também, fazer do Brasil um país livre da epidemia do fumo?"*

[7] Conforme reprodução fotográfica do Jornal do Brasil – 01/10/1981.



I Meia Maratona Antifumo de Curitiba,
Av. Marechal Deodoro, 1982

MEIAS MARATONAS ANTIFUMO EM CURITIBA

Provas de Atletismo

A cada ano a união de esforços entre as entidades promotoras dos eventos (SESA, SMS, APCF, SPTF e APCF) aumentava progressivamente, levando a mensagem de saúde para a população, alertando sobre os malefícios para os fumantes e de forma pioneira também ao não fumante exposto. A prática do esporte sem fumo sempre foi o grande lema para a população jovem, por isto o sucesso em cada edição das corridas de rua chamadas de Meia Maratona, cujo plano organizacional desenhado pelo Jornalista Adherbal Fortes de Sá Júnior previa apoios institucionais, regulamentos, premiação e mensagens de saúde através de faixas estrategicamente colocadas no percurso visando o público espectador.

Representantes da Associação Paranaense Contra o Fumo (APCF) solicitaram ao Governador Hosken de Novaes apoio para a realização da I Meia Maratona Antifumo de Curitiba, inclusive contando com a presença do mesmo no evento. Foram recebidos em duas audiências no Palácio Iguaçu, além dos líderes Jayme Zoltnik e Adherbal Fortes de Sá, Jair Paselo, Elie Lebbos, Oscar Alves, Leo Choma, Roberto Pirajá Moritz de Araújo, Alceu Santos Almeida, Oswaldo Bianco e Ehrenfried Wittig.

Encontramos documentos bem preservados relativos ao ano 1986, cujos detalhes poderão nos dar uma significativa ideia sobre a organização e amplitude deste tipo de evento. Vamos tomá-la como exemplo. **Apêndice-6.**



Representantes da APCF solicitando apoio
ao Governador Osken de Novaes em 1982



Meia Maratonas em Curitiba (1980-1993)
Foram corridas de rua durante 12 anos, planejadas previamente, com participação da Secretaria da Saúde e do Bem Estar Social, Fundação Caetano Munhoz da Rocha, Federação de Atletismo do Paraná e da Associação Médica do Paraná. A 1ª foi em 1982 com a greve do Fumo de 24h, saindo da Praça Zacarias. Aos vencedores por categoria, medalhas.

V Meia Maratona Antifumo do Paraná

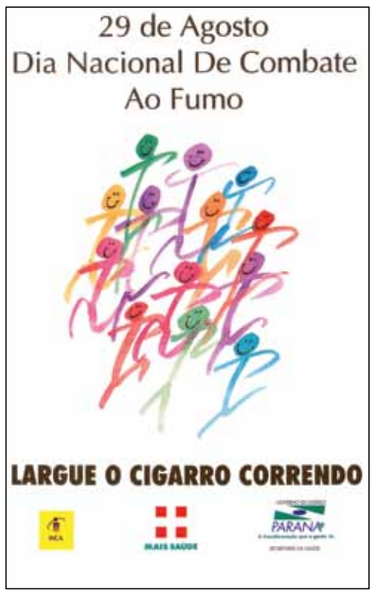
Esta prova de atletismo foi realizada no dia 24 de agosto de 1986 sob a coordenação da Associação Paranaense Contra o Fumo em parceria com a Secretaria da Saúde e do Bem-Estar Social, Fundação Caetano Munhoz da Rocha, Federação de Atletismo do Paraná e da Associação Médica do Paraná. Seguiu um regulamento que ditou detalhes da organização, categorias, premiação e percurso preestabelecido em croquis, com saída e chegada à Avenida Mal. Deodoro (em frente ao correio novo), passando pelos bairros Mercês, São Francisco, Bigorrilho, Batel, Água Verde, Rebouças, Capanema, Alto da Rua XV e Alto da Glória.

A divulgação prévia do evento foi por meio da mídia e cartazes colocados em locais públicos, inclusive em ônibus urbanos, com autorização solicitada ao Secretário Municipal dos Transportes, Germinal Poça, e ao Engenheiro Ariosto Assumphção Hyuda (URBS) para distribuição nos veículos.

Foram realizadas 12 "Meias Maratonas Antifumo" em ruas de Curitiba, segundo dados obtidos em documentos pesquisados e por meio de informações de algumas pessoas que vivenciaram todos estes eventos. Eram divulgadas pela mídia e por meio de cartazes com mensagens de saúde e diferentes a cada ano. **Apêndice-6.**

Sinopse dos Eventos realizados de 1980 até 1993

1980 Greve do Fumo / 1 hora
1981 Greve do Fumo / 12 horas
1982 Greve do Fumo / 24 horas e I Meia Maratona Antifumo do PR
1983 II Meia Maratona Antifumo do PR
1984 III Meia Maratona Antifumo do PR
1985 IV Meia Maratona Antifumo do PR
1986 V Meia Maratona Antifumo do PR
1987 VI Meia Maratona AntfFumo do PR
1988 VII Meia Maratona Antifumo do PR
1989 VIII Meia Maratona Antifumo do PR
1990 IX Meia Maratona Antifumo do PR
1991 X Meia Maratona Antifumo do PR
1992 XI Meia Maratona Antifumo do PR
1993 XII Meia Maratona Antifumo do PR



DIA NACIONAL CONTRA O FUMO – 29 DE AGOSTO

O Deputado Federal e General da Reserva do Exército Ítalo Conti, ex-secretário de Segurança Pública do governo Ney Braga e membro da FEB na Itália (II GGM), se destacou, nos anos 1980, ao dar grande visibilidade às consequências da epidemia tabágica, chamando a atenção, entre os parlamentares e o público, da luta deflagrada por diversas organizações nacionais e internacionais, a exemplo da Organização Mundial da Saúde (OMS), ressaltando os esforços de entidades do Paraná, destacando a "Associação Paranaense Contra o Fumo".

Ítalo Conti sensibilizou o Congresso Nacional para aprovar "Projeto de Lei" tornando o dia 29 de agosto (dia da 1ª greve do fumo e "Dia Paranaense Contra o Fumo") em "Dia Nacional Contra o Fumo", sancionado pelo Presidente da República José Sarney como Lei nº 7.488, no dia 11 de junho de 1986, a qual de valor educativo para a população inaugurou o envolvimento do Governo Federal nesta questão de saúde pública.

No dia do sancionamento da lei em Brasília (DF) estavam presentes, entre outras autoridades, 3 ícones da "luta antitabágica" no Brasil: Professor José Rosemberg (SP), Professor Antonio Pedro Mirra (SP) e Jayme Zlotnik (PR), representantes da AMB na área do tabagismo (membros titulares da Comissão de Combate ao Tabagismo) e do Comitê Nacional de Combate ao Tabagismo.

Esta lei nacional do dia 29 de agosto confirma uma homenagem ao pioneirismo do Paraná.



Sancionamento da Lei Nacional nº 7.488/1986 por ato do Presidente Sarney, após trabalho do Deputado Federal Ítalo Conti sensibilizando o Congresso Nacional, com a presença de Professor José Rosemberg, Antonio Pedro Mirra e Jayme Zlotnik.
Acervo J. Zlotnik

LEI MUNICIPAL Nº 7.298/1988 – DRA. ROSA MARIA CHIAMULERA

> ***Súmula:*** *"veda o uso de fumo no interior de veículos denominados automóveis de aluguel (táxis), destinado ao transporte de passageiros, e dá outras providências".*

Em ação conjunta das Secretarias Municipal e Estadual da Saúde, as primeiras ações em cumprimento da nova lei municipal aconteceram no Palácio Iguaçu com a presença dos Secretários da Saúde Nizan Pereira Almeida (Municipal) e Delcino Tavares (Estadual) e um grande número de táxis e seus condutores.

O PL proposto pela Vereadora Dra. Rosa Maria Chiamulera em resposta a um taxista foi sancionado em 14/12/1988 pelo Prefeito Roberto Requião de Mello e Silva e denominada Lei Municipal 7.298/1988.

A vereadora, médica sanitarista e clínica generalista, ciente dos malefícios do tabaco com exemplos entre clientes na família apresentou o PL com 5 artigos especificando o teor da proposição e 12 parágrafos justificando a lei com bases científicas.

Adesivos plásticos foram afixados no interior do veículo com os dizeres:

> *"É proibido fumar – Lei Municipal nº 3.933*
> *Penalidade: o infrator não poderá permanecer no interior do veículo".*

Informações adicionais ver seção de depoimentos página 229: Dra. Rosa Maria Chiamulera.



Mensagens de advertência nos taxis: "Não fume, estou respirando" – Lei Municipal Nº 7.298/1988 (Vereadora Dra. Rosa Maria Chiamulera).

Descentralização

DESCENTRALIZAÇÃO DAS AÇÕES DE CONTROLE DO TABAGISMO NO PARANÁ

O Brasil, no início da década de 90, maior país da América Latina e o 4º maior do mundo em extensão territorial e número de habitantes era composto de 26 estados e o Distrito Federal (Brasília). As principais cidades brasileiras situadas nos estados do Rio de Janeiro, São Paulo, Minas Gerais, Bahia, Rio Grande do Sul, Paraná, Pernambuco e Ceará.

O sistema de saúde administrado como hoje, pelo Ministério da Saúde no nível central e pelas Secretarias Estaduais e Municipais de Saúde, dividiam com instituições de saúde privadas conveniadas com o Governo Federal, grande parte do atendimento à população. O atendimento primário quase na totalidade realizado pelo serviço público. Cerca de 70% dos recursos totais à saúde pública eram gastos em hospitais, concentrados nas regiões mais produtivas do país. Os investimentos na promoção da saúde para adultos eram muito baixos apesar do crescente índice de mortalidade por doenças crônico-degenerativas. [8]

O grande consumo do tabaco e a crescente incidência das doenças tabaco relacionadas entre a população compreendida na faixa etária dos 20 a 50 anos de idade continuou preocupando as autoridades médicas do país, por se tratar da população mais ativa economicamente.

As doenças isquêmicas do coração e cérebrovasculares apresentavam o maior coeficiente de mortalidade, seguidos pela Doença Pulmonar Obstrutiva Crônica (DPOC) e pelo Câncer do Pulmão, conforme estudo epidemiológico entre os anos 1979 e 1986 na população com 35 anos de idade ou mais. [9 e 10]

Neste contexto, o Programa Nacional de Combate ao Fumo, criado pela Portaria Ministerial de 1985, que foi o marco inicial da luta governamental contra o fumo, estimulou a descentralização do programa, por meio de ações estaduais e municipais.

[8] Costa e Silva, VL – Controle do Tabagismo: um desafio – MS (INCA), 1992

[9] Estatística de Mortalidade, Brasil – Ministério da Saúde, 1979.

[10] Estatística de Mortalidade, Brasil – Ministério da Saúde, 1986.

O estabelecimento de "Programas Estaduais" já existentes em quase todos os estados na época permitiu traçar o perfil epidemiológico das doenças tabaco relacionadas a partir de 1989. Para atingir o país com a enorme extensão territorial foi necessário a descentralização para os municípios, facilitando as ações ordenadas junto ao público e com local definido para a obtenção de informações técnicas sobre o tabagismo.

O início destas ações foram dificultadas pela falta de sensibilização dos secretários de saúde. Na maioria das secretarias as ações se restringiam ao público infantil (campanhas de vacinação), cujos programas eram algumas vezes financiados pela indústria do tabaco.[11]

Outros fatores dificultadores foram: os programas estaduais de controle do tabagismo nem sempre faziam parte da estrutura organizacional das secretarias de saúde. Quando inseridas na estrutura oficial estavam em áreas das doenças crônico-degenerativas, pneumologia sanitárias, saúde do trabalhador ou educação em saúde. Por alguns anos foram observadas dificuldades operacionais como regra, embora fosse visualizado o interesse crescente em muitos municípios.

O quadro geral por regiões, municípios, com ou sem programas estruturados assim se apresentava:

Região Norte: 193 municípios, 10 com programas, apenas 3 estruturados repassando atividades do Programa Nacional.

Região Nordeste: 1.233 municípios, 83 com programas, apenas 11 estruturados e 72 repassando atividades do Programa Nacional.

Região Centro-Oeste: 283 municípios, 53 com programas estruturados.

Região Sudeste: 1.364 municípios, 22 com programas e 225 repassando atividades do Programa Nacional.

Região Sul: 883 municípios, 83 com programa estruturado e 475 repassando atividades do Programa Nacional.

Nesta época, dos mais de 4.000 municípios brasileiros apenas 176 possuíam programa estruturado, sendo 47% situados na Região Sul. Outros mais de 600 municípios, embora não estruturados, repassavam informações e atividades do programa nacional.

O Paraná sempre esteve na vanguarda destes eventos, servindo de modelo e estímulo para as ações nacionais, justificado pela visão dos líderes que colaboraram com ideias inovadoras e prática imediata. Devemos estar cientes de que existiam propostas objetivas, mas os recursos técnicos não eram bem definidos nesta fase, o que estimulou o autodidatismo em algumas ocasiões, exemplo típico do pioneirismo.

A seguir relatamos o projeto de descentralização desenvolvido na SESA/PR, por Teresinha Jensen, Coordenadora do Projeto de Controle do Estado do Paraná e Sonia Maria de Oliveira Franzosi, aprovado pelo Secretário de Estado da Saúde Nizan Pereira Almeida e oficializado através de resolução 77/91, em 20 de agosto de 1991. Tendo como resultado prático a instituição de Comissões Regionais de Combate ao Fumo e Programas Municipais de Combate ao Tabagismo. Para este importante passo foi necessário um estudo prévio propondo ações diversificadas, pois as propostas anteriores visavam apenas o público infantil.

[11] Costa e Silva, VL e cols. – Controle do Tabagismo: um desafio – MS: 20,21: 1992.

Criando uma Rede Municipal

A partir da resolução nº 77/91 foram realizados encontros nas 5 macro regiões do Estado. Participaram representantes da comunidade, instituições estaduais, municipais e entidades afins. A finalidade dos encontros era identificar as atividades desenvolvidas pelo Programa Estadual de Combate ao Fumo, seus objetivos e propostas, bem como iniciar a implantação da área de abrangência de cada regional de saúde.

Esta proposta foi encaminhada na forma de documento intitulado Descentralização das atividades do Programa Estadual de Combate ao Fumo – Criação das Comissões Regionais de Combate ao Fumo, desenvolvido nos seguintes tópicos: Identificação, Justificativa, Objetivos, Meta, Conteúdo, Operacionalização da Proposta, Recursos Financeiros e Materiais Necessários, Local de Realização do Evento, Período de Realização e Viabilidade de Execução do Projeto. **Apêndice-9**.

A resolução nº 77/91 para a municipalização das ações foi enviada para as regionais por seus diretores, seguindo a determinação do Secretário da Saúde, a partir de Setembro de 1992.

As orientações foram repassadas dando ciência inicialmente, como estava organizado o Programa Estadual, em níveis estadual (coordenação), regional de saúde (comissão regional) e nível local (comissão municipal).

Para bom e amplo desenvolvimento, parcerias foram propostas nos 3 níveis. **Apêndice-10.**

Reconhecimento do Ministério da Saúde

A Coordenadora Estadual do PECT/PR enviou relatório dos projetos e ações desenvolvidas no Paraná, o que gerou comentários do Coordenador de Câncer e Combate ao Fumo do Ministério da Saúde, Dr. Marcus Vinicius Tavares da Cunha Mello, a seguir reproduzidos:

Serviço Público Federal
Ofício nº 163/91 – CCF/DPS/SNAS/MS
Em, 16 de agosto de 1991
Do: Coordenador de Câncer e Combate ao Fumo
Endereço: SAS – Q. 04 – BL.N – 10º andar
A: Coordenadora do Programa Estadual de Combate ao Fumo do Paraná – TEREZINHA JENSEN

Prezada Senhora

Venho através deste, responder a duas cartas da senhora. Antes de mais nada, quero parabenizar-lhe pelo eficiente e profícuo trabalho do Programa de Combate ao Fumo conduzido pela senhora, cabendo também elogiar a disposição e o passado ao seu Secretário de Saúde, Dr. Nizan de Almeida Pereira, na condução dessa luta tão digna.

A história do Programa do seu Estado confunde-se também com a pessoa do Dr. Jayme Zlotnik de forma mui brilhante e também mui persistente e brava.

Por último, a história do seu Programa, as "GREVES DO FUMO", etc., servem de exemplo de como o cidadão interfere na história de seu país na defesa de seus direitos e de sua cidadania.

Enviando nossos protestos de elevada estima e consideração.
Atenciosamente,

Dr. Marcus Vinicius Tavares da Cunha Mello
Coordenador de Câncer e Combate ao Fumo
DPS/SNAS/MS

A luta desenvolvida no Paraná para o controle do tabagismo sempre foi intensa e de forma destemida, foi vencendo os obstáculos de toda ordem e após 12 anos da sua oficialização governamental já apresentava significativa visibilidade e reconhecimento ao contabilizar significativos resultados.

Regionalização, a caminho da criação de Programas Municipais

Vários eventos aconteceram em 1992 e que serão listados na sequência. Porém, a elaboração do documento: Regionalização, a Caminho da Criação de Programas Municipais foi dos mais importantes, pois definiu o papel do município no gerenciamento dos recursos e a responsabilidade da execução do programa de controle definindo o progresso horizontal das ações o rumo a ser seguido em futuro próximo.

O projeto foi elaborado pelas Educadoras em Saúde (do Programa Estadual de Combate ao Tabagismo – SESA/PR): Sonia Maria de Oliveira Franzosi e Teresinha Jensen, concluído em abril de 1992. Incorpora os seguintes tópicos: justificativa, objetivos da descentralização, passos fundamentais para a criação de programas municipais de combate ao fumo, sugestões de atividades das comissões regionais para a execução de programas municipais e algumas considerações finais. **Apêndice-12.**

Sem dúvidas, o projeto para a municipalização das ações do programa estadual foi o marco mais importante neste ano. Porém, como tradicionalmente já acontecia, a informação e capacitação com ênfase na educação ocorreu em várias oportunidades, com ampla divulgação sobre os riscos do tabagismo e a importância da prevenção desta doença e outras drogas. O alcance das ações do legislativo municipal e escolas foi fundamental. Os meios mais frequentes foram palestras, seminários, exposições de material educativo impresso, eventos de atletismo com premiações, chegando a atingir um público de 300.000 pessoas no ano. **Apêndice-13.**

O Professor e o Médico como Modelos Fortes no Combate ao Tabagismo

A carência de material didático na época estimulou o senso autodidático na produção de textos que abordavam vários aspectos educativos auxiliando na capacitação dos profissionais da área da saúde envolvidos no Programa Estadual Contra o Fumo (PECF) e sempre atuou com os objetivos fundamentais de combater e prevenir o tabagismo, reconhecido atualmente como doença e sério problema de saúde pública.

A estratégia de abordagem incluiu além do aspecto sanitário as políticas setoriais solidárias no campo da educação, meio ambiente, do esporte, dos poderes Legislativo e Judiciário. O público alvo são os adolescentes e jovens, porque a iniciação tem alcançado faixas etárias cada vez mais baixas e levando também em conta a questão dos malefícios importantes aos não fumantes.

Considerando que, além da família, o Professor e o Médico são grandes modelos no processo da prevenção do tabagismo, a equipe da SESA, tendo como representantes Teresinha Jensen (Coordenadora do PECF), Sônia Maria de Oliveira Franzosi (Pedagoga do PECF) e o colaborador Dr. Alcides Prante Júnior (Médico do Núcleo de Atendimento ao Fumante), prepararam um documento, divulgado a partir de outubro de 1993 sob o título: O Professor e o Médico como Modelos Fortes no Combate ao Tabagismo, que na sua essência assim se resume:

"O Professor, além de transmissor de informações é orientador da aprendizagem e agente essencial na educação, capaz de desenvolver no ambiente escolar a habilidade da escolha consciente e de tomada de decisões.

Também deve desencadear simultaneamente ações preventivas com o aluno e sua família. O tabagismo deve ser objeto de estudo dentro dos conteúdos programáticos existentes.

O Professor capacitado especificamente para a aquisição de conhecimento científico sobre o tabagismo aliado ao "modelo do professor" é a condição ideal para a conscientização da importância da prevenção.

O Médico

É grande a responsabilidade dos médicos e toda a equipe de saúde frente a este sério problema de saúde pública. Na introdução deste tópico, uma mensagem faz um chamado de alerta, com esta questão: "o que aconteceria se dispendessemos o mesmo esforço no auxílio a um paciente com Doença Pulmonar Obstrutiva Crônica para que pare de fumar, quanto ao fornecido, em ventila-lo mecanicamente durante um episódio agudo de insuficiência respiratória".

O reconhecimento pela Organização Mundial da Saúde de que o tabagismo é a principal causa evitável de doença e morte no mundo e o estabelecimento em 1993 do Dia Mundial sem Tabaco, direcionado a "Instituições e Profissionais da Saúde e da Educação Livres do Tabaco" leva a refletirmos sobre o papel do profissional da saúde no enfrentamento desta que é a principal epidemia, de causa identificável, vigente.

O médico encontra-se numa condição singular que o permite intervir de modo a encorajar a parada de fumar, desde a infância até o envelhecimento, incluindo a gestante, alvo importante, cujo comportamento de fumar compromete não apenas a si própria e seu feto, mas também a criança e outros membros da família que repartem o seu domicílio.

Comentários na sequência deste documento mostram a importância da abordagem mínima ao fumante, baseado em observações de Russel e colaboradores, na Inglaterra sobre o custo-benefício do método que, extrapolando para a realidade nacional dos anos 1990, um modesto 4% de êxito significaria a cada ano 400.000 pessoas deixando de fumar, considerando que cerca de 32,6% da população adulta era fumante e em 10 milhões de consultas sofressem abordagem mínima. Isto demonstrava que o método era extremamente favorável a baixo custo e pouco tempo dispensado.[12]

Em seguida, ficou evidente a questão: em que grau tem sido aproveitada esta oportunidade de intervenção? Estudos apontavam que apenas 30 a 70% de fumantes foram aconselhados por um médico a abandonar o tabagismo. Isto se deve, diz o documento, a dois fatos significativos: a inadequada habilidade do profissional em lidar com o tabagismo, por não evoluir na mesma proporção em que foram desvendados os efeitos agressivos do fumo, e ao conceito errôneo de que o tabagismo é apenas um hábito e a força de vontade resolve ao mesmo tempo, sem a conotação patológica a sua preocupação com o fato ficaria em segundo plano.

Conclusão

"O Dia Mundial sem Tabaco" e o "Dia Nacional de Combate ao Fumo" contribuem para estas conclusões:

- *Profissionais da Saúde e da Educação; modelos fortes de comportamento para pacientes, alunos e cidadãos em geral.*
- *Profissionais capacitados podem intervir com sucesso.*
- *Inclusão curricular dos problemas decorrentes do uso do tabaco e as possíveis soluções.*
- *Implementação de políticas de não fumar em Instituições de Saúde e da Educação.*

[12] Russel MAH, Wilson C, Taylor C., Baker CD – Effect of general practitioners adrice against smoking. But Med Y 1979,2: 231 – 235

- *Oferecimento de opções terapêuticas disponíveis aos fumantes.*
- *Abrangência de profissionais: inclusão dos estudantes das áreas de medicina, enfermagem, psicologia, nutrição, odontologia, serviço social, pedagogia, fisioterapia e alunos de magistério para 1º e 2º graus.*
- *Inclusão de abordagem a crianças e adolescentes.*
- *Apoio a programas de cessação tabágica em locais de trabalho.*
- *Apoio aos esforços legislativos para baixar os índices de tabagismo.*
- *Apoio a promoção de políticas públicas e privadas que promovem ambientes livres da fumaça do tabaco.*
- *Promoção de estilo de vida saudável e da melhora da qualidade de vida".*

Diversos eventos foram registrados em 1993, no Paraná. Além de Seminários em Curitiba, Londrina e Apucarana, reportamos uma série de eventos no estado, com destaque a criação do "banco de dados" junto à coordenação estadual do programa em Cascavel e Campo Mourão destinado à pesquisa bibliográfica sobre o tema tabagismo e os treinamentos para estudantes do curso de Magistério promovidos pela 3ª Regional de Saúde, capacitando 287 profissionais para serem multiplicadores de conhecimento e divulgação sobre o tema tabagismo e suas implicações. **Apêndice-14.**

AÇÕES DAS REGIONAIS DE SAÚDE – DIA MUNDIAL SEM TABACO

As atividades desenvolvidas nas Regionais de Saúde (RS), em comemoração ao Dia Mundial sem Tabaco (31 de Maio de 1993) foram todas relacionadas em documento, divulgado pela SESA/PR, baseado em relatórios recebidos de vários municípios pertencentes a 21ª RS, o que bem demonstra o grande envolvimento das mesmas: Paranaguá (1ª), Ponta Grossa (3ª), Irati (4ª), Guarapuava (5ª), União da Vitória (6ª), Pato Branco (7ª), Francisco Beltrão (8ª), Foz do Iguaçu (9ª), Cascavel (10ª), Campo Mourão (11ª), Umuarama (12ª), Cianorte (13ª), Paranavaí (14ª), Maringá (15ª), Apucarana (16ª), Londrina (17ª), Cornélio Procópio (18ª), Jacarezinho (19ª), Toledo (20ª), Telêmaco Borba (21ª) e Ivaiporã (24ª).

As atividades em 1993 foram tipicamente intensas e produtivas, bem documentadas, favorecendo um panorama amplo e concreto do que se faz a cada ano no Paraná.

A seguir, um resumo das ações comemorativas realizadas no dia 31 de maio, Dia Mundial sem Tabaco, em diversos municípios do estado.

1ª RS - Paranaguá/PR

Paranaguá, Antonina, Guaratuba e Guaraqueçaba realizaram concursos de frases, redações, passeatas, distribuição de cartazes às instituições públicas alusivas à data e divulgação em Rádio. Foi decretada pelo Prefeito de Guaratuba, José Ananias dos Santos, a proibição do uso do tabaco em locais de trabalho, através da Portaria nº 1686.

3ª RS - Ponta Grossa/PR

A Comissão Regional de Combate ao Fumo (CRCF), utilizou amplamente a mídia para a di-

vulgação de mensagens pró-saúde. Os jornais expressaram-se sobre o combate ao fumo. O Jornal da Manhã de 30/05/1993 publicou o título "Dia Mundial sem Tabaco agitará a cidade amanhã", e em 05/06/1993 divulgou que "Município conta com comissão de combate ao hábito de fumar". O Correio Ponta Grossense em 21/05/1993 manifestou-se com os títulos "Município conta com comissão de combate ao hábito de fumar" e "A equipe da RS percorreu os vários veículos de comunicação para anunciar a campanha antifumo". Também em 05/06/1993 o Diário da Manhã publicou "Município conta com comissão de combate ao hábito de fumar".

Além da divulgação do tema em camisetas, adesivos e faixas, foram confeccionados receituários com logotipo do "não fumar". A criação da CRCF abriu um canal de comunicação entre instituições facilitando as ações em saúde no município. A parceria com o Núcleo Estadual de Educação resultou no treinamento de alunos para se tornarem multiplicadores nas divulgações de saúde e tabaco entre seus colegas. A CRCF propôs a 3ª RS a criação de um ambulatório específico para o tratamento do tabagismo.

4ªRS - Irati/PR

O Ofício nº 23/93 de 14/06/1993, do Diretor Regional, Dr. Ricardo Massakazu Aoki, discorre sobre as ações desenvolvidas nos municípios de Irati, Mallet, Imbituva, Rebouças e Rio Azul, onde foram realizadas palestras de conscientização dos diretores de escolas municipais e estaduais, distribuição de materiais didáticos ilustrativos, debates entre fumantes e não fumantes e palestras para os alunos.

A partir de 04/01/1993 ficou proibido fumar nas dependências da Secretaria Municipal de Saúde e P. Humana de Irati/PR. (Secretário Dr. Sergio Luiz Stoklos).

No município de Mallet/PR, o destaque foi a ênfase ao Dia Mundial e o seu significado apresentado durante uma semana na Rádio Club de Mallet pela Auxiliar de Enfermagem do Centro de Saúde local, Maria Madalena Bileskil, a qual também proferiu palestras em escolas abordando o tema Fumo, Gravidez e Criança.

Os alunos da 5ª a 8ª séries elaboraram um questionário para os pais responderem. Foi constatada a total desinformação sobre os locais livres do tabaco e a partir desta constatação um trabalho educativo foi iniciado com a criação de uma comissão municipal de combate ao fumo.

O médico chefe de Saúde de Imbituva/PR, Dr. João Vilmar Bobato relata que a ênfase neste município foi o alerta dado sobre os riscos da gestante fumante e feto e também para a gestante não tabagista exposta à poluição tabagística ambiental. O Departamento de Saúde e Assistência Social trabalha também com alcoolismo e drogas ilícitas.

O Secretario Municipal de Saúde de Rebouças/PR, Jaciel Molinari, informou sobre o envio de material de divulgação para as escolas e divulgação pela Rádio Alvorada do Sul.

Em Rio Azul/PR, foram anexados cartazes em bancos, centros de saúde, hospitais, escolas e estabelecimentos comerciais. Realizadas palestras na Pastoral da Criança para 172 pessoas e para grupos de mães. (Secretário de Saúde Municipal Osvaldo Kosciuk).

5ª RS - Guarapuava/PR

O Memorando 012/93 informou que no dia 30 de Maio foi realizada uma corrida rústica com 300 participantes, a maioria adolescentes e distribuição de cartazes em estabelecimentos comerciais e da área da saúde. Foi enviada documentação fotográfica do evento.

6ª RS - União da Vitória/PR

O Ofício nº 456/93 de 26/07/1993 informa sobre o relatório do Diretor da RS, Dr. Warrib Motta. O município desenvolveu programação conjunta com a Comissão Regional de Combate ao Tabagismo e a Escola Adventista do 7º Dia. A participação do Corpo de Bombeiros e exposição de seus equipamentos atraiu o público quando material informativo foi distribuído aos presentes. Alunos confeccionaram cartazes sobre tabagismo e mostraram ao público.

A Escola Adventista apresentou audiovisuais com ênfase aos malefícios do tabagismo para a sociedade e também distribuiu material educativo. Entrevista foi veiculada em rádio local abordando o tema "Drogas e Tabagismo junto ao escolar". O Poder Legislativo do município, por iniciativa dos vereadores Mauri Silverio dos Santos e Altamir Moreira de Castilho consignou em ata "Um Voto de Regozijo" pelas comemorações do dia Mundial Sem Tabaco na cidade de União da Vitória/PR (Ofício nº 867– CM/93 de 02/06/1993).

7ª RS - Pato Branco/PR

O Ofício nº 12/93 de 03/06/1993, do diretor Valmir Dalla Costa, trouxe o relatório das atividades em comemoração à data:

- Reunião com os diretores de colégios da cidade para sensibilização sobre a "Lei Municipal Antitabagismo".
- Palestras nas escolas sobre os malefícios do fumo.
- Reivindicação junto à Câmara Municipal de Vereadores sobre o cumprimento da Lei Municipal Antitabagismo.
- Distribuição de cartazes e folders nas escolas, hospitais, comércio, consultórios e órgãos públicos.
- Instalada barraca na Praça Getúlio Vargas para atendimento e orientação ao público, com mensuração da pressão arterial, distribuição de material informativo e participação de escoteiros. O Jornal local divulgou o evento com foto e o texto "Combate ao Fumo teve corpo a corpo na praça – Pato Branco também abriu guerra". Outra matéria com título "Não ao fumo – Saúde faz alerta à população". O Diretor regional manifestou o exemplo dos profissionais da área da saúde e professores que fumam, muitas vezes diante de pacientes ou dos alunos nas salas de aula.
- Realização do "Curso como Deixar de Fumar em 5 Dias", pela Igreja Adventista do 7º Dia, com grande número de participantes.

8ª RS - Francisco Beltrão/PR

O evento foi em conjunto com o Instituto Ambiental do Paraná – IAP, ao lembrar o dia 5 de junho (Dia Mundial do Meio Ambiente) que foram assim resumidas:

- Divulgação da data e os motivos da comemoração pelas rádios da cidade.
- Entrevistas e debates pelas chefias e técnicos da RS e IAP.
- Colocação de faixas patrocinadas por empresas locais, alusivas ao dia.
- Palestras nas escolas.
- Distribuição de cartazes nos órgãos públicos, hospitais e Postos de Saúde com o alerta "Não fume neste local".
- Passeio ciclístico de 8 km, com a participação de 126 ciclistas, cujo convite foi feito pelas Rádios locais. Durante a pausa no percurso árvores nativas foram plantadas. Foi premiado o ciclista mais jovem e o mais idoso, com 07 e 50 anos, respectivamente.

9ª RS - Foz do Iguaçu/PR

Estiveram envolvidas nas ações as Secretarias de Educação, Saúde e Comunicação Social, Núcleo Regional de Educação do Estado e Assuntos Comunitários da Vila "A" de Itaipu e o Colégio Anglo americano. Foi distribuído material educativo em hospitais e mensagens na mídia local e confecção de camisetas e faixas, programa também adotado nos municípios de Missal/PR e Medianeira/PR. As faixas em Missal traziam a mensagem "No Dia 31 de Maio, tenha uma atitude inteligente: Pare de Fumar". O material de divulgação foi distribuído principalmente em locais de grande circulação de pessoas, como bancos, Casa da Cultura, Escolas e Prefeitura.

10ª RS - Cascavel/PR

Esta regional organizou a distribuição de material educativo alusivo à data entre os 23 municípios agregados abrangendo o Núcleo de Educação, Secretaria Municipal de Educação, principais bancos, Pastoral da Criança, CRE e Secretaria do Trabalho e Ação social de Cascavel/PR.

Outros destaques das atividades:

- Criação e divulgação de um banco de informações sobre tabagismo, para profissionais da educação e saúde, bem como para alunos realizarem pesquisas sobre o tema.
- Fixação de faixas sobre a data, em diversos pontos estratégicos da cidade.
- Contato com a mídia escrita, falada e televisionada para a divulgação da data.
- O Jornal a Gazeta do Paraná, na edição de 30/05/1993 editou a matéria assinada pelo Dr. A. Ricardo Sabbi: "Alerta aos perigos do fumo no Dia Mundial sem Tabaco" que deu ênfase aos riscos das gestantes fumantes, o feto e ao tabagismo passivo.
- Maratona Antifumo coordenada pela Secretaria Municipal de Esportes entre a Prefeitura Municipal e a Agencia Central do Banco do Brasil, e distribuição de troféus aos vencedores das diversas categorias.
- Instalação de posto de informações sobre tabagismo no calçadão da Av. Brasil e distribuição de panfletos explicativos.

11ª RS - Campo Mourão

Foi observado o crescente interesse na luta antitabágica entre os 24 municípios desta jurisdição. As ações do dia Mundial Sem Tabaco visaram a sensibilização em escolas, instituições de saúde, comunidade e empresas.

Nas escolas aconteceram reuniões com os professores e diretores para sensibilização dos alunos para a prevenção do tabagismo, inclusive promovendo concursos de frases, cartazes, redação, paródias e desenhos em 16 escolas estaduais, premiando os melhores em cada categoria. Nas instituições de saúde foi fornecido material educativo para serem distribuídos junto aos clientes.

Foi realizada uma pesquisa através de questionário entre os profissionais da saúde desta regional, Centro Regional de Especialidades e Hemocentro onde se obteve uma amostra de 57 entrevistados. os seguinte resultados:

- 13 fumantes entre os 57 participantes (21,8%).
- Faixa etária dos fumantes entrevistados: 30 a 49 anos.
- Média de cigarros fumados: 1 a 10 (H) e 10 a 20 (M).
- A maioria dos fumantes tinha contato com pacientes.
- 33 dos entrevistados desejavam receber informações sobre tabagismo.

O questionário aplicado com os seus 14 itens:

1. Função _____
2. Idade (anos) _____
3. Sexo _____
4. Você Fuma? Sim ___ Não ___
5. Se não fuma, já fumou? Sim ___ Não ___
6. Se já fumou, parou há quanto tempo? _____
7. Você tem contato com pacientes? Sim ___ Não ___
8. Se você tem contato com pacientes adverte-os contra o fumo? Sim ___ Não ___
9. Se você fuma, também fuma no ambiente de trabalho? Sim ___ Não ___
10. Se fumante, quantos cigarro fuma?
    ___ 1 a 10 cigarros por dia ___ 11 a 20 cigarros por dia ___ + de 20 cigarros por dia
11. Você conhece as doenças associadas ao tabaco? Sim ___ Não ___
12. Gostaria de receber material informativo? Sim ___ Não ___
13. Você acha que deveria ser proibido fumar em local de trabalho? Sim ___ Não ___
    Em lugar apropriado? Sim ___ Não ___
14. Você quer ajudar na Campanha Antifumo? Sim ___ Não ___

Se você respondeu afirmativamente os itens 12 e 14, deixe seu contato abaixo.

Junto à comunidade tivemos reportagens em jornais locais, colocação de faixas em pontos estratégicos na cidade, distribuição de cartazes e folders para serem fixados nos comércios, e a participação de um representante de núcleo pedagógico no município de Mamborê/PR., para apoio e incentivo nas atividades realizadas no dia 05 de junho.

Algumas empresas da cidade como COAMO, Banco do Brasil, Cometa, Expresso Nordeste, foram incentivadas a desenvolverem amplas atividades de controle do tabagismo entre seus funcionários, como parte das atividades das CIPAS.

A 11ª RS disponibilizou um Banco de Dados sobre Tabagismo junto ao Núcleo Pedagógico de Saúde para pesquisas, com bastante procura para pesquisas estudantis.

Roncador/PR

O Secretário da Saúde Municipal Sidnei Gusmão de Andrade (Rel/DS nº 087/93), destacou o apoio do legislativo local e as principais ações nesta comemoração que foram legislação e seminário.

O legislativo municipal, por meio de requerimento nº 136/93 pede o cumprimento da Lei Federal que proíbe fumar em locais públicos, incluindo os ônibus.

Foi realizado um seminário em comemoração ao Dia Mundial sem Tabaco com 130 participantes, incluindo autoridades do poder executivo, legislativo, judiciário, profissionais da saúde, representantes de clubes de serviços, da igreja, do comércio e outras instituições interessadas. Neste evento, que durou 6 dias, foram realizadas várias palestras de alto nível, foram proferidas pelo Dr. Jorge Fukushima, Vereador Levi de Almeida, Pastor Antenor Teles da Igreja Adventista do 7º Dia e Ari Duarte (ex-fumante), onde foi indicado o uso de medicamentos naturais, técnicas de desintoxicação e ampla divulgação pela rádio local.

Ubiratan/PR

A Secretária da Saúde Municipal, Wandy Tania Etchebere, resumiu as atividades na data comemorativa, através do Ofício nº 066-93, de 09/06/1993, com a Campanha de alerta aos efeitos nocivos do cigarro através dos meios de comunicação, Rádio Difusora e Clube, jornais Gazeta e Vale do Piquiri e palestras para as entidades assistenciais.

Mamborê/PR

Um relatório foi enviado pelo diretor da Secretaria de Saúde e Bem-Estar Social (SSBES), Osmar Alves Ferreira e Maria Deolinda N.F. Ricciardi, Chefe da Divisão de Saúde do Centro de Saúde, com a descrição das atividades:

- Reunião com funcionários do Centro de Saúde para definir a estratégia da comemoração.
- Concurso de slogans e desenhos e passeio ciclístico.
- Palestras nos colégios municipais e estaduais nos 3 turnos, esclarecendo sobre os malefícios do cigarro.
- Parceria com a Secretaria Municipal de Educação e de Esportes, Associação comercial, Rotary Club, Igrejas e Bancos. Aos participantes das competições esportivas foram dados troféus, medalhas, bicicletas, fitas K-7, camisetas, calçados, bonés, acessórios para bicicletas e doces para as crianças, sendo grande o número de participantes, cerca de 685 pessoas. Por iniciativa e criatividade de colégios, carros foram enfeitados com faixas e feitas encenações teatrais sobre os malefícios pelos alunos em cima de caminhões em desfile.

12ª RS - Umuarama/PR

O Memorando 392/93 do Setor de Epidemiologia descreve as ações:

- Distribuição de material informativo para orientar os municípios da regional na formação da Comissão de Combate ao Fumo.
- Divulgação da comemoração do Dia 31 de Maio aos professores da rede municipal e Núcleo Regional de Ensino através de material didático incentivando os alunos a pesquisarem sobre o tema, fazendo cartazes, frases e palestras.
- Divulgação pela mídia (jornais e rádios).
- Participação de jovens voluntários da Igreja Católica Carismática.

13ª RS - Cianorte/PR

- Distribuição de material educativo aos ouvintes da sessão da Câmara Municipal fazendo referência ao dia Mundial de Combate ao Fumo.
- Referência à data em final de semana durante a liturgia da Igreja matriz.
- Discussão com técnicos de saúde nas rádios FM Cianorte e AM Porta Voz.
- Concurso de cartazes entre escolares.
- Entrega de material educativo aos professores do município.
- Distribuições de folders nos PS dos municípios e escolas.
- Colocação de faixas em pontos estratégicos da cidade.

Guaporema/PR

- Palestra sobre tabagismo para a comunidade proferida pelo Psiquiatra Dr.Nilton Mamoru Okamada.
- Cartazes feitos por alunos e distribuídos em vários pontos da cidade.

Jussara/PR

- Palestra em escola.

14ª RS - Paranavaí/PR

Foram divulgadas matérias em jornais e rádios, sob o título "Parar de Fumar, uma decisão inteligente", destacando o risco do consumo do tabaco pelo homem e mulher e em situações especiais da mulher (gestação, uso de pílula anticoncepcional) e nas vigências de cardiopatias, hipertensão arterial e diabetes mellitus. Também mostrando as vantagens ao cessar o tabagismo. Outra matéria destacou as etapas a serem seguidas para parar de fumar.

O jornal Diário do Noroeste do dia 30/05/1993, página 6, destacou os profissionais da saúde e professores da rede de ensino como modelos de comportamento, convocando-os a não fumar no ambiente de trabalho, inclusive alunos e visitante, tornando estes ambientes 100% livres do tabaco. Algumas "dicas" foram sugeridas para o fumante vencer a fissura.

O tema proposto pela Organização Mundial da Saúde para 1993 foi "Dia Mundial Sem Tabaco nos locais de Trabalho", seguindo o mesmo tema de 1992.

15ª RS - Maringá/PR

Um relatório foi enviado pelo Diretor da RS e Coordenador da Comissão Regional de Combate ao Fumo, Dr. Paulo Roberto Donadio, sobre as comemorações da data, desenvolvidas no período de 23 de maio a 6 de junho:

- No domingo, dia 23 de maio aconteceu passeio ciclístico em conjunto com a Secretaria Municipal de Esportes e Rádio FM Metropolitana de Maringá, com participação de crianças, adolescentes e adultos, reunindo cerca de 400 pessoas.
- Dia 24 a 28 de maio, atividades nas Escolas Municipais, Estaduais e Particulares de 1º e 2º graus da Regional de Maringá com palestras de médicos pneumologistas, confecção de cartazes, desenhos, frases, redações, dramatizações e peças de teatro, envolvendo 150 escolas. Em todas as escolas municipais e estaduais o tema sobre tabagismo está contemplado no conteúdo curricular.
- Dia 6 de junho foi realizado o encerramento da comemoração do dia Mundial sem Tabaco, com o evento denominado "Domingo na Praça" no Centro de convivência Comunitária, com atividades esportivo-cultural, contando com 100 pessoas.
- Confecção de 5.000 adesivos de carros e distribuição realizada através de grupo de escotismo, os Desbravadores, da Igreja Adventista do 7º Dia.
- Confecção de 15 faixas e instaladas nas praças e escolas de Maringá/PR.
- Divulgação sobre a data comemorativa pelos jornais da cidade, a exemplo de "O Diário do Norte do Paraná", que na edição nº 6.016, 30 de Maio de 1993, divulgou chamada na 1ª página com a matéria: "Amanhã, segunda-feira, comemora-se o Dia Internacional contra o Tabagismo no Paraná e na região de Maringá. Fecha-se o cerco contra os fumantes pelas dezenas de malefícios causados contra a saúde de quem é ativo e mesmo passivo. Diversos eventos em todo o estado vão chamar atenção para os problemas causados pelo fumo". Em matéria especial para "O Diário", Luiz Carlos Rizzo destacou alguns aspectos sobre o tabagismo e como a população pode ser afetada, inclusive pela propaganda, embasada pelos profissionais médicos Paulo Roberto Donadio, que sugere campanha permanente contra o tabaco à semelhança do marketing dos fabricantes de cigarros que dura 12 meses ao ano e o médico José Carlos Machado de Oliveira, de Mandaguari/PR, que citou as manobras da indústria para driblar a lei que impede a propaganda de marcas de cigarros antes da 20h pela televisão. Citou que as indústrias patrocinam festivais de música e eventos esportivos obtendo vantagens nas vendas pelo incentivo do consumo e que nos comerciais, onde consta as advertências do Ministério

da Saúde que o "fumo faz mal a saúde" o som da propaganda foi suprimido, com intenção de que a mensagem passe despercebida. O Secretário da Saúde do Paraná, Dr. Nizan Pereira, médico patologista, foi citado no texto, destacando as alterações sofridas no sistema respiratório pela exposição aos componentes do tabaco e como consequência as doenças infecciosas e estruturais, inclusive dos fumantes involuntários (passivos), com destaque às crianças.
- Distribuição dos cartazes nas escolas, hospitais e empresas dos municípios da 15ª RS.

Santo Inácio/PR

Destaque para o Colégio Estadual D.Pedro I Ensino de II Grau (Curso de Contabilidade), que durante a semana 24 a 28/05/1993 realizou palestras em todas as séries com apresentações de trabalhos contendo cartazes e textos sobre os males causados pelo uso do cigarro, e peças de teatros com dramatizações. Foi realizado um levantamento do custo do consumo de cigarros de papel e de palha no município e o que isto significa, em moeda vigente, quando comparado com a compra de alimentos.

Mandaguari/PR

A Diretora da Escola Estadual Professora Yolanda Cercal da Silva, Rosa Maria Bittencourt Camargo, resumiu as atividades do município que aconteceram nesta escola na semana de 24 a 31/05/1993:

- No dia 24/05 foi realizada uma pesquisa sobre tabagismo, sua origem, expansão e prejuízos para a saúde.
- Em 27/05 houve uma discussão em sala de aula sobre a pesquisa feita.
- Nos dias 29 a 31/05 realizada elaboração de cartazes sobre o tema: "Combate ao Fumo" e exposição nos corredores da escola.

Floraí/PR

A Diretora da Escola Estadual Honório Fagan, Rosalina Peron Vendrametto, reportou as seguintes atividades nesta escola:

- Confeccionados cartazes abrangendo os temas fumo, álcool e drogas.
- Palestra educativa aos alunos sobre o tema.
- Durante a semana os professores coordenaram discussões e reflexões sobre o tabagismo e suas consequências.

Lobato/PR

As atividades neste município, entre os dias 24 a 31/05/1993 incluíram edição de cartazes e estudos de textos sobre o tema em sala de aula, apresentação de filme documentário, concurso de redação sob o título: "Fumar? Eu?", e palestra médica proferida pelo Dr. Edison Abugattas sobre "Riscos que o fumo causa a saúde". Foi realizada pesquisa para conhecer a prevalência de fumantes e não fumantes nas Escolas Osvaldo Aranha e Rui Barbosa.

Flórida/PR

As atividades desenvolvidas no Colégio Estadual José de Anchieta e Escola Estadual Denise C. de Albuquerque, no período de 24 a 28 de maio de 1993 incluíram colagem de cartazes em estabelecimentos públicos do município, apresentação de vídeo sobre fumo, poluição e riscos para a saúde e palestra com professor de biologia, com debates sobre lucros e prejuízos da venda do fumo.

Atalaia/PR

No período de 24 a 28/05/1993, as atividades desenvolvidas foram :

- A Escola Municipal Vânia Maria Simão apresentou trabalho de conscientização entre os alunos e professores, abordando o tema propaganda da indústria como o tema principal. Os alunos foram estimulados analisar o conteúdo da mesma, observando os artifícios usados para prender a atenção das pessoas. A seguir os alunos se tornaram os produtores da propaganda, parodiando a linguagem, mas de forma a levar o consumidor a não usar o produto. Também fizeram uma pesquisa domiciliar para conhecer a prevalência de fumantes na cidade e passeatas pelas ruas com faixas e cartazes para conscientizar o público.
- Atividades desenvolvidas nas Escolas Rurais Municipais, incluindo as regiões de Monteiro Lobato, Tiradentes e Presidente Costa e Silva: na área rural o trabalho de conscientização é muito difícil, por isto o trabalho foi com as crianças com o objetivo de repassarem o que aprenderam a seus familiares sobre os riscos do uso do fumo, além da produção de textos, poesias, frases e desenhos sobre o assunto. Foi organizada uma pesquisa pelos alunos para conhecimento da prevalência do tabagismo na comunidade.

Paiçandu/PR

A conscientização dos alunos da Escola Municipal Santos Dumont foi através de cartazes e textos produzidos por eles sobre o tema tabagismo.

Colorado/PR

Nos dias 25 e 26/05/2012 e 01 e 02/06/1993 houve confecção e exposição de cartazes no pátio da Escola Estadual Cecília Meireles, além da exposição de vídeo sobre a nocividade do fumo na poluição do ambiente e doenças respiratórias e cardíacas e análise dos lucros obtidos pela indústria e governo. Apresentação de peça teatral com participação de alunos destacando os efeitos da inalação dos produtos do tabaco demonstrado em modelo de boneco e pulmões. Os scripts da apresentação de 8 laudas foram produzidas pelos próprios alunos com orientação dos seus professores.

Santa Fé/PR

As atividades desenvolvidas com divisão de Educação, Cultura e Esportes do município visando a conscientização dos males causados pelo fumo, deram-se através de pesquisa de campo explorando a prevalência do tabagismo entre a população, entrevista com médico, apresentação de filme sobre tabagismo, e discussão do tema "exploração e interesse das fábricas de cigarro e comunicação que usam os meios de comunicação para vender os seus produtos".

Floresta/PR

As atividades em duas escolas representaram as ações do município no período 24 a 28/05/1993.

No Colégio Estadual Monteiro Lobato foram realizadas pesquisas sobre os riscos que o fumo pode causar à saúde, poluição ambiental e sobre os lucros e os prejuízos causados pelo fumo para a humanidade. Divulgação de material educativo como cartazes, Jornal Mural, textos sobre Fumo e adolescência e jograis.

Na Escola Municipal Professora Maria do Carmo Gomes realizada a confecção de cartazes, palestra alertando os fumantes sobre o risco que está correndo e outra sobre os lucros e prejuízos da venda do fumo, terminando com apresentação de teatro de fantoches. A palestra foi apresentada por um professor convidado do Colégio Adventista.

Doutor Camargo/PR

O programa desenvolvido no Colégio Estadual Doutor Camargo (Curso Técnico em Contabilidade e Curso Magistério), foi composto por palestra sobre tabagismo, apresentação de vídeo, confecção de cartazes e produção de textos pelos alunos.

Sarandi/PR

As atividades centralizadas na Escola Antonio Francisco Lisboa para a conscientização dos alunos no combate ao tabagismo foram apresentação de filmes, montagem de cartazes com recortes de jornais e revistas, produção de textos e debates.

Mandaguaçu/PR

A participação da Escola Estadual Mandaguaçu foi através de leitura e interpretação de textos educativos em todas as séries, organização de coletânea de reportagem em jornais e revistas sobre o tema tabagismo confecção de cartazes com diversos slogans e debates sobre temas de reportagens.

Marialva/PR

A Escola Estadual Romário Martins teve realização de palestras, debates, produção de textos e cartazes.

Itambé/PR

A Escola Estadual Professor GIanpero Monacci realizou palestra sobe tabagismo nos três turnos, confecção de cartazes e apresentação de teatro de fantoches sobre o tema.

Igaraçu/PR

O Colégio Estadual Cyro Pereira de Camargo e a Escola Municipal de Iguaraçu desenvolveram entrevistas, teatro, debates, jornal mural e redações.

Ivatuba/PR

Realizadas atividades na Escola Municipal Afrânio Peixoto, como confecção de cartazes e exposição, filme sobre o fumo e palestra do Professor Varlei Vercesi (biólogo) seguidas de discussão sobre o tema tabagismo.

Munhoz de Mello/PR

As atividades realizadas foram palestras com médico e equipe de ensino e ainda palestra com médico da cidade e produção de textos e cartazes. Participação da Escola Estadual Vicente Liberato, Escolas Rurais Municipal Dr. Angelo Lopes, Fazenda Felicíssima e Eduardo Scaratti.

16ª RS - Apucarana/PR

Relatório das atividades comemorativas desenvolvendo o tema do ano recomendado pela Organização Mundial da Saúde "Instituições e Profissionais de Saúde Livre do Tabaco", com movimento pelas principais ruas das cidades envolvidas, visando atingir o jovem no meio estudantil.

Para isto, um importante concurso de redação, cartazes e frases foi organizado, envolvendo alunos das escolas públicas de 1º e 2º graus, também extensivo ao SENAC. A organização do evento divulgou o regulamento para o concurso, assinado por Marcos Esmanhotto Neto, coordenador da Comissão Regional de Combate ao Fumo, contemplando 5 itens: participantes, apresentação dos trabalhos, seleção dos trabalhos, comissão julgadora e premiação e o cronograma para as etapas.

Para o domingo dia 30/05/1993 foi organizada uma manifestação pública, principalmente de crianças e jovens, com apoio organizacional do 10º Batalhão da Polícia Militar para isolamento e segurança da área.

Ofícios foram previamente enviados para os seguintes jornais divulgarem matérias sobre o evento: Nossa Folha (Arapongas), Gazeta Regional (Mandaguari), Tribuna do Norte (Apucarana), Jornal do Vale (Jandaia do Sul). Outros convites foram enviados para as emissoras de rádio: Radio Difusora Apucarana, Rádio Cultura Apucarana, Rádio Cidade Jandaia e Rádio Cidade Alta Apucarana.

Enviada lista de frases que participaram do concurso a serem inseridas na programação das emissoras.

Foram também convidadas para prestigiar a comemoração as seguintes instituições: Corpo de Bombeiros, Polícia Rodoviária, 30º BIM (Exército, Lions Club, Rotary Club, Loja Maçônica, Guarda Mirim, SESC, Banda Municipal, SENAC, fanfarra do Colégio Nilo Cairo, Núcleo Regional de Ensino, Secretaria da educação de Apucarana, Grupo Escoteiro Dom Bosco, SESI e SENAI.

17ª RS - Londrina/PR

Elaboração de relatório das atividades desenvolvidas sob a coordenação da Comissão Regional de Combate ao Tabagismo, envolvendo palestras em escolas, concurso de cartazes, slogans, redação e manifestações sobre os malefícios do tabagismo.

Para estimular as crianças e jovens a refletirem sobre o tema tabagismo foi realizado concurso citado promovido e executado pela 17ª RS, a Igreja Adventista do 7º Dia, Núcleo Regional de Ensino, Secretaria Municipal de Educação de Londrina, SINEP, Escolas Particulares, Colégio Universitário, tendo como abrangência a comunidade londrinense, crianças e adolescentes do 1º e 2º graus, com exposição dos trabalhos no calçadão da Av. Paraná, com duração de 1 dia, despertando o interesse do público-alvo, sendo que 85 cidadãos fizeram testes de Pico de Fluxo Máximo Expiratório (*Peak Flow*), recurso utilizado para avaliação do componente obstrutivo que se instala nos brônquios dos fumantes.

A divulgação do evento foi realizada pelas entidades promotoras e pela mídia falada, escrita e televisionada.

Os critérios para o julgamento dos trabalhos constantes do regulamento obedeceram esta ordem: características dos trabalhos visando a saúde, educação, originalidade, criatividade, desenho, ilustração.

Foram premiados os 3 melhores de cada categoria.

Cada participante recebeu um certificado, com a menção de premiado, assinado pelo médico Dr. Nivaldo Fazolo (Presidente da comissão Regional de Combate ao Tabagismo) e Margaret Shimiti (Diretora da 17ª Regional de Saúde de Londrina).

O evento contou com o locutor, Pastor Manoel de Paula Cabilde, da Igreja Adventista do 7º Dia, que de forma eficiente conduziu toda a programação. Esta entidade sempre participou destes eventos, considerando que está envolvida mundialmente na prevenção do tabagismo e alcoolismo há cerca de 100 anos.

Durante os dias que precederam o evento foram realizadas palestras pelo Dr. Carlos Migita (cardiologista), Dr. Nivaldo Fazolo (pneumologista) e Pastor Manoel de Paula Cabilde (Colégio Universitário), com o objetivo de esclarecer a juventude sobre os malefícios do tabaco e motivar os alunos a participarem do concurso, os quais representaram as seguintes instituições:

- Colégio Universitário
- Colégio Mãe de Deus
- Escola Estadual Margarida de Barros Lisboa
- Escola Municipal Eugênio Brugin
- Escola Municipal Armando Rosário Castelo
- Escola Estadual Benedita Rezende
- Colégio Vicente Rijo
- Colégio Estadual José de Anchieta
- Escola Estadual Célia Moraes de Oliveira
- Colégio Estadual Ysumu Oguido
- Escola Estadual Willie Davids
- Escola Dr. Oswaldo de Souza Palhares (Tamarana)
- Escola Pequerrucho (Apucarana)
- Escola Garfield

18ª RS - Cornélio Procópio/PR

- Elaborado relatório das atividades assinado por Claudio Roberto Santos (Coordenador da Comissão Regional de Combate ao Tabagismo – CRCF), Mirian Flor da Rosa S. Silva (CRCF), e José Haroldo de Marque (Chefe da 18° Regional de Saúde) sob o tema: "Instituições e Profissionais da Saúde e da Educação Livres do Tabaco", com a participação da RS, Núcleo Regional de Educação e Prefeitura do Município (Departamento de Saúde e Educação).
- Foi realizada divulgação e incentivo aos municípios integrantes da regional para se envolverem nas atividades comemorativas.
- Distribuição de material educativo em locais priorizados pela campanha: Postos de Saúde, Hospitais, Clínicas e Consultórios Médicos, Serviços Médicos das Empresas, Clínicas Dentárias, Farmácias, Óticas, Escolas Estaduais, Municipais e Particulares.
- Passeata de incentivo ao combate ao fumo na avenida principal, com a participação de todos os alunos da rede Estadual, Municipal e Particular, autoridades da Saúde e da Educação.
- Divulgação do tema em jornais, revista e rádio através de vinhetas previamente encaminhadas, dando ênfase ao risco do tabagismo passivo domiciliar.

19ª RS - Jacarezinho/PR

- Atividades entre escolares com incentivo para redigirem textos sobre o tema, para os selecionados serem expostos em locais públicos (escolas e hospitais).
- Interessante texto produzido e divulgado por Elisangela Constancio de Lima, Assistente administrativo do Colégio Estadual Anésio de Almeida Leite), sob o título "O Dia Livre do Tabaco", convidando a refletir sobre o uso do tabaco e suas consequências encerrando com este apelo:

  "Faça de um dia livre do tabaco a sua liberdade eterna, de todos os dias... A decisão é sua".

20ª RS - Toledo/PR

- Foi divulgada mensagem do Diretor da RS, Eurico Rauen Marques e Vânia S. Castro, Coordenadora Regional da Comissão de Combate ao Fumo aos 18 municípios desta regional, que dá conhecimento às instituições de saúde e educação e ao público em geral, sobre o tema da OMS para este ano: Instituições e Profissionais da Saúde e da Educação livres do tabaco, tendo como abrangência, além dos profissionais, os pacientes, alunos, usuários e visitantes, nos Centros de saúde, Postos de saúde, Hospitais, consultórios, Clínicas Dentárias, farmácias, laboratórios, clínicas de reabilitação, escolas de 1º e 2º graus da rede estadual, municipal e particular, creches, bibliotecas, faculdades e setores das Secretarias de Saúde e Educação.
- Foi colocado em evidência o profissional da saúde como forte modelo de comportamento e a necessária dissociação de qualquer elemento do sistema de saúde e da escola com o consumo do cigarro. Para este objetivo ser alcançado se faz necessário a capacitação das equipes para aumentar o conhecimento sobre a abrangência dos malefícios do tabaco e a divulgação para alunos e população em geral. A Lei Estadual nº 8.852, em vigor, em seu artigo 1º contempla as ações desta data comemorativa:

  "Fica proibido fumar em recintos fechados onde for obrigatório o trânsito ou permanência de pessoas, assim considerados, entre outros os seguintes:
  - Corredores, salas, enfermarias de hospitais e casas de saúde.
  - As salas de aulas das escolas públicas e particulares.

21ª RS - Telêmaco Borba/PR

Relatório enviado por Dr. Maxwell da Silva Abreu (médico cardiologista) e Luci Alferes Rover (Pedagoga 21ª RS).

Tema divulgado para escolas e população em geral sobre malefícios do tabaco, através de peças teatrais, divulgação na Rádio Sociedade Monte Alegre, encontro para profissionais da saúde e educação da rede estadual e municipal com abordagem pelos palestrantes Luci Alferes Rover (Pedagoga), Dr. Elvio A. Tuoto (Médico Neurologista) e Dr. Maxwell Silva Abreu (Médico Cardiologista), discorrendo sobre as intituições de saúde e profissionais da educação livres do tabaco, os malefícios do fumo e os tratamentos para deixar de fumar.

24ª RS - Ivaiporã/PR

Divulgação da comemoração da data para todos os secretários municipais visando a conscientização da população para a importância de combater o grande mal do tabaco. As atividades desenvolvidas foram através de palestras nas escolas, passeatas, mensagens pelo rádio, distribuição de cartazes no comércio em geral, reunião com o Conselho Municipal da Criança e do Adolescente e campeonato esportivo na modalidade voleibol de duplas.

Participaram os municípios de Ivaiporã, Godoy Moreira, Jardim Alegre, Lidianópolis, Faxinal, Grandes Rios, Pitanga, Rosário do Ivaí e São Pedro do Ivaí.

SESA/PR – AÇÕES EM DATAS PONTUAIS COMEMORATIVAS

A SESA/PR, de forma continua, realizou as suas ações seguindo as orientações do Ministério da Saúde oriundas da Organização Mundial da Saúde a qual divulga que o fumo é a maior causa isolada e evitável de adoecimento e morte no mundo. Uma das estratégias aqui seguidas para a redução do tabagismo no estado é a conscientização de profissionais da saúde e educação para aumentar o número de multiplicadores no Paraná, com a missão de esclarecer, informar e combater efetivamente as causas de adoecimento, implementando estratégias para sua prevenção. É fundamental a parceria da saúde e educação, para que haja mudança de comportamento da população, principalmente entre jovens e crianças ainda livres do vício.

Eventos:

- Neste ano (1994), para comemorar os Dias Mundiais (31/05) e o Nacional (29/08) foram realizados pelos 21 Programas Regionais diversas atividades, entre elas: 1.013 palestras para o público de aproximadamente 41.492 pessoas, envolvendo estudantes do 1º, 2º e 3º graus, professores, profissionais da saúde, trabalhadores de empresas e comunidade em geral. Foram realizados 61 concursos de frases e desenhos em escolas estaduais e municipais com a participação de cerca de 10.000 crianças do 1º grau.
- Feitas 84 assessorias com professores e estudantes que procuram os Programas em busca de material e subsídios para a criação e realização de programas de esclarecimentos e combate ao fumo nas escolas.
- Participação em 39 feiras de ciências. Foi realizado um teatro de fantoches por alunos de escola municipal da 21ª Regional de Saúde (Toledo/PR) envolvendo um público estudantil de 2.366 pessoas.
- O programa paranaense também atuou junto aos Serviços de Morte Materna. Com a Odontologia, este enfocou a relação do tabagismo com o câncer da boca. Estas atividades foram realizadas nos postos da rede municipal.
- A 3ª Regional de Saúde (Ponta Grossa/PR) participou em jogos estudantis do município levando aos jovens informações e distribuição de material educativo pedagógico, realizou pedágio trocando cigarros por matéria educativa junto à população. Esta atividade também foi realizada pelo programa da 6ª Regional de Saúde (União da Vitória/PR).

CAPÍTULO PARANAENSE DO COMITÊ COORDENADOR DO CONTROLE DO TABAGISMO NO BRASIL

"O Capítulo Paranaense do Comitê Coordenador do Controle do Tabagismo no Brasil" (CCC-TB), foi criado neste ano (1994) congregando várias instituições do Estado, entre elas a Associação Médica do Paraná e teve como princípio a luta contra o consumo do cigarro, um dos principais fatores de risco à incidência de importantes doenças. O comitê nacional integrava o "Comitê Latino-Americano" (CLACCTA).

No Paraná, este organismo não governamental foi estruturado com presidência, vice-presidentes e conselho superior com os seguintes colaboradores:

Presidente: Jayme Zlotnik

Vice-presidentes: Adherbal Fortes de Sá Junior, José Fernando Macedo, Leo Choma, Nizan Pereira e Teresinha Jensen.

Conselho Superior: Alcides Prantes Junior, João Carlos Simões, Cezar Augusto Pinto Lemos, Fanny Jitomirski, Mario Maranhão, Saulo Carvalho Filho, Araré Gonçalves Cordeiro Junior, Carlos Aued, Cleusa Rosane Passos Carneiro, Dante Romano Junior, Ehrenfried Wittig, Gerson Luiz Robert, José Francisco Konolsaisen, Luiz Pedro Pizzato, Marcos Esmanhotto, Marli Luiza Stella Siqueira, Paulo Roberto Donadio, Roberto Pirajá Moritz de Araújo, Sergio Cordeiro de Oliveira, Sergio Stoklos, Rodney Frare e Silva, Rubens Jansen de Sá, Sonia Maria Davanso, Sonia Maria de Oliveira Franzosi e Waldemar Oswaldo Bianco.

O Jornal da Associação Médica do Paraná (JAMP) divulgou oportuna matéria originalmente publicada no Boletim Informativo NEWSLETTER do Comitê Latino-americano Coordenador do Controle do Tabagismo, CLACCTA – julho/agosto/setembro/93. O texto foi traduzido por Teresinha Jensen, do Programa Estadual de Combate ao Fumo – CEPI – IS – PR/ SESA/PR sob o título Importância dos Médicos e dos Profissionais da Saúde: Ajuda aos fumantes previne contra o tabagismo. O texto afirma que o apoio do profissional especializado é parte fundamental no tratamento do tabagismo e que oferece o melhor resultado. Foi recordada a experiência em Londres, onde durante 4 semanas os médicos colocaram em prática a abordagem mínima obtendo elevados índices de abstinência e reavaliados um ano depois.

Concluiu-se, em estudo do Canadá, que o envolvimento médico maior, meio milhão de pessoas deixariam de fumar. A mesma conclusão foi observada nos EUA e na Austrália. Na mesma linha de pesquisa ficou claro que os médicos de família têm melhores condições de influência, especialmente nas comunidades pequenas, devido ao seu maior contato com elas. A permanente motivação e contínua reciclagem tem um papel vital.

O panorama era sombrio em termos de esclarecimento da população em geral, quando apenas a metade dela recebeu alguma informação sobre os riscos do tabaco em 1990 na Califórnia. No Brasil, a situação não era melhor. Entrevistas realizadas em um grupo de pacientes entrevistados, ficou comprovado que 83% deles não haviam recebido qualquer informação sobre os prejuízos causados pelo tabagismo. Ficou evidente a percepção da influência profunda e maior poder de persuasão que os profissionais de saúde exercem, principalmente sobre a população socioeconômica desfavorecida.

As atividades que deram ênfase na saúde visando a prevenção à iniciação do fumo e outras drogas, cresceu a cada ano. O exemplo representativo disto foram os diversos eventos ocorridos no ano de 1994. **Apêndice-15.**

CENTRO DE REFERÊNCIA PIONEIRO PARA O TRATAMENTO DO TABAGISMO EM CURITIBA (*SMOKE.FREE*)

O Dr. Alcides Prantes Junior disponibilizou ao público em geral um centro de referência para o tratamento do tabagismo no âmbito privado, a partir de 21 de março de 1994, denominado Núcleo de Atendimento ao Fumante (*SMOKE.FREE*) o qual manteve um programa de atendimento integral de alto nível, com apoio de protocolos internacionais, porém em grande parte como iniciativa autodidata baseada em fortes evidências na experiência clínica.

Caracterizava-se por ter um Programa de Avaliação e Atendimento ao Fumante abordando este de forma estruturada, consistente e breve. Acompanhava o paciente ao longo do processo motivacional de mudança oferecendo ao mesmo informações sobre o problema (preparando-o para a ação), acompanhamento para o alcance da abstinência e estratégias para mantê-la e consolidá-la. Tinha como base a orientação cognitivo-comportamental (TCC) e contemplava também a utilização de medicação.

As atividades do centro foram mantidas durante 10 anos (2004) e só descontinuadas quando proliferaram os serviços públicos organizados com o apoio do Ministério da Saúde, através do Instituto Nacional do Câncer (INCA). As orientações foram baseadas na publicação do Consenso 2001 sobre Abordagem e Tratamento do Tabagismo com participação da Coordenação de Prevenção e Vigilância – CONPREV, Divisão de Programas de Controle do Tabagismo e Outros Fatores de Risco de Câncer, Câmara Técnica do INCA e 22 colaboradores experientes que representaram serviços e entidades.

O Dr. Alcides Prantes Júnior foi o único representante do Paraná convidado para participar da elaboração deste primeiro consenso brasileiro que inaugurou a padronização das condutas na abordagem e tratamento do fumante no Brasil.

Informações adicionais ver seção de depoimentos página 219: Dr. Alcides Prantes Júnior.

PROJETO DE MUNICIPALIZAÇÃO DAS AÇÕES DO CONTROLE DO TABAGISMO – PROPOSTAS DO PARANÁ

O projeto de descentralização e municipalização das ações no controle do tabagismo foi concebido e posto em prática no Paraná a partir de 1991, pela coordenadora estadual Teresinha Jensen e Sonia Maria de Oliveira Franzosi. As propostas ali contidas despertaram o interesse de vários líderes nacionais pelo seu conteúdo e posteriormente resultou em prêmio destinado a "coordenador estadual destaque". O prêmio, conferido pelo Ministro da Saúde Dr. Adib Jatene, foi entregue por ele mesmo à Coordenadora Estadual do Paraná, Teresinha Jensen, representando o reconhecimento nacional pelo trabalho.



Premio "Coordenador Estadual Destaque" (1995), de reconhecimento nacional conferido à Teresinha Jensen (SESA/PR), entregue pelo Ministro da Saúde Adib Jatene em 1996.

A premiação e os trabalhos conduzidos pela coordenadora foram divulgados na publicação periódica do Instituto Nacional do Câncer (INCA/MS) "Atualidades em Tabagismo" – V.4 nº 4, outubro a dezembro de 1995, na seção "Pelo Brasil", em comentários de Vera Luiza da Costa e Silva, Chefe de Serviço de Controle do Tabagismo/INCA e Membro do Conselho Editorial do periódico, com a foto acima:

> *"A coordenadora do Programa Estadual de controle do Tabagismo do Paraná, Terezinha Jensen, recebeu uma placa em homenagem ao trabalho desenvolvido no estado nos últimos 10 anos de existência das ações de controle do tabagismo no país. Ela sem dúvida simboliza e concentra os esforços de todos aqueles que, em maior ou menor proporção, com melhores ou piores resultados, se esforçam em todo o país para estabelecer um trabalho consistente e continuado de prevenção do tabagismo. O Paraná desenvolve de maneira contínua seu trabalho, comemorando os dias 31 de maio e 29 de agosto, descentralizando suas ações para todas as regionais e daí para todos os municípios paranaenses. O estado criou o capítulo do Comitê Coordenador do Controle do Tabagismo no Brasil, e passa para a fase de implantação de ações sistematizadas nos 3 canais comunitários definidos pela coordenação nacional do programa. Sem dúvida, o trabalho e desenvolvido pela coordenadora nos dá energia para realimentar as esperanças de triunfar na busca de uma melhor qualidade de vida e a certeza de estarmos no caminho certo."*

O conteúdo final do projeto foi escrito e apresentado por Teresinha Jensen no II Congresso Brasileiro Sobre Tabagismo e I Congresso Latino-Americano Sobre Tabagismo – Fortaleza/CE, em 06 de junho de 1996, presidido pela Dra. Ana Margarida F. Arruda Rosemberg.

O documento foi fruto da experiência dos 10 anos da existência das ações do controle do tabagismo no estado.

A partir desta oportunidade foi grande a visibilidade das ações no Paraná.

RESULTADO DAS ATIVIDADES DO PROGRAMA DE DESCENTRALIZAÇÃO – SESA/PR

A análise comparativa das atividades entre os anos 1990, anterior à descentralização e depois dela até 1994, observa-se nítido aumento, conforme a tabela a seguir.

Resultado das atividades do Programa Estadual de Combate ao fumo depois da descentralização

ATIVIDADES	ANOS			
	1990	**1992**	**1993**	**1994**
Corridas	1	6	53	58
Concurso de frases e desenhos	1	38	63	61
Feiras de Ciências	0	29	31	39
Teatro/Dramatizações	0	2	24	31
Passeios Ciclísticos	0	16	31	36
Assessoria para professores, escolas, hospitais e empresas	0	36	47	84
Jornada sobre Tabagismo	0	0	2	2
Reunião S.M.S./S.M.E.	0	51	96	115
Reprodução de cartazes	70.000	30.000	38.000	75.000
Reprodução de calendários	5.000	25.000	50.000	25.000

Além do programa de Descentralização (Municipalização) nas Regionais de Saúde, como fato marcante neste ano, outras atividades tiveram projeção, inclusive nacional.

A comemoração do dia 31 de maio (Dia Mundial Sem Tabaco) foi realizada em área central de Curitiba, na "Boca Maldita" reunindo, além da população em geral, representantes da sociedade e instituições afins. Foram distribuídos 10 mil adesivos, 4 mil cartazes e 2 mil panfletos. O público foi convidado a fazer uma caminhada entre a Praça Ozório e a Praça Santos Andrade com slogans de alerta contra o perigo do fumo acompanhada pela Banda do Corpo de Bombeiros. O Programa esteve presente no Parque Municipal de Ciências com stand, distribuindo cartilhas, cartazes, adesivos, panfletos e informações sobre os malefícios do tabagismo para a saúde. Houve apresentação de projeções (slides) e cerca de 9.000 pessoas, entre professores e alunos passaram pelo parque.

O Secretário de Estado da Saúde, Dr. Nizan Pereira participou do Telejornal "Bom Dia Paraná" falando sobre tabagismo, abordando especificamente o tema Dia Mundial (31/maio). Neste dia, 328 municípios distribuíram material educativo alertando sobre os malefícios do fumo à saúde e divulgando o Dia Mundial.

Também foi realizada a tradicional Meia Maratona Antifumo (10ª) com cerca de 400 atletas inscritos do Paraná e outros estados.

Vinte e uma Regionais de Saúde foram supervisionadas por meio de contato telefônico, conferindo o envio de material educativo, relatórios e questionários.

Novos Rumos

PROGRAMA ESTADUAL PARA O CONTROLE DO TABAGISMO NO PARANÁ

O PECT/PR manteve o seu ritmo dinâmico ao longo dos anos, sempre atento aos novos conhecimentos científicos sobre a doença tabagismo e sua interface com dezenas de outras patologias com grave potencial incapacitante, elevando a mortalidade geral a cada ano.

O ilustre pioneiro e líder deste grande movimento pró-saúde coletiva, o Professor Jayme Zlotnik, encerrou as suas atividades funcionais pelo estado em 1987, enquanto lotado na Secretaria de Estado da Saúde. Porém, como a história demonstra, tem dado grandes contribuições até hoje, presidindo a Associação Paranaense Contra o Fumo, defendendo os interesses da causa, inclusive colaborando na realização de grandes eventos e nas comemorações das datas pontuais, principalmente a do dia 29 de Agosto (Dia Nacional de Combate ao Fumo), legítima data paranaense de reconhecimento nacional e participando nas negociações em vários níveis (universitário, social e político) para a aprovação da lei dos ambientes 100% livres do tabaco em 2009.

Na sua falta e por vários anos, o programa avançou nesta luta pela coordenação da pioneira Teresinha Jensen, que sempre deu o exemplo de cidadania e comprometimento na promoção da saúde. Porém, necessitava consolidar nova equipe coordenadora, até então contando com valiosas participações voluntárias de profissionais altamente capacitados, principalmente nas datas pontuais. Um exemplo significativo foi Iludia do Rocio Rosalinski, que ingressou na equipe em 1998 a convite de Teresinha Jensen, Coordenadora do Programa Estadual, através do Convênio do Ministério da Saúde (PNCT/INCA) celebrado com a SESA/PR, contribuindo para uma ampla diversificação das ações propostas pelo Governo Federal (MS) a partir deste ano. Iludia já participava pontualmente como voluntária em datas pontuais. Com pós-graduação em Saúde pela Fundação Getúlio Vargas (Licenciatura Plena – FGV/UFPR), a sua vocação para atuar nesta área como Educadora em Saúde ficou evidente desde 1970, quando atuou junto à coordenadora do Departamento e Assistência Materno-Infantil da SESA/PR, a Dra. Zilda Arns, nos programas de vacinação e aleitamento materno e posteriormente no programa da AIDS na 2ª Regional de Saúde (Rua Barão do Rio Branco) e finalmente ingressando nas questões do controle do tabagismo. Comenta sobre o seu interesse nesta área: participou da tristeza e o sofrimento do próprio pai fumante que evoluiu tragicamente com doença pulmonar tabaco relacionada.

Programa de Controle do Tabagismo e outros Fatores de Risco – Convênio Ministério da Saúde

Para a celebração do convênio com o Ministério da Saúde nos estados da federação dentro do conceito da *Municipalização das Ações de Controle do Tabagismo e outros Fatores de Risco* foi divulgado o manual: "Práticas para a Implantação de um Programa de Controle do Tabagismo e outros Fatores de Risco". Foi elaborado pela equipe técnica do INCA/Coordenação Nacional de Controle do Tabagismo e Prevenção Primária de Câncer: Vera Luiza da Costa e Silva, Luisa da Costa e Silva Goldfarb, Tereza Maria Piccinini Feitosa e Tania Cavalcante.

Reproduzimos o texto de apresentação, palavras de Vera Luiza da Costa e Silva:

> *"Este livro foi fruto da experiência de 12 anos do INCA, no controle do tabagismo e outros fatores de risco e retrata o valor de um trabalho interdisciplinar e multisetorial, a importância do planejamento, da avaliação e, principalmente, do compromisso com a saúde pública do país" – Vera Luiza da Costa e Silva, Coordenadora da Contapp/INCA".*

Registramos a importante colaboração dos coordenadores estaduais do programa na construção deste manual. O Paraná esteve representado pela sua coordenadora, Teresinha Jensen, a qual ofereceu a sua importante experiência nesta causa.

A obra abordou úteis recomendações em seis capítulos as quais relacionamos:

1. Passos para a implantação das ações de controle do tabagismo e outros fatores de risco (introdução, sensibilizando a chefia, buscando parcerias, elaborando o projeto, apresentado o projeto à chefia e ao secretário Municipal de Saúde, buscando a oficialização do PCTFR no município, constituindo uma equipe, sensibilizando a comunidade, formando multiplicadores, criando o CCCTB local e a Câmara Técnica local).
2. Passos para a construção do projeto (análise da situação, plano de ação, plano de trabalho, monitoramento, supervisão e avaliação).
3. Passos para montar um curso de multiplicadores (sensibilizando multiplicadores, planejando o curso para multiplicadores).
4. Passos para um bom relacionamento com a imprensa (como ser notícia? Aspectos importantes, procedimentos no dia a dia, procedimentos durante uma entrevista, entrevista para a TV).
5. Passos para a construção de material educativo (materiais de divulgação, profissionais/empresas que desenvolvem estes materiais, a importância do Briefing, etapas para a confecção do impresso, redação – trabalhando o conteúdo, definindo a forma).
6. Anexos – orientações diversas (ofícios, releases).

- I: Modelo de Oficialização do Programa de Controle do Tabagismo e Outros Fatores de Risco Através de Decreto, Resolução, Portaria.
- II: Modelo de Press Releses: Dados Sobre o Tabagismo, Aspectos Jurídicos do Tabagismo, 31 de Maio: Dia Mundial Sem Tabaco, 29 de Agosto: Dia Nacional de Combate ao Fumo, Dados Sobre a Nicotina, Dados Sobre a Importância de Controlar o Tabagismo, Os Prejuízos Causados pelo Fumo ao Meio Ambiente, A Publicidade do Cigarro, Riscos do Tabagismo Durante a Gravidez e a Amamentação, Pare de Fumar: Uma Decisão Inteligente, Cuidados Que o Fumante Deve Ter Ao Parar de Fumar, Tabagismo e Outros Fatores de Risco Ocupacionais, Os Riscos do Tabagismo para o Fumante Passivo, A Fumaça do Cigarro, Alimentação e Câncer, A Atividade Física, Exposição Solar e Câncer.

Meta 3 – Controle do Tabagismo

O Ministério da Saúde celebra o Convênio 40 com o objetivo de atingir 3 metas. A meta 3 visa o controle do tabagismo. O convenio é subsidiado com recursos federal e estadual, com orientação e supervisão do INCA. As ações desenvolvidas a partir de 2002 previstas no plano de trabalho constam do relatório abaixo reproduzido.

Ao longo destes 10 anos o Estado do Paraná, para o cumprimento pleno da Meta 3 Programa de Controle do Tabagismo previsto no Plano de Trabalho, acordado entre as partes estabelecidas no Convênio 40, realizou as ações que se seguem.

Dentre as necessidades para a execução da referida meta, algumas ações foram realizadas de forma sequencial, variando o intervalo de tempo, outras implementadas ao longo do tempo e por avaliação algumas ações foram interrompidas em função de novas estratégias que se fizeram necessárias em função da evolução e desenvolvimento do Programa de Controle do Tabagismo, como por exemplo, em 2006, com a aprovação da Lei nº 9294/06 com a instituição dos Fumódromos, e, em 2004, (Portaria 1035/04 GM) com a inclusão dos medicamentos na Abordagem Intensiva para Tratamento do Fumante e, em 2009, com a aprovação da Lei Antifumo proibindo a utilização do produtos derivados do tabaco em locais fechados em nosso Estado e destituindo os fumódromos.

Estes movimentos demandam novas e específicas estratégias. Soma-se ao exposto grande rotatividade de profissionais que geram a necessidade de novas capacitações para complementar as equipes, bem como a criação de programas específicos visando à saúde da mulher, gestante, adolescentes, saúde do homem e outros implantados no SUS através do MS, SESA, Regionais de Saúde e Secretarias Municipais de Saúde e que geram demandas e estratégias específicas temporais e imediatas.

As políticas de saúde criadas pelo MS induzem a novas abordagens e contemplam as ações de Controle do Tabagismo como fator importante na Promoção da Saúde e nos programas que abordam as doenças de causas universalmente evitáveis e que epidemiologicamente dependem de abordagens cognitivas e comportamentais que concorrem diretamente com fatores culturais e os saberes populares o que demandam tempo para sua incorporação nos diferentes públicos.

As ações da Meta 3, no que concerne ao controle do tabagismo, foram divididas em espaço temporal de 6 anos, incluindo 2012 na última série com ações em andamento e que deverão ser concluídas ao longo de 2012/2013. **Apêndice-16 – quadro I.**

Comissão Estadual de Controle do Tabagismo

O "Programa Estadual para o Controle do Tabagismo" progressivamente foi perdendo a sua visibilidade administrativa nos últimos anos, nem aparecendo no organograma oficial da SESA/PR. No entanto, o projeto de descentralização das ações do controle do tabagismo no Paraná oficializado em 20 de agosto de 1991, através da resolução 77/91, do Secretário da Saúde Nizan Pereira Almeida, proposto por Teresinha Jensen e Sonia Maria de Oliveira Franzosi garantiu a permanência do programa com interesse cada vez maior nas cinco Macrorregiões do Estado.

Preocupados com o futuro do programa estadual, a nova diretoria da Associação Paranaense Contra o Fumo com apoio de cinco entidades solicitou ao Secretario Estadual da Saúde Gilberto B. Martin apoio oficial através de documento pedindo maior visibilidade das ações do tabagismo como programa de Estado. As seguintes instituições foram assim representadas:

- José Fernando Macedo – *Associação Médica do Paraná*
- Jonatas Reichert – *Presidente da Comissão de Tabagismo da SBPT/DF, Comissão e Combate*

ao Tabagismo da AMB/SP
- Rodney Frare e Silva – *Presidente da SPTDT/PR, Chefe da Especialidade de Pneumologia da UFPR*
- Marco Antonio R. Bessa – *Presidente da Sociedade Paranaense de Psiquiatria*
- Jayme Zlotnik – *Presidente da Associação Paranaense Contra o Fumo, Membro Titular da comissão de Tabagismo do HC/UFPR*

Como resultado, o Secretario da Saúde Gilberto Berguio Martin resolveu manter o programa estadual ativo por meio de uma comissão multidisciplinar com representantes de sociedades médicas preocupadas com o tema tabagismo e suas comorbidades em todas as faixas etárias da população. Experiente nestas ações em seu município de origem (Cambé/PR), o Secretário deu todo o apoio na área, trazendo para o seu gabinete a administração da comissão recém-criada com a Resolução/SESA nº 328/2008.

Luiz Fernando Ribas, médico do Departamento de Clínica Médica – Hospital de Clínicas/UFPR, quando Assessor de Gabinete do Secretario Estadual da Saúde na gestão de Gilberto Berguio Martin prestou valioso auxílio na implantação da Comissão Estadual para o Controle do Tabagismo como interlocutor e facilitador da logística. Participou como palestrante e debatedor convidado no II Fórum de Tabagismo da Sociedade Paranaense de Tisiologia e Doenças Torácicas no auditório do CRM no dia 11 de outubro de 2008.

Com a missão de propor ações de prevenção e controle do tabagismo e consequentes morbidades a Comissão Estadual de Controle do Tabagismo ficou assim constituída:

- Iludia do Rocio Rosalinski – *Divisão de Risco Cardiovascular/SESA, Coordenadora da Comissão*
- Jayme Zlotnik – *Associação Paranaense Contra o Fumo*
- Jonatas Reichert – *Sociedade Paranaense de Tisiologia e Doenças Torácicas, Comissão de Tabagismo da Sociedade Brasileira de Pneumologia*
- José Fernando de Macedo – *Associação Médica do Paraná*
- Teresinha Jensen – *responsável técnica pelas ações do controle do Tabagismo no Paraná*
- Wilmar Guimarães – *Sociedade Paranaense de Pediatria*

A Comissão manteve ações dentro e fora da SESA, apoiando todos os eventos de interesse no tema tabagismo e suas consequências nos biênios 2008/2009 e 2010/2011. O Dr. José Fernando de Macedo (AMP) foi indicado ao cargo de coordenador em substituição de Iludia do R. Rosalinski, na vigência do primeiro biênio.

Na sequência, o programa de controle do tabagismo também foi obtendo progressivo apoio da Superintendente da Atenção Primária à Saúde – SESA/PR, Erlene Tedeschi dos Santos, a qual participou ativamente, meses depois, na primeira Audiência Pública na ALEP que precedeu a votação do PL para a lei antifumo do Paraná para ambientes 100% livres de poluição tabágica.

Nova resolução foi assinada para mais um biênio 2011/2013 pelo Secretário de Estado da Saúde Michele Caputo Neto, Resolução SESA nº 0084/2011, assegurando as mesmas propostas, mantendo as associações médicas antes envolvidas e confirmando o envolvimento efetivo da Superintendência de Políticas de Atenção Primária em Saúde através da Divisão de Controle do Tabagismo, significando maior visibilidade no organograma oficial com apoio do Superintendente Antonio Dercy Silveira Filho.

A comissão ficou constituída com representações das seguintes instituições:

- *Associação Médica do Paraná* – José Fernando de Macedo (coordenador)
- *Associação Paranaense Contra o Fumo* – Jayme Zlotnik
- *Sociedade Paranaense de Pediatria* – Saulo Carvalho Filho
- *Sociedade Paranaense de Tisiologia e Doenças Torácicas e Comissão de Combate ao Tabagismo da AMB* – Jonatas Reichert
- *Secretaria de Estado da Saúde / Superintendência de Políticas de Atenção Primária em Saúde / Divisão de Controle do Tabagismo / Ações de Controle do Tabagismo Paraná* – Iludia do Rocio Rosalinski
- *Secretaria de Estado da Saúde / Superintendência de Políticas de Atenção Primária em Saúde / Divisão de Controle do Tabagismo / Ações de Controle do Tabagismo Paraná* – Teresinha Jensen

Programa Estadual para o Controle do Tabagismo – nova fase

Em 2008, o Programa Estadual para o Controle do Tabagismo (PECT) entra em nova fase de intensas atividades, com foco na maior e mais efetiva capacitação dos profissionais da saúde em todas as RS do Estado, incentivando a multiplicação regional das mesmas. A equipe técnica do tabagismo da SESA/PR em vários deslocamentos nestas regiões administrou aulas, avaliações do aprendizado, distribuição de materiais didáticos, distribuição de medicamentos e contabilizando o resultado das ações através de constantes análises de planilhas que retornaram das RS.

Projetos de Lei (PL) para o controle do tabagismo voltaram à pauta novamente na ALEP e Câmara dos Vereadores de Curitiba, o que mobilizou a equipe, sempre atenta a desenvolver estratégias para sensibilizar os parlamentares no convencimento da importância da aprovação da lei dos ambientes 100% livres do tabaco em todo o Estado.

A equipe técnica do tabagismo da SESA nesta fase estava formada pelos seguintes profissionais da saúde: Teresinha Jensen, Iludia do Rocio Rosalinsli, Márcia Camargo Sturm, Ruth Cordeiro e Jonatas Reichert.

Em reconhecimento pelos significativos serviços prestados destacamos as atuações de Marcia Regina Camargo Sturm e Ruth Cordeiro.

Márcia Regina Camargo Sturm, enfermeira, ingressou na equipe coordenadora do Programa Estadual para o Controle do Tabagismo em 2008, prestando desde então valiosa colaboração em todas as áreas no tema tabagismo, incluindo cursos de capacitação para profissionais da saúde em várias Regionais da Saúde do Estado, avaliação dos resultados e formação de bancos de dados epidemiológicos e divulgação em eventos específicos.

Salientamos a importante contribuição na "área de comunicação" por meio eletrônico, mantendo contato com vereadores e deputados, enviando informações científicas, educativas e depois cobrando posicionamento da classe política para aprovação da lei dos "Ambientes 100% Livres do Tabaco" e, posteriormente, acompanhando a fiscalização da observância da mesma após setembro de 2009. Manteve contatos regulares com outros órgãos do governo, sindicatos, ONGs e universidades, divulgando dados educativos de interesse do programa do tabagismo estadual.

Ruth Cordeiro, contratada pelo Estado no cargo de Agente de Execução, na função de Técnico em Enfermagem ingressou na equipe da coordenação do programa do tabagismo no final de 2009, permanecendo até setembro de 2012.

Desenvolveu trabalhos na área administrativa, principalmente na logística do material educativo impresso, com frequência enviados para todas as Regionais de Saúde do Estado (digitação, encadernação de apostilas, planilhas) e envio sistemático de materiais ilustrativos para as RS (cartazes e folders) utilizados em cursos e capacitação dos profissionais da saúde e para as comemorações de datas pontuais, 29 de agosto (Dia Nacional de Combate ao Fumo) e 31 de Maio (Dia Mundial Sem Tabaco).

CONTRIBUIÇÃO DA SOCIEDADE PARANAENSE DE TISIOLOGIA DE DOENÇAS TORÁCICAS PARA O CONTROLE DO TABAGISMO

A SPTDT, fundada em 9 de abril de 1942, por 23 médicos do Paraná foi declarada de utilidade pública e registrada em Cartório de Pessoas Jurídicas do 1° Ofício da Capital.

Os vinte e três sócios fundadores, pela ordem das assinaturas na Ata de Fundação foram os seguintes: Vitor do Amaral Filho, Homero Braga, Carlos Franco F. da Costa, Oswaldo Macedo, Mario Braga de Abreu, Djalma Lopes, João Ernani Bettega, Ito Carias D'Oliveira, Atlântido Borba Côrtes, Arthur Schwab, Pedro Xavier Gonçalves, Eugênio Lopes, Bley Zornig, Otávio Novais Junior, José Seito Gligio, Adalberto Amadeu Pereira, Waldemar Monastier, Milton Munhoz, Pedro Leone, Pretextato de Athayde, Hamilton Azevedo, Antonio Pimpão e João Luiz Bettega.

Na mesma ocasião foi eleita e empossada a 1ª diretoria, assim composta:

Presidente – Dr. Carlos Franco Ferreira da Costa
Secretário – Homero Braga
Tesoureiro – Atlântido Borba Côrtes
Bibliotecário – João Ernani Bettega
Conselho Fiscal – Vitor do Amaral Filho, Mario Braga de Abreu e Ito Carias de Oliveira

Historicamente, a SPTDT contribuiu para a construção do Programa Estadual para o Controle do Tabagismo no PR desde o seu início em 1979, destacando a participação efetiva dos seguintes sócios: Leo Choma, Roberto Pirajá Moritz de Araújo, Rodney Frare e Silva, Rubens Jansen de Sá e Alceu Santos Almeida.

O Dr. Jonatas Reichert presidiu a SPTDT no biênio 2004 a 2006, criando neste período 10 comissões, sendo 9 científicas (Asma, DPOC, Radiologia, Infecção, Endoscopia via Oral, Cirurgia Torácica, Pneumologia Pediátrica, Reabilitação Respiratória e Tabagismo) e uma Jurídica, as quais desenvolveram excelente trabalho, em especial a de tabagismo.

Neste período, foi intensificada a parceria junto a SESA, PMC, APCF e AMP na realização de eventos públicos para discussão do tema tabagismo: fóruns, cursos de capacitação para profissionais da saúde, congressos, seminários, reuniões científicas, entrevistas em jornais, rádios e televisão. A AMB foi representada em todos os eventos, estaduais, municipais e universitários que apoiavam a luta contra o tabagismo.

O Presidente anterior, Roberto Pirajá Moritz de Araújo reorganizou e dinamizou a SPTDT no início da década de 2000, realizando além das muitas atividades científicas, o I Congresso Paranaense de Pneumologia e Tisiologia (Presidente Roberto Pirajá Moritz de Araújo), I Congresso Paranaense Sobre Tabagismo (Presidente Jonatas Reichert), realizados de 9 a 11 de outubro de 2003 no Auditório da Associação do Paraná.

Os temas desenvolvidos de forma objetiva atendiam às expectativas da época, contando com alguns convidados ilustres e de reconhecida experiência na área do tabagismo, como José Rosemberg (SP), que proferiu a conferência de abertura: "Tabagismo: Pandemia do século XXI", presidida pelo pediatra e grande colaborador Saulo Carvalho Filho (PR). Na mesa: "Controle e Tratamento no Brasil", presidida pelo pneumologista do DF, Carlos Alberto de Assis Viegas e secretariado pela Educadora em Saúde Teresinha Jensen (PR), foram abordados os temas: "As Ações de Controle no Brasil" por Tânia Cavalcante (INCA/RJ) e "Abordagem e Tratamento do Fumante – Visão do INCA/MS", Ricardo Henrique S. Meirelles (INCA/RJ).

Esta programação foi seguida por um interessante painel que deu oportunidade aos congressistas conhecerem a experiência local em três hospitais de Curitiba e da cidade de Foz do Iguaçu (PR), destacando a organização, métodos e desempenho das equipes multidisciplinares na condução do tratamento do público fumante.

O painel foi presidido por Rogério Seck e Iludia Rosalinski (PR) e os relatos ficaram assim distribuídos: Hospital Cajurú – Orfana Araújo Freitas; Hospital Espírita de Psiquiatria Bom Retiro – Eliana Champion; Hospital Nossa Senhora das Graças – Luci Iolanda Bendhack; Foz do Iguaçu – Bárbara de Barros Arco-Verde.

Concluindo a programação, foi realizada uma sessão aberta para a Comunidade, com direito a perguntas e esclarecimento, o que foi uma novidade. O tema "Malefícios, Programas de Controle e Tratamento do Tabagismo para a Comunidade" foi desenvolvido por Luci Iolanda Bendhack e Jonatas Reichert (pneumologistas) e Maristela Antico (enfermeira), do Serviço de Pneumologia do Hospital Nossa Senhora das Graças.

A partir deste evento, as parcerias entre a SESA/PR, PMC, APCF e AMP ficaram fortalecidas, aumentado a representatividade do Estado do Paraná no cenário nacional, através de convites a vários dos seus sócios para participarem em fóruns, jornadas, seminários, congressos brasileiros. Jonatas Reichert, ex-presidente da SPTDT e presidente da Comissão de Tabagismo da SBPT participou na construção das diretrizes para o tratamento do tabagismo pela SBPT nos anos 2004 e 2008 e da AMB, 2009 e Evidências Científicas sobre Tabagismo para Subsídio ao Poder Judiciário, 2013.

(Texto completo das diretrizes acessar *www.sbpt.org.br/consensos* e diretrizes da SBPT e *www.projetodiretrizes.org.br/ans/diretrizes/tabagismo* da AMB).

Relacionamos as comemorações das datas pontuais dos dias 29 de agosto e 31 de maio, que foram anualmente realizadas com a PMC, AMP, SESA, APCF e HC (2008 a 2009):

1. Shopping Estação (31/05/2004)
2. Memorial de Curitiba (31/05/2005)
3. Praça Oswaldo Cruz (29/08/2005)
4. Hospital de Clínicas – R. Meirelles (25/05/2006)
5. US Santa Felicidade (29/05/2007)
6. Av. Luiz Xavier – Boca Maldita (29/08/2007)
7. Praça Rui Barbosa (30/05/2008)
8. Av. Luiz Xavier – Boca Maldita (29/08/2008)

Dia Mundial Sem Tabaco, 2004 – Shopping Estação

Esta foi uma grande oportunidade para a SPTDT realizar uma parceria em grande evento para o público em grande área aberta. Após a apresentação de um coral, autoridades públicas se manifestaram em apoio às campanhas antifumo, a exemplo do Prefeito Cássio Taniguchi, Vereador Stephanes Junior e Jonatas Reichert representando a SPTDT.

O evento foi inaugurado simbolicamente pelo Secretário Municipal da Saúde, Michele Caputo Neto.

O público pode apreciar mensagens de saúde em cartazes, produto de desenhos feito por crianças. Demonstrações de malefícios do tabaco quando a boneca Tina fumava foi atração para as crianças. Foi dada oportunidade para elas fazerem novos cartazes com desenhos coloridos em longo papel colocado no piso, acompanhadas dos seus pais. Mudas de plantas foram trocadas por maços de cigarros, que posteriormente foram descartados.



O Prefeito Cássio Taniguchi, o Vice-Prefeito Luciano Ducci, o Secretário Municipal da Saúde Michele Caputo Neto e o Vereador Reinhold Stephanes Junior nas atividades do Dia Mundial Sem Tabaco, 2004 – Shopping Estação





Músicas e mensagens de saúde no “Show” do Dr. Alfreli Arruda Amaral e sua banda “Machine Guns”, especializada em canções dos Beatles. Dia Mundial Sem Tabaco, 2005 – Memorial de Curitiba.

Dia Mundial Sem Tabaco, 2005 – Memorial de Curitiba

Para um melhor desempenho, a SPTDT atua com apoio de pessoas e entidades parceiras, o que tem permitido cumprir os seus objetivos com qualidade e eficiência.

Como manifestação de reconhecimento ao Dr. Rached Hajar Traya (vice-presidente da Unimed Curitiba, em 2005), citamos o apoio recebido da instituição ao suprir algumas necessidades logísticas em eventos reunindo grande público, como o fornecimento de material de divulgação, faixas exibindo mensagens e disponibilizando UTI Móvel e médico de plantão durante a programação, a exemplo do ocorrido no Memorial de Curitiba, no centro histórico, onde estavam reunidas cerca de 300 pessoas no espaço cultural, com grande visibilidade, pois era domingo pela manhã, horário de concorrida feira de artesanato tradicional nesta região.

Neste dia tivemos duas apresentações, um Coral e um show da banda cover “Machine Guns”, especializada no repertório Beatles e liderada pelo médico Dr. Alfreli Arruda Amaral (guitarra, teclado e gaita de boca) acompanhado por seu filho, o médico Dr. William Bento Amaral (guitarra), James Bertisch (guitarra) e Adriano Batista (bateria). Nos intervalos entre músicas, mensagens de saúde que incentivavam a cessação tabágica e a prevenção foram divulgadas a viva voz. O público interagiu com grande entusiasmo durante o show.

Dia Nacional Contra o Fumo, 2005 – Praça Oswaldo Cruz

O local foi apropriado para atrair um público significativo, sobretudo jovens, que acompanharam a programação em dia ensolarado. Presentes no cerimonial, além dos coordenadores, os pioneiros Jayme Zlotnik, Leo Choma, Rodney Frare e Silva e Ítalo Conti, o militar e político que levou para o Governo Federal, em Brasília, a proposta de lei para a criação de uma data nacional alusiva à luta contra o tabagismo no país. Posteriormente, o Presidente Sarney a sancionou para observação do dia 29 de Agosto. Com este ato o Paraná foi homenageado, pois além de ser o primeiro estado a oficializar o programa deflagrou a primeira greve do fumo neste dia, data adotada no início como Dia Paranaense Contra o Fumo.

Várias apresentações culturais e esportivas aconteceram neste dia intercaladas com mensagens sobre "como conservar a saúde longe do vício". Coral, gincanas para as crianças, corridas a pé e de bicicletas com distribuição de brindes, troca de cigarros por mudas de flores para os participantes. Todas as atividades se desenvolveram no período da manhã e tarde. Além das apresentações musicais, o público foi brindado com uma bonita apresentação de dança por um grupo especializado em tango no encerramento do evento.



Luci Bendhack, Jayme Zlotnik, Leo Choma, Roberto Pirajá Moritz de Araújo e Jonatas Reichert.



Luci Bendhack, Débora Gapski, Cel. Waldemar Bianco, Jonatas Reichert e Eliana Champion.

I Fórum Tabagismo, 2005 – Associação Médica do Paraná

A SPTDT promoveu o Fórum Tabagismo para atualização no dia 26 de novembro de 2005, na gestão do presidente Jonatas Reichert, sob a coordenação de Luci I. Bendhack, presidente da Comissão de Tabagismo. A ampla abordagem aconteceu na sede da AMP, incluindo a seguinte temática:

- *Revisão Histórica – Programa de Controle do Tabagismo no Paraná* – Jonatas Reichert (SPTDT/PR).
- *Plano Nacional sobre Abordagem e Tratamento do Tabagismo na Rede SUS* – Ricardo Henrique Sampaio Meirelles (INCA/MS/RJ).
- *Relações do Trabalho* – Margaret Matos de Carvalho (Promotora do Ministério Público do Trabalho/MPT).
- *Relação Jurídica entre os Produtores do Fumo e a Indústria do Tabaco* – Margaret Matos de Carvalho (MPT).
- Servidão Moderna e Violação dos Direitos Humanos – Guilherme Eidt de Almeida (Advogado, Assessor Jurídico e Pesquisador – ONG – Terra de Direitos).
- *Papel da SBPT na Ratificação da Convenção Quadro para o Controle do Tabaco* – Ricardo Henrique Sampaio Meirelles (INCA/MS/RJ).



Ricardo H. S. Meirelles (RJ), Guilherme Eidt, Luci Bendhack, Roberto Pirajá Araújo, Ariovaldo Lopes, Jayme Zlotnik, Alcides Prantes Junior, Jonatas Reichert, Celso Ivan Conegero no I Mini Forum Sobre Tabagismo da SPTDT, 2005.

Palestra no Hospital de Clínicas, 2006
Dr. Ricardo Henrique Sampaio Meirelles (INCA)

A Comissão de Tabagismo presidida pela Dra. Luci Bendhack promoveu uma conferência no HC abordando o tema tabagismo , para o qual foi convidado o Dr. Ricardo Meirelles – RJ, representante do INCA. A ênfase foi a sistemática recomendada pelo INCA para o tratamento e a importância dos ambientes 100% livres do tabaco, tendo como alvo os estudantes de medicina e a sensibilização da direção hospitalar. Depois, o convidado foi entrevistado ao vivo na TV Bandeirantes no Jornal do Meio Dia e à tarde participou no Congresso de Clínica Médica nas dependências da AMP.

O objetivo dos eventos foi alcançado, pois foi possível oferecer um volume apreciável de informações aos profissionais da saúde e encorajados a serem multiplicadores nesta luta.

Dia Nacional Contra o Fumo, 2007-2012 – Boca Maldita

Tradicionalmente, esta data é lembrada a cada ano e várias manifestações de apoio à saúde são evidenciadas em espaços públicos, lembrando à população o comprometimento da saúde e da qualidade de vida proporcionado pelo consumo do tabaco. A base instalada em barraca na Avenida Luiz Xavier (Boca Maldita) em anos sucessivos, sob a coordenação do Dr. João Alberto Rodrigues, recebeu o público interessado dando instruções como encontrar auxílio para o tratamento do tabagismo, entrega de material impresso com "dicas" de saúde, testes rápidos de capacidade pulmonar ventilatória (*peak-flow*) e monoximetria (dosagem de monóxido de carbono no sangue), e exposição de cartazes com desenhos feito por escolares, alusivos aos malefícios do uso do tabaco.

Apresentação teatral com o objetivo de transmitir conselhos para não fumar foi um recurso válido para atrair adultos e crianças.

O ponto alto destes eventos foi a participação de um grupo de animação do "*marketing*" do HC, fantasiados de palhaços com efeito multicolorido, portando faixas e painéis variados com muita informação sobre saúde e barulho para chamar a atenção do público. Saindo do HC e caminhando pela Rua XV, com tempo estrategicamente calculado para chegar à Boca Maldita no encerramento das comemorações, foi um plano de sucesso, sob a coordenação de Mônica C. Budni e Renildo Meurer.





Atuação do Marketing do HC: "Palhaçada – 3 edições (do HC a Boca Maldita). Dia Nacional Contra o Fumo, 2007 e 2008.

Em 2009, a comemoração do dia Nacional de Combate ao fumo foi realizada na Avenida Luiz Xavier (Boca Maldita) e organizada pela SMS, sob a coordenação do Dr. João Alberto Rodrigues em parceria com a SPTDT, SESA, APCF e AMP. O município de Curitiba e o Estado do Paraná viviam uma grande expectativa: a votação das leis municipal e estadual para os ambientes fechados 100% livres de poluição tabagística. A população foi convidada a participar de um "abaixo-assinado" apoiando a aprovação das leis e também solicitando aos parlamentares o apoio na votação, o que representaria um ato de lucidez e cidadania. Cada página da lista de apoio através de assinaturas constava: ABAIXO-ASSINADO: Apoio à LEI ANTIFUMO: "AMBIENTES 100% LIVRES DA FUMAÇA DO TABACO" seguido por uma lista de 11 entidades que apoiavam: Conselho Regional de Medicina do PR, Associação Médica do Paraná, Secretaria Estadual da Saúde/PR, Secretaria Municipal da Saúde/Curitiba, Associação Médica Brasileira (Comissão de Combate ao Tabagismo), Sociedade Brasileira de Pneumologia e Tisiologia, Sociedade Paranaense de Tisiologia e Doenças Torácicas, Sociedade Paranaense de Psiquiatria, Sociedade Paranaense de Pediatria, Sociedade Paranaense de Cardiologia e Associação Paranaense contra o Fumo.

O evento público do dia 29 de agosto em 2012 foi também realizado em estreita parceria com a SMS, agora sob a coordenação da Dra. Claudia Weingaertner Palm.

Em cada edição dos eventos os participantes estavam identificados vestindo camisetas promocionais, identificando o evento e o tema, as entidades organizadoras e as patrocinadoras.

Dia Mundial Sem Tabaco, 2007 – US Santa Felicidade

Uma faixa transversal na avenida em frente à Unidade de Saúde convidava o público para participar da Semana de Comemoração do Dia Mundial, dias 29, 30 e 31, alusivo ao dia 31 de maio, Dia Mundial sem Tabaco. A cerimônia oficial no dia 29 de maio teve a participação do Vice-Prefeito e Secretário da Saúde Municipal Luciano Ducci, da Diretora do Centro Epidemiológico da SMS Karen Regina Luma, do Epidemiologista Coordenador do Programa do Controle do Tabagismo da SMS João Alberto Rodrigues, da Presidente da Comissão de Tabagismo da SPTDT e AMP Luci Iolanda Bendhack, do Presidente da APCF Jayme Zlotnik, de Jonatas Reichert (Membro Titular da Comissão de Tabagismo da AMB/SP e PCTP – SESA/PR) e Cristina Ferraz (Enfermeira/Autoridade Sanitária/SMS).



Luciano Ducci, Luci I. Bendhack, Cristina Ferraz Karin Regina Luhm, Jonatas Reichert e Alessandra Ramos Santos. Dia Mundial sem Tabaco, 2007 – US Santa Felicidade.

II Fórum de Tabagismo, 2008 – Conselho Regional de Medicina

Em 11 de outubro de 2008 foi realizado outro Fórum sobre Temas de Tabagismo no Auditório do Conselho Regional de Medicina, seguindo a mesma linha de temas do fórum anterior (2005).

Os palestrantes convidados foram:

- Margaret Matos de Carvalho – *Promotora de Justiça do MPT*
- Robertson Fonseca de Azevedo – *Procurador de Justiça do Meio Ambiente*
- Luiz Fernando Ribas – *SESA – Gabinete do Secretário Estadual da Saúde*
- Luci Bendhack – *Comissão Tabagismo – SPTDT*
- Jonatas Reichert – *Comissão de Combate ao Tabagismo – AMB/SP*
- Saulo Carvalho Filho – *Sociedade Paranaense de Pediatria – HC/UFPR*

Dia Mundial Sem Tabaco, 2008 – Praça Rui Barbosa

O evento realizado no dia 30 de maio de 2008 foi organizado por João Alberto Rodrigues, médico coordenador das Ações de Controle do Tabagismo no município de Curitiba. A SPTDT, APCF e AMP participaram como colaboradoras.

Presentes ao evento: Vereadora Nely Almeida (1ª propositora da lei municipal dos ambientes 100% livres de tabaco em Curitiba), Karin Luhm (Diretora do Centro de Epidemiologia da SMS), João Alberto Lopes Rodrigues (Coordenador do Programa de Controle do Tabagismo no Município de Curitiba e do evento) e representantes da APCF e SPTDT.



Silvia Valderramas, Luci I. Bendhack, Karin R. Luhm, Jayme Zlotnik, Jonatas Reichert, Iludia Rosalinski e João Alberto Rodrigues. Dia Mundial Sem Tabaco, 2007 – Praça Rui Barbosa.

CONTRIBUIÇÃO DE LONDRINA PARA O CONTROLE DO TABAGISMO

A 17ª RS com sede em Londrina/PR desenvolve um programa sistemático na prevenção e tratamento do tabagismo. Em 1988, promoveu um desfile de 800 metros em área central da cidade com a divulgação de mensagens de saúde no tema tabagismo.

Em outra ocasião, a Folha de Londrina divulgou entrevista com o Professor Jayme Zlotnik a propósito da poluição tabagística ambiental, como exemplo nos locais de trabalho, abordando os riscos de adoecimento causado pelo tabagismo involuntário.

O Jornal "Folha do Paraná" de Londrina noticiou a realização de curso "Aconselhando seu paciente a deixar de fumar" promovido pela 17ª Regional de Saúde e Comissão Regional de Combate ao Tabagismo, marcando o Dia Mundial Sem Tabaco (1999), com a participação dos palestrantes Alcides Prante Junior (médico clínico), Sergio Augusto de Oliveira (psicólogo), Icanor Ribeiro (cardiologista) e Nivaldo Fazolo (pneumologista) e assistência de 45 profissionais de 20 cidades da região.

O foco foi o envolvimento de todos os profissionais da saúde na luta pela conscientização dos males causados pelo tabagismo, oportunizado pela atuação de médicos, enfermeiros, psicólogos, assistentes sociais, odontólogos e nutricionistas. Esta estratégia era vista como um meio eficaz de reduzir a prevalência exagerada de fumantes no Brasil, cerca de 35 milhões em 1999.

Foi lembrado pelo Dr. Prante Junior que 70% dos tabagistas iam ao médico pelo menos uma vez ao ano e 50% ao dentista, levando muito em conta os conselhos destes profissionais.

CONTRIBUIÇÃO DE FOZ DO IGUAÇU NA LUTA ANTITABÁGICA NO PARANÁ – DRA. BÁRBARA BARROS ARCO VERDE

Além dos serviços prestados pela RS que abrange este município, destacamos os excelentes serviços prestados pela médica Bárbara Barros Arco Verde, atuante na clínica geral, orientando a prevenção e tratamento do tabagismo, em muitos casos com a opção de tratamentos alternativos naturistas. Desenvolveu palestras e cursos de avaliação e tratamento, com apoio da Unimed local. Colaborou na capacitação de profissionais da saúde através da RS e coordenação do Programa de Controle do Tabagismo/SESA/PR. Promoveu e participou de eventos em comunidades sociais e religiosas que apoiavam a causa do controle do tabagismo.

A Dra. Bárbara Barros organizou o "I Curso do Mercosul – Como Ajudar seu Paciente a Deixar de Fumar" realizado no auditório da Fundação Cultural de Foz do Iguaçu, nos dias 6 e 7 de junho de 2003. Foram abordados os temas: falando sobre Tabagismo e Câncer (Jonatas Reichert), Dependência da Nicotina (Barbara B. A. Verde), Ajudando o Seu Paciente a deixar de Fumar (Jonatas Reichert). No final da tarde foi apresentada palestra sobre os malefícios do Tabagismo no salão comunitário da Igreja Adventista do 7º Dia de um bairro. Também deu a sua contribuição com palestra no "I Congresso Paranaense de Tabagismo", em 2003, em Curitiba, relatando a sua experiência em Foz do Iguaçu no painel onde participaram representantes de vários serviços.

A SMS de Foz promoveu um curso de capacitação para o tratamento do tabagismo no dia 13 de novembro de 2013, para profissionais de saúde do município, incluindo 8 médicos vindos de

Cuba. O Dr. Jonatas Reichert foi o palestrante convidado.

Em atenção ao jovem, a Dra. Bárbara B. Arco Verde idealizou um concurso de músicos e cantores "Arte Sem Cigarro é um Show", apresentando mensagens de saúde e a importância da boa qualidade de vida sem tabaco, desde 2003, através da música e canto. O evento está na sua 13º edição em 2015, pela SMS de Foz do Iguaçu e mobiliza um grande número de jovens, tendo importante apoio de Aparecida Maria Steinmacher, enfermeira coordenadora do Programa de Controle do Tabagismo do Município de Foz do Iguaçu.

MOVIMENTO DOS FUMICULTORES DE IRATI – AUDIÊNCIA PÚBLICA

Os Projetos de Lei para ambientes livres do tabaco sempre tiveram a saúde do "não fumante" como principal foco ao lado da prevenção, importante programa nas escolas do ensino fundamental. As propostas não interferiam nas atividades dos fumicultores para cessação da cultura tabágica, mas aconselhavam a migração do plantio do tabaco para outras com interesse alimentar.

O poder econômico fumageiro alegando diminuição da clientela em ambientes fechados, como bares e restaurantes, apoiou movimentos dos fumicultores com a alegação de que seriam obrigados a cessar as atividades e perderiam a sua fonte de renda, caso fosse sancionada a lei antifumo, como propunha a OMS.

Irati (PR), importante polo na produção do fumo no PR, foi sede de Audiência Pública para discutir o futuro da fumicultura e das famílias dos agricultores envolvidos, nesta fase pré-ratificação da CQCT/OMS, ocorrida em 2005.

Representantes da saúde foram recebidos com mensagens em faixas e cartazes sobre as suas preocupações e muitas vezes hostilizado dentro e fora do recinto onde aconteceram as discussões. Em alguns momentos, o microfone foi desligado para impedir o pronunciamento da Procuradora do Ministério Público do Trabalho.

Presentes no evento estavam representantes de diversas entidades "pró-saúde": Tania Cavalcante (INCA), Erica Cavalcante (INCA), Amadeu Antonio Bonato (DESER), Gilberto Martin (SESA/PR), Teresinha Jensen (SESA/PR), Margaret Matos de Carvalho (Procuradora do MPT), Iludia do Rocio Rosalinski (SESA/PR).

Importante foi a atuação do prefeito local, Sergio Stoklos, médico que nesta ocasião "*não se deixou intimidar pela pressão da indústria do fumo, dando todo apoio para que a audiência acontecesse num clima de tranqüilidade, sem a interferência de baderneiros mobilizados por companhias de fumo para criar pressão durante os debates, como aconteceu nas demais audiências em municípios fumicultores de outros estados*", segundo depoimento de Tania Cavalcante (MS).

Outro importante exemplo da fibra do povo do Estado do Paraná deve ser lembrado através da pessoa da promotora Margaret Matos de Carvalho, do Ministério Público do Trabalho do Estado, que esteve presente em quase todas as audiências públicas para debater a ratificação da Convenção, denunciando os abusos e os graves riscos sanitários, econômicos e sociais impostos por grandes companhias de fumo a pequenos agricultores e suas famílias que estão inseridos na cadeia produtiva de fumo. Vale salientar que é o primeiro Estado cujo Ministério Público ajuizou ação civil pública contra onze indústrias fumageiras devido à participação de crianças no plantio de fumo.

LEIS Nº 7.192/2006 E Nº 10.975/2008 – VEREADORA MARLY MARTIN SILVA

A Vereadora Marly Martin Silva, pioneira na luta antitabágica no município de Maringá e do Paraná, conhecedora de princípios de saúde com bases religiosas, propôs PL para tornar os ambientes 100% livres da poluição tabágica, enviando para votação na Câmara Municipal de Maringá o PL 9.905/2006, transformada em Lei nº 7.192/2006, "*que proíbe o fumo em recintos coletivos, salvo em áreas externas, que não poderão se localizar próximo a portas e janelas e também não poderão possuir nenhuma forma de cobertura, ou específicas para esse fim. A Lei proíbe o fumo em locais de venda e preparo de alimentos, mesmo que ao ar livre, inclusive os pontos do comércio ambulante e as feiras livres*".

Após proposta de revisão a redação foi alterada, tornando a lei mais abrangente, sob o registro nº 10.975/2008.

Resultado desta iniciativa, proposta pela Vereadora Marly Martin Silva, a Lei ao ser sancionada pelo Prefeito Silvio Magalhães Barros II, "*Maringá se tornou a 1ª cidade legalmente livre da fumaça do tabaco no Brasil*".

CONTRIBUIÇÃO DO CONSELHO REGIONAL DE MEDICINA/PR

O CRM/PR sempre esteve a favor da luta antitabágica apoiando eventos específicos coordenados por sua diretoria ou oferecendo as suas instalações para a realização de eventos organizados por outras entidades, como tradicionalmente aconteceu com a Sociedade Paranaense de Tisiologia e Doenças Torácicas (SPTDT).

Em atenção ao médico, foi criada a "Comissão de Saúde do Médico", em 17 de janeiro de 2006, (Portaria do CRM nº 02/2006) com o objetivo de estimulá-lo a cuidar da sua própria saúde. A comissão formada por conselheiros estava sob a coordenação do Dr. Marco Antonio do Socorro M. Ribeiro Bessa e Dra. Roseni Teresinha Florêncio.



CRM – contribuições Programa Saúde do Médico, coordenado pela conselheira do CRM Roseni Florêncio. Prof. Alberto José de Araújo (RJ), Pneumologista e Coordenador do NETT – IDT – HU / UFRJ (1º à esquerda) e Dr. Jonatas Reichert (PR), Pneumologista, Presidente da Comissão de Tabagismo da SBPT.

Vários eventos foram realizados com a presença de experientes médicos brasileiros. Citamos 3 ligados ao tema tabagismo: Professor Dr. Ronaldo Laranjeira (Professor Titular do Departamento de Psiquiatria da Universidade Federal de São Paulo, Unifesp/SP) que abordou o tema "Como criar um hospital livre de cigarros", Professor Alberto José de Araújo (Pneumologista e Coordenador do NETT – IDT – HU / UFRJ/RJ): "Tabagismo entre médicos, qual a realidade? Como enfrentar?" e Dr. Jonatas Reichert (Pneumologista, Presidente da Comissão de Tabagismo da SBPT/PR): "Tabagismo entre médicos: aspectos gerais e visão da situação regional".

O tema tabagismo também foi abordado em duas sessões específicas para esclarecimentos aos funcionários do próprio CRM.

Informações adicionais ver seção de depoimentos página 209: Dra Roseni Teresinha Florêncio.

Lutas e Vitórias

LEI ANTIFUMO – LEI MUNICIPAL Nº 13.254/2009

A Lei Antifumo no município de Curitiba foi sancionada pelo Prefeito Beto Richa no dia 19 de agosto de 2009, na presença de várias autoridades e representantes da APCF, SPTDT, AMB e SESA/PR. Presentes, Jayme Zlotnik, Teresinha Jensen, João Alberto Lopes Rodrigues, Jonatas Reichert e representantes da IASD.

Reproduzimos aqui o teor da Lei, na sua íntegra, como foi proposta pelo Vereador Tico Kuzma, que se destacou nos trabalhos de estudos, proposições, avaliação e negociação entre a classe política, sempre embasado na lógica, em justificativas científicas e no respeito à saúde da população. Lembramos os primeiros passos pioneiros nesta árdua caminhada dados pela Vereadora Nely Almeida.



Sancionamento da Lei Municipal: Prefeito Beto Richa e o discurso do propositor da lei, Vereador Tico Kuzma.

Câmara Municipal de Curitiba

LEGISLAÇÃO

LEI ORDINÁRIA Nº 13.254 de 19 de agosto de 2009

"Dispõe sobre as restrições ao uso de produtos fumígenos no Município de Curitiba."

A CÂMARA MUNICIPAL DE CURITIBA, CAPITAL DO ESTADO DO PARANÁ, aprovou e eu, Prefeito Municipal, sanciono a seguinte lei:

Art. 1º É proibido o uso de cigarros, cigarrilhas, charutos, cachimbos, ou qualquer outro produto fumígeno, derivado ou não do tabaco, em todos os recintos de uso coletivo, público ou privado, independente de sua natureza ou razão jurídica, assim considerados, entre outros:

I - instituições de ensino e de saúde;
II - hotéis, pensões e similares;
III - restaurantes, lanchonetes e similares;
IV - bares, cafés e similares;
V - as casas de música e de espetáculos, boates, danceterias e similares;
VI - os museus, teatros, salas de projeção, bibliotecas, cinemas, salas de exposições de qualquer natureza e locais onde se realizam espetáculos circenses;
VII - mercados, supermercados e demais locais fechados de venda de alimentos;
VIII - ginásios esportivos, clubes e academias;
IX - os ambientes de trabalho, independentes de sua natureza, comercial, de serviço ou industrial e de manufatura, público ou privado, incluindo repartições públicas, salas de escritórios e similares;
X - shoppings centers e áreas comuns de edifícios e condomínios comerciais;
XI - áreas comuns de edifícios e condomínios residenciais;
XII - igrejas, templos e outras edificações de culto religioso;
XIII - o interior dos equipamentos do transporte coletivo;
XIV - táxis, ônibus, micro-ônibus e vans de transporte comercial, público e similares;
XV - elevadores;
XVI - postos de gasolina e demais ambientes, mesmo abertos, que por orientação de autoridade competente, sejam classificados com potencial de combustão, incluindo garagens públicas ou comerciais e dos condomínios residenciais;

§ 1° Aplica-se o diposto no caput deste artigo aos recintos de uso coletivo, total ou parcialmente fechados em qualquer dos seus lados por parede, divisória, teto ou telhado, ainda que provisórios, onde haja permanência ou circulação de pessoas.

§ 2° Para efeito desta lei, inclui-se o conceito de ambiente ou recinto coletivo fechado, todo espaço coberto por um teto ou fechado entre uma ou mais paredes ou muros, independentemente do material utilizado para o teto, paredes e muros, bem como se a estrutura seja permanente ou provisória;

§ 3º Nos locais previstos nos parágrafos deste artigo deverá ser afixado aviso da proibição, em pontos de ampla visibilidade, com indicação de telefone e endereço dos órgãos responsáveis pela fiscalização, bem como será proibido a presença de cinzeiros nestes locais.

Art. 2º Os responsáveis pelos recintos de que trata esta lei, deverão advertir os eventais infratores sobre a proibição nela contida, bem como sobre a obrigatoriedade, caso persista na conduta coibida, de imediata retirada do local.

Parágrafo único – Os responsáveis pelos locais, que por ação ou omissão permitirem o fumo nos recintos de que trata a presente lei, ficarão sujeitos aos procedimentos administrativos e as sanções previstas na Lei Municipal 9000/1996 – Código de Saúde de Curitiba, sem prejuízo de outras penalidades de natureza civil ou criminal cabíveis.

Art. 3º Qualquer pessoa poderá relatar ao órgão de fiscalização determinado pelo município fato que tenha presenciado em desacordo com o disposto nesta lei.

§ 1º - O relato de que trata o caput deste artigo conterá:

I - a exposição do fato e suas circunstâncias;
II - a declaração, sob as penas da lei, de que o relato corresponde à verdade;
III - a identificação do autor, com nome, prenome, número da cédula de identidade, seu endereço e assinatura.

§ 2° - O relato feito nos termos deste artigo constitui prova idônea para o procedimento sancionatório.

Art. 4º Esta lei não se aplica:

I - aos locais de culto religioso em que o uso de produto fumígeno faça parte do ritual;
II - às instituições de tratamento da saúde que tenham pacientes autorizados a fumar pelo médico que os assista;
III - às vias públicas e aos espaços ao ar livre;
IV - às residências;
V - aos estabelecimentos específica e exclusivamente destinados ao consumo no próprio local de cigarros, cigarrilhas, charutos, cachimbos ou de qualquer outro produto fumígeno, derivado ou não do tabaco, desde que essa condição esteja anunciada, de forma clara, na respectiva entrada, definidos na razão social como tabacaria;
VI - nos quartos de hotéis, desde que utilizado pelo hóspede.

Parágrafo único - Nos locais indicados nos incisos I, II, e V deste artigo, deverão ser adotadas condições de isolamento, ventilação ou exaustão do ar que impeçam a contaminação de ambientes protegidos por esta lei.

Art. 5º Os infratores desta lei sujeitar-se-ão à multa de R$ 1.000,00 (um mil reais), aplicada em dobro na reincidência, devendo este valor ser reajustado anualmente pela variação do Índice de Preços ao Consumidor Amplo - IPCA, apurado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE, acumulada no exercício anterior, sendo que, no caso de extinção deste índice, será adotado outro criado por legislação federal e que reflita a perda do poder aquisitivo da moeda.

Art. 6º Esta lei entra em vigor no prazo de 90 (noventa) dias após a data de sua publicação, revogando a Lei n° 6167/1980 e suas alterações posteriores.

PALÁCIO 29 DE MARÇO, em 19 de agosto de 2009.

Carlos Alberto Richa

PREFEITO MUNICIPAL

Informações de origem desta norma:

Iniciativa: Tico Kuzma

Projeto de Lei ordinária 005.00073.200

Dados epidemiológicos divulgados pela SMS em 2011 e pelo coordenador do programa municipal para o controle do tabagismo, João Alberto Lopes Rodrigues em 2011, evidenciaram um importante resultado em curto prazo: Curitiba apresentou significativa redução da prevalência de tabagistas, de 21,5% para 17%, o que significa que esta capital com a 2ª maior prevalência passou à 5ª colocação em dois anos de vigência da lei antifumo.

AMBIENTES 100% LIVRES DO TABACO NO PARANÁ – LEI ESTADUAL Nº 16.239/2009

Ações Preliminares ao Sancionamento

A luta organizada pelo controle do tabagismo ao completar 35 anos no Paraná vivencia outro momento histórico. O que era improvável até pouco tempo, agora é realidade, é lei: ambientes coletivos 100% livres da poluição tabagística.

O processo desenvolvido para se conseguir este objetivo não foi tão fácil como possa parecer. O estado de São Paulo comemorava a sua vitória com o sancionamento da lei do tabaco zero nos ambientes públicos fechados. Em nosso estado tramitavam quatro projetos de lei, acompanhados de diversos graus de resistência entre os parlamentares e indústria tabageira. Os quatro projetos de lei foram: Reinhold Stephanes Junior – PMDB (PL 243/08), Luiz Claudio Romanelli – PMDB (PL 388/08), Antonio Belinati – PP (PL 147/09) e do Governador Roberto Requião – PMDB (PL 276/09), nesta ordem. Os projetos abriam algumas concessões para boates e casas de espetáculos e outro permitia a manutenção de fumódromos, desde que separados do restante dos ambientes com paredes e divisórias, o que efetivamente não funciona.

O deputado Reni Pereira elaborou um substitutivo-geral feito com base nos 4 projetos citados, deixando bem clara a proibição em bares, restaurantes, hotéis, praças de alimentação, táxis, áreas comuns fechadas de condomínios e proibição das áreas específicas para fumantes (os fumódromos), abrindo exceções a tabacarias e a rituais religiosos.

Em 2005, a Lei Estadual nº 14.743/2005, de 15 de junho, dispunha sobre a proibição de fumar em recintos públicos, prevendo a existência de fumódromos. Esta foi substituída em maio de 2007, pela Lei nº 15.492 / 2007 que estendeu a proibição também a órgãos e entidades integrantes da Administração Pública do Paraná. A proposição do deputado Ney Leprevost de ampliar a lei anterior proibindo fumar em estabelecimentos comerciais e eventos destinados a crianças foi sancionada em 19/11/2008 sob o nº 15.977/2008.

Novas discussões ocorreram neste ano, a partir de junho, com a proposição do PL 243/2008 do deputado Stephanes Júnior, na qual foram mantidas as propostas anteriores, porém excluindo a proibição de varandas, terraços e similares, desde que inexistente comunicação com o recinto coletivo fechado.

Ainda em setembro deste mesmo ano, o deputado Luis Carlos Romanelli apresentou o PL 388/08 com a mesma abrangência, mas incluiu "recintos de uso coletivo, total ou parcialmente fechados, em qualquer dos seus lados por parede, divisória, teto ou telhado, ainda que provisórios, onde haja permanência ou circulação de pessoas".

O deputado Antonio Belinati propôs em março de 2009, o PL 147/2009 e em julho o Poder Executivo apresentou o PL 276/2009. Ambos traziam a mesma previsão do PL 388/08, abolindo os fumódromos.

A Divisão de Tabagismo da SESA/PR e sua equipe, coordenada pela Educadora Iludia Rosalinski, articulou todo o processo de visitas e conscientização junto aos Deputados na Assembléia Legislativa do Paraná visando discussões e esclarecimentos sobre a importância da aprovação da lei estadual como proposta no substitutivo-geral a ser discutida em audiências públicas, nas quais participaram políticos, educadores, médicos, representantes da indústria tabageira, comércio (bares e restaurantes) e dos fumicultores e suas associações.

A busca pelo consenso, praticamente impossível neste universo, procurou avaliar o grau de conhecimento dos representantes do legislativo sobre os danos à saúde que o tabaco representa para os tabagistas ativos e a séria influência sobre os não tabagistas expostos. Nos encontros ocorridos em alguns gabinetes foram entregues cartazes, folders e livros que abordavam o tabagismo e saúde pública tendo como objetivo principal a formação de opinião sobre o tema e a importância de atitudes concretas para evitar o adoecimento e morte da população, ressaltando a responsabilidade política envolvida.

O passo inicial desta fase foi a reunião de uma comissão com o Presidente da Comissão de Saúde da ALEP, Deputado Ney Leprevost, no dia 18 de junho de 2009. Participaram: Iludia Rosalinski (SESA/PR), Teresinha Jensen (SESA/PR), Luci Iolanda Bendhack (Pneumologista – SMS), Jayme Zlotnik (Otorrinolaringologista – UFPR e Presidente da APCF), Adherbal Fortes de Sá (Jornalista) e Jonatas Reichert (Pneumologista – SESA/PR).



Comissão recepcionada pelo Presidente da Comissão de Saúde da ALEP, Deputado Ney Leprevost: Jonatas Reichert, Luci Bendhack, Teresinha Jensen, Jayme Zlotnik, Iludia Rosalinski, Adherbal Fortes de Sá Júnior.

Ao deputado foi solicitado apoio para a condução das discussões que se estenderam por 3 meses, sem a qual seria tudo mais difícil, pois a "casa de leis" estava dividida e carecia de dados consistentes para justificar uma lei, sobretudo embasada em conhecimentos científicos que ressaltassem o risco que os não fumantes expostos estão diariamente sujeitos nos ambientes coletivos fechados. A ideia predominante dos parlamentares era a do prejuízo que os proprietários de bares, restaurantes e casas noturnas amargariam pela evasão dos clientes tabagistas. O futuro próximo, após a aprovação da lei, mostraria um quadro oposto, com aumento da clientela à custas dos não fumantes, que antes evitavam estes ambientes com marcada poluição tabagística ambiental.

Em depoimento gravado (arquivo imagem/som), o presidente da Comissão de Saúde da ALEP, deputado Ney Leprevost, expressou a sua preocupação com estes fatos em um primeiro momento, mas reconsiderou a lógica após ser convencido pelo grupo acima citado, tornando-se um grande incentivador com o seu irrestrito apoio. Transcrevemos a seguir alguns aspectos deste depoimento:

"Recebi uma visita quando presidia a Comissão de Saúde da ALEP, me convenceu a apoiar este Projeto de Lei. A visita composta por Iludia Rosalinski (SESA/PR), Teresinha Jensen (SESA/PR), Luci Iolanda Bendhak (Pneumologista – SMS), Jayme Zlotnik (Otorrino-laringologista -UFPR) e APCF (Presidente), Adherbal Fortes de Sá (Jornalista) e Jonatas Reichert (Pneumologista – SESA/PR) os quais comprovaram que era fundamental a aprovação de uma lei restritiva do fumo em restaurantes e outros locais fechados, não apenas para imitar países mais desenvolvidos ou por questões ambientais, mas pensando na saúde coletiva. A livre escolha em fumar termina quando prejudica o próximo, expondo-os como fumantes passivos e ao risco de adquirirem uma doença relacionada. O mau comportamento deve ser contido. Com estes argumentos esta importante comissão que trabalha para a aprovação da lei antifumo, me convenceu para dar apoio e eu como presidente da Comissão de Saúde da ALEP tendo uma representatividade do setor turístico, mesmo sendo um defensor da gastronomia, hotelaria e dos geradores de emprego, entendi que a saúde estava em 1º lugar e me posicionei a favor deste PL".

Ao ser indagado sobre os fatos contra e a favor surgidos neste clima histórico, continuou:

"Vi como fato "contra" a impossibilidade de existir bares para fumantes,pois isto iimpediria a entrada de não fumantes. Poderia surgir uma questão trabalhista envolvendo os garçons trabalhadores destes locais poluídos.

Fato a "favor": o posicionamento político deve ser visando a coletividade – mesmo sendo um fumante, pois aí existe mais um motivo, a própria saúde. A lei foi aprovada com emendas, uma delas de minha autoria, a proibição de fumo em locais fechados com a presença de crianças (veículos, casas comerciais com produtos infantis, "buffets" infantis e salão de beleza direcionados a crianças. Portanto, a lei é boa e necessária".

O Paraná, sempre na vanguarda das ações no controle do tabagismo, incluindo municípios e Estado, de forma contínua, trabalhou no aperfeiçoamento das leis à luz dos novos conhecimentos científicos, ciente dos malefícios para os fumantes e não tabagistas expostos e com o compromisso do Brasil como signatário do tratado internacional de saúde pública, a Convenção Quadro para o Controle do Tabaco.

O substitutivo geral apresentado para a Comissão de Constituição e Justiça (CCJ), em 23 de junho de 2009, pelo deputado Reni Pereira foi analisado, debatido e finalmente aprovado quanto a constitucionalidade e a legalidade para ser votado em plenário, o que aconteceu no dia 16 de setembro de 2009. O projeto foi tão polêmico que na CCJ foi possível ter uma prévia da discussão que se seguiria até a votação em plenário.

O projeto recebeu duras críticas, na própria CCJ, de alguns deputados opositores que consideraram a proposta muito radical e que colocava o fumante como infrator. "*O poder público se beneficia dos impostos, mas quer afastar o fumante do convívio da sociedade*", protestavam.

Reni Pereira, ao apresentar o substitutivo que não analisou o mérito, mas se ateve à questão da defesa da saúde, que é um direito do Estado. "*O objetivo é constranger as pessoas para abandonarem o vício e limitar os espaços para gerações futuras, diminuindo o consumo do cigarro no estado*", afirmou.

O líder do governo na Assembléia Legislativa, Luiz Carlos Romanelli, autor de projeto mais restritivo ao fumo, elogiou o substitutivo porque visava proteger os não fumantes.

Várias emendas surgiram na tentativa da lei facultar a criação de áreas para fumantes. Se fosse aprovada assim os ambientes não se tornariam 100% livres do tabaco e de nada adiantariam os trabalhos para esta conquista.

Romanelli apresentou emendas para que a lei não fosse abrandada, mantendo o texto original que impede o fumo em recintos fechados de uso coletivo, público e privados, tais como locais de trabalho, áreas comuns de condomínios, casas de espetáculos, boates, restaurantes, repartições públicas entre outros. Também defendeu campanhas de conscientização sobre os malefícios do tabagismo, inclusive em instituições públicas e privadas sendo expandidas para o ambiente domiciliar, visando as crianças vivendo em ambientes livres de poluição tabágica, norteadas pelos bons exemplos e ficando livres dos malefícios do fumo desde tenras idades.

Audiências Públicas

1ª Audiência Pública

A 1ª Audiência Pública aconteceu em Junho de 2009, nas dependências da ALEP tendo como relator o deputado Reni Pereira. De um lado, os representantes da fumicultura, indústria e da Associação Brasileira de Bares e Casas Noturnas (Abrabar). De outro, políticos se manifestando a favor da saúde coletiva, ao contrário dos defensores do lucro resultado da venda da doença e da morte. Também alegavam o destino das famílias dos agricultores, cerca de 200 mil no Brasil, que sem alternativas imediatas ficariam em situação econômica complicada. Porém, este argumento foi rebatido com a afirmação de que são 200 mil as mortes todos os anos em consequência do fumo e que as 200 mil famílias de fumicultores ainda teriam a oportunidade de migrar para outras culturas destinadas à produção de alimentos.

A Abrabar se manifestou através do seu presidente, Fabio Aguayo, contra a legislação restritiva, prevendo o hipotético risco do banimento dos fumantes das casas noturnas por representarem 70% dos frequentadores. Além disto, as casas noturnas já teriam investido em inovações tecnológicas que permitem a renovação do ar. O futuro viria a comprovar exatamente o contrário, trazendo nova clientela de não fumantes que antes da aprovação da lei evitavam estes ambientes.

Os participantes da audiência que defendiam a lei para ambientes 100% livres da poluição tabagística e que tiveram a oportunidade de expressar a sua convicção foram: Jayme Zlotnik (Otorrinolaringologista, APCF), Marco Antonio Bessa (Psiquiatra e Conselheiro do CRM), Saulo Carvalho (Pediatra UFPR, APCF), Erlene Tedeschi dos Santos (Superintendente, SESA/PR) e Jonatas Reichert (Pneumologista do Programa Estadual Controle do Tabagismo, Comissão de Tabagismo da SBPT/DF e AMB/SP).

2ª Audiência Pública

Em clima democrático, o Presidente da ALEP, Nelson Justus, concedeu a oportunidade para audiência pública que aconteceu no dia 17 de agosto de 2009, para que opositores da proposta de lei que proibia o fumódromo pudessem manifestar as suas ideias contrárias, mesmo que a principal justificativa premiasse apenas os interesses econômicos e não os da saúde coletiva. Nesta mesma sessão foi dada a oportunidade para as manifestações calorosas de parlamentares com ideias contrárias.

A Dra. Zilda Arns participou da Audiência Pública fazendo um apelo aos deputados na ALEP para que votassem a favor da lei em clima de verdadeira cidadania visando a saúde da população. Em caso de votação desfavorável faria uma cobrança dos parlamentares.

3ª Audiência Pública

Realizada nova Audiência Pública no plenário da ALEP, no dia 18 de agosto de 2009, com a fala de vários representantes de instituições que apoiaram a aprovação da lei estadual em meio a um clima misto de desinteresse e desaprovação por parte dos opositores pelas medidas a serem aprovadas.

Listamos os oradores que defenderam a lei e a saúde coletiva:

José Fernando Macedo – *Médico Angiologista e Presidente da AMP*
Margaret Matos de Carvalho – *Procuradora do Ministério do Trabalho*
Jonatas Reichert – *Médico Pneumologista, Comissão Tabagismo da AMB/SP*
João Alberto Rodrigues – *Médico Epidemiologista / Tabagismo da SMS – Curitiba*
André Langoswiski – *Médico Cardiologista SESA/PR*
Jayme Zlotnik – *Médico Otorrinolaringologista / Presidente da Associação Paranaense Contra o Fumo/UFPR*
Saulo Carvalho – *Médico Pediatra – UFPR*
Adriana Carvalho – *Advogada da ACTBr/RJ / Aliança Contra o Tabaco*
Marco Antonio Bessa – *Médico Psiquiatra / Conselheiro do CRM/PR*

Importantes contribuições foram dadas em todos os trabalhos e como relatores os deputados Tadeu Veneri e Artagão de Mattos Leão.

Tadeu Veneri, favorável à lei, apresentou emenda "propondo a obrigação legal do Estado de disponibilizar em toda a rede de saúde pública assistência terapêutica e medicamentosa gratuita para o tabagismo para os fumantes que querem parar de fumar".

Artagão de Mattos Leão, de família que preza a educação e com princípios religiosos bem claros para a preservação da saúde longe das drogas, ensinados pela IASD, teve atuação decisiva como último relator em audiência pública antes da aprovação da lei na ALEP, defendendo a aprovação da lei que estabelece ambientes fechados, públicos ou privados, com trânsito ou permanência de pessoas 100% livres da poluição tabagística ambiental.

Comissão de Saúde Pública da ALEP

Após minuciosa análise dos 4 Projetos de Lei unificados anteriormente, foi emitido parecer pela tramitação da proposição, na Sala das Comissões, no dia 11 de agosto de 2009, com emenda aditiva impondo ao Poder Executivo que disponibilize as condições de tratamento do tabagismo (assistência médica e medicamentos) por sua rede de saúde pública do Estado para os fumantes que queiram parar de fumar. O documento foi assinado pelo deputado Ney Leprevost (Presidente), Tadeu Veneri (Relator) e Marcelo Rangel (Vice-Presidente).

O parecer às emendas em plenário, aos Projetos de lei nº 243/08, 388/08, 147/09 e 276/09 e às emendas da Comissão de Saúde, foi emitido pela Comissão de Constituição e Justiça no dia 19/08/2009 ao analisar 17 emendas, das quais 13 foram aprovadas por constitucionalidade e 4 rejeitadas.

A tramitação até este momento foi trabalhosa, com muitas discussões e já foi possível computar algumas vitórias: a manifestação de constitucionalidade da proposição pela CCJ e parecer pela tramitação da proposição emitido pela Comissão de Saúde.

No dia 24 de agosto de 2009 a Comissão de Defesa do Consumidor, presidida pelo deputado Reni Pereira, o relator Cleiton Kielse, emitiu parecer favorável "por estes serem de extrema importância para toda a sociedade paranaense".

A sessão plenária do dia 22 de setembro de 2009, aberta pelo Presidente da ALEP, deputado Nelson Justus, ao explanar a ordem do dia, foi destinada a votação final da lei. No auditório estavam presentes 47 parlamentares e representantes da área da saúde, sociedade civil, religiosos e fumicultores. A deputada Cida Borghetti procedeu a leitura nominal aos deputados da casa.

Após manifestações contra e a favor da lei, alguns itens foram postos em votação e divulgados em placar eletrônico. Destacamos as seguintes votações:

Substituto Geral CCJ e Emenda da Comissão de Saúde	SIM: 37	NÃO: 10
Emendas de Plenário: 17 votadas.		
Ponto alto da discussão: criação dos fumódromos		
Emenda defendida pelo deputado Stephanes Junior	SIM: 10	NÂO: 35

Emendas, subemendas e recursos pelo caminho e finalmente o Projeto de Lei final foi aprovado em Sessão Plenária no dia 22 de setembro de 2009 e emitido documento assinado pelo Presidente Nelson Justus, Alexandre Curi (1º Secretário) e Valdir Rossoni (2º Secretário) e enviado no mesmo dia através de Ofício nº 226/09 – DAP/AS, para apreciação do Governador Roberto Requião.

O placar dos "contra e a favor" fornecido pela ALEP nesta sessão histórica foi registrada. **Apêndice-17.**

Sancionamento da Lei

Durante cerimônia na Escola de Governo, no Edifício Castello Branco no Centro Cívico, no dia 29 de setembro de 2009, o Governador Roberto Requião sancionou a Lei Estadual nº 16.239, publicada no Diário Oficial sob o Registro nº 8066, sendo este o teor:

ESTADO DO PARANÁ
Secretaria de Estado da Saúde – SESA
Lei 16239 - 29 de Setembro de 2009
Publicado no Diário Oficial nº 8066 de 29 de Setembro de 2009

Súmula: Estabelece normas de proteção à saúde e de responsabilidade por dano ao consumidor, nos termos dos incisos V, VIII e XII do artigo 24, da Constituição Federal, para criação de ambientes de uso coletivo livres de produtos fumígenos, conforme especifica e adota outras providências.

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná decretou e eu sanciono a seguinte lei:

Art. 1º Esta lei estabelece normas de proteção à saúde e de responsabilidade por dano ao consumidor, nos termos dos incisos V, VIII e XII do artigo 24, da Constituição Federal, para criação de ambientes de uso coletivo livres de produtos fumígenos.

Art. 2º Fica proibido no território do Estado do Paraná, em ambientes de uso coletivo, públicos ou privados, o consumo de cigarros, cigarrilhas, charutos, cachimbos ou de qualquer outro produto fumígeno, derivado ou não do tabaco, que produza fumaça e o uso de cigarro eletrônico.

§ 1°. Aplica-se o disposto no caput deste artigo aos recintos de uso coletivo, total ou parcialmente fechados em qualquer dos seus lados por parede, divisória, teto ou telhado, ainda que provisórios, onde haja permanência ou circulação de pessoas.

§ 2º Para os fins desta lei, a expressão recintos de uso coletivo compreende, dentre outros, os ambientes de trabalho, de estudo, de cultura, de culto religioso, de lazer, de esporte ou de entretenimento, áreas comuns de condomínios, casas de espetáculos, teatros, cinemas, bares, lanchonetes, boates, restaurantes, praças de alimentação, hotéis, pousadas, centros comerciais, bancos e similares, supermercados, açougues, padarias, farmácias e drogarias, repartições públicas, instituições de saúde, escolas, museus, bibliotecas, espaços de exposições, veículos públicos ou privados de transporte coletivo, viaturas oficiais de qualquer espécie e táxis.

§ 3°. Nos locais previstos nos parágrafos 1° e 2° deste artigo deverá ser afixado aviso da proibição, em pontos de ampla visibilidade, com indicação de telefone e endereço dos órgãos estaduais responsáveis pela vigilância sanitária e pela defesa do consumidor.

§ 4º Fica proibido, também, fumar em veículos que estejam transportando crianças e/ou gestantes.

§ 5º Será cassada a eficácia da inscrição, junto ao cadastro de contribuintes do Imposto sobre Operações Relativas à Circulação de Mercadorias e Sobre Prestações de Serviços de Transportes Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação (ICMS), dos estabelecimentos comerciais que forem flagrados vendendo cigarros a menores de 16 (dezesseis) anos de idade.

§ 5º Será cassada a eficácia da inscrição, junto ao Cadastro de Contribuinte do Imposto sobre Operações Relativas à Circulação de Mercadorias e sobre Prestações de Serviços de Transportes Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação (ICMS), dos estabelecimentos comerciais que forem flagrados vendendo cigarros a menores de 18 (dezoito) anos de idade.

(Redação dada pela Lei 16388 de 26/01/2010)

Art. 3º O responsável pelos recintos de que trata esta lei deverá advertir os eventuais infratores sobre a proibição nela contida, bem como sobre a obrigatoriedade, caso persista na conduta coibida, de imediata retirada do local, se necessário mediante o auxílio de força policial.

Art. 4º Tratando-se de fornecimento de produtos e serviços, o empresário deverá cuidar, proteger e vigiar para que no local de funcionamento de sua empresa não seja praticada infração ao disposto nesta lei.

Art. 5º Qualquer pessoa poderá relatar ao órgão de vigilância sanitária ou de defesa do consumidor da respectiva área de atuação, fato que tenha presenciado em desacordo com o disposto nesta lei.

§ 1º O relato de que trata o caput deste artigo conterá:

1. a exposição do fato e suas circunstâncias;
2. a declaração, sob as penas da lei, de que o relato corresponde à verdade;
3. a identificação do autor, com nome, prenome, número da cédula de identidade, seu endereço e assinatura.

§ 2°. A critério do interessado, o relato poderá ser apresentado por meio eletrônico, no sítio de rede mundial de computadores – internet dos órgãos referidos no caput deste artigo, devendo ser ratificado, para atendimento de todos os requisitos previstos nesta lei.

§ 3º O relato feito nos termos deste artigo constitui prova idônea para o procedimento sancionatório.

Art. 6º Esta lei não se aplica:

I - aos locais de culto religioso em que o uso de produto fumígeno faça parte do ritual;
II - às instituições de tratamento da saúde que tenham pacientes autorizados a fumar pelo médico que os assista;
III - às vias públicas;
IV - às residências;
V - aos estabelecimentos específica e exclusivamente destinados ao consumo no próprio local de cigarros, cigarrilhas, charutos, cachimbos ou de qualquer outro produto fumígeno, derivado ou não do tabaco, desde que essa condição esteja anunciada, de forma clara, na respectiva entrada.

Parágrafo único. Nos locais indicados nos incisos I, II e V deste artigo deverão ser adotadas condições de isolamento, ventilação ou exaustão do ar que impeçam a contaminação de ambientes protegidos por esta lei.

Art. 7º Compete ao órgão estadual de vigilância sanitária a fiscalização do cumprimento desta lei, pelos estabelecimentos aqui referidos, aplicando-se as sanções previstas nesta lei, sem prejuízo daquelas previstas na Lei Federal nº 6.437, de 20 de agosto de 1977.

§ 1°. Considera-se infrator, para os efeitos do art. 2º, toda e qualquer pessoa natural ou jurídica, de direito público ou privado que, de forma direta ou indireta, permita, tolere o consumo ou consuma tabaco em desconformidade com esta Lei.

§ 2°. O usuário dos produtos mencionados no art. 2º que infringir o disposto nesta Lei está sujeito à advertência e, em caso de recalcitrância, sua retirada do recinto pelo responsável pelo mesmo, sendo possível ser solicitado o auxílio de força policial, e sem prejuízo das sanções previstas nesta lei.

§ 3°. A infração ao disposto nesta Lei acarretará a aplicação de multa, ao infrator definido no § 1º deste artigo, equivalente a 100 UPF/PR – Unidade Padrão Fiscal do Paraná ou outro índice oficial que, eventualmente, venha substituí-la.

§ 4º A penalidade será aplicada em dobro em caso de reincidência.

Art. 8º O início da aplicação das penalidades será precedido de ampla campanha educativa, realizada pelo Governo do Estado, para esclarecimentos sobre os deveres, proibições e sanções impostos por esta lei, além da nocividade do fumo à saúde.

Art. 9º Caberá ao Poder Executivo disponibilizar em toda a rede de saúde pública do Estado, assistência terapêutica e medicamentos antitabagismo para os fumantes que queiram parar de fumar.

Art. 10. O Governo do Estado promoverá em todos os níveis de ensino, dar incentivo às ações educativas específicas que visem abordar os malefícios provenientes do tabagismo.

Parágrafo único. Para tanto, o Governo do Estado promoverá através de atividades extracurriculares estabelecer uma carga horária a ser preenchida com vídeos institucionais, palestras, debates e seminários propiciando a discussão, bem como a ciência aos alunos do mal que o tabagismo causa à vida e à saúde.

Art. 11. Os agricultores que se comprometam mudar o cultivo de fumo por outra cultura de plantação terão prioridade ou preferência no atendimento dos programas da Secretaria de Agricultura e do Abastecimento – SEAB.

Art. 12. Ficam revogadas as Leis Estaduais nºs 14.743, de 15 de junho de 2005 e 15.492, de 09 de maio de 2007.

Art. 13. Esta Lei entrará em vigor no prazo de 60 (sessenta) dias após a data de sua publicação.

PALÁCIO DO GOVERNO EM CURITIBA, em 29 de setembro de 2009.

Roberto Requião
Governador do Estado

Gilberto Berguio Martin
Secretário de Estado da Saúde

Jair Ramos Braga
Secretário de Estado da Justiça e da Cidadania

Rafael Iatauro
Chefe da Casa Civil

Luiz Cláudio Romanelli
Deputado Estadual

Antonio Belinati
Deputado Estadual

Reinhold Stephanes Junior
Deputado Estadual

O ato que transformou o projeto de Lei em Lei de fato foi precedido pela fala de personalidades da área legislativa do Estado e médica, todos enaltecendo a importância da Lei Estadual para a saúde coletiva e garantia para as gerações futuras.

A regulamentação da lei foi publicada no Diário Oficial Nº 8168 de 26/02/2010 através do Decreto Nº 6352, com o seguinte conteúdo:

DECRETO Nº 6352 - 26/02/2010
Publicado no Diário Oficial Nº 8168 de 26/02/2010

Súmula: Institui a Política Estadual para o Controle do Tabaco e regulamentada a Lei Estadual nº 16.239, de 29 de setembro de 2009.

Institui a Política Estadual para o Controle do Tabaco e regulamenta a Lei nº 16.239, de 2009, que trata da proibição do uso de cigarros, cigarrilhas, charutos, cachimbos ou qualquer produto derivado do tabaco que produza fumaça, em recinto coletivo, privado ou público e dá providências correlatas.

Governador do Estado do Paraná, no uso das atribuições que lhe confere o art. 87, incisos V e VI, da Constituição Estadual,

DECRETA:

CAPÍTULO I

Disposição Preliminar

Art. 1º Fica instituída a Política Estadual para o Controle do Tabaco e regulamentada a Lei Estadual nº 16.239, de 29 de setembro de 2009, que trata da proibição do uso de cigarros, cigarrilhas, charutos, cachimbos ou qualquer produto derivado do tabaco que produza fumaça, em recinto coletivo, privado ou público.

CAPÍTULO II

Política Estadual para o Controle do Tabaco

SEÇÃO I

Objetivos e Diretrizes da Política Estadual para o Controle do Tabaco

Art. 2º A Política Estadual para o Controle do Tabaco tem por objetivos:

I – a redução do risco de doenças provocadas pela exposição à fumaça do tabaco e outros produtos fumígenos; e
II – a criação de ambientes coletivos livres do tabaco.

Art. 3º A Política Estadual para o Controle do Tabaco será implementada com a integração de providências:

I – do Poder Público;
II – dos empresários e demais responsáveis por ambientes de uso coletivo, inclusive entidades de representação patronal e profissional; e
III – da comunidade.

§ 1º Caberá ao Estado fornecer informações, exercer a fiscalização e prestar assistência terapêutica e medicamentos antitabagismo, conforme o disposto no artigo 7º deste Decreto.

§ 2º Caberá aos empresários e demais responsáveis pelos ambientes de uso coletivo, públicos ou privados, adotar as medidas previstas no artigo 8º deste Decreto.

§ 3º Entende-se por derivado do tabaco:

a) cigarros;
b) cigarros eletrônicos;
c) cigarrilhas;
d) charutos;
e) cachimbos;
f) narguilé; e
g) outros que produzam fumaça, em recinto coletivo, privado ou público.

§ 4º Entende-se por recinto coletivo, o local total ou parcialmente fechado em qualquer de seus lados por parede, divisória, teto ou telhado, de forma permanente ou provisória, onde haja o exercício de atividades laborativas, permanência e trânsito de pessoas.

Art. 4º Fica constituído o Comitê de Fiscalização e de Controle do Tabaco, conforme tratou a Lei Estadual nº 16.239 de 29 de setembro de 2009 com os seguintes membros:

I – dois representantes da Secretaria de Estado da Saúde – SESA – (Superintendência de Vigilância em Saúde e Superintendência de Atenção Primária em Saúde);
II – um representante da Secretaria de Estado da Justiça e da Cidadania – SEJU;
III – um representante da Secretaria de Estado da Segurança Pública – SESP;
IV – um representante da Secretaria de Indústria, do Comércio e Assuntos do Mercosul – SEIM;
V – um representante da Secretaria de Estado da Educação – SEED.
VI – um representante do Conselho Estadual de Saúde – CES; e
VII – um representante do Conselho de Secretários Municipais – COSEMS.

SEÇÃO II

Informação oficial, fiscalização e assistência terapêutica

Art. 5º O Comitê de que trata o artigo 4º deste Decreto, observadas as áreas de atuação das entidades que o integram:

I – estimulará a realização de campanhas de saúde pública e divulgação, de cunho educativo, nos meios de comunicação, como jornais, revistas, rádio, televisão para amplo conhecimento quanto à nocividade do tabaco e esclarecimentos sobre os deveres, proibições e sanções da Lei Estadual nº 16.239, de 29 de setembro de 2009;
II – estimulará o desempenho de ações educativas e de esclarecimentos em hospitais, postos de saúde, escolas públicas e privadas, em prédios públicos, universidades, associações de proprietários de bares e restaurantes e demais entidades que se mostrarem interessadas, com o intuito de multiplicar as informações sobre os males causados pelo tabaco; e
III – estimulará a divulgarão das medidas administrativas adotadas para efetivo cumprimento da Lei Estadual nº 16.239, de 29 de setembro de 2009, e os estudos relevantes sobre o tabagismo, com a manutenção de sítio específico na rede mundial de computadores – internet.

Art. 6º O cumprimento da Lei Estadual nº 16.239, de 29 de setembro de 2009 será fiscalizado no âmbito de suas respectivas atribuições pelas Vigilâncias Sanitárias estadual e/ou municipal, assegurada as competências na execução das ações, as formas de gestão vigentes, bem como na existência de legislações específicas.

§ 1º No exercício da fiscalização de que trata o "caput" deste artigo, orientado precipuamente para a proteção ao fumante passivo, observar-se-á o seguinte:

a) os estabelecimentos prisionais e unidades de cumprimento de medidas socioeducativas se sujeitarão as normas próprias de execução penal e de proteção à criança e ao adolescente; e
b) a Vigilância Sanitária coordenará as respectivas atuações de fiscalização.

§ 2º As Secretarias de Estado da Saúde e da Justiça e da Cidadania divulgarão, periodicamente, relatório tendo por objeto os resultados da fiscalização de que trata este artigo.

Art. 7º A Secretaria de Estado da Saúde organizará a rede estadual de prestação de abordagem cognitiva comportamental e assistência terapêutica aos dependentes do tabaco, incluindo o fornecimento de medicamentos prescritos por médicos integrantes do Sistema Único de Saúde – SUS, qualificados para tal de acordo com a Portaria 1035/04-GM e Protocolo.

SEÇÃO III

Medidas de Cuidado, Proteção e Vigilância nos Ambientes de Uso Coletivo e Sanções Aplicáveis

Art. 8º A obrigação de cuidado e vigilância para impedir a prática das infrações previstas na Lei Estadual nº 16.239, de 29 de setembro de 2009, compreende a adoção, por empresários e responsáveis, das seguintes medidas:

I – afixação de avisos de proibição em locais visíveis.
II – não permitir a presença de cinzeiros, caixas de areia e isqueiros (disponíveis para uso do cliente), que incentive ou promova o uso/consumo de tabaco.
III – Determinação às pessoas sujeitas ao seu poder de direção, inclusive empregados, prepostos, terceirizados e prestadores de serviço para que, nos ambientes de uso coletivo, públicos ou privados, conforme determina a lei:
a) não consumam produtos fumígenos;
b) informem ao público, clientes e freqüentadores para que não sejam consumidos produtos fumígenos;
c) informem ao responsável pelo estabelecimento o eventual descumprimento da Lei Estadual nº 16.239, de 29 de setembro de 2009;
IV – determinação ao público, clientes e freqüentadores que não consumam produtos fumígenos.
V – comunicação à Polícia Militar para que providencie o auxílio necessário à imediata retirada do fumante que não atender à determinação constante do Inciso III e IV deste artigo.

§ 1º Os avisos de proibição serão afixados em número suficiente para garantir a sua visibilidade na totalidade dos respectivos ambientes.

§ 2º nos veículos de transporte coletivo, viaturas oficiais e táxis admitir-se-á a redução das dimensões do aviso, desde que assegurada a sua visibilidade.

§ 3º nos meios de transporte sobre trilhos afixar-se-á o número suficiente de avisos para garantir a sua visibilidade em cada vagão.

Art. 9º A adoção, no âmbito das repartições públicas, das medidas relacionadas no artigo 8º do presente Decreto constituirá atribuição da chefia de cada órgão.

Parágrafo único. O descumprimento, por servidor público estadual, efetivo ou comissionado, do disposto na Lei Estadual nº 16.239, de 29 de setembro de 2009 e neste Decreto acarretará as sanções disciplinares previstas no Estatuto dos Servidores Públicos.

Art. 10. O empresário, proprietário, sócio ou responsável pelo estabelecimento que se omitir na adoção das medidas a que se refere o artigo 8º deste Decreto ficará sujeito às sanções previstas no Código Sanitário do Estado do Paraná e/ou dos municípios do Estado do Paraná e legislações específicas.

Parágrafo único. Considera-se empresário, nos termos do artigo 966 do Código Civil, quem exerce profissionalmente atividade econômica organizada para a produção ou a circulação de bens ou serviços.

Art. 11. Os órgãos encarregados da fiscalização de que trata o artigo 6º deste Decreto, na imposição de sanções, levarão em conta a reincidência, respeitadas as normas próprias sobre a matéria.

Art. 12. A Vigilância Sanitária, observada a legislação pertinente, pactuará as medidas não previstas no presente decreto, junto aos fóruns de gestão do SUS – Comissão Intergestores Bipartite (CIB) – por meio de deliberação.

SEÇÃO IV

Participação da comunidade

Art. 13. Os relatos de fatos que possam configurar infração à Lei Estadual nº 16.239, de 29 de setembro de 2009, serão feitos mediante o preenchimento de formulário, nos moldes do anexo deste Decreto, o qual poderá ser remetido pelo correio, entregue diretamente aos postos de atendimento do PROCON/PR, nas Ouvidorias Municipais, Estadual (SESA) e Geral do Estado.

§ 1º O empresário, proprietário, sócio ou responsável pelo estabelecimento a que se refere o artigo 10 deste Decreto deverá manter disponível e em local visível bem como fornecer gratuitamente a qualquer interessado o formulário a que se refere o "caput" deste artigo.

§ 2º O PROCON/PR e a Vigilância Sanitária disponibilizarão nos sítios da rede mundial de computadores – internet – a que se refere o Inciso III do artigo 5º, formulário para oferecimento de denúncias de descumprimento da Lei 16.239, de 29 de setembro de 2009.

Art. 14. O Comitê de que trata o artigo 4º incentivará a atuação das entidades de classe, de empregados e empregadores, e de entidades da sociedade civil organizada de defesa do consumidor ou proteção da saúde, notadamente à celebração de convênios tendo por objeto:

I – o compartilhamento de informações acerca do cumprimento da Lei 16.239, de 29 de setembro de 2009;
II – a adoção de ações destinadas a auxiliar o fumante a abandonar o consumo de produtos fumígenos;
III – o estímulo a iniciativas que promovam os direitos assegurados pela Lei 16.239, de 29 de setembro de 2009.

CAPÍTULO III

Disposições Finais

Art. 15. Os Secretários de Estado da Saúde e da Justiça e da Cidadania poderão editar normas complementares para o cumprimento deste Decreto.

Art. 16. Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, ficando revogado o Decreto nº 5.821, de 26 de novembro de 2009.

Curitiba, em 26 de fevereiro de 2010, 189º da Independência e 122º da República.

ROBERTO REQUIÃO, Governador do Estado

GILBERTO BERGUIO MARTIN, Secretário de Estado da Saúde

JAIR RAMOS BRAGA, Secretário de Estado da Justiça e da Cidadania

RAFAEL IATAURO, Chefe da Casa Civil DECRETO Nº 6352 – 26/02/2010

Publicado no Diário Oficial Nº 8168 de 26/02/2010



Sancionamento da Lei Estadual para ambientes fechados 100% livres da poluição tabagística pelo Governador Roberto Requião no dia 29 de setembro de 2009 – Lei 16.239/2009. Participaram Luiz Claudio Romanelli, Antonio Belinati, Reinhold Stephanes Junior, Artagão de Mattos Leão, Reni Pereira, José Fernando Macedo (presidente da AMP), Governador Requião e grande grupo de políticos e representantes do Ministério Público do Trabalho, Meio Ambiente e profissionais da saúde.

Papel da Vigilância Sanitária Estadual no cumprimento da Lei

A atuação do serviço de vigilância sanitária é de extrema importância para monitorar as condições locais dos estabelecimentos que atendem ao público em ambientes fechados, da receptividade da lei, tanto do público quanto dos proprietários, do cumprimento da lei, da resposta às advertências, dos índices de reincidências e aplicação de penalidades quando cabíveis.

O decreto nº 6352 de 26/02/2010, que institui a Política Estadual para o Controle do Tabaco e regulamenta a Lei Estadual nº 16.239, contém o modelo de formulário para "Relato de Infração à Lei Antifumo". **Apêndice-18.**

As ações preliminares da Vigilância Sanitária, logo após o sancionamento da lei estadual, estão reproduzidas no relatório anexo, tendo como abrangência as 22 RS do Estado.

Foram realizadas 1004 reuniões, 28.159 pessoas envolvidas nas ações, 2.152 divulgações na mídia, 9.899 inspeções, constatadas 66 infrações, aplicadas 21 multas e nenhuma interdição. **Apêndice-19.**

O quadro geral das ações desenvolvidas pelo "Sistema de controle das ações Antifumo da Vigilância Sanitária" desenvolvidas em 2010 está demonstrado no **Apêndice-20.**

A continuidade das ações da Superintendência da Vigilância Sanitária do Estado proporcionaram à população esclarecimentos sobre a importância da lei e o seu cumprimento e o reflexo disto na saúde da população. Foram realizadas inspeções em estabelecimentos comerciais, capacitação de técnicos das 22 Regionais de Saúde, webconferências, audiência pública, reunião com a Ouvidoria do Estado e distribuição de material educativo. Os quadros com informações detalhadas (2010 e 2011) podem ser visualizadas no **Apêndice-21.**

CONTRIBUIÇÕES DA 6ª REGIONAL DE SAÚDE – UNIÃO DA VITÓRIA

A obtenção de dados históricos sobre o programa realizado nas diversas Regionais de Saúde e seus municípios foi uma tarefa árdua, dependente da colaboração de pessoas envolvidas ou que conheceram a história em outros tempos, acrescido do fato que em alguns lugares a experiência era incipiente ou ainda não desenvolviam o programa. Algumas Regionais mantêm a continuidade e registros sistemáticos das ações, contribuindo de forma eficiente para construção da memória, motivo deste documento. Prova disto foi a contribuição da 6ª Regional de Saúde do Paraná que desenvolve há tempo um excelente trabalho ao promover ações na área do controle do tabagismo entre os municípios da sua jurisdição. Importantes registros destas atividades integram os arquivos da memória do Programa Estadual do Controle do Tabagismo – SESA/PR, a partir de 1990.

O trabalho historicamente foi desenvolvido através de educação continuada principalmente entre escolares e público jovem, capacitação dos profissionais para atuarem preventivamente e na condução do tratamento para a cessação tabágica do público motivado.

O envolvimento dos líderes da 6ª RS merece destaque: Cleusa Rosane Passos Carneiro (Assistente Social/Chefe da SCAPS – Seção da Atenção Primária em Saúde) e o Dr. Ary Carneiro Junior – Diretor da 6ª Regional de Saúde.

A seguir divulgamos na íntegra o relatório enviado pela Coordenadora Regional do Programa de Prevenção ao Tabagismo Chefe da SCAPS, Cleusa Rosane Passos Carneiro (Assistente Social). **Apêndice-22.**



IX Corrida Ciclística (26/08/2007): "Pedale Contra o Tabagismo". 6ª RS – União da Vitória. Coordenação: Cleusa Rosane Passos Carneiro (ao centro)

CONTRIBUIÇÕES DO MINISTÉRIO PÚBLICO DO TRABALHO DO PARANÁ

Os fumicultores são o elo frágil da cadeia produtiva do fumo. O descuido e o despreparo no manuseio da folha verde e dos agrotóxicos, os expõe às intoxicações agudas e crônicas, com manifestações orgânicas hepáticas e neurológicas, muitas com sequelas neurológicas e até desordem psíquicas o que justificaria o maior índice de suicídios.

O Ministério Público do Trabalho tem, aqui, um papel relevante no diagnóstico desta realidade, apontando soluções, controles e atenção ao agricultor, este muitas vezes descapitalizado, atua dentro de pequena empresa familiar aonde membros da família incluem crianças.

Notório é o envolvimento da Dra. Margaret Matos de Carvalho, Procuradora do Ministério Público do Trabalho, Procuradoria Regional do Trabalho, 9ª Região, que teve a iniciativa e coordenou estudo propondo medidas de proteção aos produtores e à população, programação da diversificação econômica da cultura do fumo, trabalho infantil e educação, contratos de compra e venda do fumo em folha, dívidas dos produtores, Meio Ambiente, acompanhamento técnico, organização dos produtores e proposição final que em síntese sugere a inclusão no Projeto de Lei nº 7079/02 (Código Brasileiro de Segurança e Saúde do Trabalho) do item Segurança, Higiene e Saúde no trabalho agropecuário, protegendo a saúde do trabalhador na cidade.

A Dra. Margaret participou em vários eventos promovidos pela SPTDT – Minifórum e datas comemorativas (Dia Mundial e Nacional). Mantém Fórum permanente pela Procuradoria do Trabalho da 9ª Região.

Destacamos o Seminário: "Tabaco e Relações de Trabalho – protegendo a saúde do trabalhador na cidade e no campo", que aconteceu no dia 11 de dezembro de 2009, no auditório da Procuradoria do Trabalho da 9ª Região, Curitiba, tendo como público-alvo juízes, desembargadores do trabalho, advogados, médicos e engenheiros de segurança do trabalho, auditores fiscais do Ministério do Trabalho e Emprego, profissionais da Vigilância Sanitária, profissionais da área médica e da saúde e profissionais envolvidos no controle do tabagismo com foco na proteção do trabalhador.

Os temas foram distribuídos em 4 painéis:

1. Convenção Quadro para o Controle do Tabagismo;
2. Ambientes Livres do Tabaco – Tabagismo Passivo, Legislação, Garantia de Direitos;
3. Atuação do MPT: proteção contra a exposição do trabalhador ao fumo passivo;
4. Saúde ocupacional: responsabilidade do empregador, condições de trabalho na fumicultura (vídeo e depoimentos de fumicultores), agrotóxicos na produção e desafios para a diversificação da cultura do tabaco.

Durante o seminário, fumicultores neurosequelados deram o seu depoimento, relatando os projetos e sonhos profissionais desfeitos com a doença e o empobrecimento, e de sobra a incapacidade física e até psíquica permanentes. Embora seja importante o apoio que o MPT possa oferecer nesta etapa, o grande desafio é a prevenção deste desfecho trágico, orientando o agricultor a procurar recursos médicos precocemente e ao mesmo tempo capacitando médicos para reconhecerem clinicamente qualquer manifestação na fase inicial. Estas ações de atenção e prevenção ao risco profissional têm o seu andamento graças ao empenho e persistência da Procuradora do Trabalho Margaret Matos de Carvalho e, com certeza, em futuro próximo estará auxiliando um número cada vez maior de agricultores e suas famílias.

Participou de minifóruns e webconferências organizados pela SESA/PR e SPTDT. Coautora do livro "Controle do Tabaco e o Ordenamento Jurídico Brasileiro" organizado pela Dra. Clarissa Menezes Homsi (ACTbr), editado em 2011, abordando o tema "Condições Precárias de Trabalho dos Produtores de Tabaco no Brasil".

Coordenou o desenvolvimento de estudo com propostas relativas à fumicultura no Estado do Paraná e suas implicações para a economia e saúde do fumicultor, sistematizados pelo DESER, baseadas nas sugestões e reivindicações de vários setores em audiências, no plano municipal, estadual, entidades não governamentais para a cadeia produtiva do fumo. O documento em questão foi aprovado em audiência pública realizada na ALEP no dia 21 de outubro de 2003. Íntegra do documento no **Apêndice-24**.

A propósito da atuação da Dra. Margaret Matos Carvalho reproduzimos as palavras de Tania Cavalcante (PNCT/INCA, Secretária Executiva da CONICQ):

> *"Um outro importante exemplo da fibra do povo do estado do Paraná, deve ser lembrado através da pessoa da promotora Margaret Matos Carvalho do Ministério Público do Trabalho do Estado, que esteve presente em quase todas as audiências públicas para debater a ratificação da Convenção, denunciando os abusos e os graves riscos sanitários, econômicos e sociais impostos por grandes companhias de fumo a pequenos agricultores e suas famílias que estão inseridos na cadeia produtiva de fumo. Vale salientar que é o primeiro estado cujo Ministério Público ajuizou ação civil pública contra onze indústrias fumageiras devido à participação de crianças no plantio de fumo."*

CONTRIBUIÇÕES DO MINISTÉRIO PÚBLICO DO MEIO AMBIENTE DO PARANÁ

O fumicultor e a sua família estão sujeitos a contaminações relacionadas com os venenos agrícolas usados no cultivo do tabaco, cujas manifestações vão desde a intoxicação aguda até as crônicas por exposições repetitivas.

Outra forma de contato com venenos se faz pelo contato com o vegetal recém-colhido o que facilita a absorção dos mesmos através da pele (doença da folha verde), a inalação de produtos tóxicos nos ambientes fechados de manipulação da folha do tabaco.

Os agrotóxicos aplicados visam impedir as pragas e maior crescimento da folha. Tudo fica retido na planta e posteriormente será inalado pelo fumante.

Muitos agricultores não sabem o real risco do agrotóxico ou se o sabem a maioria não lê as recomendações de uso que acompanham o produto.

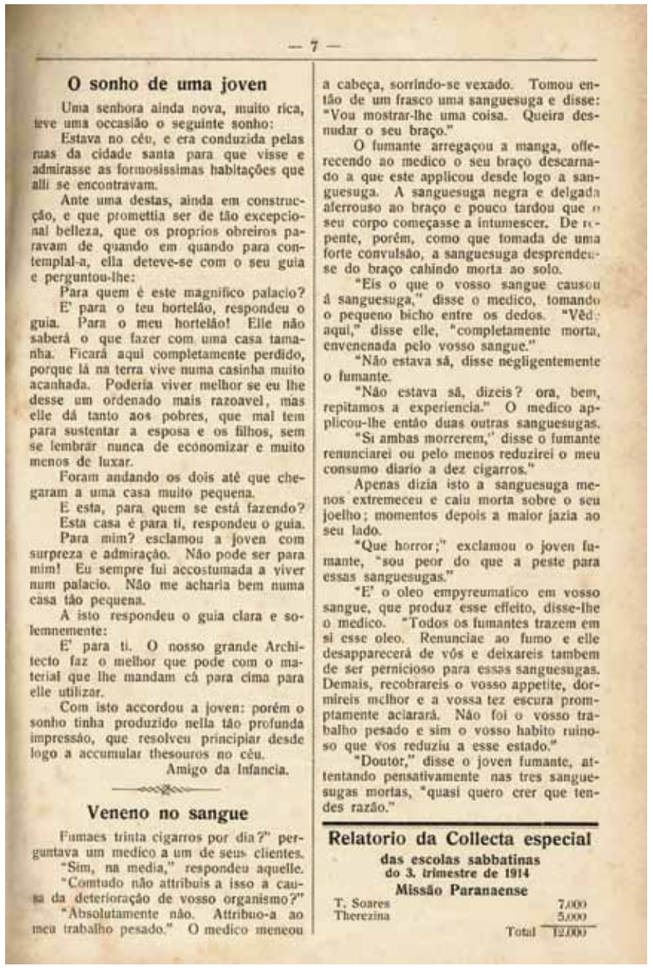
A contaminação das camadas freáticas pelos venenos do campo e guimbas jogadas em vias públicas nos centros urbanos, os desmatamentos e incêndios (cidades e campos) oferecem risco adicional.

O Ministério Público, atento a estas questões, tem participado ativamente neste processo educativo de orientações, fiscalização e apuração de responsabilidades quanto aos danos sanitários e ambientais. Destacamos a atuação exemplar de Saint-Clair Honorato Santos, Procurador de Justiça do Meio Ambiente e Coordenador do CAOPMA - PR. Foi grande colaborador em Audiências Públicas e ações entre parlamentares na ALEP para a aprovação da Lei Estadual nº 16.239/2009 para os ambientes fechados 100% livres do tabaco. Atua como palestrante em Seminários, Fóruns e cursos promovidos pela SESA/PR, Ministério Público e Sociedades Médicas.

Informações adicionais ver seção de depoimentos página 224: Dr. Saint-Clair Honorato Santos.

CONTRIBUIÇÕES DA IGREJA ADVENTISTA DO 7º DIA

Uma característica marcante desta denominação religiosa mundial é a divulgação de hábitos salutares para evitar doenças e obter a melhor qualidade de vida possível. Criou uma rede de hospitais, universidades e ensino em todos os níveis e países. Divulga os seus princípios de saúde através de livros e revistas produzidos por suas editoras. No Brasil, a entidade divulgava seu princípios de saúde e orientações como praticar estilo de vida saudável, sobretudo o não consumo de bebidas alcoólicas e tabaco, através de um periódico impresso pela editora "Casa Publicadora Brasileira – SP", desde o início dos anos 1900 e que se modernizou até os nossos dias à semelhança de toda a sua rede mundial. Reproduzimos um texto editado em 1915 sobre os malefícios do tabaco, bem ao estilo da época.



— 7 —

O sonho de uma joven

Uma senhora ainda nova, muito rica, teve uma occasião o seguinte sonho:

Estava no céu, e era conduzida pelas ruas da cidade santa para que visse e admirasse as formosissimas habitações que alli se encontravam.

Ante uma destas, ainda em construcção, e que promettia ser de tão excepcional belleza, que os proprios obreiros paravam de quando em quando para contemplal-a, ella deteve-se com o seu guia e perguntou-lhe:

Para quem é este magnifico palacio?

E' para o teu hortelão, respondeu o guia. Para o meu hortelão! Elle não saberá o que fazer com uma casa tamanha. Ficará aqui completamente perdido, porque lá na terra vive numa casinha muito acanhada. Poderia viver melhor se eu lhe desse um ordenado mais razoavel, mas elle dá tanto aos pobres, que mal tem para sustentar a esposa e os filhos, sem se lembrar nunca de economizar e muito menos de luxar.

Foram andando os dois até que chegaram a uma casa muito pequena.

E esta, para quem se está fazendo?

Esta casa é para ti, respondeu o guia.

Para mim? esclamou a joven com surpreza e admiração. Não pode ser para mim! Eu sempre fui accostumada a viver num palacio. Não me acharia bem numa casa tão pequena.

A isto respondeu o guia clara e solemnemente:

E' para ti. O nosso grande Architecto faz o melhor que pode com o material que lhe mandam cá para cima para elle utilizar.

Com isto accordou a joven: porém o sonho tinha produzido nella tão profunda impressão, que resolveu principiar desde logo a accumular thesouros no céu.

Amigo da Infancia.

Veneno no sangue

Fumaes trinta cigarros por dia?" perguntava um medico a um de seus clientes.

"Sim, na media," respondeu aquelle.

"Comtudo não attribuis a isso a causa da deterioração de vosso organismo?"

"Absolutamente não. Attribuo-a ao meu trabalho pesado." O medico meneou a cabeça, sorrindo-se vexado. Tomou então de um frasco uma sanguesuga e disse: "Vou mostrar-lhe uma coisa. Queira desnudar o seu braço."

O fumante arregaçou a manga, offerecendo ao medico o seu braço descarnado a que este applicou desde logo a sanguesuga. A sanguesuga negra e delgada aferrouso ao braço e pouco tardou que o seu corpo começasse a intumescer. De repente, porém, como que tomada de uma forte convulsão, a sanguesuga desprendeu-se do braço cahindo morta ao solo.

"Eis o que o vosso sangue causou á sanguesuga," disse o medico, tomando o pequeno bicho entre os dedos. "Vêde aqui," disse elle, "completamente morta, envenenada pelo vosso sangue."

"Não estava sá, disse negligentemente o fumante.

"Não estava sá, dizeis? ora, bem, repitamos a experiencia." O medico applicou-lhe então duas outras sanguesugas.

"Si ambas morrerem," disse o fumante renunciarei ou pelo menos reduzirei o meu consumo diario a dez cigarros."

Apenas dizia isto a sanguesuga menos extremeceu e caiu morta sobre o seu joelho; momentos depois a maior jazia ao seu lado.

"Que horror;" exclamou o joven fumante, "sou peor do que a peste para essas sanguesugas."

"E' o oleo empyreumatico em vosso sangue, que produz esse effeito, disse-lhe o medico. "Todos os fumantes trazem em si esse oleo. Renunciae ao fumo e elle desapparecerá de vós e deixareis tambem de ser pernicioso para essas sanguesugas. Demais, recobrareis o vosso appetite, dormireis melhor e a vossa tez escura promptamente aclarará. Não foi o vosso trabalho pesado e sim o vosso habito ruinoso que vos reduziu a esse estado."

"Doutôr," disse o joven fumante, attentando pensativamente nas tres sanguesugas mortas, "quasi quero crer que tendes razão."

Relatorio da Collecta especial

das escolas sabbatinas
do 3. trimestre de 1914
Missão Paranaense

T. Soares	7.000
Therezina	5.000
Total	12.000

O texto aborda os malefícios do fumo em periódico da IASD de 1915, bem ao estilo da época. A entidade divulga lições de saúde, estimulando o estilo de vida saudável e combatendo o fumo e o álcool há mais de 100 anos. "Five Days Plan" programa mundial da entidade para cessar o tabagismo – publicação autorizada pela Editora Casa Publicadora Brasileira da IASD (São Paulo).



Revista Mensal

Orgão da Igreja Brazileira dos Adventistas do Setimo Dia

"Santifica-os na tua verdade, a tua palavra é a verdade." João 17:17.

Vol. 10. Estação de São Bernardo, S. Paulo — Janeiro de 1915. No. 1.

Em 1962, nos USA, os Doutores Wayne e Folkenberg da Universidade de Temple (Filadélfia) divulgaram um plano para incentivar o fumante a cessar o tabagismo através da motivação e troca de experiência em grupos durante 5 dias, o "Five Day Plan", tendo como recomendação a participação de médicos, odontólogos, psicólogos, enfermeiros, motivadores profissionais e a participação de um pastor para apoio psicológico e espiritual. Foi introduzido no Brasil a partir de 1964 em São Paulo pelo missionário Alcides Campolongo. Em seguida foi trazido para o Paraná e outros estados. O programa segue a estrutura pré-determinada para cada um dos 5 dias, sempre visando a alimentação balanceada, exercícios físicos e o desenvolvimento de habilidades para vencer as "fissuras" (desejo intenso pelo cigarro) e o apoio psicológico. Durante mais de 50 anos em prática, o método ainda é considerado como recurso válido e a experiência acumulada se tornou um dos pilares na construção do Programa Nacional para o Controle do Tabagismo coordenado pelo Ministério da Saúde (PNCT/INCA).

Vários colaboradores na realização destes cursos se sucederam através dos anos, sendo impossível citar com precisão todos os nomes, pois foram muitos. A pesquisa aponta alguns em Curitiba: Siegfried Hoffmann (médico e pastor), Miguel Dante Losso (médico), Fernando Geraldo Demário (médico), Jayme Zlotnik (médico), Moisés Paciornik (médico), Jonatas Reichert (médico), Helnio Judson Nogueira (médico), Arlene Malina Losso (médica), Maria Magdalena Moreira Rebesco (médica), Margarete Solá (médica), Gunther Hans Filho (médico), Otto Bergold Neto (médico), Evanessa Maria Guebert (médica), Jonatan Loschner (médico), Gilson Pizzatto (odontólogo), Reinaldo Reichembach (odontólogo), Gerson Araújo Bondarczuk (odontólogo), Helder Arco (médico), Marlus Machado Marconcin (médico), Roberto Vitor Alves (médico), André Luiz Fonseca (médico), Jaime Bordini Jr. (odontólogo), Simone Zandoná Rodrigues (médica), Maria Marta Ferreira (psicóloga), Érica Di Cicco (psicóloga), Paulo Stavitski (motivador), José Irajá da Costa e Silva (pastor), Dario Pires Araújo (pastor), Marcos Saraiva (pastor), Claudio Belz (pastor), David Marski (pastor), Helmuth Ari Gomes (pastor), Edgar Ernesto Bergold (pastor), Sidionil Biazzi (pastor), Paulo Ieske (pastor), Mauro Machado Marconcin (engenheiro mecânico).

Na década de 1980 foi criada "Escola de Recuperação de Alcoólatras e Fumantes" associada à Igreja Adventista do 7° Dia, no bairro Vista Alegre, sob a coordenação de Dalcio Anunzziato, sua esposa Elisar Anunzziato e colaboradores.

Informações adicionais ver seção de depoimentos página 207: Dr. Miguel Dante Losso.

O curso "Como Deixar de Fumar em 5 Dias" atingiu grande visibilidade e vários convites foram feitos por diversas entidades como o SESI, Caixa Econômica Federal, Sanepar.

A organização é mantenedora do Clube dos Desbravadores (grupo de escotismo), formado por juvenis de ambos os sexos que são incentivados a se afastarem dos vícios e a divulgar este estilo de vida. Vale citar que representantes uniformizados participaram junto ao público em todos os anos, desde 1979, quando teve início a história da luta contra o tabagismo no Paraná e se manteve até a votação da lei estadual na ALEP em 2009.

CONTRIBUIÇÕES DO DEPARTAMENTO DE ESTUDOS SOCIOECONÔMICOS RURAIS (DESER)

O DESER foi fundado em junho de 1988, por Sindicatos de Trabalhadores Rurais, movimentos sociais, pastorais sociais, associações e entidades de assessorias dos agricultores familiares da região Sul do país. O editorial de abertura da publicação oficial desta ONG (Outubro de 2009, página 3) divulga a pesquisa sobre o estado atual da agricultura familiar na cadeia produtiva do fumo, as contradições da renda gerada pelo fumo, as diferenças estruturais entre os produtores de fumo e em relação ao tipo de fumo e renda obtida, fatores determinantes para a permanência ou não na cadeia produtiva do fumo e implementação de políticas de diversificação.

O estudo conduzido pelo coordenador do DESER, Amadeu Antônio Bonato, veio a propósito das propostas da OMS, através da ratificação da Convenção Quadro pelo Senado Federal em outubro de 2005, na questão da diversificação da agricultura familiar, preparando as famílias fumicultoras para enfrentarem a tendência da redução do consumo do tabaco, garantir a possibilidade de diversificação de cultivos como alternativa de geração de renda familiar.

Reproduzimos o primeiro parágrafo da introdução da publicação já citada:

> *A produção do fumo no Brasil, principalmente na região Sul atingiu cerca de 900 mil toneladas de fumo em folha. Quase 200 mil famílias se envolveram na sua produção, tornando o Brasil o principal país exportador.*
>
> *Novas dinâmicas e conjunturas desafiam este modelo, quando a questão qualidade de vida e esforços por uma vida com saúde e dignidade entraram no cenário com a implementação da CQCT ratificada no dia 27 de outubro de 2005".*

O DESER promoveu o Seminário Diversificação na Agricultura Familiar em 5 de maio de 2009, no auditório do Canal da Música sob a coordenação de Amadeu Antonio Bonato e com a participação da Dra. Tânia Cavalcante, com grande experiência na área do controle do tabagismo quando chefiou e coordenou a Divisão de Controle do Tabagismo do Instituto Nacional do Câncer (INCA) e, atualmente, atua como Secretaria Executiva da CONICQ, com objetivo maior de controlar o cumprimento das medidas da Convenção Quadro para o Controle do Tabagismo (CQCT), dentre as quais o estímulo e o auxílio à diversificação da cultura familiar em relação ao tabaco.

Informações adicionais ver seção de depoimentos página 192: Dra Tânia Cavalcante.

CONTRIBUIÇÕES DA UNIVERSIDADE ESTADUAL DE MARINGÁ

Maringá, sede da 15ª RS desenvolve importante trabalho para o público jovem com foco nas escolas, com ênfase na prevenção através de atividades continuadas e oferecendo ao fumante a oportunidade de tratamento.

Cumpre-nos ressaltar o grande e exemplar movimento praticado no município, pela Universidade Estadual de Maringá em parceria com o Lions Universitário Integração e Prefeitura Municipal de Maringá, com notório apoio do Prefeito Silvio Magalhães Barros II. Desenvolvem uma série de projetos visando à prevenção, controle e tratamento do tabagismo.

A coordenação dos projetos está a cargo dos professores Celso Ivam Conegero (Docente do Departamento de Ciências Morfológicas, Coordenador do Programa de Tratamento do Tabagismo e Prevenção – UEL) e Maria Lúcia Dantas (Psicóloga e Coordenadora do Ambulatório para Tratamento do Fumante – UEL).

Tradicionalmente, os programas desenvolvidos são dos maiores em número de ações e qualidade que se tem notícia, quando comparado ao cenário nacional.

Foram desenvolvidos quatro projetos: Promud (Programa Museu Dinâmico Interdisciplinar), Projeto Tabagismo (Conscientização da População de Maringá e Região), o Tabagismo Expressado pela Arte (Palavras, Desenhos, Colagens e Esculturas) e Projeto de Tratamento e Assistência aos Usuários do Tabaco de Maringá e Região.

No plano eventos citamos alguns realizados: I Seminário de Promoção da Saúde, Prevenção e Controle do Tabagismo de Maringá (Junho de 2009), II Seminário sobre Promoção de Saúde, Prevenção e Controle do Tabagismo de Maringá, VIII Maratona de revezamento (Pare de Fumar Correndo) e Corridas Rústicas de Iguatemi, Ivaiporã e Mandaguari. Detalhes importantes dessas atividades relacionados pelo Professor Celso I. Conegero podem ser visualizadas no **Apêndice-23.**

Tradicionalmente, o Projeto Tabagismo de Combate e Prevenção do Fumo da UEM, coordenado pelo Professor Celso Ivam Conegero tem uma ampla visibilidade nacional pelo seu planejamento e realização de grandes eventos dirigida à população jovem, com ações de grande porte e participação significativa de universitários tendo como foco a saúde da população.

A programação deste ano incluiu feira da saúde e corrida rústica nos municípios de Mandaguari, Munhoz de Melo, Ivaiporã e Iguatemi.

No dia 28 de maio de 2012 (sábado), em Mandaguari, aconteceu a Feira de Saúde e a 7ª Corrida Rústica, com quase 2000 participantes sob chuva. Cerca de 1000 pessoas tiveram atendimento odontológico e de outras especialidades e todas recebendo informações sobre os males do cigarro dadas pelos universitários e pelos cartazes espalhados na avenida.

Os vencedores da corrida rústicas foram: Paulo Cezar dos Santos de Jesus e Marcela Cristina Gomes. Outros eventos realizados: Munhoz de Melo (Dia Mundial de Tabaco), Maringá (9ª Maratona de Revezamento Vanderlei Cordeiro de Lima "Pare de Fumar Correndo"), Ivaiporã (2ª Corrida Rústica e Iguatemi (5ª Corrida Rústica).





Comemoração do Dia Nacional Contra o Fumo em Maringá, sempre um dos maiores realizados no Brasil. Em 2005, ocupando o Paço Municipal, reuniu um número expressivo de entidades promotoras de saúde, coordenado pela UEM (Professor Celso I. Conegero), com importante apoio do Prefeito Sylvio Magalhães Barros II (2º, ao centro).

HOSPITAIS DE CURITIBA – AMBIENTES 100% LIVRES DO TABACO

Hoje consideramos inadmissível a poluição tabagística em ambientes fechados, sobretudo no ambiente hospitalar, pois os não fumantes internados estariam reféns, sem opções de escolha de permanecer em local mais seguro durante a internação. A preocupação sempre existiu, porém desmistificar esta prática não foi um processo fácil.

O apoio oferecido pela SESA/PR aos grupos interessados dentro dos hospitais colaborou para mudar este panorama.

A "Semana de Combate ao Tabagismo", realizada em Agosto de 1995, no auditório da AMP, teve como grande objetivo a divulgação de estudo que incentivava a proibição do fumo em hospitais pelo risco que a "poluição tabagística ambiental" (PTA) oferece. Como estratégia, os integrantes do programa abordaram os seguintes temas: profissionais da saúde em hospitais, clínicas e demais centros, professores, estudantes, funcionários e dirigentes e por fim toda a comunidade. Duas autoridades de renome foram convidadas para falar sobre "Tabagismo e o Ambiente", José Rosemberg (Presidente do Comitê Nacional de Combate ao Tabagismo) e Tânia Maria Cavalcante (Pró-Onco do Rio de Janeiro). Jayme Zlotnik, coordenador do evento, falou sobre os principais objetivos do Programa Estadual de Combate ao Fumo do Paraná: educar as crianças para a prevenção do tabagismo, estimular o fumante a exigir os seus direitos, educar o fumante a respeitar as outras pessoas e combater a propaganda enganosa.

Para o desenvolvimento destas ações, o Capítulo Paranaense do CCCTB contava com o apoio da AMP, APCF, LPCC, SPC, SPP, SPTDT, SEED, SESA, UFPR.

Analisando a história sobre os eventos do passado concluímos que os objetivos foram progressivamente atingidos, pois sensibilizou médicos e direção de hospitais a considerarem a questão e planejar ambientes 100% livres do tabaco em seus hospitais.

A pesquisa revelou que o primeiro hospital a se tornar livre da poluição tabagística ambiental foi o Hospital Espírita de Psiquiatria Bom Retiro, seguido do Hospital Universitário Cajurú, Hospital Nossa Senhora das Graças, Hospital Universitário Evangélico de Curitiba, Hospital São Lucas e Hospital de Clínicas. Sobre outros hospitais tivemos dificuldades em obter informações precisas, mas, com certeza sempre existiu a preocupação administrativa em tornar o ambiente hospitalar livre da poluição tabagística em todos os seus setores, como demonstração de cidadania, tendo como foco estilo e qualidade de vida.

Hospital Espírita de Psiquiatria Bom Retiro (HEPBR, 1997)

Quando a nova equipe administrativa assumiu a direção do HEPBR, em 1984, apresentou uma nova proposta para a época na condução do tratamento psiquiátrico o que incluiu a ideia de tornar o ambiente hospitalar livre da poluição tabagística. Sob a coordenação da psicóloga Eliana Champion, a partir de 1996 e após anos de estudos para a estratégia de implantação do plano iniciou-se gradativamente o processo com a redução da oferta de cigarros aos pacientes em crises de abstinência nas Unidades de Tratamento, com orientação prévia dos familiares pelos terapeutas em consultas e palestras com recursos audiovisuais, com a finalidade de conscientizar sobre os malefícios do tabaco.

Após o período estabelecido para implantação do "Programa Viva Melhor Sem Tabaco" o dia 17 de novembro de 1997 foi estabelecido como marco: Hospital Bom Retiro "Área Livre do Cigarro".

No início, um local próximo à portaria foi destinado aos familiares e funcionários fumantes denominado na época de fumódromo com um cartaz exposto com a seguinte mensagem: "*Já que você não consegue evitar de fumar neste Hospital, este é o único lugar permitido para você continuar se destruindo*".

A rotatividade existente de funcionários e pacientes exigiu a realização periódica de campanhas internas com todo o público-alvo hospitalar. A coordenadora, em seu depoimento disse: "*a aceitação e a adesão a este Programa no sentido mais amplo foi bem maior que a expectativa inicial, pois se pensava que haveria maiores resistências e dificuldades por parte dos pacientes*". Não houve redução do número de internações pelo programa do ambiente livre do cigarro, mesmo na Unidade de Dependentes Químicos.

Anualmente, as datas pontuais, "Dia Mundial Sem Tabaco (31 de Maio), Dia Nacional de Combate ao Fumo (29 de Agosto) e Dia 17 de Novembro (HEPBR, Área Livre do cigarro)", foram comemoradas servindo de estímulo para a manutenção do programa hospitalar que sempre trabalhou para restabelecer a saúde e a manutenção da mesma.

Hospital Universitário Cajurú (HUC, 2000)

"Após a criação da Residência Médica em Pneumologia no Hospital Universitário Cajurú (HUC), sentimos a necessidade em atualizar nosso conhecimento e programar programas e reduzir o impacto do tabagismo", assim se expressou o idealizador, Professor Pneumologista Paulo Sandoval. O hospital e sua clientela seriam os primeiros a serem beneficiados.

Foi criado o Comitê HUC de Controle do Tabagismo em 15 de março de 2000, com ações previstas para os seguintes objetivos:

- Envolvimento da direção do Hospital, Recursos Humanos, Segurança do Trabalho e Enfermagem.
- Difusão do tema no hospital, com ações nas datas do Dia Mundial Sem Tabaco (abordagem e troca de cigarros por vaso de plantas).
- Tratamento dos fumantes do HUC identificados em questionários e criação de um ambulatório de abordagem e tratamento do fumante (N 324).
- Tratamento dos funcionários do hospital em todos os níveis funcionais, incluindo os médicos e a enfermagem, envolvendo toda a comunidade hospitalar.

Os dez membros que participaram da comissão foram:

Dr. Paulo Roberto Miranda Sandoval – Coordenador I
Dr. Alcides Prante Jr – Coordenador II
Luiz Antonio Vicente – RH
Isabelle Karam Pucci – Psicóloga RH
Agda Witiuk – Técnica em Segurança do Trabalho
Dra. Orjana Araújo Freitas – Residente de Pneumologia
Dr. Ricardo Alves – Residente de Pneumologia
Juliana Ogassawara – Estagiária de Psicologia
Karime Mohamad Sakhr – Estagiária de Psicologia
Luciana Rosa Moreno Calazans – Estagiária de Psicologia

Na primeira reunião quando foram propostas as seguintes metas:

- Nicotina: tema escolhido para divulgação.
- Sinalizadores (cartazes).
- Convite para Teresinha Jensen e Iludia Rosalinski participarem em eventos com os representantes da SESA/PR.

- Estabelecer carta de intenções do programa.
- Solicitar participação do RH, SESMET, Arquivo do Programa, Questionário a ser divulgado pelo RH entre os funcionários prevenindo a DPOC

Nesta ocasião, a Pneumologista Orjana de Araújo Freitas (R1) discorreu sobre os malefícios do tabagismo. As estagiárias de psicologia Juliana e Luciana falaram sobre fumódromos.

As duas iniciativas, no ambiente universitário e para o público, desempenharam uma importante tarefa ao oferecer tratamento ao fumante, encarando a doença tabagismo na sua integralidade e não mais esperando que o fumante abandonasse a dependência sem auxílio médico.

Ao mesmo tempo em que estas ações eram conduzidas, o Pneumologista Paulo Sandoval iniciava o atendimento em um embrionário programa da Secretaria Municipal da Saúde na Unidade de Atenção ao Idoso Ouvidor Pardinho. O atendimento aberto à clientela SUS de Curitiba cresceu e definitivamente passou a fazer parte das ações de saúde do município.

Após um período de aprendizagem, credenciamento e da realização da capacitação promovida pela Secretaria Estadual da Saúde (abordagens mínima e intensiva do tabagismo) passou este programa a servir de modelo a todos os outros programas hoje instalados em Curitiba.

Semanalmente, era visitado por profissionais de saúde interessados em aprender e treinar no modelo de tratamento sugerido pelo Ministério da Saúde com quatro sessões mensais, manuais do participante e, principalmente, o fornecimento da medicação TRN e bupropiona.

O medicamento é um recurso fundamental para o abandono do cigarro, entretanto com difícil acesso a uma população que já gastava o que tinha na compra do cigarro.

O programa na Unidade de Saúde foi, em seu início, incentivado pela Autoridade Sanitária e Enfermeira Cristina Ferraz. Os grupos realizados com a fisioterapeuta Eliane Marcon e a psicóloga Josemari Pinto.

Todas as outras ações de difusão do tema, criação da US livre do cigarro, eventos e participação na mídia nas datas alusivas, foram então desenvolvidas.

No dia 3 outubro do mesmo ano, a notícia no jornal Gazeta do Povo coluna do leitor indicava a instalação do ambulatório do tabagismo aberto ao público às terças e quartas feiras, desta forma, uma importante tarefa se iniciava junto do primeiro centro universitário da capital a implementar tal medida. Na sequência, o ambulatório de tabagismo foi credenciado pelo Ministério da Saúde, através da SMS, podendo contar com os medicamentos Bupropiona e TRN e os manuais da TCC.

"*O programa de Implantação do controle do Tabagismo no Ambiente de Trabalho, Hospital sem Fumaça foi tema da reunião de abril quando foram consultadas as orientações fornecidas pelo INCA, de muito boa qualidade, ficou clara a necessidade de tratar o fumante e o hospital (vício em deixar fumar). Não resta dúvida em relação ao comportamento aditivo, necessitamos também de 200 impactos cerebrais, em outro sentido. Todas as ações são importantes no controle desta peste cinza, que é a cor do fumante e seu destino precoce*", comentou o coordenador Paulo Sandoval.

O movimento cresceu com a participação de médicos residentes, estagiárias da psicologia, enfermeiras e visitantes que participavam dos grupos com a intenção de aprender e implantar novos programas. Os trabalhos foram desenvolvidos pelos médicos Alcides Prante Junior e Orjana Freitas e posteriormente substituído pelo pneumologista Paulo Sandoval.

Aos poucos os resultados foram surgindo e se tornavam frequentes as expressões: "Dr., estou sem fumar há dois anos" ou "não sinto mais o desagradável cheiro do cigarro no hospital". Com a maior visibilidade, entrevistas para jornais e televisão, convite para palestras em outras cidades passaram a fazer parte do dia a dia da equipe. Estava dando certo.

O Dr. Alcides Prante Jr. era membro do Comitê HUC de Controle do Tabagismo, com significativa experiência no tratamento do fumante em clínica privada conduzindo a sua Clínica "*Smoke.Free*".

No início, o tratamento foi subsidiado pelo hospital e, posteriormente, quando foi credenciado pelo Ministério da Saúde, via Secretaria Municipal da Saúde recebia medicamentos e os manuais do INCA. Antes que isso acontecesse, o grupo do HUC elaborou três manuais de orientações ao fumante em tratamento. A medicação comprada, doada, manipulada ou recebida como amostra, enfim, toda gama de truques foram utilizados para fornecer o medicamento, reconhecido como importante para se conseguir a abstinência do fumo. Os Drs. Paulo e Orjana participavam juntos dos grupos e depois cada um dirigia o seu, em quatro sessões, sempre com a presença de algum convidado ou interessado em aprender o método. Foram multiplicadores de conhecimentos, colaborando para tecer uma rede de proteção contra o tabaco, papel importante quanto universidade, que procurava se atualizar com literatura científica, como o manual de terapia cognitiva de Aaron Beck visando à melhora do desempenho da equipe.

O programa foi descontinuado em abril de 2005.

Hospital Nossa Senhora das Graças (HNSG, 2002/2003)

Durante o ano de 2002 (Agosto), a equipe da pneumologia do hospital iniciou um processo de reestruturação científica e criação de protocolos de tratamentos, para cada patologia mais representativa na especialidade. Assim o grupo médico dividiu a tarefa entre a Asma e Tosse, DPOC, Doenças Intersticiais, Avaliação Pré-Operatória, Reabilitação Respiratória e Controle do Tabagismo.

O protocolo do tabagismo foi desenvolvido por Luci Iolanda Bendhack e Jonatas Reichert e, a partir desta condição, foi anunciado à direção do hospital o plano de tornar o ambiente hospitalar livre da poluição tabágica, o que foi aceito imediatamente pela Diretora Ira Lourdes Thomé e, na sequência, anunciado o plano por nós, para o Conselho Administrativo, o qual referendou, autorizando uma pesquisa interna para ser conhecida a prevalência do tabagismo entre os funcionários do hospital em todos os seus níveis.

O projeto proposto teve como base as normas do MS/INCA/SESA/PR que especificava as ESTRATÉGIAS (intervenção na estrutura física e implementação de ações educativas e divulgação) e na prática como TORNAR OS AMBIENTES LIVRES DO CIGARRO, desenvolvido em 6 etapas:

- 1ª Etapa: sensibilização
- 2ª Etapa: conhecimento do cadastro de funcionários, estudo da prevalência e de ocorrências internas.
- 3ª Etapa: afixar Cartaz 1 fornecido pelo INCA: "Pare e pense, é coerente fumar nesse ambiente?".
- 4ª Etapa: afixar Cartaz 2: "Fumar não combina com qualidade de vida: ajude a criar um ambiente livre do cigarro.", distribuição do Folheto 1 com a mesma mensagem e marcar o dia D da implantação.
- 5ª Etapa: Cartaz 3 "Pode respirar a vontade", distribuição do folheto 2 com a mesma mensagem e a sinalização da instituição com adesivos: "Ambiente Livre do Cigarro".
- 6ª Etapa: divulgação do processo concluído em boletins e eventos técnicos científicos, monitoramento contínuo e comemorações das datas alusivas do Dia Mundial sem Tabaco (31/Maio) e Dia Nacional de Combate ao Fumo (29/Agosto).

Ações conjuntas com a CIPA/HNSG resultaram em importante parceria na realização da "Campanha Contra Tabagismo, Alcoolismo e Drogas", no dia 23 de setembro de 2002, com três palestras, uma em cada turno de trabalho, para que a participação dos funcionários fosse mais expressiva. O tema abordado foi: "Tabagismo e Qualidade de Vida", às 10h00 e 20h30 (Jonatas Reichert), 13h30 (Luci I. Bendhack).

Além das palestras para esclarecimento dos malefícios foi ofertado tratamento gratuito para os interessados. A distribuição física hospitalar foi analisada para facilitar a detecção dos locais aonde usualmente o fumo era praticado e monitoramento dos mesmos (vistorias diárias), nos quais eram previamente colocadas advertências para não fumar (corredores, áreas mais remotas, pátios internos, cantina). Os pacientes e acompanhantes foram advertidos da mesma forma, evitando fumar nas enfermarias, apartamentos e sanitários.

O controle foi sugerido também nas imediações do hospital, a Escola Técnica de Enfermagem (ETECLA), pois no pátio aos fundos, divisa com o hospital, os alunos fumavam no intervalo das aulas e eram vistos por toda a ala oeste do hospital.

Um fato que apressou a proposta para a escola de enfermagem foi a alegação de uma senhora acompanhante de paciente internado ao ser abordada com o pedido para não fumar na janela do apartamento hospitalar respondeu: "*conheço os meus direitos de cidadã, sou conhecedora de leis, e o farei neste ambiente enquanto o exemplo continuar entre os alunos da escola*".

Na sequência, Luci Bendhack e Jonatas Reichert comunicaram o fato para Diretora da ETECLA, Irmã Verônica Tartas, que muito atenciosa, disse que mudaria este panorama com a proibição do fumo na escola. Pediu que os alunos fossem esclarecidos previamente antes de vigorar a resolução e assim aconteceu: duas palestras foram proferidas por Jonatas Reichert na programação da 64ª Semana Brasileira de Enfermagem – (Auditório da ETECLA, 12/Maio/2003):

- Malefícios do Tabaco (75 alunos)
- Ambientes Livres do Tabaco (76 alunos)

Considerando a existência da Escola Vicentina próxima ao hospital, pertencente à mesma ordem religiosa do hospital e que muitos alunos eram filhos de funcionários, surgiu a ideia de se realizar palestras para as crianças que ali frequentavam da 1ª até a 8ª séries do Ensino Fundamental, abrangendo um total de 196 alunos. Novamente, Luci Bendhack e Jonatas Reichert interviram com o tema dos riscos do tabaco e a importância dos pais darem o exemplo não fumando. Várias surpresas aconteceram com manifestações exemplares das crianças, pois todas queriam falar, demonstrando importante grau de conhecimento sobre o tema, para a idade, graças ao excelente ensino ali existente.





A Disciplina de Pneumologia do Hospital Nossa Senhora das Graças desenvolveu o "Programa de Controle do Tabagismo" entre os funcionários, pacientes, acompanhantes e, oferecendo tratamento para os funcionários, tornou o hospital ambiente livre do tabaco em 2003.

O HNSG foi certificado como Ambiente Livre do Cigarro em ato com a presença de Valéria Cunha (INCA/MS), Teresinha Jensen e Iludia Rosalinski (SESA/PR), representante da direção do hospital, Maristela Antico (Enfermeira/HNSG) e os coordenadores do programa Luci Bendhack e Jonatas Reichert (pneumologistas do HNSG).

O programa idealizado neste hospital que abrangia também a prevenção, à semelhança do que aconteceu na Escola Vicentina nas imediações do hospital se tornou conhecido resultando em mais convites atendidos, a exemplo do Colégio Bom Jesus, sede Cajurú, que solicitou palestras para seus alunos adolescentes. Em duas etapas, cerca de 600 alunos assistiram palestras abordando o tema "tabaco e a importância da prevenção".

Hospital São Lucas (HSL, 2005)

O Hospital São Lucas, tradicional casa de saúde da capital paranaense, foi declarado livre de poluição do fumo, no ano 2005, a partir do mês de junho, por iniciativa do seu diretor clínico, o Professor Francisco Boscardim Netto ao promover palestras e campanhas internas de conscientização junto ao corpo clínico e funcionários, estabelecendo o status de hospital livre do fumo. Segundo seu relato, monitoramento e conscientização são feitos até hoje para a manutenção desta conquista.

O Professor Boscardim dedicou toda a sua vida profissional à pesquisa, atualização e ensino da pneumologia, reconhecido como tisiologista e cirurgião torácico de renome, atuante neste hospital, no Sanatório Médico Cirúrgico do Portão (hoje Hospital do Trabalhador) e no Sanatório de Tisiologia de São Jose dos Pinhais. Presenciou muitos sofrimentos na área da pneumologia, muitas foram as doenças tabaco relacionadas. Isto conferiu estímulo para aconselhar os seus pacientes a não fumar e indicando o tratamento mais adequado e em tantas outras ocasiões estimulando a prevenção.

Jonatas Reichert participou, como palestrante, em uma reunião científica no dia 14 de junho de 2005, no Centro de Estudos do Hospital São Lucas. O tema foi o "Tabagismo e o Profissional da Saúde", a propósito para ser iniciada uma nova etapa na instituição, "respire melhor". Logo a seguir todos os funcionários fumantes ficaram cientes da proibição de fumar nas áreas internas fechadas.

O pesquisador e organizador desta obra teve uma grata surpresa no dia 11 de abril de 2006, quando o Professor Boscardim o presenteou com o livro "Tabagismo, Mais um Desafio", de José Vaz de Carvalho, médico cirurgião da Santa Casa de Paranavaí (PR), licenciado pela Escola de Ciências Médicas do Rio de Janeiro, verdadeira relíquia da literatura médica. Editado em 1970, já abordava temas que na atualidade estão na ordem do dia e que vão desde "mulher e o tabagismo" passando pela revisão histórica da disseminação da cultura do tabaco a partir da América Central e sugerindo algumas propostas terapêuticas. O conteúdo é admirável se considerarmos que foi uma pesquisa feita há mais de 40 anos.

Hospital Universitário Evangélico de Curitiba (HUEC, 2008)

A poluição tabagística ambiental foi uma ocorrência muito frequente na maioria das casas de saúde em todo o Brasil. Na virada do século, um grande despertamento ganhou grandes proporções para banir o fumo nos hospitais, sobretudo os de grande movimento de pessoas como o Hospital Universitário Evangélico de Curitiba (HUEC). O esforço conjunto da diretoria, médicos, fisioterapeutas e enfermagem, coordenado pela CIPA deste hospital, desencadeou uma progressiva mudança. Uma data especial foi decidida e palestras foram realizadas no dia 13 de agosto de 2008, para conscientização dos funcionários, pacientes e acompanhantes, durante XIX Semana CIPAT (gestão 2007/2008) com o slogan "O Trabalho Engrandece o Homem, a Segurança a sua

Vida" e "II Semana de Humanização Hospitalar" coordenada pelo Grupo de Trabalho para Humanização Hospitalar (GTH) com importante participação da Psicóloga Vera Lúcia Alves Barreto Silva e Antonio Marcos de Oliveira.

O pneumologista Jonatas Reichert proferiu palestra neste evento, sobre a Importância dos "Ambientes Livres do Tabaco". Cartazes e faixas foram afixadas em locais estratégicos anunciando o evento e o projeto "hospital livre do tabaco". No dia, os funcionários colaboradores vestiam coletes de cor laranja com mensagem alusiva à data: "Hospital Universitário Evangélico de Curitiba – Livre do Fumo – Ar puro para todos".

A Professora Silvia Valderramas, do Curso de Fisioterapia, da Faculdade Evangélica do Paraná e seus alunos sempre presentes nos eventos em datas comemorativas durante vários anos, a exemplo do Dia 29 de Agosto (Dia Nacional e Combate ao Tabagismo), prestaram relevantes serviços ao esclarecer o público sobre os riscos do tabagismo e os benefícios do não fumar, na Av. Luiz Xavier e Praça Rua Barbosa, em parceria com a Secretaria Municipal da Saúde (SMS) e Sociedade Paranaense de Tisiologia e Doenças Torácicas (SPTDT).

Hospital de Clínicas da Universidade Federal do Paraná (HC/UFPR, 2008)

O HC da UFPR está ligado à história do controle do tabagismo do Paraná desde os seus primórdios. Ilustres colaboradores se destacaram nas últimas décadas. A geração atual contribui de forma exemplar. Destacamos a atuação dos professores Leo Choma, Rodney Frare e Silva, Roberto Pirajá Moritz de Araújo e Rubens Jansen de Sá, de longa data, e nos últimos 10 anos o trabalho da Professora Leda Rabelo, a qual proferiu a primeira aula sobre tabagismo há 10 anos como tema oficial na grade curricular. Colaboradores mais recentes, os pneumologistas Camilo Faoro, Lucas Moreira e Daniela Porfírio Nunes, atuantes no ambulatório para o tratamento do fumante do HC, são jovens médicos promissores na luta antitabágica e, com certeza representam o novo potencial de liderança que surge no cenário paranaense.

Importante evento ocorrido em 1999, no HC, preparou o caminho para uma grande conquista, ambiente hospitalar 100% livre do tabaco. Propostas efetivas foram divulgadas pela participação dos líderes Professores Rodney Frare e Silva (pneumologista) e Mário Maranhão (cardiologista) no lançamento oficial do programa "HC Livre do Cigarro", com apoio do Instituto Nacional do Câncer (INCA), durante as comemorações do Dia Mundial Sem Tabaco (31 de maio de 1999). Participaram alunos de medicina, psicologia e nutrição. Na ocasião, o programa orientou funcionários, pacientes e visitantes sobre os riscos causados pelo consumo do tabaco. A Comissão Antifumo do HC, implantada em 1997, e presidida pelo Professor Rodney coordenou o evento. A expectativa para 1999 era de se conseguir "ano a ano" a redução de fumantes na instituição e em 5 anos uma expressiva queda da prevalência do tabagismo entre os 20% de fumantes dos 4.028 funcionários na época. Um estudo revelou que 45% dos fumantes desejavam receber orientações para tratamento. Já havia planos para a implantação de ambulatório para esta finalidade, dirigido por uma equipe multidisciplinar composta de pneumologista, nutricionista e psiquiatra. A coordenação realizou uma pesquisa da prevalência entre alunos da cardiologia e pneumologia a qual mostrou que dos 1.310 entrevistados 870 nunca fumaram, 254 eram fumantes regulares e 186 ex-tabagistas. O cardiologista Professor Mario Maranhão, Presidente do Comitê Antifumo do Paraná (APCF) e da Federação Mundial de Cardiologia, participou do evento divulgando os malefícios do tabaco no sistema cardiocirculatório e defendeu campanhas sistemáticas junto à mídia, envolvendo profissionais da saúde, contrapondo-se à propaganda enganosa das marcas de cigarros.

O HC teve, a partir de 2007, participação efetiva nas comemorações do dia 29 de Agosto, na Boca Maldita, em parceria com a APCF, AMP, SPTDT e SMS. Com a colaboração da Assessoria de Marketing do HC e o seu grupo de animação em 3 passeatas contra o fumo (1ª, 2ª e 3ª Palhaçada Contra o Fumo, nos anos 2007, 2008 e 2010). Membros que participaram: Mônica C. Budni (assessora), Renildo Meurer (idealizador), Maria Conceição Lopes, Lorival Veloso, Maria Vidal do Prado, estagiários, profissionais da saúde do HC e convidados. Atuando como "palhaços" devidamente treinados para atrair a atenção do público e transmitir mensagem de saúde. Registramos as seguintes participações especiais: Fanfarras das escolas Wenceslau Braz, Iara Bergman e Hasdrubal Bellegard na terceira edição. Os Palhaços Dona Kina (Gerson Guerra da Agendart), Dra. Meleka (Gisele Gabardo) e Grupo de Teatro Anticorpus participaram nas três edições. Saindo do HC (Rua Gal. Carneiro) e desfilando ao longo da Rua XV de Novembro, com muito barulho e seus integrantes devidamente trajados com roupas a caráter multicoloridas chamavam a atenção do público, aproveitando para transmitir slogans de advertências contra o fumo e como preservar a saúde. A passeata "Palhaçada" terminava na Avenida Luiz Xavier (Boca Maldita) local aonde uma equipe representada pelos profissionais da saúde e estudantes de medicina colaboravam no evento atendendo as dúvidas do público, distribuíam informes sobre tabaco e saúde, aplicavam testes com "monoxímetro e *Peak-Flow*" (Pico de Fluxo) cujos resultados, em poucos segundos, revelavam se houve grande exposição à poluição tabagística ambiental ou da existência de algum déficit ventilatório tabaco relacionado.

A participação do HC, em parceria com a SPTDT, AMP, APCF, SMS e SESA, contribuiu com um forte apelo para a sociedade adotar estilo de vida saudável, lembrando que vale a pena ter saúde e que a instituição "já tem doentes demais", segundo mensagem de faixa durante o desfile na Rua XV de Novembro.

ASSOCIAÇÃO PARANAENSE CONTRA O FUMO

O Presidente da APCF Jayme Zoltnik, em seu discurso de transmissão de posse para Jonatas Reichert no dia 07 de fevereiro de 2011, na AMP, lembrou a participação da entidade na histórica luta contra o tabagismo, desde o seu início dos anos 1980 até hoje, cujo marco foi a vitória da aprovação da lei antifumo (ambientes 100% livres da poluição tabágica no estado do Paraná) que extingue os fumódromos (16.239/2009) e comemorando os benefícios à saúde da população.

Foram lembrados fatos de grande relevância das administrações anteriores que contribuíram para a manutenção dos ideais de apoio a todas as atividades da área do tabagismo, tanto de interesse público quanto científico.

O grupo atuante até hoje desde o ano 2000:

Saulo Carvalho Filho *(Presidente: maio 2000 – agosto 2004)*

Colaborador ativo em todos os eventos, atuando como tesoureiro desde 2004. Membro Titular da Comissão de Tabagismo do HC-UFPR. Participou da 1ª Audiência Pública na ALEP para a futura votação da lei estadual para os ambientes livres da poluição tabágica.

Luci Iolanda Bendhack *(Presidente: agosto 2004 – dezembro 2005)*

Sempre ativa em todos os eventos municipais e estaduais, prestou relevante colaboração na reestruturação administrativa da APCF. Iniciou as suas atividades como coordenadora do tratamento do tabagismo pela SMS na US Vila Hauer. Atualmente coordena o programa de tratamento do tabagismo na US Ouvidor Pardinho OP) e Mãe Curitibana (MC), serviços de elevado conceito por sua eficácia. Atualmente, está iniciando o 166º grupo no OP e 65º no MC.

Em 2015 cerca de 30 US desenvolvem o programa de tratamento seguindo as diretrizes do MS/INCA.

Durante o evento inicialmente citado, foi confirmada a proposta de resgate histórico do "Programa Estadual para o Controle do Tabagismo" cuja tarefa ficou a cargo do novo presidente. O evento seguido com jantar comemorativo deu posse a diretoria com esta composição:

Presidente: Jonatas Reichert
Vice-Presidente: Jayme Zlotnik
Secretaria Executiva: Iludia do Rocio Rosalinski
Tesoureiro: Saulo Carvalho Filho

Presentes nos eventos ilustres colaboradores que "fizeram e fazem história" na luta contra o tabaco: Rosa Maria Chiamulera, Jayme Zlotnik, Jonatas Reichert, José Fernando de Macedo, Sizefredo Paulo Alves Paz, João Alberto Lopes Rodrigues, Roberto Pirajá Moritz de Araújo, Teresinha Jensen, Iludia do Rocio Rosalinski, Rodney Frare e Silva, Sant'Clair Honorato Santos, Margaret Matos de Carvalho, Luci Iolanda Bendhack, Oscar Alves, Adherbal Fortes de Sá Junior, Marco Antonio do S. M. Ribeiro Bessa, Ariovaldo Lopes, Carlos Werner, Leo Choma, Nizan Pereira Almeida.



Cerimônia de posse diretoria APCF 2011, realizada na AMP no dia 7 de fevereiro de 2011.

Contexto Atual

PROJETO DIRETRIZES DA ASSOCIAÇÃO MÉDICA BRASILEIRA: "EVIDÊNCIAS CIENTÍFICAS SOBRE TABAGISMO PARA O SUBSÍDIO AO PODER JUDICIÁRIO"

Apoio do Paraná na elaboração e divulgação

A iniciativa da Associação Médica Brasileira (AMB) de elaborar um documento com recomendações para o judiciário embasado cientificamente, importante para avaliação e julgamento da responsabilidade da indústria como causa de indução ao consumo do tabaco, resultando em doença e morte, foi um importante passo para o mais amplo domínio sobre o conhecimento da "pandemia" do consumo do tabaco e suas consequências físicas, sociais e econômicas.

A Comissão Científica de Combate ao Tabagismo da AMB com a missão de organizar os trabalhos, formada por uma equipe titular representando vários estados do país e um importante número de convidados, estudiosos na área científica, médica e do direito, concluíram o trabalho em 12 de março de 2013.

O documento do Projeto Diretrizes da AMB: "Evidências Científicas Sobre Tabagismo para o Subsídios ao Poder Judiciário" representa um marco no tema "tabagismo e suas consequências na saúde, economia e direito do cidadão".

Autoria: 1. Associação Médica Brasileira (AMB);
2. Ministério da Saúde/ Instituto Nacional do Câncer José Alencar Gomes da Silva (INCA);
3. Aliança do Controle do Tabagismo (ACTbr).

O grupo de trabalho coordenado pela AMB, constituído por 12 médicos e 1 psicóloga, especialistas em tabagismo, e 4 consultores jurídicos, se valeram de consultas em bases virtuais de informação científica, como Medline, PubMed e Biblioteca Cochrane, com estratégia de busca específica para cada questão, com a maior força de evidência possível, tendo como objetivo "*disponibilizar informações atualizadas sobre os aspectos relativos ao tabagismo,a fim de subsidiar o Poder Judiciário em suas decisões nesse campo da saúde pública*".

Participantes: Mirra AP, Reichert J, Silva CAR, Martins SR, Meirelles RHS, Issa JS, Hallal ALC, Silva VLC, Cavalcante TM, Correia da Silva LC, Araújo AJ, Sales MPU, Homsi CM, Vianna CGF, Mendes FL, Carvalho AP, Andreis M, Fundação do Câncer.

Para consulta do documento original, acessar: *www.amb.org.br/projetodiretrizes*

Um dos primeiros lançamentos no país aconteceu em Curitiba/PR, no dia 26 de agosto de 2013, no Tribunal de Justiça do Paraná, no Centro Cívico, em coordenação conjunta do pneumologista Jonatas Reichert (AMB) e da Desembargadora Dra. Dulce Santa'Eufemia Cecconi (2ª Vice-Presidente do TJPR) em sessão programada com o Presidente do TJPR Clayton Coutinho de Camargo, o qual confirmou apoio na divulgação das diretrizes. A Dra. Dulce Cecconi recebeu cerca de 250 unidades das diretrizes impressas e se prontificou a distribuí-las entre seus pares e incentivar o uso dos subsídios para tomada de decisões judiciais.



Apoio paranaense ao lançamento do projeto diretrizes da AMB (SP): "Evidencias Científicas sobre Tabagismo para o subsídio ao poder Judiciário". A Dra. Dulce Santa'Eufemia Cecconi (2ª Vice Presidente do TJPR) se prontificou a incentivar o uso das diretrizes no Tribunal de Justiça do PR, acompanhada de representantes da classe médica e do direito.

PROGRAMA ESTADUAL PARA O CONTROLE DO TABAGISMO NO PARANÁ

O Programa Estadual para o Controle do Tabagismo (PECT/PR) foi estabelecido em bases sólidas, com objetivos claros, bem definidos, com propostas inovadoras que ainda estão na "ordem do dia" para exemplo no país.

Porém, com a característica dinâmica que o caracteriza, está aberto a novas ideias, o que proporciona maior abrangência e eficiência no atendimento das demandas que visam o atendimento da pessoa fumante, capacitando profissionais da saúde de todas as Regionais de Saúde do Estado, fornecendo material didático, medicamentos e periodicamente atuando na prevenção entre jovens, em parceria com profissionais da educação, que se atualizam através de curso a distância do "Saber Saúde" do Ministério da Saúde.

A equipe técnica atual que aceitou os novos desafios para atuar nesta área e aperfeiçoar continuamente o PECT/PR está subordinada ao Departamento de Promoção da Saúde (DEPS) e Superintendência de Atenção à Saúde (SAS), está assim composta:

Superintendência de Atenção à Saúde (SAS)
Márcia Cecília Huçulak (Superintendente)

Departamento de Promoção da Saúde (DEPS)
Maria Cristina Fernandes Ferreira (Chefe)

Políticas de Atenção à Pessoa Tabagista
"Programa Estadual para o Controle do Tabagismo (PECT)"

Teresinha Jensen *(Coordenadora, Educadora em Saúde)*
Márcia Regina Camargo Sturm *(Enfermeira)*
Jonatas Reichert *(Pneumologista)*

Abrangência e Resultados

As novas decisões do Ministério da Saúde prometem mais apoio aos estados e municípios referentes à atenção a pessoa tabagista, ao estabelecer portaria em 2013.

A Portaria nº 571 de 5 de abril de 2013 do Ministério da Saúde deu novas diretrizes de cuidados à pessoa tabagista no âmbito da Rede de Atenção à Saúde das Pessoas com Doenças Crônicas do Sistema Único de Saúde (SUS). Previa aumentar em até 10 vezes o número de pessoas atendidas, disponibilizando recursos, pessoal capacitado e medicamentos.

"*A adesão ao Programa Nacional de Controle do Tabagismo (PNCT) se dará por meio do Programa Nacional de Melhoria do Acesso e da Qualidade (PMAQ) como primeira etapa para a expansão e universalização do programa.*

Ao considerar que o tratamento do tabagismo apresenta bom custo-efetividade nos cuidados em saúde, principalmente relacionados às doenças crônicas e suas intervenções preventivas", resolve:

Art. 1º Ficam atualizadas as diretrizes de cuidado à pessoa tabagista no âmbito da Rede de Atenção à Saúde das Pessoas com Doenças Crônicas do Sistema Único de Saúde e dá outras providências.

Art. 2º Constituem-se diretrizes para o cuidado às pessoas tabagistas:

I - reconhecimento do tabagismo como fator de risco para diversas doenças crônicas;
II - identificação e acolhimento às pessoas tabagistas em todos os pontos de atenção;
III - apoio terapêutico adequado em todos os pontos de atenção.

O Programa Estadual para o Controle do Tabagismo, em sintonia com estas diretrizes, ampliará de forma organizada e efetiva o tratamento à pessoa tabagista. Para implementar a qualidade do serviço público oferecido à população, a Secretaria de Estado da Saúde através da Superintendência de Atenção à Saúde e seu Departamento de Promoção da Saúde promoveu, em 18 de junho de 2013, a primeira oficina para multiplicadores em suas regionais de saúde, com o objetivo de manter atualizadas equipes multiprofissionais dos municípios seguindo diretrizes da Educação Permanente para que a população tenha acesso ao tratamento para deixar de fumar mais próximo da sua residência.

No ano de 2011, foram capacitados 442 profissionais de saúde representando 93 municípios. Em 2012, participaram 390 profissionais de saúde representando 144 municípios.

Em dezembro de 2012, o Estado tinha em pleno atendimento 188 unidades realizando este serviço, porém, com a assinatura da Portaria nº 571/13 que amplia o atendimento na Rede SUS, a SESA está organizando a Rede para dar suporte técnico aos 399 municípios.

Outra abordagem eficaz e necessária no Controle do Tabagismo é informação para professores, instrumentalizando-os com materiais pedagógicos e audiovisuais para trabalhar com crianças, adolescentes e jovens. Nesta abordagem, o INCA vem descentralizando o Programa Saber Saúde nas Escolas.

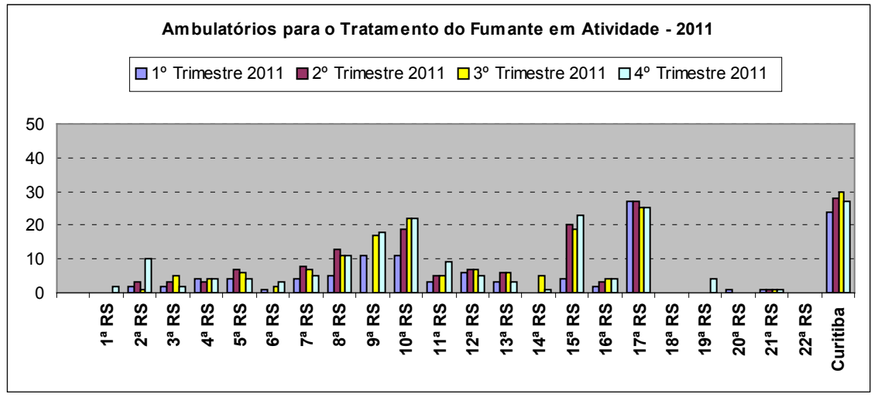
O Paraná, em 2012, participou do 1º curso *on-line* na modalidade a distância (EAD), com a participação de 199 professores da Rede Estadual de Ensino até a conclusão. Em 2013, no segundo treinamento para gestores. Participaram 10 profissionais da saúde e 10 da educação e está em andamento o curso para 500 professores do Estado do Paraná. Esta estratégia resultará em ações educativas nas escolas para despertar a inteligência dos jovens, prevenindo a iniciação do uso do tabaco. Segundo a OMS 90% dos fumantes regulares começam a fumar antes dos 19 anos de idade e a media de iniciação é de 15 anos.

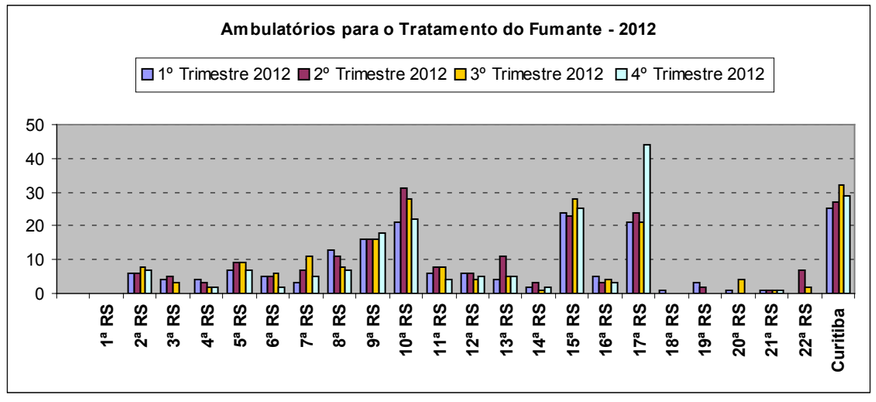
O Paraná, conhecido pelas ações inovadoras no programa de atenção à pessoa tabagista, seu histórico desempenho e notória confiabilidade foi motivo do convite para participar de pesquisa coordenada pela pesquisadora da Escola Nacional de Saúde Pública Sérgio Arouca ENSP/FIOCRUZ, Professora Doutora Vera Luiza da Costa e Silva, tendo como foco "Crenças, Atitudes e Práticas da mulher plantadora de fumo no município de Palmeira/PR", grande produtor do estado. Destaca-se como objetivo conhecer as crenças, atitudes, práticas, vulnerabilidade e percepção de risco da mulher plantadora de tabaco na localidade em questão, no que tange ao impacto social, econômico, ambiental e para a saúde. A pesquisa foi desenvolvida em parceria com a SESA/PR, representada pela coordenadora do Programa Estadual para o Controle do Tabagismo, Teresinha Jensen, Jaime Menegoto (Diretor da 3ª Regional de Saúde), Silvana Maggi Schwaiz (Técnica da 3ª RS) e Secretaria Municipal da Saúde de Palmeira/PR.

A proposta do estudo e parceria enuncia em documento os seguintes objetivos:

"*A metodologia empregada permitirá a construção coletiva e compartilhada de cenários de vida, com ênfase nos processos de trabalho relacionados à fumicultura e suas repercussões sobre o ambiente. A matriz FPEEEA (Força Motriz-Pressão-Estado/Situação-Exposição-Efeitos-Ações) será utilizada para a construção destes cenários. Esta Matriz, proposta pela Organização Mundial da Saúde (OMS), vem sendo utilizada pelo Ministério da Saúde para o desenvolvimento da vigilância ambiental e para a análise de situação de saúde. O resultado deste estudo permitirá que sejam propostas políticas públicas sociais de promoção de saúde voltadas para a redução da vulnerabilidade*".

Esta dinâmica evidenciada na atual gestão, que com características próprias se alinha ao histórico modo de atuação, mantém o Paraná na vanguarda da implementação da CQCT preconizada pela OMS e coordenada no Brasil pela Comissão Nacional para Implementação da Convenção-Quadro para o Controle do Tabaco (CONICQ).





POLÍTICA DE ATENÇÃO À PESSOA TABAGISTA

O Programa Estadual para o Controle do Tabagismo (PECT/PR) foi estabelecido com objetivos claros, bem definidos, com propostas inovadoras que ainda estão na "ordem do dia" para exemplo no país. Porém, com a dinâmica que o caracteriza, está aberto a novas ideias, o que proporciona maior abrangência e eficiência no atendimento às demandas que visam a atenção à pessoa tabagista.

Atualmente, na nova estrutura da Secretaria de Estado da Saúde, está subordinado ao Departamento de Promoção da Saúde (DEPS) e a Superintendência de Atenção à Saúde (SAS). Nesta estrutura, o Programa Estadual reorganiza-se como Política de Atenção à Pessoa Tabagista e tem como competências, a coordenação, o planejamento, a formulação e a implementação das ações em consonância com as diretrizes da Política Estadual de Saúde.

O cuidado à pessoa tabagista é realizado no âmbito da Rede de Atenção à Saúde das Pessoas com Doenças Crônicas, preferencialmente nas unidades de atenção primária à saúde e nos ambulatórios, que são pontos de atenção desta Rede. Este cuidado prevê o acolhimento do usuário, o apoio ao tratamento, o acesso a exames e medicamentos e a qualificação dos profissionais de saúde.

Entre os anos de 2011 a 2013 foram qualificados no Estado 904 profissionais, das regiões de saúde e municípios, para o cuidado à pessoa tabagista, nos 188 ambulatórios em atendimento, cadastrados no Sistema de Cadastro Nacional de Estabelecimentos de Saúde – SCNES.

A meta do Estado é ampliar o número de ambulatórios, bem como, a qualificação dos profissionais de saúde. A ampliação e o monitoramento das ações desenvolvidas, assim como o planejamento dos insumos necessários é realizado por meio do PMAQ – Programa de Melhoria do Acesso e da Qualidade.

Desde a implantação do Programa Estadual de Controle do Tabagismo, esta Secretaria tem realizado cursos de capacitação nas 22 Regionais de Saúde, com bons resultados. Porém, a estratégia adotada na atual gestão, de educação permanente e qualificação de multiplicadores para realização de oficinas em todo o Estado está sendo um diferencial.

Os resultados positivos já são visíveis e promissores, pois 13 das 22 RS já estão multiplicando oficinas e qualificando profissionais e desenvolvendo o projeto de estruturação/ampliação dos ambulatórios de atenção à pessoa tabagista.

Em 2013, 529 Unidades Básicas de Saúde em todo o Paraná atenderam 11.372 pessoas, como demonstrado na quadro abaixo:

Consulta/avaliação médica: 11.372
Atendimento 1ª sessão: 9.266
Atendimento 4ª sessão: 6.180
Sem fumar 4ª sessão: 4.663
Utilizou algum medicamento: 7.174

O percentual de cessação obtido de 46.63% após 1 ano está de acordo com a média de efetividade dos programas divulgadas pela OMS.

Abandono: 41.20%
Cessação: 46.63%
Usou medicamento: 66.47%

Outra estratégia utilizada é o Programa Saber Saúde do INCA, realizado em parceria com a Secretaria de Estado da Educação, subsidiando os professores e gestores nas ações educativas, prevenindo a iniciação do uso do tabaco.

ATIVIDADES DESENVOLVIDAS NO DEPS

Agosto Azul

Agosto, tradicional mês de comemorações do tabagismo foi o cenário para grandes eventos na área da prevenção e tratamento em todas as Regionais de Saúde (RS) do Estado. A Superintendente da Atenção Básica da Saúde da SESA/PR, Márcia C. Huçulak, escolheu o tema tabagismo como foco principal na 3ª edição do programa da saúde do homem, o que motivou vários eventos em praça pública, na mídia em geral com várias matérias em jornais, rádio e TV, o que despertou o interesse de aplicá-lo em várias entidades culturais, socais, empresas, incentivando o homem a agir preventivamente adotando um estilo de vida saudável. Toda a programação conduzida pelas 22 RS contou com material educativo na forma de cartazes e *folders*.



A programação do "Agosto Azul" é coordenada por Rubens Bendlin desde a sua implantação, em 2012, na SESA/PR, tendo como base a Lei Estadual nº 17.099/2012, sancionada no dia 28 de março de 2012 (PR), que visa a saúde do homem através de ações preventivas, priorizando: cardiologia, urologia (câncer de próstata), saúde mental, gastroenterologia e pneumologia. O tema principal deste ano foi o tabagismo. O Ministério da Saúde lançou, em 2009, a Política Nacional de Atenção Integral à Saúde do Homem (PNAISH) que destaca a "*singularidade masculina nos contextos socioculturais e políticos econômicos, oferecendo princípios para o aumento da expectativa de vida e redução dos índices de mortalidade por causas previníveis e evitáveis na população masculina de 20 a 59 anos*". A SESA/PR se destaca como pioneira a seguir esta política.

A parceria com a Área Técnica do Tabagismo DEPS/SAS foi bastante produtiva, com várias atuações na mídia e palestras em instituições como o DER e Clubes Rotary.

Relatório das atividades referentes ao evento AGOSTO AZUL realizadas em Prudentópolis

No dia 29/08/2014, no período da manhã, foi realizada em Prudentópolis a ação "Agosto Azul", este ano com o tema TABAGISMO. A ação se deu no Centro Municipal de Saúde e contou com a valorosa participação de 27 alunos da 8ª série do Colégio de Vila Nova sob a orientação da Professora Mariel Guil.

Esses alunos receberam orientação prévia na semana anterior com uma palestra ilustrada.

Foi montada uma barraca, decorada com gravatas azuis (símbolos da campanha) feitas pelos próprios estudantes, e cartazes. Foi feita a panfletagem com a abordagem das pessoas que transitavam pelo local. Pelo som os alunos alertavam para os malefícios do cigarro e passavam informações sobre o uso, controle e busca pelo tratamento do hábito.

Houve muito interesse da população que buscou mais informações sobre o tema. Muitos se informaram sobre o tratamento.

Participaram desta ação:

Cristiane Honesko – coordenadora do tabagismo
Marta Maria da Silva Savaris – enfermeira do CAPS – AD
Tereza Mienki – pedagoga do CAPS – AD
Com o auxílio da equipe de apoio dos motoristas e auxiliares.

Relatório das atividades referentes ao evento AGOSTO AZUL realizadas em Maringá

O Professor Celso Conegero (UEM) coordenou mais um trabalho de conscientização sobre o tabagismo em Maringá, reunindo milhares de pessoas na praça da cadedral, com foco na prevenção e controle do tabagismo associado ao passeio ciclístico da primavera e distribuição do material "Agosto Azul" (folders e cartazes). Em destaque, a abordagem com aconselhamento aos grupos usuários de narguilé que estavam presentes na praça.

ATIVIDADES DESENVOLVIDAS NA SESA

A ênfase foi esclarecer o público sobre os riscos do tabagismo na saúde do homem durante o mês de agosto, denominado "Agosto Azul" e se prolongou em setembro pela grande demanda de convites de diversas instituições para palestras, entrevistas, cursos e representação, conforme agenda abaixo especificada:

Parceria com o programa Saúde do Homem – Agosto Azul

- 01/08/2014 - Entrevista ao vivo TV RPC, Globo, Jornal do Meio Dia – "Agosto Azul: Saúde do Homem e Tabagismo".
- 06/08/2014 - Participação do Forum Estadual de Combate aos Agrotóxicos e Fórum para o Controle do Tabaco do Ministério Público do Trabalho / Procuradoria Regional do Trabalho da 9ª Regional, sob a coordenação Executiva da Procuradora do Trabalho Margaret Matos de Carvalho e Palestra do Professor Wanderley Antonio Pignati – Doutor em Ciências na área da saúde Pública: "Os riscos agravos e vigilância em saúde no espaço de desenvolvimento do agronegócio".
- 20/08/2014 - Entrevista Radio Educativa – "Tabagismo e Agosto Azul"
- 21/08/2014 - Palestra "Tabagismo e Saúde do Homem". Rotary Clube Curitiba, Palacete Garibaldi. Presidente: Jorge Humberto Agudelo Franco
- 22/08/2014 - Palestra "Tabagismo e Saúde do Homem". Rotary Clube Curitiba Norte (FUR). Presidente: Valdir de Paula Furtado.
- 25/08/2014 - Entrevista TVCI – Comunicações Interativas, em conjunto com Rubens Bendlin – "Saúde do Homem e Tabagismo".
- 26/08/2014 - Palestra "Tabagismo e Saúde do Homem". Rotary Clube Curitiba Cristo Rei, Sociedade Garibaldi. Presidente: Gilberto Foltran.
- 28/08/2014 - Palestra "Tabagismo e Saúde do Homem". DER / Sede.
  Palestra "Curso como Deixar de Fumar em 5 Dias". Igreja Adventista do 7º Dia.
- 29/08/2014 - Entrevista por telefone: Radio E-PR: "29 de Agosto – Dia Nacional de Combate ao Fumo e sua mensagem ao público".
  Entrevista ao vivo na Ric TV, praça Rui Barbosa em evento da Fundação Ric TV (PR e SC) em comemoração ao Dia 29 de agosto – Dia Nacional de Combate ao Fumo. Participação de estudantes do II Grau da Escola Adventista Centenário, com várias demonstrações dos malefícios do tabaco.
  Palestra "Curso como Deixar de Fumar em 5 Dias". Igreja Adventista do 7º Dia.
- 04/09/2014 - Palestra "Tabagismo e Saúde do Homem". Rotary Parque Barigui – Clube Curitibano. Presidente: José Geraldo Zanella.
- 08/09/2014 - Reunião da Comissão de Combate ao Tabagismo da Associação Médica Brasileira (AMB/SP) como representante da SESA/PR.
- 16/09/2014 - Entrevista para o Jornal Comunicação da Faculdade de Jornalismo da UFPR com a unversitária Giovana Monaris para site *jornal.comunicação.ufpr.br* abordando o tema "Tabagismo, como e onde tratar".
- 18/09/2014 - Entrevistas na Rádio Educativa – Tabagismo, no programa do Chain.
- 22/09/2014 - Entrevista gravada (áudio-vídeo, You Tube) para o curso de Jornalismo da UFPR, abordando o tema "Tabagismo e a criança – Como abordar", com a universitária Giovana Monaris e equipe.
- 24/09/2014 - Curso de Capacitação no Tratamento do Tabagismo na 2ª RS, Curitiba/PR – 4 aulas: Bases para a abordagem no tratamento do tabagismo, Tabagismo como fator de risco para DCNT, Avaliação do Grau de Dependência (Teste de Fagerström) e Falando sobre Tabagismo e a Dependência da Nicotina.

DADOS EPIDEMIOLÓGICOS SOBRE TABAGISMO (2014)

Os dados epidemiológicos atualizados, abaixo relacionados, foram divulgados em todos os eventos deste ano. A atualização constante dos mesmos permite a análise evolutiva do programa, eleição do foco das ações para cada ano e construção de novas estratégias de atuação.

Mortalidade do BR

1ª causa: Doenças Cardiovasculares – DCV (29% = 2007)
2ª causa: Neoplasias (15%)
Fator agravante: tabagismo

Prevalência tabagistas adultos em capitais do BR (Vigitel 2013)

34,8% (1989)
22,4% (2003)
17,5% (2008)
15,1% (2010)
11,3% (2013)
14.5% (2013 – Curitiba)

Tabagismo

Principal fator de risco das Doenças Crônicas Não Transmissíveis (DCNT): (DCV, diabetes, cânceres e doenças respiratórias) e acarretam enorme ônus Social e Econômico, principalmente em países em desenvolvimento.

OMS *(Margareth Chan, diretora geral)* 27/04/2011 BR: DCNT = 72% das causas de morte

Estima-se que fumar causa 71% dos cânceres de pulmão, 42% das doenças respiratórias crônicas e 10% das DCV.

Custo do Tabagismo no BR

Carga das Doenças Tabaco relacionadas (valores atualizados para 2011)

Custo total atribuído ao tabagismo para o sistema de saúde no BR (ambos os sexos): R$ 21 bilhões.

A indústria pagou 6,3 bilhões em impostos federais. Conclui-se que o país gasta cerca de 3,5 vezes mais do que arrecada com cigarros e outros produtos do tabaco. Esse montante equivale a 0,5% do PIB do país em 2011. 15 doenças do estudo = 458.986 mortes no BR (2008), destes 130.152 óbitos atribuíveis ao tabagismo. Cálculo anterior 200 mil mortes nos anos 90.

Agosto Azul Lei nº 17.099 /2012, 28 de março de 2012 (PR)

Ações preventivas à integralidade à saúde do homem, priorizando:

I-cardiologia, II-urologia (ca próstata), III-saúde mental, IV-gastroenterologia, V-pneumologia

2009 - após consulta pública, lançada Política Nacional de Atenção Integral à Saúde do Homem (PNAISH) destaca a singularidade masculina nos contextos socioculturais e políticos econômicos, bem como aponta princípios para o aumento da expectativa de vida e a redução dos índices de mortalidade por causas previníveis e evitáveis na população masculina de 20 a 59 anos.

TRATAMENTO À PESSOA TABAGISTA

O Estado do Paraná disponibiliza ambulatórios especializados no tratamento do tabagismo em 250 Unidades Básicas de Saúde, que representam vários municípios das 22 Regionais de Saúde, seguindo protocolos pré-estabelecidos para instrutores e participantes, tendo como eixo principal a mudança comportamental através da TCC (Terapia Cognitivo Comportamental) e com indicação médica o uso de medicamentos específicos de 1ª linha.

Em 2013, 11.372 usuários foram beneficiados pelas políticas de atenção a pessoa tabagista do estado, com efetividade de 46,63%, dos quais 66,47% usaram algum medicamento específico por indicação médica.

Este percentual de cessação (46.63% após 1 ano) está de acordo com a média de efetividade dos programas divulgados pela OMS.

LEIS QUE DETERMINAM AMBIENTES 100% LIVRES DE TABACO

Municipal (Curitiba): 13.254 /2009 – extingue os fumódromos.

Estadual (PR): 16.239/2009 – extingue os fumódromos.

Federal: 12.546/2011 (regulamentada em 31/Maio/2014), altera a Lei nº 9.294/96 que permitia os fumódromos.

AÇÕES DA SESA/PR – PREVENÇÃO

A Secretaria da Saúde do Estado do Paraná, através do Departamento de Promoção da Saúde (Superintendência de Atenção à Saúde) desenvolve ações na prevenção e tratamento do tabagismo.

Atua em parceria com o Ministério da Saúde na prevenção do tabagismo em 3 áreas específicas:

- Pesquisa da prevalência do tabagismo entre escolares da capital (Vigescola).
- Qualificação dos profissionais da educação, professores e diretores das escolas para abordagem e educação continuada em saúde entre alunos, tendo como base as diretrizes do programa "Saber Saúde". Na realização dos 3 primeiros cursos (60h cada) foram qualificados 550 profissionais de saúde e educadores.
- Interface com o PSE (Programa Saúde na Escola) desenvolvido em 358 municípios do estado o que proporciona de forma efetiva e abrangente o acesso à informação e treinamento.

Conclusão

Entendemos que a contribuição deste livro sobre a trajetória histórica do Programa de Controle do Tabagismo no Paraná subsidiará gestores, profissionais e estudantes acerca desta discussão, bem como, no apoio técnico às ações de prevenção e controle do uso do tabaco e um estímulo para a perseverança nesta luta.

JONATAS REICHERT
Coordenador

APÊNDICE

APÊNDICE 1

CID-10 – considera o tabagismo como doença, no grupo das comportamentais e dos efeitos tóxicos:

F17 – Transtornos Mentais e Comportamentais (TMC) devidos ao uso do fumo.
F17.0 – TMC + intoxicação aguda.
F17.1 – TMC + uso nocivo para a saúde.
F17.2 – TMC + síndrome de dependência.
F17.3 – TMC + síndrome de abstinência.
F17.4 – TMC + síndrome de abstinência com delirium.
F17.5 – TMC + transtorno psicótico.
F17.6 – TMC + síndrome amnésica.
F19.2 – TMC + uso abusivo fumo, álcool e alucinógeno.
T65.2 – Efeito Tóxico do tabaco e Nicotina.
Z58.7 – Exposição à fumaça do tabaco.
Z72.0 – Uso do tabaco.

APÊNDICE 2

Erasto Gäertner: médico e Prefeito Municipal de Curitiba (PR) com grande visão em saúde coletiva. Foi professor de Clínica Urológica da Faculdade de Medicina da UFPR a partir de 1931, formado em medicina pela Faculdade Nacional de Medicina (RJ), em 1925, com cursos de especialização em Paris, Berlim, Munique e Praga. Foi um bom administrador. Construiu o Instituto de Medicina e Cirurgia do Paraná, pioneiro na fundação da Liga Paranaense de Combate ao Câncer, sonhava com a implantação de um hospital especializado, o que aconteceu três anos após a sua morte pela dedicação da sua esposa, Sra. Anita Mehry Gaertner (1905-1985).

O Paraná vivia grande processo de transformação, época da comemoração do centenário de emancipação política, no governo Bento Munhoz da Rocha, com grandes obras. Na capital, o Centro Cívico, Biblioteca Pública e o Teatro Guaíra eram prova disso, resultado da implantação do plano de desenvolvimento e planejamento urbano elaborado em 1949, pelo urbanista francês Alfred Agache. Novas avenidas pavimentadas passaram a existir, com expansão para os bairros, obrigando a prevista extensão dos serviços públicos, sendo que o transporte público começava a exigir maior disciplina e interferência municipal.

APÊNDICE 3

Lei nº 3.933 – decretada pela Câmara Municipal de Curitiba e sancionada pelo Prefeito Jaime Lerner, em 11 de maio de 1971:

Sobre o que dispõe os demais artigos, assinalamos o seguinte conteúdo:

Art. 2º – Os infratores serão convidados pelo motorista, cobrador ou responsável pelo veículo a se desfazer dos cigarros, charutos ou do fumo dos cachimbos em uso.

§ único: caso o infrator se negue a respeitar o que dispõe o presente artigo, deverá retirar-se do veículo, se necessário com a intervenção policial que poderá ser solicitada para observância desta lei.

Art. 3º – Os responsáveis pela manutenção dos veículos de transporte coletivo urbano deverão afixar, no prazo de 30 dias a partir da vigência desta lei, em lugar visível no interior destes, os seguintes dizeres: "É proibido fumar – Lei Municipal nº 3.933. Penalidade: o infrator não poderá permanecer no interior do veículo".

Art. 4º – O Poder Executivo poderá, mediante Decreto, dispor sobre a plena aplicação da presente Lei, bem como fixar multa até cinco salários mínimos pela ausência do aviso previsto no artigo anterior e de até um salário mínimo ao motorista, cobrador ou responsável pelo veículo que permitir a inobservância do artigo 1º desta Lei.

Art. 5º – Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogada a lei nº 527 e disposições em contrário.

Palácio 29 de Março, em 11 de maio de 1971, Prefeito Municipal Jaime Lerner.

APÊNDICE 4

Detalhes do programa Estadual para o controle do Tabagismo:

1. Objetivos do Programa Estadual contra o Fumo:

Gerais:

1.1.1. contribuir para o controle das doenças dos aparelhos respiratório e cardiovascular, bem como outros sistemas orgânicos e diminuir os riscos para a gravidez, através da prevenção e/ou redução da prática de fumar.

Específicos:

1.2.1. Informar a respeito das conseqüências para a saúde da prática de fumar.
1.2.2. Criar atitudes favoráveis à abstenção de fumar e/ou mudar atitudes que exaltem o uso do fumo.
1.2.3. Evitar que crianças e jovens se iniciem na prática de fumar.
1.2.4. Conseguir que adultos, particularmente profissionais de saúde, pais, professores, autoridades, artistas, desportistas não fumem em público ou, pelo menos, na presença de crianças e jovens.
1.2.5. Restringir o consumo de cigarros em fumantes de alto risco.
1.2.6. Estimular a defesa do direito dos não fumantes.

2. População:

Toda a população deverá ser atingida pelo programa, especialmente as crianças, jovens e gestantes.

3. Metodologia:

Os métodos de educação a serem utilizados no programa deverão ser variados, a fim de que toda população seja alcançada e em momentos diferentes.

Sugerem-se os seguintes:

- *orientação individual*
- *grupos de discussão*
- *palestras, aulas com utilização de diapositivos, diafilmes, flanelógrafos*
- *simpósio*
- *"spots" em rádio*
- *filmetes em televisão e em cinema*
- *reportagens e notícias em jornais*
- *exposições*
- *impressos (folhetos, "folders", volantes)*
- *cartazes*
- *adesivos*

4. Coordenação:

O Programa Estadual contra o Fumo será coordenado pela Secretaria de Estado da Saúde e do Bem Estar Social, através de uma Comissão Estadual integrada por representantes da:

- *Secretaria de Estado da Saúde e do Bem Estar Social*
- *Secretaria de Estado da Educação*
- *Instituto Nacional de Assistência Médica e Previdência Social*
- *Associação Médica do Paraná*
- *Setor de Ciências da Saúde da Universidade Federal do Paraná*
- *Sociedade Paranaense de Tisiologia e Doenças Torácicas*
- *Sociedade Paranaense de Otorrinolaringologia*
- *Sociedade Paranaense de Cardiologia*

Caberá à Comissão Estadual:

- *coordenar o programa a nível central*
- *elaborar diretrizes e normas*
- *criar um Banco de Dados sobre o fumo e saúde*
- *elaborar publicações básicas*

5. Colaboradores:

O programa contará coma colaboração de órgãos dos poderes públicos, entidades medicocientíficas e sociedades de prestação de serviço à comunidade.

6. Recursos Financeiros:

O programa contará com recursos financeiros advindos dos órgãos de entidades patrocinadoras e colaboradoras.

7. Estratégia:

O Programa Estadual Contra o Fumo, que será lançado através de uma Campanha, focalizará especificamente três aspectos:

- *educativos*
- *políticos*
- *econômicos*

7.1. Aspectos Educativos

A comissão Estadual traçará diretrizes para a educação da populaçãoem geral, particularmente das crianças, jovens e gestantes, cujo conteúdo deverá incluir informações sobre:

- *fumo e saúde*
- *motivos que levam o indivíduo a fumar*
- *gestação e fumo*
- *esporte e fumo*
- *direitos dos não fumantes*

7.2. Aspectos Políticos

A Comissão Estadual deverá enviar solicitação ao Congresso a fim de ue seja instituída uma CPI sobre o fumo e saúde. A solicitação deverá ser instruída com a Carta de Salvador e informações pertinentes ao assunto, tais como relatórios da OMS e livro do Professor José Rosemberg.

Esta CPI deverá provocar revisão da legislação e/ou aprovação de novas leis referentes a:

- *controle da propaganda de cigarros*
- *proibição de fumar em locais determinados*
- *venda de cigarros e similares*
- *impostos*
- *advertência dos riscos de tabagismo*

7.3. Aspectos Econômicos

A Comissão Estadual deverá:

7.3.1. estimular a realização de pesquisas sobre custo-benefício de programas antifumo.
7.3.2. estimular o Governo a:

- *estabelecer incentivos fiscais ou equivalentes para a conversão de culturas de tabaco em outras de maior interesse comunitário.*
- *desencorajar investimentos de capital em indústria de tabaco.*
- *bloquear a entrada de capital estrangeiro que se destina à aplicação em indústrias de tabaco.*
- *recusar o apoio oferecido pelo Banco Mundial. FAO e outras entidades internacionais para o desenvolvimento de culturas de tabaco.*
- *desestimular a aplicação do Fundo157 na cultura e indústria do tabaco.*

O Programa Estadual seguirá as mesmas bases e diretrizes do Programa Nacional, com o qual atuará sempre que possível de forma conjugada e atendendo as características de ordem regional ou local.

Curitiba, 27 de agosto de 1979.

APÊNDICE 5

Concurso de Cartazes alusivos aos malefícios do tabaco:

PROGRAMA ESTADUAL CONTRA O FUMO

1. A comissão do Programa Estadual Contra o Fumo estabelece um Concurso de Cartaz que servirá de base para lançamento da campanha no Estado do Paraná.

2. O Cartaz deverá:

a) conter uma frase alusiva aos prejuízos que o fumo causa à saúde e uma identidade visual.
b) mencionar as entidades patrocinadoras:

- *Secretaria de Estado da Saúde e do Bem-Estar Social.*
- *Secretaria de Estado da Educação.*
- *Instituto Nacional de Assistência Médica e Previdência Social.*
- *Associação Medica do Paraná.*

c) medir 50x40 cm.
d) trazer colado no verso, um envelope fechado contendo:
cartão com o nome completo do autor e o número de identidade, endereço e telefone.

3. Toda a população poderá participar.

4. Cada participante poderá concorrer, no máximo, com um cartaz.

5. Os cartazes inscritos não serão devolvidos.

6. Ao autor do cartaz classificado em 1º lugar será conferido prêmio ao Valor de Cr$15.000,00 em Caderneta de Poupança Banestado a ao 2º classificado, será oferecida uma passagem VASP ida e volta ao Rio de Janeiro.

7. Os trabalhos premiados serão incorporados ao acervo da Comissão do Programa Estadual

Contra o Fumo que deles poderá dispor.

8. Os cartazes deverão ser entregues até 30 de novembro de 1979, na Secretaria de Saúde e Bem-Estar Social -"Coordenadoria de Epidemiologia e Controle de Doenças", Rua Engenheiro Rebouças, nº 1.707, Curitiba.

9. Os melhores cartazes serão expostos, durante uma semana na Biblioteca Pública do Paraná.

10. O julgamento será feito por uma Comissão constituída de representantes das entidades patrocinadoras e de reconhecidas autoridades no assunto.

11. A Comissão julgadora não levará em consideração "memorial descritivo" referente ao cartaz.

12. As decisões da Comissão julgadora serão irrecorrigíveis.

APÊNDICE 6

Regulamento da tradicional prova de atletismo – Meia Maratona

SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE
FUNDAÇÃO CAETANO MUNHOZ DA ROCHA
FEDERAÇÃO DE ATLETISMO DO PARANÁ
ASSOCIAÇÃO MÉDICA DO PARANÁ
ASSOCIAÇÃO PARANAENSE DE COMBATE AO FUMO

MEIA MARATONA ANTIFUMO
REGULAMENTO DA ORGANIZAÇÃO

Art. 1º – A organização da corrida da ..... Meia Maratona Antifumo estará sob a responsabilidade da Secretaria de Estado da Saúde / Fundação Caetano Munhoz da Rocha, Associação Médica do Paraná, Federação de Atletismo do Paraná e Associação Paranaense de Combate ao Fumo, com realização em Curitiba, podendo participar competidores de todo o Brasil.

Parágrafo Único – Os competidores devem estar preparados fisicamente para disputá-la.

DA DATA, HORÁRIO E LOCAL:

Art. 2º – Data:
Concentração:
Largada: 9h00
Local:

DAS CATEGORIAS:

Art. 3º – Serão as seguintes, a saber: idade/anos nº
Juvenil masculino 15/19 001 - 200
Adulto masculino 20/29 201 - 500
Pré-Veterano masculino 30/39 501 - 700
Veterano I masculino 40/49 701 - 800
Veterano II masculino 50 em diante 801 - 850
Juvenil Feminino 15/19
Adulto Feminino 20/29 > 850 - 1000
Veterano Feminino 30 em diante
Parágrafo único – A idade dos atletas a ser considerada é a que os mesmos terão em dezembro do ano da prova.

DA PREMIAÇÃO:

Art. 4º – A premiação será:
Do 1º ao 3º lugar em todas as categorias, troféus.
Nas categorias: Juvenil, Adulto e Pré-Veterano Masculino, medalhas do 4º ao 20º lugar.
Nas categorias: Veterano I, Veterano II e todas as femininas, medalhas do 4º ao 10º lugar.

DO PERCURSO:

Art. 5º – O percurso será de 21.000 m aproximadamente, conforme croqui anexo

DAS INFORMAÇÕES:

Art. 6º – Devem ser solicitadas à Federação de Atletismo do Paraná – Rua Cruz Machado, nº 66 – 11º andar.

DO REGULAMENTO:

Art. 7º – A Meia Maratona Antifumo será largada e chegada na Rua Marechal Deodoro, em frente ao Correio.

Art. 8º – A largada será às 9h00 do dia ... de agosto de 19.... na Rua Marechal Deodoro.

Art. 9º – A Meia Maratona Antifumo é aberta a homens e mulheres, com idade mínima de 14 anos completos, até o dia 31 de dezembro do ano da prova. No ato da inscrição os concorrentes deverão comprovar a sua idade mediante a exibição da Carteira de Identidade ou outro documento válido. Os menores de 18 anos deverão ter a sua ficha de inscrição assinada pelo pai ou responsável.

Art. 10º – A Meia Maratona Antifumo terá sua organização e supervisão técnica da Federação de Atletismo do Paraná.

Art. 11º – Haverá atendimento médico.

Art. 12º – Os corredores (as) deverão inscrever-se do dia 1º de agosto até às 18h00 do dia 21 de agosto, na Federação de Atletismo do Paraná, na Rua Cruz Machado, nº 66 – 11º andar.

Art. 13º – Os competidores não residentes em Curitiba poderão fazer suas inscrições através do correio para o endereço da Federação de Atletismo do Paraná até o dia 21 de agosto, apanhando o material no local da largada, uma hora antes, mediante apresentação de documento.

Art. 14º – Os corredores receberão no ato da inscrição 5 (cinco) senhas identificadas pelo número sendo que 4 (quatro) deverão ser entregues aos fiscais durante o percurso, e a grande na chegada.

Art. 15º – O percurso será sempre pela pista de rolamento do tráfego. Os organizadores se reservam o direito de desclassificar os corredores (as) que não obedecerem e também os que cujas passagens pelos diversos pontos de controle da prova não houver sido anotado pelos fiscais de percurso.

Art. 16º – Serão imediatamente desclassificados os corredores (as) que escaparem na saída da prova antes do seu início oficial, bem como os que usando de qualquer subterfúgio não percorrerem todos os 21.000 metros da prova ou percorrerem de modo indevido.

Art. 17º – Não haverá limite de tempo para o encerramento da prova, mas a entrega de prêmios será iniciada duas horas e quinze após a saída da mesma.

Art. 18º – Não serão permitidas bicicletas, motocicletas, carros e outros veículos nas pistas reservadas aos corredores (as), com exceção dos utilizados na organização da prova, como tal identificados.

Art. 19º – Haverá um único funil de chegada.

Art. 20º – Haverão (3) três postos de água durante o percurso.

Art. 21º – Quando da inscrição o concorrente deixará claro que se encontra em perfeitas condições de saúde para realizar a prova, estando a Federação de Atletismo do Paraná autorizada a impedir a participação em caso contrário.

Art. 22º – Todo o percurso será devidamente policiado, para maior segurança.

Art. 23º – Os casos omissos serão decididos pelo Diretor da Prova, sem direito a apelações.

APÊNDICE 7

Fundação da Associação Paranaense contra o Fumo

Iº Estatuto

O Secretário Geral mandou lavrar o Estatuto aprovado, disposto em 6 capítulos e 12 artigos como segue:

Capítulo I

Da Associação e Seus Fins

Art 1º – A Associação Paranaense Contra o fumo, que usará a sigla Antifumo, é uma entidade de fins não lucrativos, dotada de personalidade jurídica, com sede e foro na cidade de Curitiba e ação em todo o território nacional, reger-se-á por reste instrumentos e as leis vigentes no país.

Art 2º – A antifumo é uma associação de utilidade pública, com os seguintes objetivos:

a. *Promover trabalho em caráter preventivo educacional visando se adequar às soluções dos problemas suscitados em relação à farmacodependência tabágica;*
b. *Manter serviço de vigilância, orientação e esclarecimento sobre o mal do tabagismo, especialmente entre educadores e educandos;*
c. *Promover encontros, campanhas, Simpósios, Ciclos de Conferências e Congressos sobre os problemas relacionados com o tabagismo;*
d. *Firmar convênios com órgãos municipais, estaduais e federais e instituições ou organizações particulares para prestação de serviços de orientação e esclarecimento sobre a patologia social do tabagismo;*
e. *Trabalhar junto aos estabelecimentos de ensino e dos centros comunitários, consoante a orientação do poder público competente;*
f. *Instituir e manter arquivos atualizados de pesquisa sobre o tabagismo, sob todos os aspectos;*
g. *Instituir serviços de coordenadoria através de:*

- *Secretaria.*
- *Contabilidade.*
- *Didática e Pedagogia do tabaco.*
- *Organização de estudos curriculares.*
- *Comunicação e divulgação sobre educação preventiva.*
- *Acordos e convênios com instituições públicas e privadas.*

Capítulo II

Do Patrimônio da Antifumo

Art. 3º – Constituirão patrimônio da Antifumo – seus móveis e imóveis que possua ou venha possuir por compra, permuta ou doação.

Capítulo III

Da Duração da Antifumo

Art. 4º – A Antifumo funcionará por prazo indeterminado.

Capítulo IV

Da Administração

*Art. 5º – A Antifumo será administrada pelas Comissão Central e Executiva e por tanta Coordenações e Comissões de Assessoramento que se fizerem nec*essárias.

***1º** a) Cabe à Comissão Central deliberar sobre a política geral da Associação Antifumo e dar parecer sobre questões a ela propostas pela Comissão Executiva.*

b) Cabe à Comissão Executiva a execução dos programas.

***2º** Os cargos de diretoria serão prestados em caráter de inteira gratuidade.*

***3º** O ano financeiro vai de março a março.*

Capítulo V

Dos Sócios

Art. 6º – A Antifumo contará com as seguintes categorias de sócios:

Honorários
Colaboradores

Único – Os sócios não responderão, nem subsidiariamente, por obrigações assumidas ou atos praticados pela Antifumo.

Capítulo VI

Das Disposições Gerais

Art. 7º – Os casos omissos deste Estatuto serão dirimidos em reunião conjunta das comissões central e executiva.

Único – em caso de empate de votação, e Secretário Geral usará do voto "minerva".

Art. 8º – A escrituração da Associação será submetida às Comissões Central e executiva.

Art. 9º – O Secretário Geral da Associação poderá instituir órgãos e investigação, orientação, pesquisas e estudos, concernentes aos problemas de suas objetivações, quando chamada à prestação de serviços junto aos órgãos públicos ou instituições jurídicas nacionais ou internacionais.

Art. 10º – A Antifumo poderá contratar funcionários pela Consolidação das Leis do Trabalho (CLT).

Art. 11º – A presente Associação se extinguirá na forma prevista pelo artigo 22 do Código Civil.

Art. 12º – Este Estatuto entrará em vigor na data do seu registro no Cartório de Pessoas Jurídicas – Curitiba.

O Estatuto aprovado pela assinatura dos 21 presentes constam em documento registrado no Cartório Civil das Pessoas Jurídicas – Registro de Títulos e Ducumentos, microfilmado sob o nº 427.633, Protocolo A – 6, Registro 3382 no livro "A" número 2, apresentados no dia 15 de Maio de 1981.

APÊNDICE 8

Criação dos Comitês da Associação Paranaense Contra o Fumo

Comitê Superior: (mandato 1996/2002)
Leo Choma, Nizan Pereira Almeida, Rubens Jansen de Sá, Saulo Carvalho Filho, Rodney Frare e Silva, Rosa Maria Chiamulera, Alcides Prantes Junior.

Comitê Fiscal: (mandato 1996/2002)
Efetivos: João Carlos Simões, Josias Lacour. Ehrenfried Wittig.
Suplentes: Adherbal Fortes de Sá Júnior, Mario Fernando de Camargo Maranhão, José Fernando Macedo.

Comitê Antifumo do Paraná: (mandato 1996/1998)
Luiz Pedro Pizzatto (Presidente)
Jayme Zlotnik (Vice-Presidente)
Marisa Gozdziejewski (Secretária)
Waldemar Oswaldo Bianco (Tesoureiro)
Teresinha Jensen (Vogal – SESA – PR)

APÊNDICE 9

Proposta: "Descentralização das atividades do Programa Estadual de Combate ao Fumo – criação das comissões Regionais de Combate ao Fumo".

Teor do documento
Identificação

Órgão: FCMR/SESA
Unidade Executora: Programa Estadual de combate ao Fumo.
Curitiba, Junho de 1991.

Justificativa

"Os peritos da Organização Mundial da Saúde (OMS) já constataram, através de investigações experimentais, que o tabagismo é o maior problema de Saúde Pública no mundo atual, e a maior causa evitável de doença e morte atingindo proporções epidêmicas nos países desenvolvidos e nações em desenvolvimento".

O cigarro causa anualmente 100 mil mortes no Brasil, por câncer de pulmão, infarto do miocárdio e bronquite crônica. Estas mortes poderiam ser prevenidas por programas de combate ao hábito de fumar.

Considerando o fato de que o tabagismo não vem sendo tratado com a mesma prioridade dada às doenças infecto-contagiosas e que os profissionais de saúde não avaliam o real prejuízo causado pelo hábito de fumar na saúde da população só podemos aguardar o aumento de suas proporções ou tentarmos interferir para que a Saúde Pública no Paraná, tenha entre suas prioridades a prevenção de doenças decorrentes da ação do tabagismo.

Sendo um problema de Saúde Pública e considerando que os técnicos do Programa Estadual de Combate ao Fumo discutiram e analisaram a necessidade de investir nos Recursos Humanos da FCMR / SESA atendendo assim a sugestão da OMS. de mudança do padrão de comportamento dentro do ambiente de trabalho ao mesmo tempo em que provocará a descentralização das atividades do Programa, hoje centradas na coordenação Estadual, através da formação de comissões Regionais de combate ao Fumo, nas 24 Regionais de Saúde e consequentemente Programas Municipais.

Objetivos do Projeto de Descentralização

- Reconhecimento do tabagismo como problema de saúde pública.
- Importância da educação preventiva, ressaltando a necessidade de comportamento junto à população, principalmente as crianças e adolescentes.
- Estimular as Regionais de Saúde para criarem Comissões Regionais de Combate ao Fumo visando a criação de programas municipais.

Meta

Reunião com 2 funcionários de cada Regional de Saúde, 2 funcionários da Prefeitura, 2 da Secretaria de Esporte e Turismo e representante da APASEMS para identificarem as atividades desenvolvidas pelo Programa Estadual de Combate ao Fumo, seus objetivos e propostas, criando a Comissão Regional de Combate ao Fumo.

Conteúdo

- Atividades desenvolvidas pelo Programa de Combate ao fumo a nível internacional, nacional e estadual.
- Dados comparativos entre a incidência de doenças tabaco relacionadas com as infectocontagiosas.
- Atividades favoráveis a abstenção de fumar especialmente dentro de locais de trabalho.
- Trabalho preventivo de profilático como caminho do controle das doenças tabaco relacionadas.
- Ocorrência das doenças tabaco relacionadas nas diferentes faixas etárias.
- Consequências para a saúde decorrentes da prática de fumar.
- Faixa etária escolar com o alvo para o trabalho educativo, tendo como dinamizador a escola.
- Comissões Regionais de Combate ao Fumo.

Operacionalização da Proposta

Sede de encontro	*Data*	*Participantes Origem/Qtde*	*Convidados*
Curitiba	26/8	Curitiba/06 22ª RS/02 23ª RS/02 PMS/02 S.Esp./02 LPCC/01 AMP/01 AADV/01 AADV/01 APC/01	Dr. Nizan Pereira – Secretário de Estado, Dr. José Rosemberg – Pres. do Comitê Latino Americano de Controle do Tabagismo, Dr. José Francisco Konolsaisen – Diretor do CEPI, Dr. Jayme Zlotnik – Vice-Presidente do Comitê Latino Americano de Controle do Tabagismo, Dr. Luiz Pedro Pizzato – Presidente da Liga Paranaense de Combate ao Câncer, Cel. Waldemar Bianco – Associação Paranaense de Combate ao Fumo, Pastor Werner – Sociedade Adventista, Dr. Rodney Frare e Silva – Sociedade Paranaense de Tisiologia e Doenças Toráxicas.
União da Vitória	27/8	3ª RS/02 4ª RS/02 6ª RS/02 2ª RS/02 P.M./05 APASENS/01 Secr. Esporte e Turismo/02	Dr. Rodney F. Silva
Cascavel	27/8	7ª RS/02 8ª RS/02 9ª RS/02 10ª RS/02 20ª RS/02 Pref. Mu/05 APASEMS/01 Sec. Esporte e Cultura/02	Dr. Marcus V.T. Mello – Diretor da Divisão Nacional de Doenças Crônico-Degenerativas, Dr. José Francisco Konolsaisen – Diretor do CEPI.
Paranavaí	27/8	11ª RS/02 12ª RS/02 13ª RS/02 14ª RS/02 15ª RS/02 P.M./05 APASEMS/01 Sec. Munic. e Turis/02	Dr. Jayme Zlotnik, Dr. Nizan P. de Almeida
Londrina	02/8	16ª RS/02 17ª RS/02 18ª RS/02 19ª RS/02 24ª RS/02 P.M./05 Sec. Esporte e Turismo/02 APASEMS/01	Dr. Nizan P. de Almeida, Dr. José Rosemberg

Coordenadores: Teresinha e Sonia

Recursos Financeiros e Materiais Necessários

Deverão ser previstas despesas para:

Passagens aéreas: 1 ida e volta Brasília x Curitiba, 1 ida e volta São Paulo x Curitiba e 1 ida e volta Curitiba x Londrina. Passagens terrestres: 2 ida e volta Curitiba x Londrina, 3 ida e volta Curitiba x União da Vitória e 3 ida e volta Curitiba x Paranavaí. *Hospedagem:* 7 diárias de hotel. *Diárias Coordenadores:* 16. *Locação de Salas:* Curitiba (01), Londrina (01), Cascavel (01), Paranavaí (01) e União da Vitória (01). *Refeições:* Convidados e palestristas (12), café, água, bolacha, copos, pastas, canetas, blocos, borracha, lápis. Deverão ser previstas a utilização de projetor de slides, retroprojetor, carro com motorista.

Locais de realização dos Eventos:
Curitiba – Inter Palace Centro de Eventos – Rua XV de Novembro, 950.
Londrina, Cascavel, Paranavaí, União da Vitória – A ser determinado pela regional de Saúde.
Período de Realização: 26, 27 e 28 de agosto de 1991.

Viabilidade de Execução do Projeto:

A gestão que se inicia está focando as doenças crônico-degenerativas, oportunizando assim que as doenças tabaco associadas façam parte das metas de saúde pública, tornado viável a realização deste projeto como início de uma série de atividades do Programa de Combate ao Fumo.

Com perspectivas de descentralização o P.E.C.F. visa atingir à população através de segmentos da sociedade com vistas a reduzir o hábito de fumar principalmente entre crianças e jovens.

A compatibilidade deste projeto, tanto em relação dos objetivos do governo, como em relação à proposta de melhoria de vida da população indica sua visibilidade.

Curitiba, junho/91

Terezinha Jensen
Coordenadora Estadual do Programa de Combate ao Fumo

Sonia M. de Oliveira Franzosi
Pedagoga – P.E.C.F.
Responsável pelo Projeto

APÊNDICE 10

A resolução 77/91 para a municipalização das ações da Saúde, a partir de Setembro de 1992.

Nível Central Estadual

- Programa Nacional de Combate ao Fumo
- Regional de Saúde
- Associação Médica do Paraná
- Comitê Antifumo do Paraná
- Associação Paranaensse de Combate ao Fumo
- Liga Paranaense de Combate ao Câncer
- Universidade Federal do Paraná
- Secretarias de Educação Estadual e Municipal
- Prefeituras
- Sociedade Paranaense de Cancerologia, cardiologia, Pediatria, Pneumologia e Tisiologia, Ginecologia e Obstetrícia, Conselhos Regionais de Classe.

Regional de Saúde – Comissão Regional

- Associação Médica Estadual
- Igrejas
- Hospitais
- Postos de Saúde
- SESI
- Associação dos Advogados
- Secretarias Municipais de Saúde, Eduacaçõa, Cultura, Esportes, outras
- Núcleos Regionais de Ensino
- Faculdades, Escolas de 1º e 2º graus
- A.A.A.
- Câmara dos Vereadores
- Programa do Voluntariado Paranaense
- Prefeituras
- Rotary
- Receita Federal
- Secretaria de Agricultura
- Polícia Militar / Corpo de Bombeiros
- Associação de Proteção e Maternidade e Infância

Nível Local

- Prefeituras
- Comissão Municipal
- Líderes Comunitários
- CIPAS, empresas
- Escolas, Grêmios Estudantis
- Mídia
- Associação de Bairros
- Associação de Moradores
- Igrejas
- Posto de Saúde
- Grupo de Escoteiros
- Grupo de Jovens etc.

APÊNDICE 11

Resumo das Atividades (1991)

Criação da comissão Interestadual União da Vitória (PR) e Porto União (SC).

- Divulgação na mídia.
- Comemoração dos Dias Mundial e Nacional.
- Ações integradas junto ao Serviço de Saúde Escolar e Saúde Bucal.
- Integração entre Secretarias Municipais de Saúde e Educação.
- Programa de Controle do Tabagismo em Empresas.
- Reprodução de cartazes, folders, adesivos, confecção de botons, aquisição de camisetas, fitas de vídeo, slides.
- Pedágios educativos, passeios ciclísticos, corridas ciclísticas, corridas rústicas, caminhadas, gincanas, exposições, concursos de frases e desenhos, teatro e dramatizações, feiras de ciências etc.

- Treinamento para professores e multiplicadores em empresas.
- Criação de grupos de Fumantes Anônimos.
- Cursos de Prevenção em Saúde para deixar de fumar.
- Atividades com dirigentes de empresas, estudantes, professores e diretores de escolas, hospitais, Postos de Saúde etc.
- Seminário para profissionais da saúde e educação.

Criação de Comissão Interestadual pela 6ª RS (divisa do Estado do Paraná com Santa Catarina (União da Vitória/PR e Porto União/SC).

APÊNDICE 12

Apresentação do Projeto – texto original

"Regionalização, a caminho da criação de Programas Municipais"

"A Regionalização das Atividades do Programa Estadual de Combate ao Fumo teve origem através de um projeto de descentralização, elaborado pela equipe do programa, que gerou a Resolução 77/91 do Gabinete do secretário.

Através da descentralização pretendemos que as atividades desenvolvidas apenas a nível central passem a ser realizadas nas áreas de abrangência de cada Regional de Saúde.

A criação de Comissões Regionais em todo o Estado do Paraná expande as atividades do Programa Estadual cujo objetivo inicial é de sensibilizar chefias e técnicos e obter respostas mais rápidas às necessidade de saúde da população.

Vista como caminho para a municipalização, a regionalização abre espaço para o desenvolvimento das ações antitabágicas no Estado sem anular o papel do nível estadual como normatizador do processo, e sem tão pouco significar o isolamento do município, a este caberá o gerenciamento dos recursos e a responsabilidade.

A descentralização das atividades do programa Estadual de Combate ao Fumo através de comissões Interinstitucionais, formadas por representantes tanto da esfera estadual como municipal favorece a distribuição de responsabilidades entre instituições estaduais e municipais, e aos poucos as atividades antitabágicas se misturam entre as funções de âmbito municipais.

Objetivos da Descentralização do Programa Estadual de Combate ao Fumo

- Redistribuir entre as Regionais de Saúde e municípios de abrangência as funções técnico-administrativas até então presentes, na coordenação estadual do programa.
- Disseminar atividades, informações e materiais educativos nos municípios.
- Promover a incorporação do maior número possível de municípios nas atividades antitabágicas.
- Possibilitar que o programa Estadual adquira caráter coordenador de estudos e pesquisas para apoiar as atividades dos níveis regionais e locais.
- Possibilitar a elevação da qualidade das atividades antitabágicas com vistas a uma redução nos índices de morbi-mortalidade causadas pelas doenças tabaco relacionadas em cada município.
- Sensibilizar, Prefeitos, Secretários Municipais de saúde e população, atarvés de eventos como corrida Antifumo, comemoração dos dias Mundial e Nacional.
- Incentivar os municípios para a criação de programas Municipais de Controle do Tabagismo.
- Desenvolver melhores condições para o controle do Tabagismo a nível municipal, com a participação da própria população.
- Levar o mais próximo da população, a execução das ações antitabágicas.

Passos Fundamentais para a criação de programas Municipais de Combate ao Fumo

- Adaptação das diretrizes do Programa Estadual de Combate ao Fumo à realidade municipal.
- Criação de uma Comissão Municipal de Combate ao Fumo.
- Mobilização com instituições da comunidade que tenham trabalhos afins.
- Capacitação de recursos humanos necessários.
- Garantia de dotação orçamentária para as atividades antitabágicas no orçamento municipal.
- Aquisição de recursos materiais e equipamentos.
- Designação de um coordenador municipal.
- Escolha de uma estrutura física condizente com as atividades que serão executadas pelo programa.
- Articulação sistemática com os níveis Regional, Estadual e Nacional.
- Envolvimento com empresas privadas da região.
- Definição do local com o programa Municipal ocupará no Organograma Municipal.

Sugestões de Atividades das Comissões Regionais para a Execução de Programas Municipais de Combate ao Fumo

- Assessoramento técnico da Regional de saúde dos Municípios.
- Pesquisa sobre Tabagismo e saúde.
- Levantamento de dados sobre doenças tabaco associadas, aspectos econômicos, culturais e sociais.
- Levantamento sobre incêndios urbanos e florestais.
- Levantamento de leis existentes na região de abrangência da RS.
- Organização de atividades para comemorar o DIA NACIONAL (29 de Agosto) e DIA MUNDIAL (31 de Maio), tanto no município sede Regional de Saúde, como em outros municípios.
- Cadastramento de empresas ou Instituições de Saúde interessantes em desenvolver Ações de Combate ao Tabagismo e repassar informações técnicas aos interessados.
- Solicitação de patrocínio de empresas privadas para reprodução de material educativo.
- Contatos com Núcleos de Inspetorias de ensino, secretarias Municipais de Educação para o trabalho educativo junto a educadores e educandos seja constante.
- Aproveitamento de cursos e eventos tanto na área da Saúde como na Educação para inserir informações sobre as atividades de combate ao Tabagismo e os malefícios do fumo à Saúde.
- Estímulo à formação de líderes da comunidade, incluindo médicos professores, profissionais da Saúde e outros.
- Aquisição junto às Câmaras Municipais de instrumentos legais de reforço aos direitos dos não fumantes, em ambientes fechados, transporte coletivo, serviços de saúde, escola, etc.

Considerações Finais

A descentralização das atividades do Programa Estadual de combate ao Fumo introduzida no Estado do Paraná é parte de um processo que visa fazer com que as responsabilidades de decisão do planejamento e execução aproximem cada vez mais das regionais de Saúde e dos municípios de sua abrangência. Deve ser entendida como uma medida fundamental para a organização das atividades antitabágicas no Estado, em concordância com as ações de interiorização do Programa Nacional de Combate ao Fumo.

As Regionais de Saúde através das Comissões Regionais de Combate ao Fumo terão o papel de Coordenação do processo de implantação dos Programas Municipais e posteriormente o de assessoramento aos municípios e a primeira instância de referência técnico-administrativa.

A decisão de regionalizar e consequentemente de municipalizar as atividades de Combate ao Fumo não se constitui numa concessão do nível central aos níveis regionais e locais, mas sem dúvida alguma é resultado da internalização de diretrizes políticas consolidadas na nova constituição".

APÊNDICE 13

Registro dos eventos ocorridos em 1992

Assessoria das Comissões Regionais de Combate ao Fumo para a organização das comemorações do 31 de Maio (Dia Mundial de Combate ao Fumo, hoje Dia Mundial Sem Tabaco) nos municípios.

- Exposição de material legislativo e educativo no Hospital de Clínicas de Curitiba.
- Caminhada no Parque Bariguí com a participação de escolares, professores, escoteiros, atletas, população em geral. Registrada a presença do Secretário da Saúde do Estado do Paraná, assessores e diretores.
- Reprodução de 30.000 cartazes.
- Distribuição de formulário para Câmaras Municipais para levantamento de legislação relacionada com fatores de risco para o câncer – 328.
- Distribuição de 130.000 cartazes educativos em empresas, escolas e unidades de saúde.
- Formação de líderes comunitários para expandir as atividades educativas.
- Realização de 61 palestras para escolas.
- Participação em 20 feiras de ciências em escolas.
- Participação em 04 concursos sobre tabagismo.
- Realização de 02 teatros para adolescentes e crianças.
- As atividades educativas atingiram cerca de 300.000 pessoas.
- Reuniões com secretários Municipais de Saúde para planejamento e programação das atividades municipais (51).
- Atividades conjuntas com 27 Secretários Municipais de Educação.
- Realização de 05 corridas para a comemoração do Dia Nacional de Combate ao Fumo (29 de Agosto).
- Supervisão e orientação para o desenvolvimento das atividades antitabágicas em 21 Regionais de Saúde.
- Elaboração do documento "Regionalização a caminho da criação de Programas Municipais para subsídios aos técnicos das regionais.
- Realização de Seminários em Ponta Grossa/PR e Irati/PR.
- Encontro sobre Tabagismo para profissionais da saúde e professores 1º e 2º graus em Maringá/PR.
- Reuniões com o Secretário de Estado da Educação para a inclusão nos treinamentos de Professores com informações sobre tabagismo.

APÊNDICE 14

Registro dos eventos regionais em 1993

- Concurso de frases, desenhos e redação com escolares de 1º e 2º graus.
- Realização de palestras em empresas, escolas de 1º e 2º graus e Universidades.
- Realização de passeatas envolvendo regionais de Saúde, Secretarias Municipais de Saúde e educação em comunidade em geral.
- Exposição de material educativo e legislativo na Biblioteca Pública do Paraná no Dia 31/maio.
- Realização de Passeios Ciclísticos.
- Realização de Caminhadas.
- Realização de Corridas para comemorar o Dia Nacional.
- Atividade de alerta em postos de gasolina pela 6ª Regional de Saúde – União da Vitória.
- Realização de Jornadas de Combate ao Fumo em Campo Mourão e Londrina.
- Atividades com secretários de Saúde para a implantação de Programas a nível local.

- Produção de filme sobre tabagismo para profissionais de saúde e educação pela 17ª Regional de Saúde – Londrina.
- Criação do Banco de Dados junto a Coordenação Estadual do Programa, as Regionais de Cascavel e Campo Mourão com informações bibliográficas para pesquisa e orientação.
- Promoção da Semana de Combate ao Fumo com barraca para informações, verificação da pressão arterial e distribuição de material educativo nos municípios de Irati e Campo Mourão.
- Curso "Como Deixar de Fumar em 5 Dias" realizado no Município de Pato Branco, com apoio da Igreja Adventista do Sétimo Dia que criou o curso.
- Apresentação de dramatizações e teatros.
- Testes de "Pico de Fluxo" máximo expiratório "Peak Flow" em 85 pessoas, realizado pela 17ª Regional de Saúde.
- Treinamentos para estudantes do curso de Magistério para serem multiplicadores em Assuntos relacionados ao tabagismo promovidos pela 3ª Regional de Saúde, contemplando 287 profissionais.
- Decreto Municipal proibindo fumar em todos os locais de trabalho no município de Guaratuba.
- Assinada a Resolução 58/93 proibindo a venda de cigarros para menores de18 anos.
- Sancionada a Lei nº 10.701 que determina que 50% do total de lugares em lanchonetes, restaurantes, pizzarias e similares sejam destinadas a não fumantes.
- Reprodução de 50.000 calendários "Obrigado por Não Fumar".
- Reprodução de 35.000 cartazes da Lei nº 8852.

APÊNDICE 15

Outros Eventos ocorridos em 1994

- Realização de 98 assessorias às empresas que desenvolvem atividades de Combate ao Tabagismo fornecendo todo material de apoio. O material oriundo do Comitê Latino-americano, comentado acima, foi enviado aos programas regionais para serem entregues aos médicos e outros profissionais da saúde. Foi útil para incentivar o profissional para trabalhar em locais públicos livres da fumaça do tabaco, tornando o ambiente mais saudável ao mesmo tempo deixando claro os benefícios conseguidos.
- Realizadas reuniões com os profissionais da saúde para a formação de grupos de ajuda visando a cessação tabágica.
- Convites atendidos para participações em programas de Rádio (23) permitindo a transmissão de informações para as comunidades sobre as atividades do Programa em nosso Estado.
- Promoção de 58 corridas rústicas nos municípios paranaenses. Dezessete deles desenvolveram atividades esportivas e intensa divulgação do Dia Nacional de Combate ao Fumo através da mídia (escrita e falada).
- Realização de 400 testes "Pico de Fluxo" e fornecidas várias informações sobre saúde pela equipe da 17ª Regional de Saúde (Londrina/PR).
- Criação de Comissão Interestadual de Combate ao Fumo de 6ª Regional de Saúde (União da Vitória/PR) facilitada pela condição geográfica limítrofe com Santa Catarina (Porto União/PR) tendo como limites uma avenida em comum.
- Realização de 36 passeios ciclísticos em comemoração as datas especiais, com o objetivo de alertar a população que o vício não combina com saúde e prática de esportes.
- Efetivadas 115 reuniões em Escolas e Núcleos de Educação do Estado e Municípios.
- Reprodução de 25.000 cartazes para distribuição em escolas, empresas, hospitais, Postos de Saúde e comunidade em geral. Confecção de fotolito para reproduzir calendários com mensagens antitabágicas para 1995.

APÊNDICE 16

Meta 3 – Controle do Tabagismo

Quadro I

2002 -2006

Ação/Atividade	Nº de atividades realizadas	Nº de profissionais envolvidos	Nº de Municípios envolvidos	Metas em processo de execusão – 2012/2013
Oficinas de Implantação das ações de Controle do Tabagismo	9	790	380	
Capacitação para Abordagem Intensiva do Fumante	21	1250	120	X
Capacitação dos níveis 1, 2a, 2b, 2c	12	800	70	X
Fórun para ONGs e Universidades	4	580	32	
Capacitação e ou Seminário para abordagem mínima do Fumante	8	440	4	
Ações das datas Pontuais - 31 de maio e 29 de agosto	10	1500	399	
Reuniões técnicas-administrativas	32	455	109	X
Seminário para Implantação do Programa "Ambiente Livre de Cigarro"	3	450	80	
Total	125	6.465		
Confecção de materiais para datas pontuais			5.000.000 de exemplares	
Participação em eventos: Congressos, Seminários, Encontro Nacional de Coordenadores	20			X

Quadro II

1. Com objetivo sensibilizar os gestores (estadual e municipais) para implantar o programa com ações sistemáticas e contínuas.
2. Ações desenvolvidas tendo como público-alvo funcionários da SESA, RS e SMS para implantação do Ambulatório para Tratamento do Fumante.
3. Ações tendo como público-alvo funcionários da SESA, secretarias afins e empresas, pois envolve sensibilização e implantação dos fumódromos.
4. Envolve a sociedade civil organizada e universidades estaduais e federais para implantação dos locais específicos para fumar e as que oferecem serviço ambulatorial e comunitário.
5. Capacitação que deverá ser feita por qualquer funcionário, se caracteriza por abordagem breve como: Você fuma? Quer parar? Já pensou em parar de fumar? E particularmente pelo médico, que não dura mais de 3 minutos.
6. Ações tendo como alvo toda a população do estado com ampla divulgação através da mídia escrita, falada e TV discutindo com todos os níveis da sociedade o tema pela OMS em conformidade com o INCA.
7. Reuniões locais,realizadas nas sedes das RS envolvendo somente os coordenadores municipais e técnicos atuantes nas ações contínuas e sistematizadas servindo também como valiosa troca de experiências entre as equipes.
8. Este total de profissionais tem em sua maioria profissionais da saúde tanto das RS como das SMS e em ações pontuais de público específico sempre com foco em manter contato com as ações do Programa de controle do tabagismo nos diferentes níveis de atuação.
9. Esta ação tem como objetivo atingir toda a população do Estado do Paraná através de ampla divulgação principalmente nos temas previstos nas datas pontuais e durante os intervalos de tempos que as separam, possibilitando construtivas discussões da sociedade de forma geral dos temas propostos, em forma de folders, cartazes, manuais, faixas, etc.
10. Eventos com foco no Controle do Tabaco como também em ações afins ou convergentes, tanto como participante como palestrante.

OBS. O nº de municípios não podem ser somado sequencialmente, pois abordam eventos e capacitações diversas com público-alvo diferenciados.

2007 – 2012

	Nº de atividades realizadas	Nº de profissionais envolvidos	Nº de Municípios envolvidos
Capacitação para Tratamento e abordagem do Fumante	21	2178	180
Capacitação para o "Saber Saúde"	4	170	380
Ações das datas Pontuais – 31 de maio e 29 de agosto	12	2.050	399
Reuniões técnicas-administrativas	12	540	230
Participação em atividades em parceria com secretarias afins como: Seminário de diversificação da Fumicultura e proposta para diversificação da Fumicultura(SEAB)	3	920	180
Planejamento e execução da Capacitação de Educação a Distância	1	300	Atividade em desenvolvimento
Mobilização estadual para aprovação da lei Antifumo 09/09			
Ações integradas com a Vigilância Sanitária	5	300	310
Participação em eventos da Divisão de Risco cardiovascular da SESA	8	530	240
Encontro nacional e participação em eventos como palestrante ou participante como: Seminários Congressos, Oficinas etc.	2		
Participação nas 2 etapas da pesquisa Vigescola	2	800	1-Curitiba
Participação efetiva no Fórum do Ministério Público do Trabalho para a Fumicultura e na Rede de Mulheres para Controle do Tabaco.	23	x	Rede envolve 7 municípios. Fórum todos os municípios onde existe fumicultura(190)
Planejamento e realização de Seminário para Implantação da lei Antifumo	4	30	399
Elaboração e reprodução de material educativo para datas pontuais e lei Antifumo: *folders*, cartazes e adesivos			6 milhões de exemplares

Quadro III

1. Ações desenvolvidas tendo como público-alvo funcionários das RS e SMS para implantação do Ambulatório para Tratamento do Fumante.
2. Capacitação de professores e Equipes Pedagógicas dos Núcleos Regionais de Ensino sobre fatores de Risco de Câncer com ênfase no Tabagismo.
3. Ações tendo como alvo toda a população do estado com ampla divulgação através da mídia escrita, falada e TV discutindo com todos os níveis da sociedade o tema pela OMS em conformidade com o INCA.
4. Reuniões locais, realizadas nas sedes das RS envolvendo somente os coordenadores municipais e técnicos atuantes nas ações contínuas e sistematizadas servindo também como valiosa troca de experiências entre as equipes.
5. Ação desenvolvida entre as Secretarias SESA e SEAB, para cumprimento da Convenção Quadro.
6. Projeto piloto a ser desenvolvido entre a SESA-SEED e Inca para formação de professores para aplicação do "Saber Saúde". de Educação a Distância.
7. Mobilização das mídias e sociedades científicas e sociedade civil organizada para sensibilização dos deputados estaduais com objetivo de aprovação da Lei Antifumo.
8. Ações de educação para o cumprimento da Lei Antifumo.
9. Parceria entre os setores devido a relação com fatores de risco.
10. Encontro nacional das coordenadoras estaduais do Programa de Controle do Tabagismo promovido pelo INCA e outros eventos como participante ou palestrante.
11. Organização logística para os pesquisadores bem como acompanhamento dos pesquisadores aos locais estabelecidos.
12. Fórum do Ministério Público com reuniões mensais que envolve todos os setores envolvidos no processo de trabalho dos fumicultores, desde a indústria fumageira até as organizações representativas de Classe.
13. Eventos em parceria com a Vigilância Sanitária através de reuniões presenciais e Webconferência.
14. Material educativo e de divulgação para atingir toda a população do Paraná e em específico bares, restaurantes e locais que necessitam de sinalização de Ambiente Livre da Fumaça do Tabaco.

APÊNDICE 17

Avaliação da votação da Lei Antifumo – resultado final

	LEI		FUMÓDROMOS	
DEPUTADOS	**SIM**	**NÃO**	**SIM**	**NÃO**
1. Ademar Traiano – PSDB	X		X	
2. Ademir Bier – PMDB	X			X
3. Alexandre Curi – PMDB	X			X
4. Antonio Annibelli – PMDB	X			X
5. Antonio Belinati – PP	X			X
6. Artagão Júnior – PMDB	X			X
7. Augustinho Zucchi – PDT	X			X
8. Bete Pavin – PMDB	X			X
9. Caíto Quintana – PMDB	X		X não votou	
10. Chico Noroeste – PR	X			X
11. Cida Borghetti – PP	X			X
12. Cleiton Kielse – PMDB	X			X
13. Dobrandino da Silva – PMDB	X			X
14. Douglas Fabrício – PPS	X			X
15. Dr. Batista – PMN	X			X não votou
16. Duílio Genari – PP	X			X
17. Durval Amaral – DEM	X			X
18. Edson Strapasson – PMDB	X			X
19. Eduardo Cheida – PMDB	X			X
20. Élio Rusch – DEM	X		X	
21. Élton Welter – PT	X			X
22. Fábio Camargo – PTB	X		X não votou	
23. Felipe Lucas – PPS	X		X	
24. Fernando Scanavaca – PDT	X		X	
25. Francisco Büher – PSDB	X		X	
26. Jocelito Canto – PTB	X			X
27. Jonas Guimarães – PMDB	X		X não votou	
28. Luciana Rafagnin - PT	X			X não votou
29. Luiz Accorsi – PSDB	X			X
30. Luiz Carlos Martins – PDT	X			X
31. Luiz Cláudio Romanelli – PMDB	X			X
32. Luiz Fernandes Litro – PSDB	X		X não votou	
33. Luiz Nishimori – PSDB	X			X
34. Marcelo Rangel – PPS	X		X	
35. Mario Roque – PMDB	X		X	
36. Mauro Moraes – PMDB	X			X
37. Miltinho Puppio – PSDB	X		X não votou	
38. Neivo Beraldin – PDT	X			X
39. Nelson Justus – DEM	-	-	Não vota	-
40. Nereu Moura – PMDB	X		X	
41. Ney Leprevost – PP	X			X
42. Osmar Bertoldi – DEM	X			X
43. Pastor Edson Praczyk – PRB	X			X
44. Pedro Ivo – PT	X			X
45. Péricles de Mello – PT	X			X
46. Plauto Miro – DEM	X		X	
47. Professor Lemos – PT	X			X
48. Reni Pereira – PSB	X			X
49. Rosane Ferreira – PV	X			X
50. Stephanes Júnior – PMDB	X		X	
51. Tadeu Veneri – PT	X			X
52. Teruo Kato – PMDB	X			X
53. Valdir Rossoni – PSDB	X			X
54. Waldyr Pugliesi – PMDB	X			X
TOTAL			**10**	**36**

APÊNDICE 18

Anexo a que se refere o decreto nº 6352/2010

RELATO DE INFRAÇÃO À LEI ANTIFUMO
(Lei 16.239, de 29 de setembro de 2009)

DADOS DO ESTABELECIMENTO

Nome do Estabelecimento: _____

Razão Social(*): _____

CNPJ(*): _____ Inscrição Estadual (*): _____

Tipo:_____ (casa de espetáculo, teatro, cinema, bar, lanchonete, restaurante, shopping, hotel, pousada, banco ou similares, hospitais, açougue, padaria, farmácia, drogaria, repartição pública, instituição de saúde, escola, museu, biblioteca, espaço de exposições, veículo público ou privado de transporte coletivo, viatura oficial, táxi, área comum de condomínio, local de trabalho, estudo, cultura, entretenimento, lazer, esporte)

Endereço: (Rua, Avenida, etc) _____

_____

Bairro: _____ Cidade: _____

(*) Embora de preenchimento opcional, as informações contidas nestes campos são importantes, pois facilitam e agilizam as ações de fiscalização e aplicação das sanções. Se houver consumo no estabelecimento peça nota fiscal, onde constarão as informações acima.

Declaro que no dia ____/____/____, às _____h_____ min, observei no estabelecimento acima identificado, as seguintes situações que contrariam a Lei 16.239, de 29 de setembro de 2009(*):

( ) não estava afixado aviso de proibição de consumo de produtos fumígenos, em pontos de ampla visibilidade, com indicação de telefone e endereço dos órgãos responsáveis pela fiscalização.

( ) havia pessoa(s) consumindo produtos fumígenos – cigarro, cigarrilha, charuto, narguilé, ou similares – sem que o responsável pelo estabelecimento advertisse o(s) infrator(es) ou, na persistência da conduta proibida, providenciasse meios (auxílio da força policial, por exemplo) para cessação do ato ou retirada do(s) fumante(s).

Outras observações consideradas importantes: _____

_____.

DADOS DO AUTOR(*)

Nome: _____

Endereço: _____

Cidade: _____ CEP: _____

RG:_____ CPF: _____

Email: _____

Telefone: _____

(*) O correto preenchimento de todos os campos relativos aos "dados do autor" é imprescindível para a validação da denúncia.

Declaro, sob as penas da lei, em especial aquelas estipuladas no artigo 299 do Código Penal, que as informações constantes do presente são a expressão da verdade.

Local e Data / Assinatura

APÊNDICE 19

Acompanhamento das ações realizadas para implantação da Lei Antifumo - 2009

PARANÁ — CHEFE DEVS: SUELY VIDIGAL

REGIONAL	Nº Reuniões de Esclarecimento	Nº de Pessoas envolvidas	Nº Divulgações na Mídia	Nº Inspeções	Nº Infrações	Nº Interdições	Nº Multas	Nome Diretor da Regional
01 - PARANAGUÁ	157	2247	13	1846	24	0	21	LEONORA CATHARINA M.P. RODRIGO
02 - CURITIBA	1	77	3	145	4	0	0	MARINALVA GONÇALVES DA SILVA
03 - PONTA GROSSA	44	208	19	227	18	0	0	ADROALDO CORREA DE ARAÚJO
04 - IRATI	7	1615	8	98	0	0	0	RICHARD P. MEDEIROS
05 - GUARAPUAVA	21	60	9	414	0	0	0	JORGE LUIZ ZATTAR
06 - UNIÃO DA VITÓRIA	9	47	11	177	0	0	0	ARY CARNEIRO JUNIOR
07 - PATO BRANCO	173	887	333	2891	10	0	0	VALMIR DALLACOSTA
08 - FRCO BELTRÃO	7	90	18	195	0	0	0	ANTONIO CANTELMO NETO
09 - FOZ DO IGUAÇU	26	66	8	196	0	0	0	ANICE NAGIB GAZZAOUI
10 - CASCAVEL	4	195	14	279	0	0	0	MARCOS ANTONIO TOMASETTO
11- CAMPO MOURÃO	74	813	115	98	0	0	0	VALDEREZ APARECIDA C. BATHAUS
12 - UMUARAMA	24	9	1280	22	0	0	0	ARMANDO CERCI JUNIOR
13 - CIANORTE	91	6079	18	90	0	0	0	OTÁVIO CARVALHO DE SOUZA
14 - PARANAVAÍ	1	15	3	20	0	0	0	HELENA RIBEIRO PORTO MACHADO
15 - MARINGÁ	5	57	8	10	0	0	0	ERCÍLIA AKIE FUKUI
16 - APUCARANA	143	1580	186	1445	10	0	0	KAZUHIKO YAMAMOTO
17 - LONDRINA	93	12922	47	563	0	0	0	ADILSON CASTRO
18 - CORN. PROCÓPIO	101	707	33	393	0	0	0	EVANDRO BAZAN DE CARVALHO
19 - JACAREZINHO	2	93	7	278	0	0	0	CLEIDE CESCO MUCILLO
20 - TOLEDO	1	150	8	500	0	0	0	EDSON SIMIONATO
21 - TELÊMACO BORBA	4	112	4	12	0	0	0	GILBERTO STREMEL
22 - IVAIPORÃ	16	130	7	0	0	0	0	AURORA RODRIGUES
TOTAL	1004	28159	2152	9899	66	0	21	

Curitiba - 28 ações coletivas nos terminais de ônibus e público de 45.000 pessoas envolvidas na distribuição de materiais e orientação.

APÊNDICE 20

Sistema do controle das ações de Antifumo da Vigilância Sanitária

Data	Nº Inspeções	Nº estab. regulares 1ª visita	Nº estab. irregulares 1ª visita	Nº infrações
Jan 2010	183	131	11	8
Fev 2010	661	523	142	5
Mar 2010	2336	1939	442	30
Abr 2010	1569	1477	279	3
Mai 2010	1539	1144	218	0
Jun 2010	2035	1438	242	0
Jul 2010	1633	1134	193	9
Ago 2010	1267	881	324	3
Set 2010	908	659	275	0
Out 2010	1351	872	215	0
Nov 2010	1381	872	204	1
Dez 2010	1403	1017	170	1
Total	**16266**	**12087**	**2715**	**60**

APÊNDICE 21

Relatório de ações para o controle do tabaco

Identificação da Vigilância:	SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE DO PARANA Superintendência de Vigilância em Saúde – SVS Departamento de Vigilância Sanitária – DEVS	
Responsável pela Vigilância:	Paulo Costa Santana	
Área de Controle do Tabaco:	Divisão de Vigilância Sanitária de Produtos – DVVSP	
Responsável pela Área:	Jussara Serrato dos Santos	
Ações Desenvolvidas em 2010		
Mês	***Ação***	***Descrição das Atividades***
No ano de 2010, foram computadas somente as inspeções realizadas pelas Regionais de Saúde e Municípios por meio do Sistema de Controle das Ações Antifumo da Vigilância Sanitária **(Anexo I)**.		
Ações Desenvolvidas em 2011		
Mês	***Ação***	***Descrição das Atividades***
Janeiro	Inspeção	2.157 Inspeções. 166 Estabelecimentos irregulares.
Fevereiro	Inspeção	2.376 Inspeções. 183 Estabelecimentos irregulares. 04 Infrações.
	Capacitação	Capacitação para 30 técnicos da 2ª Regional de Saúde Metropolitana e seus municípios na aplicação da Lei Estadual Antifumo nº 16.239/2009.
Março	Inspeção	3.506 Inspeções. 393 Estabelecimentos irregulares. 02 Infrações.
	Audiência Pública e Webconferência	Audiência Pública para discutir as Consultas Públicas nº 112/10 e nº 117/10, com participação da sociedade civil organizada e de várias entidades representativas como SEAB, Ministério Público, Emater, Ministério do Trabalho, FULBRA, ABRABAN e outras.
Abril	Inspeção	2.643 Inspeções. 311 Estabelecimentos irregulares.
Maio	Inspeção	2.484 Inspeções. 240 Estabelecimentos irregulares.
	Capacitação	Capacitação para as 22 Regionais de Saúde do Estado, com participação de 22 técnicos na aplicação da Lei Estadual nº 16.239/2009 e "Bases para o Tratamento do Tabagismo".
	Webconferência	Aproximadamente 160 pessoas conectadas em todo o Estado, onde foi apresentado o tema: "A importância do controle do tabagismo na Promoção da Saúde".
Junho	Inspeções	2.118 Inspeções. 240 Estabelecimentos irregulares.
Julho	Inspeção	2.338 Inspeções. 235 Estabelecimentos irregulares.
	Capacitação	Capacitação para 30 técnicos da 9ª Regional de Saúde de Foz do Iguaçu e seus municípios na aplicação da Lei Estadual nº 16.239/2009 e "Bases para o Tratamento do Tabagismo".
Agosto	Inspeções	4.496 Inspeções. 237 Estabelecimentos irregulares.
	Capacitações	Capacitação para 50 técnicos da 11ª Regional de Saúde de Campo Mourão na aplicação da Lei Estadual nº 16.239/2009 e "Bases para o Tratamento do Tabagismo".
	Reunião	Reunião com o Batalhão da Patrulha Escolar para ação conjunta nas escolas e divulgação do número 181 nos materiais educativos elaborados e confeccionados pela Secretaria de Saúde do Estado.
	Material Educativo	Confecção de material educativo sobre o tabagismo, em parceria com a Superintendência de Atenção Primária – SPP e posterior distribuição do material para todas as Regionais de Saúde. Foram confeccionados oito modelos de cartazes e folderes.
Setembro	Inspeção	2.627 Inspeções. 163 Estabelecimentos irregulares.
	Reunião com a Ouvidoria	Acordado que as denúncias recebidas pela Ouvidoria referentes ao não cumprimento da Lei Estadual nº 16.239/2009 serão enviadas para as Vigilâncias Sanitárias regionais e municipais.
Outubro	Inspeção	919 inspeções. 142 Estabelecimentos irregulares.
Novembro	Inspeção	2073 inspeções. 244 Estabelecimentos irregulares.
Dezembro	Inspeção	1803 inspeções. 234 Estabelecimentos irregulares.

,Ações Desenvolvidas em 2011 pelas Regionais de Saúde e Municípios		
Regional de Saúde	***Ação***	***Descrição das Atividades***
1ª RS	Educativa	Reunião técnica intitulada "Oficina sobre Tabagismo", na Regional de Saúde e municípios de Antonina e Morretes, com 64 técnicos envolvidos. Reunião com profissionais da Câmara Técnica de Vigilância em Saúde com 21 técnicos envolvidos. Encaminhamento de ofício circular a todas as Secretarias e Órgãos Públicos do município de Paranaguá, para ciência e cumprimento da Lei Estadual Antifumo. Realização no dia 29/08/2011 de caminhada popular e apresentação de peça teatral.
3ª RS	Visitação nos municípios	Reuniões e atualização dos cadastros nos municípios visitados.
7ª RS	Visitação nos municípios	Sensibilização e aplicação da Lei Estadual Antifumo. Orientação para alimentar o Sistema de Controle das Ações Antifumo. Apresentação do tema "Tabagismo" na reunião Bipartite Regional.
8ª RS	Educativa	Reunião técnica com disponibilização de DVD com material técnico e educativo para os participantes. 25 técnicos envolvidos.
10ª RS	Educativa	Reunião técnica sobre o cumprimento da Lei Estadual Antifumo, instrução de como utilizar o roteiro de inspeção, ações a serem adotadas no caso de reincidências e alimentação do Sistema de Controle das Ações Antifumo.
12ª RS	Educativa	Alerta para todos os gestores municipais da RS para cumprimento da Lei Estadual Antifumo. Emissão de comunicado para funcionários quanto à proibição de fumar em ambientes coletivos. Reunião técnica com a Vigilância Epidemiológica. 147 técnicos envolvidos.
15ª RS	Educativa	Reunião técnica com os profissionais das vigilâncias epidemiológica e sanitária, atenção básica e o coordenador do programa do controle do tabagismo dos 30 municípios para sensibilização e intensificação da Lei Estadual Antifumo. 54 técnicos envolvidos. Realizada no dia 28/09/11 a VIII Maratona de Revezamento com o slogan "Pare de Fumar Correndo".
17ª RS	Educativa	Reunião intitulada "Mobilização para Aplicação da Lei Estadual Antifumo", envolvendo 72 técnicos. Elaboração de Boletim pelo Núcleo de Saúde do Trabalhador – CEREST, com tema e notas totalmente voltados ao tabagismo (anexo).
18ª RS	Educativa	Reunião com Secretários Municipais de Saúde, Coordenadores de Vigilância Sanitária e da Atenção Primária à Saúde, chefias e técnicos das seções da regional de saúde, ouvidoria e representantes de rádios locais, para esclarecimento da Lei Estadual Antifumo. Foi distribuído CD para os participantes com material técnico e educativo. 55 pessoas envolvidas.

Além das ações educativas, os municípios continuam realizando as inspeções de rotina, investigativas e aquelas demandadas por denúncias, via Ouvidoria e, posteriormente, as informações são disponibilizadas no Sistema de Controle das Ações Antifumo.
Ações realizadas em conjunto com a Superintendência de Políticas de Saúde.

Curitiba, 22 de fevereiro de 2012.

APÊNDICE 22

Documentário do Programa Regional de Prevenção ao Tabagismo da 6ª Regional de Saúde – Resgate Histórico

Participação (Cleusa Rosane Passos Carneiro – Assistente Social) do **CAPÍTULO PARANAENSE DE PREVENÇÃO AO TABAGISMO**, representando as regionais de saúde; bem como da composição do **1º COMITÊ SUPERIOR** por 5 anos no período de 1996 a 2001 da Diretoria da Associação Paranaense Contra o Fumo (documento em anexo) do **COMITÊ ANTIFUMO DO PARANÁ**, participando das reuniões mensais, na Associação Médica do Paraná, em Curitiba, neste com a participação do cardiologista Dr. Cezar Augusto Pinto Lemos, devido as ações desenvolvidas em parceria. Na época o Presidente do Comitê era Dr. Luiz Pedro Pizzatto. Uma das reuniões foi realizada no restaurante em Santa Felicidade com a presença do **Dr. José Rosemberg – Presidente do Comitê Coordenador do Controle do Tabagismo no Brasil**.

O **Programa Regional de Combate ao Tabagismo iniciou em agosto de 1990, na SEAM – Seção de Epidemiologia e Ação sobre o Meio**, na chefia do Dr. Wily Carlos Jung, com várias atividades:

- Passeatas envolvendo alunos do ensino fundamental e palestra em Praça Pública abordando "Aspecto Social do Tabagismo" (iniciada em 1990 até 29/08/02);
- Concurso de redação e cartazes com alunos do 1º grau tendo a participação de comissão julgadora, realizado em 29/08/93;
- Parceria com a mídia (sempre), várias entrevista em rádios locais e regionais;
- Distribuição de material educativo e informativo as instituições públicas, comércio e empresas, até hoje;
- Inúmeras palestras em pré-escolas com a apresentação do filme Chico Nicotina – Morrendo por um cigarro;
- Inúmeras palestras com famílias nas escolas;
- Inúmeras palestras nas empresas, na semana da SIPAT.
- Em 21/08/91 foi realizado a 1ª reunião do Programa Regional de Combate ao Tabagismo, no INSS para a organização da Comissão Regional, foram enviados mais de 40 convites, compareceram 12 representantes institucionais, reunião coordenada pelo Dr. Wily Chefe da SEAM e Assistente Social Cleusa.
- Em 27 /08/91 foi realizado a reunião Macro Região II com a participação da Coordenadora Estadual Terezinha Jensen, que apresentou o Histórico do Tabagismo no Paraná, bem como a Resolução nº 77/91 – que institui nas regionais de saúde as comissões Regionais de Combate ao Fumo.
- Organização e várias apresentações de Teatro na Rua, parceria com Fundação Cultural do município, com o Tema: A LUTA DO SÉCULO, envolvendo os personagens: Chico Nicotina, médico, juiz, apresentador, turma da nicotina (defendendo o cigarro) e turma da saúde (abordando os malefícios).
- Participação em feira do município com exposição de material informativo e educativo (distribuição de cartazes e folders).
- 29/08/94 – Realizado no Cine Teatro Luz, palestra sobre tabagismo em comemoração ao Dia Nacional de Combate ao Fumo, pelo cardiologista Dr. Cezar Augusto Pinto Lemos. Participaram profissionais das Universidade do Contestado,-UNC, FAFI, Núcleo de Educação, Profissionais da Saúde de União da Vitória e Porto União/SC e a Imprensa. Compareceram 198 pessoas.
- 1996 – Início do Curso: Como deixar de Fumar, realizado em Parceria com a rede Adventista, com a participação de profissionais médicos: cardiologista, pediatra, cirurgião vascular, médico com especialização em dependência química, pneumologista, dentista e assistente social. Realizado 02 cursos ao ano, até junho de 2006. (em anexo). Temos as avaliações realizadas pelos participantes, em média 40 pessoas. Realizamos durante os dois primeiros anos reunião de apoio as pessoas que participavam do curso, com atendimento de psicólogo. (foto em anexo).
- Em 31/05/96 – Foi realizado um encontro de Multiplicadores de Ações Preventivas e Educativas, no Combate ao Tabagismo, realizado com todos os município, envolvendo 56 escolas e 513 pessoas (profissionais da saúde e educação).
- Em 1998 – foi realizado um Seminário sobre Tabagismo com professores dos municípios da 6ª Regional e de Porto União-Santa Catarina, que faz divisa com União da Vitória, participando 94 profissionais, e mais de 30 projetos elaborados entre 98 e 99;
- 03/08/98 – Criado o Fumódromo na 6ª Regional de Saúde;
- 06/08/04 – Peça de Teatro realizado no município de São Mateus do Sul com o Tema: A VIDA É UMA SÓ.
- De 29/05/1994 a 29/11/09 - Realização das Corridas Ciclísticas Interestadual de Prevenção Tabagismo, envolvendo a participação de todas as faixas etárias, desde categorias especiais (pessoas com deficiência) e excepcional (alunos das APAE's), crianças, adultos e idosos, tanto do sexo feminino como masculino. Iniciou com 11 categorias chegando a ter até 14 categorias, recebendo o 1º classificado por categoria uma bicicleta, camiseta e medalha. A premiação do 2º ao 5º classificado por categoria, recebia medalha e camiseta. Envolvendo um público em torno de mil pessoas que circulavam pelo evento, que era realizado em Parque Ambiental " Ary Queiroz",com circuito fechado de 1.200 metros. Já participaram em torno de 300 ciclístas, inclusive delegação de Irati-PR, comparecendo todos os anos. Apoio e patrocínio das empresas e comércio local de União da Vitória e Porto União-SC, com apoio de voluntários, 5º BECOMB, Polícia Militar etc. A logística do evento envolvia confecções de 150 camisetas, crachás para a comissão organizadora, parceria no som e apresentadores do evento, lanche para a equipe da comissão organizadora que permanecia trabalhando no local em torno de 13h. Divulgação dos *slogans*: "Fumar um hábito: Parar um desafio"; "O Legal é Bafo Natural"; "Esporte sem cigarro é mais radical", entre outros mais. Chegamos a realizar até a 10ª Corrida Ciclística.
- 26/05/2002 – Realizado evento esportivo: ESPORTE LIVRE DO TABACO – NÃO JOGUE CONTRA A SUA SAÚDE, com várias modalidades: corrida cross contry; alongamento e aeróbica; apresentação de capoeira e atividades esportivas com crianças, jovens, adultos e 3ª idade, realizado em parceria com a UNIGUAÇÚ, FACE, SESI e demais instituições;
- Várias capacitações realizadas para Municipalização das Ações do Tabagismo e Outros Fatores de Risco de Câncer: 23 e 24/08 em CTBA Nível 2B, realizado aos profissionais da saúde e educação, participação de 20 profissionais da 6ª RS;
- Em 25/05/1998 outra capacitação para municipalização das ações do tabagismo realizada na FACE aos professores da rede pública municipal e estadual. Escolas municipais, estaduais e particulares que apresentaram projetos de adesão às ações de prevenção ao tabagismo, totalizaram: 3.943 alunos (municipal), 8.816 alunos (estaduais) e 130 alunos (particulares), total geral de alunos envolvidos: 12.889; número de famílias envolvidas 285 e 685 professores;
- Em 25/06/07 foi solicitado aos municípios atualização do banco de dados do INCA/MS, referente à legislação brasileira de controle do tabagismo nas esferas estaduais e municipais;
- Em 11/04/10 – Realizada a 1ª Corrida Rústica Interestadual de Prevenção ao Tabagismo e a 2ª no dia 15/05/11;
- 2003 - Início do Ambulatório na 6ª RS, no município de União da Vitória;
- Em 2011 - Ambulatório do Tabagismo em 03 municípios (Antonio Olinto, São Mateus do Sul e União da Vitória);
- 2012 - Início do Ambulatório do Tabagismo em Paula Freitas.

APÊNDICE 23

Comentários sobre as atividades do período 2010 a 2012 (Professor Celso Ivam Conegero - UEM)

PROJETOS

1 - Promud: Programa Museu Dinâmico Interdisciplinar – conta com o Museu Dinâmico Interdisciplinar que atende a comunidade em geral, principalmente professores e alunos do ensino fundamental e médio,em que os discentes recebem orientações atualizadas sobre a temática tabagismo, inclusive apoio para a realização de feiras e mostras de ciências que são realizadas pelas escolas. Nas dependências do Museu existe um espaço destinado a exposição de Material Anatômico com patologias tabaco relacionadas. Nesse espaço, também existem banners e cartazes, materiais estes que são explorados por monitores que atendem os visitantes repassando informações sobre os malefícios do tabaco, bem como a distribuição de material informativo. O Museu atende de terça a sexta em horário comercial aos domingos no período da tarde;

2 - Projeto Tabagismo: Conscientização da População de Maringá e Região – Nesse projeto, informações atualizadas são compiladas e transmitidas para a população por meio de diferentes metodologias:

a) Palestras: estas são ministradas por professores a diferentes clientelas: comunidade em geral; feiras de saúde; semanas de prevenção de acidentes, empresas, igrejas etc.;

b) Cursos de capacitação: são destinados para profissionais das áreas de saúde e educação e tem como objetivo formar agentes multiplicadores para atuarem na conscientização, bem como no tratamento de indivíduos que são dependentes da nicotina;

c) Participação no Espaço Saúde: em parceria com a prefeitura municipal de Maringá, informações sobre tabagismo são repassadas, por profissionais e monitores, à comunidade em geral que são atendidos no espaço saúde.

3 - O tabagismo expressado pela arte: palavras, desenhos, colagens e esculturas – Neste trabalho, os profissionais e monitores envolvidos, elaboram um material didático sobre o tema tabagismo, específico para cada série, e distribuem para os professores de língua portuguesa e artes para serem trabalhados com os alunos. Após esse trabalho, os alunos são estimulados a participarem dos respectivos concursos por meio da elaboração de frases e a confecção de desenhos, colagens e esculturas. Todos os trabalhos são avaliados e os três melhores de cada categoria são premiados. É importante ressaltar que as escolas que tem os alunos classificados em primeiro lugar também são premiadas.

No último ano foram realizados concursos nas cidades de Perobal, Mandaguari, Munhoz de Melo e Marialva, com um total de aproximadamente 10 mil alunos atendidos.

4 - Projeto de Tratamento e Assistência aos Usuários do Tabaco de Maringá e Região – constituído por profissionais das áreas de Medicina, Psicologia, Enfermagem, Biologia, Assistência Social e Nutrição, capacitados pelo Programa Nacional de Prevenção e Controle do Tabagismo. A metodologia adotada é a cognitiva comportamental associada a prescrição de medicamentos, quando necessário. Primeiramente, estagiários de medicina e psicologia realizam a triagem dos pacientes e posteriormente são encaminhados para avaliação médica. Na sequência são constituídos grupos com 15 pessoas que são atendidos durante sete sessões, duas vezes por semana. Os casos que precisam de apoio das áreas de psicologia e de nutrição são atendidos individualmente pelos respectivos profissionais. Os resultados obtidos estão na média de 60% de sucesso. Vale ressaltar que o projeto dispõe de um grupo de manutenção permanente, uma vez por semana, que oferece apoio aos indivíduos que abandonaram o cigarro.

Eventos realizados em 2010 e 2011:

1 - II Seminário Sobre promoção de saúde, prevenção e controle do Tabagismo em Maringá – realizado nos dias 29 e 30 de novembro de 2010 na cidade de Maringá, em parceria com a Prefeitura Municipal de Maringá, onde profissionais das áreas de saúde, educação e comunidade em geral atualizaram e ampliaram seus conhecimentos sobre o tema; o evento teve 700 participantes, na maioria profissionais de saúde dos municípios do Paraná.

2 - VIII Maratona de revezamento Vanderlei Cordeiro de Lima Pare de Fumar Correndo – realizada no dia 27 de agosto de 2011, na cidade de Maringá/PR e teve a seguinte programação:

a) Prática de atividades esportivas e recreativas orientadas por professores e alunos do Departamento de Educação Física da, onde foram demonstrados a importância da prática de esportes e o desenvolvimento de atividades recreativas para uma vida saudável;

b) Avaliação física dos indivíduos, com testes de bioimpedância, avaliação de massa corporal, e outros. realizado por professores e alunos do Departamento de Fisiologia da UEM. Durante os trabalhos foram transmitidas informações sobre a importância de se manter a boa forma, visando uma vida saudável, sempre demonstrando que tabaco e saúde não combinam;

c) Demonstração de material anatômico de cadáveres de indivíduos fumantes e não fumantes por professores e alunos integrantes Museu Dinâmico Interdisciplinar da UEM e uma série de ações para o esclarecimento da comunidade sobre o tabagismo, desenvolvidas pelos Programas de Prevenção e Tratamento do Dependente Químico da UEM – Provent e de Atenção ao Dependente Químico – Padeq;

d) Professores e alunos do Departamento de Odontologia da UEM realizaram trabalhos de esclarecimento para a população sobre a importância da saúde bucal, enfocando, principalmente, a questão do câncer de boca e sua relação com o tabagismo;

e) Professores e alunos dos Departamentos de Enfermagem, Farmácia e Bioquímica e Análises Clínicas da UEM, realizaram a aferição de pressão arterial de indivíduos da comunidade em geral e esclareceram sua relação com o tabagismo e os riscos decorrente do ato de fumar, principalmente os relacionados com o aparelho circulatório;

f) Professores e alunos do Departamento de Medicina da UEM realizaram aferição de pressão arterial e prestando esclarecimentos sobre dieta alimentar Doenças Renais e suas relações com o hábito de fumar;

g) A diretoria do Hemocentro do Hospital Universitário da UEM realizou o cadastrando doadores de medula óssea;

h) Voluntários do Lions Universitário Integração, do Conselho Municipal de Combate as Drogas, do Clube dos Escoteiros, do Clube dos Aventureiros e das Secretarias Estadual e Municipal de Saúde também distribuíram material informativo para a população da região central da cidade;

i) O SESC de Maringá realizou atividades recreativas para a população em geral;

j) Apoio aos usuários do tabaco que pretendem parar de fumar – integrantes do projeto tabagismo da UEM orientaram e realizaram inscrições para grupos de tratamento;

Tivemos também a participação de pessoas que já pararam de fumar por meio deste projeto prestando seus depoimentos;

k) Prova de atletismo, maratona de revezamento, onde tivemos a participação de aproximadamente 2500 atletas;

3 - IV Corrida Rústica de Iguatemi – Elenilson Silva – Pare de Fumar Correndo – Este evento aconteceu no dia 15 de novembro de 2011, em Iguatemi, foi realizado em parceria com a Prefeitura Municipal de Maringá e é semelhante à maratona de revezamento, diferindo apenas nas categorias, onde atletas mirins também podem participar.

4 - I Corrida Rústica de Ivaiporã – Pare de Fumar Correndo – o evento aconteceu no dia 28 de maio de 2011 com a parceria da Prefeitura Municipal de Ivaiporã. Este evento também é semelhante a maratona de revezamento, inclusive com a realização da feira de saúde durante a prova de atletismo.

5 - VII Corrida Rústica de Mandaguari – Pare de Fumar Correndo – o evento aconteceu no dia 27 de maio de 2012 com a parceria da Prefeitura Municipal de Mandaguari. Este evento está na sétima edição, porém é a primeira vez que ocorre em parceria com o projeto tabagismo e muito parecido com a maratona de revezamento Vanderlei Cordeiro de Lima – Pare de Fumar Correndo, da cidade de Maringá/PR.

APÊNDICE 24

Contribuições do Ministério Público do Trabalho no Paraná

Reprodução do documento que abordou a realidade da fumicultura e fumicultores no Paraná, em 2010.

FUMICULTURA
PROPOSTAS DE AÇÃO PARANÁ
Procedimento Investigatório nº 62/98

APRESENTAÇÃO

Este estudo tem por objetivo apresentar as propostas do Estado do Paraná para a cadeia produtiva do Fumo, identificando alternativas econômicas sustentáveis para os produtores de fumo bem como ações outras que possam minimizar ou eliminar os principais problemas existentes no Estado do Paraná. Para isto pretende-se congregar esforços de todos os segmentos: Governos Federal, Estadual e Municipais, entidades de classe, indústrias, comerciantes e produtores, de forma a viabilizar em curto e médio prazos, as ações propostas.

A iniciativa desta ação coube ao Ministério Público do Trabalho sob a coordenação da Procuradora Dra. Margaret Matos de Carvalho, da Procuradoria Regional do Trabalho – 9ª Região. As propostas contidas no estudo foram sistematizadas pelo DESER que compilou todas as principais sugestões e reivindicações apresentadas, em audiências, por vários setores, como: Prefeituras Municipais, Entidades de Classe, Secretarias de Estado, Entidades Não Governamentais, Ministério Público, Políticos e demais lideranças ligadas à atividade fumícula em nosso Estado. Trata-se, portanto, de um documento que contempla as propostas de ações do ESTADO DO PARANÁ, não enquanto Governo, mas enquanto sociedade, para a cadeia produtiva do fumo, documento este que foi aprovado em audiência pública realizada na Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, no dia 21 de outubro de 2003, no auditório do Plenarinho e que contou com a presença também das empresas fumageiras. As instituições mencionadas no documento serão formalmente comunicadas da existência deste, devendo se manifestar sobre o mesmo no prazo que for assinalado, dando-se início à execução das propostas de ação.

Finalmente, este esforço coletivo busca, de forma sensata e articulada, o início da reconversão da cultura de fumo por outras atividades que sejam economicamente viáveis. Por outro lado, serão exigidos cuidados especiais bem como a implementação de nova sistemática na cadeia em relação aos produtores que pretenderem continuar com o plantio de fumo, em especial com o uso de agrotóxicos e com o trabalho de crianças e adolescentes na cultura do fumo, sendo esta última hipótese a que deu início ao presente procedimento investigatório. O índice alarmante do envolvimento de crianças e adolescentes na cultura do fumo, como fartamente demonstrado no procedimento investigatório, será sempre a mola propulsora do presente trabalho, por entendermos que todos os problemas encontrados estão interligados e reclamam uma resposta urgente por parte do Poder Público e das empresas fumageiras, estas as grandes beneficiárias da produção.

1. MEDIDAS DE PROTEÇÃO AOS PRODUTORES E À POPULAÇÃO

a) Agrotóxicos

- Fiscalizar a prática de aplicação de agrotóxicos na cultura do fumo, bem como de manejo da cultura, indicando medidas de precaução, prestando assessoria constante aos produtores e informando os mesmos sobre as tecnologias de manuseio. A fiscalização será realizada pelo Município, pela SEAB/DEFIS e pelo CREA, com a subvenção financeira das fumageiras;
- Fiscalização efetiva do comércio de agrotóxicos;
- As visitas de assistência técnica deverão ocorrer periodicamente, sendo que para o atendimento individual do produtor a cada 30 (trinta) dias e as reuniões comunitárias a cada 90 (noventa) dias, proposta de responsabilidade das fumageiras. Os técnicos da EMATER-PR e/ou técnicos de instituições públicas também deverão acompanhar as reuniões comunitárias, as quais, a fim de que sejam tecnicamente aproveitadas, devem acontecer na propriedade agrícola;
- Campanha permanente sobre os efeitos do uso de agrotóxicos aos agricultores e extensivo aos filhos destes, neste último caso a ser desenvolvido nas escolas;
- Exigir das fumageiras a contratação de uma auditoria externa para avaliação da efetividade das orientações e dos cursos promovidos com a finalidade de capacitar o produtor quanto à aplicação dos agrotóxicos e os seus riscos;
- Levantamento dos problemas atuais relacionados à cultura do fumo, que ficará sob a responsabilidade do DEFIS;
- Exigir que em todas as ações, eventos, cursos e seminários promovidos pelas fumageiras aos agricultores haja a representação de órgãos governamentais;
- Desenvolvimento e difusão de tecnologias alternativas de produção para diminuição da quantidade de agrotóxicos. Exigir, mediante previsão legal, que sejam buscadas alternativas de produção sem a utilização de agrotóxicos;
- Exigir eliminação total dos produtos organofosforados na cultura do fumo (exemplo: Orthene);
- Exigir eliminação total de agrotóxicos que tenham em sua composição o ingrediente ativo Acefato, que tem como metabólito o Metanidofós;
- Exigir a não utilização de produtos que contenham em sua composição o ingrediente ativo Fention;
- Exigir que seja mantida a recomendação de retirada da cultura do fumo agrotóxicos cuja composição apresente como ingrediente ativo Clorpirifós;
- Intensificar a fiscalização do exercício profissional na emissão de ART de Receituário Agronômico, em nível de propriedade rural e indústrias fumageiras que fornecem agrotóxicos através do "pacote tecnológico", nos municípios que desenvolvem a atividade da cultura do tabaco, através da ação fiscalizatória conjunta ou complementar entre o CREA e a SEAB/DEFIS;
- Implantar sistema de manutenção e revisão sistematizada dos equipamentos de aplicação dos agrotóxicos, com fornecimento de peças de reposição. Responsabilidade das fumageiras;

- Implantar um sistema de manutenção e revisão dos equipamentos de proteção individual. Responsabilidade das fumageiras.

Responsáveis:

- Fumageiras
- Fumicultores
- Comércio de Insumos
- Agentes Financeiros
- Secretaria de Estado do Meio Ambiente/IAP
- Secretaria de Estado da Agricultura e do Abastecimento/DEFIS
- Prefeituras
- EMATER – PR
- FETAEP – Sindicatos
- CREA
- Ministério da Saúde
- Ministério da Agricultura

b) Capacitação dos produtores

- Na capacitação dos produtores de fumo (profissionalização) e treinamento (manejo da cultura e pós-colheita), deverão ser observadas as normas expedidas pela SEAB/DEFIS e pela SEMA/IAP. A responsabilidade quanto ao financiamento desta ação é das fumageiras, sem prejuízo de parcerias eventualmente realizadas.
- As visitas de assistência técnica deverão ocorrer periodicamente, sendo que para o atendimento individual do produtor a cada 30 (trinta) dias e as reuniões comunitárias a cada 90 (noventa) dias, proposta de responsabilidade das fumageiras. Os técnicos da EMATER-PR e/ou técnicos de instituições públicas também deverão acompanhar as reuniões comunitárias, as quais, a fim de que sejam tecnicamente aproveitadas, devem acontecer na propriedade agrícola.
- Exigir que em todas as ações, eventos, cursos e seminários promovidos pelas fumageiras aos agricultores haja a representação de órgãos governamentais.

Responsáveis:

- Fumageiras
- Prefeituras
- SENAR
- Sindicatos dos Trabalhadores Rurais
- EMATER – Paraná
- Secretaria de Estado do Trabalho, Emprego e Promoção Social – SETP
- Secretaria de Estado da Agricultura e do Abastecimento – DEFIS
- Secretaria de Estado do Meio Ambiente – IAP
- CONESA/CSA

c) Conscientização

- Divulgação dos perigos e cuidados que se deve ter com a cultura do fumo nas regiões produtoras.
- As empresas devem destinar recursos para edição de cartilhas, palestras etc., informando o produtor e sua família sobre os riscos à saúde e ao meio ambiente provenientes da utilização de agrotóxicos.
- Envolver a imprensa, a Igreja, Conselho Tutelar, Secretarias de Saúde e da Agricultura e EMATER em campanhas de conscientização sobre os riscos do uso de agrotóxicos e sobre a importância da utilização dos equipamentos de proteção.

Responsáveis:

- Secretaria de Estado da Educação – SEED
- Secretaria de Estado do Meio Ambiente – IAP
- Secretaria de Estado da Agricultura e do Abastecimento – DEFIS
- Secretaria de Estado da Saúde.
- Prefeitura Municipal
- Sindicatos dos Trabalhadores Rurais
- FETAEP
- EMATER-PR

d) Saúde

- Avaliação do estado de saúde dos fumicultores, através de exames completos e periódicos, inclusive dos familiares, devendo envolver realização de exames físicos e de análises clínicas, publicação dos resultados, prescrição das medidas para tratamento dos casos comprometidos, prestação de informações e orientações para adultos e trabalho preventivo com o público infanto-juvenil. A Secretaria de Estado de Saúde elaborará o cronograma de realização dos exames, em parceria com os Municípios, que deve coincidir com o período de aplicação dos agrotóxicos, fazendo constar do cronograma quais os exames que deverão ser realizados, com o financiamento das ações de responsabilidade das fumageiras. Os Sindicatos dos Trabalhadores Rurais acompanharão o desenvolvimento das ações.
- Necessidade de estudos científicos sobre a relação da ocorrência de doenças com a produção de fumo (comprovação científica), através de Universidades Públicas ou órgãos oficiais de pesquisa, através do financiamento das empresas fumageiras.
- Exigir das fumageiras a observação das normas de medicina e segurança aplicáveis para a área rural, adotando um programa de Gestão de Segurança no Trabalho Rural, compatibilizando com as medidas de eliminação ou controle de risco com ações de prevenção da saúde ocupacional dos trabalhadores na agricultura. Constituição de Serviço Especializado em Segurança e Saúde no Trabalho Rural.
- Exigir a instituição de campanhas de prevenção de acidentes no trabalho rural, através do financiamento pelas fumageiras.
- Os Sindicatos dos Trabalhadores Rurais deverão acompanhar as avaliações dos estados de saúde dos produtores e familiares, para o que serão informados pelas fumageiras e Municípios das datas em que estarão acontecendo os exames.

Responsáveis:

- Secretaria de Estado da Saúde – Postos Médicos
- Sistema Único de Saúde (SUS) – Prefeitura
- Hospitais e Laboratórios de Análises Clínicas
- Sindicato dos Trabalhadores Rurais
- Pastoral da Saúde
- EMATER – Paraná
- Secretaria de Estado da Educação
- SENAR
- Fumageiras
- FUNDACENTRO
- Universidades Públicas.

2. PROGRAMAÇÃO DA DIVERSIFICAÇÃO ECONÔMICA DA CULTURA DO FUMO

a) Implantação da cultura de fumo orgânico

Aplicação de Política Compensatória por parte da Indústria Fumageira, pelos danos causados, com investimentos em pesquisas, visando desenvolver tecnologias que possibilitem a redução progressiva do uso de Agrotóxicos (controle biológico, biotecnologia, inseticidas biológicos, etc) e a substituição dos produtos químicos mais agressivos e perigosos ao homem e a natureza, no sistema de produção da cadeia do fumo, possibilitando a evolução progressiva dos produtores do Sistema Tradicional de Cultivo de Fumo para o Sistema de Manejo Integrado de Pragas, até atingir o Sistema de Produção de Fumo Orgânico.

Início janeiro/2004, em pelo menos uma propriedade por Município produtor de fumo. No ano de 2010, a implantação da cultura de fumo orgânico deverá ter atingido todas as propriedades rurais produtoras de fumo, sendo que não poderão ser atendidas menos do que 10% do total de propriedades rurais a cada ano. Responsabilidade técnico-financeira das fumageiras, inclusive em relação ao poder aquisitivo dos produtores rurais. A implantação terá supervisão técnica da SEAB/IAPAR.

b) Investimento público

Investimento público para novas culturas (alimentos), com garantia de compra dos produtos pelo Governo Federal como subsídio ao programa Fome Zero. Trazer à discussão os princípios da Economia Solidária, pensando, inclusive, na criação de redes de produção e comercialização como forma de otimização de custos e melhor fonte de renda.

c) Implantação das culturas

Implantação das culturas sugeridas pelos próprios produtores rurais e que já foram objeto de elaboração de estudo pela SEAB/EMATER.

d) Substituição do fumo por produtos orgânicos

Substituição do fumo por produtos orgânicos (hortaliças, leite, frutas, produtos coloniais etc.), com garantia de preços, comercialização e lucratividade aos produtores. É preciso que haja incentivo do Governo para o período de transição da cultura tradicional para a orgânica (crédito etc.).

e) Reutilização de materiais

Verificar a possibilidade de utilização dos materiais já comprados para a produção do fumo (estufas) para o uso em outras culturas.

f) Promoção do uso de plantas medicinais

Promoção do uso de plantas medicinais, na medicina preventiva e curativa de caráter popular, com o apoio do Ministério da Saúde, através de campanhas de:

- Orientação para a recomendação de uso de remédios com base em plantas medicinais, no atendimento às carências da população;
- Divulgação do uso popular das plantas medicinais e produtos derivados, no tratamento da saúde.

g) Promoção da produção de produtos com base em plantas medicinais

- Amparar a expansão de laboratórios que produzem medicamentos fitoterápicos (apoio técnico e financeiro);
- Estimular os produtores na substituição da exploração do fumo por plantas medicinais, em integração com laboratórios de fabricação dos medicamentos fitoterápicos, mediante controle operacional do Governo Estadual;
- Capacitar os profissionais de atendimento médico-ambulatorial e hospitalar no uso da medicação por plantas medicinais e medicamentos derivados (médicos, paramédicos e auxiliares);
- Capacitar os profissionais de Pesquisa e Assistência Técnica, que atuam na produção agrícola, na transformação farmacotécnica das plantas medicinais.

h) Atividades alternativas

Promoção de estudos de viabilidade de produção econômica para outras explorações alternativas de substituição da cultura do fumo, adaptáveis à região em questão.

3. TRABALHO INFANTIL E EDUCAÇÃO

a) Erradicação do Trabalho Infantil/Proteção ao trabalho do adolescente

- Cadastrar todas as crianças e adolescentes até 18 anos (e fazer monitoramento das famílias envolvidas). Responsabilidade das fumageiras, em parceria com os Municípios.
- As crianças de até 7 anos de idade deverão ser atendidas em creches públicas rurais, com subsídio das empresas fumageiras;
- As crianças e adolescentes com idade entre 7 e 16 anos incompletos deverão ser atendidas pelo PETI (Programa de Erradicação do Trabalho Infantil) ou programa social similar, com subvenção pelas fumageiras para a realização de atividades em contraturno escolar, com apoio dos municípios. Os adolescentes do Ensino Fundamental que não puderem ser absorvidos pelo PETI serão encaminhados para Casas Familiares Rurais ou programas similares, ficando a cargo das fumageiras o pagamento de suporte às Casas Familiares para desenvolvimento das suas atividades;
- Para os que estiverem no Ensino Médio, as fumageiras deverão incluir os adolescentes nas Escolas Agrícolas, patrocinando as despesas ou custos de manutenção com tais Escolas Agrícolas. Deverão ser incentivadas unidades didáticas em fumo orgânico nas Escolas Agrícolas, não só para os adolescentes do Ensino Médio, mas também para os produtores, o que poderá ser implementado em parceria com a Secretaria da Educação;
- Promover palestras nos municípios e sensibilizar a comunidade através de atividades culturais, como teatro, por exemplo;
- Confecção de material didático sobre o tema, elaborado por uma Comissão composta por integrantes dos vários segmentos, sendo de responsabilidade das fumageiras o custo do material;
- Encarregar o Conselho Tutelar a auxiliar na recepção de denúncias, orientação e fiscalização. Propor ao Conselho Estadual dos Direitos da Criança e do Adolescente realização de um evento envolvendo todos os Conselhos Tutelares dos municípios que possuem produtores de fumo, para orientação e capacitação;
- A FETAEP e o SENAR deverão realizar campanhas periódicas visando o combate da exploração do trabalho infantil;
- As fumageiras deverão contratar uma auditoria externa ou um órgão independente (Universidade Pública) para realização de um diagnóstico atualizado da situação do trabalho de crianças e adolescentes na cultura do fumo;
- A Secretaria de Estado da Educação deverá incluir nos currículos escolares rurais a matéria relacionada ao trabalho de crianças e adolescentes.

b) Educação (meio rural como um todo, não só a cultura do fumo)

- As atividades de contraturno deverão ser realizadas na área rural, por razões culturais, e também para que sejam possibilitadas a convivência familiar e a fixação das pessoas no campo;
- O desenvolvimento de quaisquer uma das atividades mencionadas deverá necessariamente ter uma visão de integração entre a escola e a comunidade, assim como o contraturno escolar deverá contemplar um conteúdo pedagógico condizente com as características da área rural;
- Repensar a atual política pública educacional que não contempla as especificidades da área rural, muito menos das atividades realizadas em regime de economia familiar.

4. CONTRATOS DE COMPRA E VENDA DO FUMO EM FOLHA

a) Custos de Produção

- Transparência nos critérios adotados para levantamento dos custos de produção (nova metodologia no cálculo dos custos). Conste a sugestão apresentada como alternativa à metodologia atual a seguinte: As Indústrias Fumageiras, em conjunto com as Entidades representativas dos produtores de Fumo, deverão solicitar um estudo de viabilidade de implantação da metodologia dos Preços de Referência, através da utilização de parâmetros técnicos e econômicos, cujos preços sirvam de referência para a negociação da produção da matéria-prima (fumo) com a indústria ao longo do tempo, garantindo assim uma justa remuneração para a sustentabilidade do produtor rural e indústria. A metodologia sugerida deverá ser desenvolvida pela UFPR, através do financiamento das fumageiras.
- Contratação de organismos independentes para realização da análise dos custos, como por exemplo o DERAL.

b) Classificação do fumo

- Implementação de um sistema de classificação solidária horizontal, com a participação dos produtores vizinhos e coletivamente, tal e qual se faz hoje pela AOPA – Associação dos Produtores Orgânicos do Paraná, com a presença obrigatória do técnico da fumageira.

c) Negociação da safra

- Participação de todos os segmentos que representam os interesses dos pequenos produtores rurais em regime de economia familiar nas negociações do Protocolo (FETAEP, Sindicatos dos Trabalhadores, FETRAF etc.) bem como garantir a representatividade do Governo do Estado/SEAB/DERAL.

d) Comercialização

- Garantir, no contrato, a comercialização de parte do produto sem vinculação de exclusividade com as fumageiras fixando-se um percentual mínimo de livre comercialização.

e) Seguro das lavouras

- Questionar a legalidade da vinculação que a AFUBRA faz ao exigir a venda do produto a determinada empresa como condição para formalizar o seguro da safra. A exigência impõe aos produtores que a venda dos produtos seja realizada às fumageiras vinculadas ao SINDIFUMO, retirando a independência dos produtores. O sistema pode ser caracterizado como formação de cartel;
- Convidar uma seguradora (ou seguradoras) não vinculada à AFUBRA para fazer estudo de caso e apresentação de proposta.

f) Pacote tecnológico

- Rediscutir o pacote tecnológico – custos, uniformidade, obrigatoriedade de pagamento pelos produtores, margem de autonomia dos produtores. O pacote tecnológico deverá ser redefinido de acordo com o presente documento, com a participação de órgãos oficiais de pesquisa (exemplo: IAPAR e universidades públicas).

g) Fumo orgânico

- Rediscutir o preço do fumo orgânico (hoje remunerado em 50% a mais que o fumo convencional), já que este supera em muito a qualidade do fumo convencional e, também, seria mais atrativo para os pequenos proprietários. Realizar estudo científico a respeito, acrescentando ao Preço de Referência como metodologia sugerida.

Responsáveis:

- Entidades representativas dos produtores (FETAEP, Sindicatos e FETRAF)
- DERAL
- Universidades públicas

h) Energia Elétrica

As fumageiras deverão formalizar acordo com a Copel no sentido de que não haja interrupção do fornecimento de energia elétrica a fim de que não sejam prejudicadas as atividades de secagem da folha do fumo em estufas elétricas. Em nenhuma hipótese a interrupção do fornecimento de energia poderá ultrapassar 4 (quatro) horas.

5. DÍVIDAS DOS PRODUTORES

- Renegociação das dívidas;
- Fazer levantamento da situação dos fumicultores (responsabilidade dos municípios);
- Oportunizar e indicar assessoria jurídica aos fumicultores que necessitarem;
- As fumageiras deverão constar dos contratos celebrados com os produtores que o foro é a sede da residência do fumicultor.

Responsáveis:

- Entidades representativas dos produtores endividados
- Representação política estadual
- Municípios
- Todas as instituições que participaram da elaboração deste documento.

6. MEIO AMBIENTE

a) Embalagens dos agrotóxicos

- As empresas devem cumprir a lei e coletar as embalagens vazias dos agrotóxicos nas propriedades dos fumicultores, inclusive as embalagens originadas anteriormente à lei atual (passivo ambiental). Prazo para recolhimento do passivo ambiental IMEDIATO;
- As fumageiras devem se articular com associações de comerciantes que possuam estrutura de coleta e armazenamento de embalagens vazias de agrotóxicos e fazer o recolhimento dessas embalagens.

b) Reflorestamento

- Fornecimento de mudas para o reflorestamento. As fumageiras fornecerão as mudas, sendo que a fiscalização da plantação das mudas ficará sob a responsabilidade dos técnicos das fumageiras e pelo IAP, o qual sempre será acionado quando constatado pelo técnico que o produtor deixou de cumprir a legislação ambiental.
- As fumageiras deverão apoiar financeira e tecnicamente a recomposição das áreas de reserva legal e de preservação permanente, sendo de sua responsabilidade o fornecimento gratuito de mudas para o reflorestamento.
- Exigir que as fumageiras não formalizem contratos com os produtores que não tiverem elaborado o seu Plano Auto-Sustentável de Produção de Lenha, com prévia homologação do IAP, exigência a ser implementada a partir de 2005. Até 2005 todos os envolvidos com o tema deverão buscar junto ao IAP o estabelecimento de procedimentos com vistas a garantir a elaboração do documento referido.

- O IAP deverá adequar o seu quadro funcional de acordo com a necessidade, especialmente para garantir a elaboração do Plano Autossustentável, podendo formalizar convênios com os Municípios para o mesmo fim.
- As fumageiras deverão incluir nos contratos firmados com os produtores o número de mudas a serem plantadas nos primeiros anos de atividade, com acompanhamento e fiscalização efetiva do cumprimento da obrigação e fornecimento gratuito das mudas.

7. ACOMPANHAMENTO TÉCNICO

- Os municípios devem ter técnicos que acompanhem e orientem os produtores de fumo além das empresas fumageiras;
- Acompanhamento mais efetivo por parte das fumageiras para orientação sobre a cultura, principalmente para os que trabalham há pouco tempo na atividade;
- As fumageiras devem contratar um número maior de técnicos, para que haja uma assistência técnica com maior regularidade nas propriedades, acompanhando todo o processo produtivo;
- Todos os produtores devem ser cadastrados por órgão público, prefeituras em parceria com o Governo do Estado, a fim de se manter um controle atualizado, facilitando o acompanhamento da cultura e dos problemas envolvidos.

8. ORGANIZAÇÃO DOS PRODUTORES

- Organização do processo produtivo, com estímulo da agroindústria familiar e organização dos agricultores familiares através de centrais ou cooperativas, tendo-se como premissa os fundamentos da Economia Solidária;
- Formação de núcleos de fumicultores;
- As fumageiras deverão retirar previamente autorização junto aos Municípios sempre que tiver interesse em formalizar contratos com os produtores locais, a fim de possibilitar o planejamento da política agrícola municipal bem como para que sejam observadas as regras de zoneamento agrícola.

Responsáveis:

- EMATER
- Sindicatos
- FETRAF
- SEBRAE
- Universidades públicas

PROPOSIÇÃO FINAL

Encaminhar ao Congresso Nacional proposições de Segurança, Higiene e Saúde no Trabalho na Agricultura, Pecuária, Exploração Florestal e Pesca, com vistas a serem contempladas no Projeto de Lei nº 7079/02, que institui o Código Brasileiro de Segurança e Saúde no Trabalho, em tramitação no Congresso Nacional, desde 06/08/2002, pois o Código não contempla a segurança, higiene e saúde no trabalho agropecuário.

Encaminhar ao Ministério da Agricultura proposição no sentido de retomar a classificação oficial do fumo, porém reduzindo as classificações constantes da Portaria anterior. Sugere-se que sejam reduzidos os números do Virgínea de 48 para 12 e do Burley de 29 para 9.

SEÇÃO II

RELATO DOS PRINCIPAIS EVENTOS NACIONAIS – A CAMINHO DO PNCT

Segundo dados publicados pelo Professor Antonio Pedro Mirra, 1863 é o marco do início das divulgações científicas no Brasil sobre tabagismo. Torres-Homem publicou na Gazeta Médica do Rio de Janeiro, neste ano, o seu trabalho baseado em observações clínicas: "O abuso do tabaco como causa de angina do peito". [1]

Em 1869, seis anos depois, o médico Francisco Furquim Werneck de Almeida apresentou a sua tese de doutorado, na Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro que versava "Do uso do tabaco e sua influência sobre o organismo". [2]

O município de São Paulo, pioneiro em legislar a questão do controle do tabagismo, promulgou a Lei nº 947 de 25.10.1906, que proibia "a abertura das casas de fumo aos domingos e feriados". [3]

No Paraná, a Câmara Municipal de Curitiba – PR decretou a Lei Ordinária nº 527 de 18 de Julho de 1952, proposta do Vereador Lourival Portella Natel (82/1952 proc. 161/1952) que proibia o uso do fumo no interior dos veículos de transporte coletivos urbanos da capital e sancionada pelo Prefeito Municipal Erasto Gaertner, um dos cinco médicos prefeitos que Curitiba já teve.

Somente 59 anos depois da primeira lei brasileira em São Paulo (1906) a Câmara Federal se manifestou em1965, apresentando o primeiro Projeto de Lei pelo Deputado Ivan Luz cujo texto falava de "advertência sobre os malefícios do fumo nas embalagens dos maços de cigarros".

No Senado Federal tramitaram vários Projetos de Lei em 1971, por iniciativa do Senador José Lindoso, abordando a proibição parcial de propaganda do fumo em TV e Rádio, sua regulamentação comercial, reiterando a obrigatoriedade de advertência nos maços de cigarros e a não permissão de venda para menores.

O Conselho Federal de Medicina proibiu o uso do fumo em suas reuniões através da Resolução nº 440 de 26.03.1971.

Reconhecendo que as primeiras e efetivas ações foram individuais em algumas cidades do Brasil não deixaram de ter a sua grande importância histórica. O médico Ajax Walter Silveira criou em São Paulo no início dos anos 70 a Sociedade de Combate ao Fumo, embora com curta existência, foram realizados dois simpósios sobre o tema tabagismo. Mas em continuidade este mesmo médico fundou o Centro de Recuperação de Fumantes baseado em programa americano da Igreja Adventista do 7º Dia denominado "Como Deixar de Fumar em 5 Dias". [4 e 5]

Em 1971, o diretor do Serviço Nacional do Câncer (Ministério da Saúde), Moacir Santos Silva, programou nacionalmente uma campanha antitabagista que não foi efetivada por proibição de órgãos superiores do governo. No entanto, uma nova discussão propondo campanha de âmbito nacional ocorreu em Julho de 1975, durante a 3ª Conferência Mundial de Fumo e Saúde. Ruth Sandoval Marcondes e Isabel Maria Teixeira Bicudo Pereira da Faculdade de Saúde Pública da USP e Antonio Pedro Mirra (Fundação Antonio Prudente – Hospital A. C. Camargo e do Registro de Câncer de São Paulo) trouxeram argumentos para ser articulado um Programa Nacional Contra o Fumo.

Apenas no final da década, em São Paulo, ocorreram reuniões para o preparo do Programa Nacional Contra o Fumo. Sugestões de Richard Doll (USA) durante o XII Congresso Internacional de Câncer em Buenos Aires foram decisivas para a realização de reuniões em São Paulo nos dias 29 e 30 de Janeiro de 1979, quando estiveram presentes Antonio Carlos Campos Junqueira, Antonio Pedro Mirra, Almério de Souza Machado, Glacilda Telles Menezes Stewien, José Rosemberg, Luiz Calmon Teixeira, Mario Rigatto, Mozart Tavares de Lima, Roberto Bibas e Ruth Sandoval Marcondes.

O Instituto Brasileiro de Investigação Torácica – IBIT, organizou um seminário sobre tabagismo em março de 1979, na cidade de Salvador (BA), sob a coordenação de José Silveira, do qual resultou a "Carta de Salvador", documento de grande importância histórica na qual médicos alertaram os poderes públicos, instituições médicas e a população a respeito dos graves melefícios produzidos no organismo pelo uso do tabaco, assinada por José Silveira, Jaime Santos Neves, Antonio Carlos Peçanha Martins, José Rosemberg, Mario Rigatto, Edmundo Blundi, Antonio Pedro Mirra e Ângelo Rizzo.[6]

O primeiro contato com o Governo Federal para sensibilizar o poder central para o início da luta contra o tabagismo foi em 10 de abril de 1979. Estavam presentes no encontro os médicos Almério de Souza Machado e Antonio Pedro Mirra com o Ministro da Saúde, Mario Augusto de Castro Lima e o líder do governo no Senado, Jarbas Passarinho.

O ano 1979 é um marco nacional para na luta contra o tabagismo, com vários movimentos eclodindo no país, contribuindo para uma base sólida de sustentação para várias ações no controle desta "doença".

No dia 31 de julho de 1979, sob o patrocínio da Sociedade Brasileira de Cancerologia, Fundação Antonio Prudente e Faculdade de Saúde Publicada Universidade de São Paulo aconteceu importante reunião no Hospital A.C. Camargo em São Paulo, com a presença da maioria dos líderes regionais e representantes institucionais ligados a 45 entidades médico-científicas, órgãos públicos e sociedades de prestação de serviços à comunidade. Ali foi estruturado o primeiro "Programa Nacional Contra o Fumo - PNCF". A coordenação inicial foi pela "Comissão Especial de Combate ao Tabagismo da Associação Médica Brasileira. Sete anos depois foi transformada em Comissão Permanente (1986). A primeira gestão foi de José Silveira (Presidente), Mário Rigatto, José Rosemberg, Jayme Santos Neves e Antonio Pedro Mirra, sucedidos anos mais tarde na presidência por Mário Rigatto, Antonio Pedro Mirra e José Rosemberg.[7]

A Associação Médica Brasileira oficializou esse PNCF, em 12 de agosto de 1979, durante o seu IX Congresso Brasileiro e XVII Congresso da Associação Médica Fluminense, realizados em Niterói, RJ e atuou, desde 1981, com o apoio de suas Sociedades Especializadas promovendo eventos alusivos ao tema, em especial a Cancerologia, Pneumologia e Tisiologia, Cardiologia, Pediatria, Angiologia e a Ginecologia e Obstetrícia.

[1] Torres-Homem – O abuso do tabaco como causa de angina do peito. Gazeta Médica do Rio de Janeiro 1863, 2: 15.

[2] Almeida, F.F.W – Do uso do tabaco e de sua influência sobre o organismo. Tese de doutorado, Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro – Rio de Janeiro, RJ, 1869.

[3] Centro de Vigilância Epidemiológica " Professor Alexandre Vranjac" / Divisão de Doenças Crônicas Não Transmissíveis – Legislação sobre tabagismo no Estado de São Paulo: proposta de lei municipal padrão. Monografia, Comissão Estadual de Prevenção e Controle do Tabagismo – CETAB, São Paulo, SP, 1997.

[4] Silveira, A.W.C – Como enfrentar o tabagismo. JBM 1972, 22:16-23.

[5] Silveira, A.W.C – Como Deixar de Fumar em 5 Dias. JBM 1973, 24:179

[6] Carta de Salvador (José Silveira, Jayme Santos Neves, Antonio Carlos Peçanha Martins, José Rosemberg, Mario Rigatto, Edmundo Blundi, Antonio Pedro Mirra, Angelo Rizzo) – O Tabagismo. Um novo desafio – JBM 1979, 36:62-8.

[7] Rosemberg J – Tabagismo. Sério Problema de Saúde Pública, Ed. Almed Edusp, 2ª ed, São Paulo, SP, 1988.

Na década de 90 vários encontros científicos aconteceram em todo o Brasil, com destaque para os quatro congressos brasileiros. O primeiro foi realizado em 1994, no Rio de Janeiro – RJ, o segundo junto com o Congresso Latinoamericano sobre tabagismo em 1996 sediado em Fortaleza – CE. Nesta ocasião foi aprovado um programa de ação global, recomendando junto aos médicos a criação de comissões contra o tabagismo e a inclusão permanente do tema em congressos e eventos das Federadas e das Sociedades Especializadas da AMB. O 3º Congresso Brasileiro Sobre Tabagismo aconteceu em Porto Alegre – RS em abril de 2000 e o 4º Congresso em Brasília – DF, no ano 2002.

A Associação Médica Brasileira, através a área de ensino e capacitação criou o Índice Bibliográfico Brasileiro Sobre tabagismo, em 1994, estando agora na 3ª edição. Vários projetos estão em andamento na área de ensino visando a capacitação de profissionais médicos para a divulgação dos conhecimentos na área e tratamento especializado, a inclusão do tema "tabagismo" na grade curricular, e a contemplação do ato médico na condução do tratamento do tabagismo na tabela de honorários médicos da AMB, elaboração de diretrizes para o tratamento do tabagismo, colaboração em congressos médicos e dando apoio irrestrito nas negociações para a aprovação da Lei Federal que promova ambientes fechados 100% livres do tabaco

O desempenho da AMB sempre foi notável na luta contra o fumo, através da sua Comissão de Combate ao tabagismo, que hoje é constituída pelos membros titulares Professor Jose Rosemberg (Presidente In Memorian) - SP, Professor Antonio Pedro Mirra (Presidente) - SP, Celso Rodrigues (DF), Ricardo Henrique Sampaio Meirelles (RJ) e Jonatas Reichert (PR). Dentre as várias atuações ao longo dos anos, destacamos a campanha para a efetivação da proibição total de fumar em aviões, em todas as viagens, com qualquer duração, no território nacional, a partir de 1998, confirmada por liminar da Justiça Federal do Rio Grande do Sul. Durante o primeiro mês de proibição foram distribuídos folhetos "Porque não se deve fumar em aviões". Vale a pena lembrar que anos antes, o Deputado Federal Dr. Igo Losso (PR) encaminhou o Projeto de Lei proibindo fumar em aviões o que foi aprovado com efeito de restrição parcial, e adotado de imediato pela companhia aérea VASP, seguido pela Varig e por último a Transbrasil as quais reservavam as poltronas finais das aeronaves para os fumantes. Esta medida foi reconhecida como um importante passo inicial para a posterior proibição total, fato reconhecido na época como a única medida eficaz, inclusive pelo proponente da lei, citado na sua conferência durante o Seminário "Fumo ou Saúde" realizado em Curitiba, no ano 1981. Este seminário é considerado até hoje como um dos maiores eventos na área do tabagismo já realizados no Brasil, patrocinado pela Associação Paranaense Contra o Fumo e Associação Médica do Paraná. Em relação à proibição do fumo em aeronaves citamos também a importante contribuição de José Fernando Macedo, presidente da Associação Médica do Paraná, quando alertou autoridades do judiciário sobre os riscos de tal ato e a necessidade de lei que banisse tal conduta.

Diante da notícia de que outras grandes empresas tabageiras multinacionais estavam se preparando e conversando com o Governo Federal para se instalarem no País, o Deputado Igo Losso (PR) apresentou Projeto de Lei vedando a instalação de novas indústrias de tabaco e seus similares. Em resumo a redação é a seguinte:

- Art. 1º - Fica expressamente proibida a instalação, em todo o território de Novas fábricas de cigarros e assemelhados de qualquer natureza, bem como a ampliação da produtividade das fábricas instaladas no País.
- Art. 2º - O não atendimento do estabelecido nesta lei por parte das fábricas já existentes implicará no seu definitivo fechamento no País.

Na sequência o documento apresentava uma longa justificativa.

Foi uma época difícil porque a contrapropaganda era forte, incluindo a distribuição gratuita na rua e em domicílio de pequenas embalagens de cigarros, visando sobretudo o jovem.

No período de 02/10 a 22/11/1979, a Secretaria de Estado da Saúde de São Paulo, na gestão de Adib Jatene, realizou concurso de cartazes alusivos ao tema tabagismo nas escolas da rede pública, motivo de exposição no Museu de Arte de São Paulo (MASP). Outros estados promoveram eventos semelhantes.

Em março de 1980 foi preparado um material didático sobre Fumo e Saúde com 28 audiovisuais e 13 fitas gravadas pela Radio Televisão Cultura de São Paulo para a distribuição às escolas de 1º e 2º graus estaduais e municipais de São Paulo, através das suas Secretarias de Educação. O Fundo de Aperfeiçoamento de Pesquisa em Cardiologia – FAPEC, colaborou na área técnica e financeira. O material foi integrado ao programa de prevenção ao uso indevido das drogas entre escolares de 1º e 2º graus estaduais, visando a capacitação dos docentes e informações aos alunos, através de 1.500 radiopostos existentes na rede.[8]

O interesse internacional pelo programa desenvolvido no Brasil trouxe a BBC de Londres em agosto de 1980 e gravou um programa com a participação de José Rosemberg e Antonio Pedro Mirra.

No Paraná importantes eventos aconteceram nesta época. Com destaque, ao dia vinte e nove de agosto de 1980, quando a campanha estadual contra o fumo desencadeada pelo Governo do Estado envolveu população curitibana com a participação na Greve do Fumo, em pleno regime militar. Foi conferido diploma de participação e a presença de estudantes na Avenida Luiz Xavier, local conhecido como "Boca Maldita" foi maciça. Foram coletadas 147.842 assinaturas pedindo a proibição total da propaganda no rádio, televisão e na mídia impressa.

Adherbal Fortes de Sá Junior, jornalista e chefe de comunicação (jornalismo) do Palácio Iguaçu, sede do Governo do Estado, gestão do Governador Ney Aminthas de Barros Braga foi o autor intelectual da Greve e a Meia Maratona com 13 edições.

A Campanha Contra a Fumo foi conduzida pela Associação Paranaense de Combate ao Fumo (APCF), elaborada por uma Comissão Central e Secretaria Executiva. Foram membros da comissão: Donato Gulin, Maria de Lourdes Montenegro, Fabiano Braga Cortes, Anfrísio Siqueira, Nilson Machado, Cel. Waldemar Bianco, Sale Wolokita, Odailson Spada, José Roberto Borguetti, Elie Lebbos, Mário Maranhão, Ezequias Losso, David Carneiro, Pe. Marcelo Motta Carneiro. A Secretaria executiva era composta por Jayme Zlotnik, Adherbal Fortes de Sá Jr. e Leo Choma.

Em reconhecimento pela importância da campanha bem sucedida a Assembleia Legislativa do Estado do Paraná decretou no dia 26 de novembro de 1980 a Lei nº 7410, sancionada pelo Governador Ney Braga e Secretário de estado da Saúde e do Bem Estar Social Oscar Alves (que instituiu o "Dia Paranaense de Combate ao Fumo" a ser comemorado anualmente no dia 29 de agosto (Art. 1º).[9]

A Segunda Greve do Fumo e Meia Maratona de agosto de 1982, promovida pela APCF, foi conduzida pelo Secretário Geral Jayme Zlotnik, Secretário Executivo Adherbal Fortes de Sá Jr. e Leo Choma (Secretário Adjunto). Os novos agregados à Comissão Central desta associação foram: Alberto Szniter, Alceu Santos Almeida, Dante Romano Jr, Ehrenfried Wittig, Francisco Furtado, Marcelo Motta Carneiro, Nelson Emílio Marques, Oscar Alves (Secretário de Estado da Saúde), Paulo Brofmann e Valmor Weiss.

As corridas (Meia Maratonas) se sucederam anualmente até 1993, em um total de treze edições.

A primeira tentativa de levar um programa contra o fumo na TV (TV Globo), com patrocínio da AMB e Laboratório Farmacêutico Quimivert, em 1981, foi cassada pelo CONAR, por provável

[8] Secretaria de Estado da Educação de São Paulo – Tabagismo: sistema de radiopostos Monografia, Secretaria de Estado da Educação, São Paulo, SP, 1980.

[9] Publicado no diário Oficial Nº 934 de 28; 11; 1980.

pressão das indústrias do tabaco, através da ABIFUMO, ação inicialmente velada, mas que posteriormente tornou-se clara durante a 39º Assembléia Mundial de Saúde, em Janeiro de 1986, com intenções de modificação do posicionamento do Brasil em relação ao tabagismo.[10]

Em 1981 a *Addiction Research Foundation de Toronto* (Canadá) patrocinou a primeira determinação dos índices de nicotina e alcatrão, utilizando-se metodologia científica. Duas marcas nacionais foram analisadas (Vila Rica e Continental). Os índices foram superiores aos divulgados pela indústria do tabaco.

COMITÊ COORDENADOR DO CONTROLE DO TABAGISMO NO BRASIL

Em abril de 1993 a União Internacional Contra o Câncer patrocinou encontro em São Paulo, para a criação do Comitê Latino Americano Coordenador do Controle do Tabagismo (CLACCTA) e Reunião Regional dos Líderes Sulamericanos, sob a coordenação de Daniel Horn (USA) da *American Cancer Society*. Destacam-se os representantes nacionais Aluisio Achutti, Germano Gerhard Filho, Antonio Carlos Campos Junqueira, Antonio Pedro Mirra, José Maria Pacheco Souza, José Rosemberg, Mario Rigatto e Thomas Szego.

A primeira atuação deste comitê foi em 1984, no Panamá, tendo Mario Rigatto e Antonio Pedro Mirra como representantes. Em 1985, o comitê se reuniu no Rio de Janeiro e depois em várias cidades da América Latina: Cartagena (Colombia, 1986), Bariloche (Argentina, 1987), Caracas (Venezuela, 1988), Santa Cruz de La Sierra (Bolívia, 1989), Quito (Equador, 1990), México (1996), Rio de Janeiro – (1997), Bogotá (Colômbia,1998) e Palma de Majorca (Espanha,1999), tendo a partir de 1991 como representantes do Brasil José Rosemberg (SP) e Jayme Zlotnik (PR).

A presidência do CLACCTA no período de 1984 a 1986 foi exercida por Mário Rigatto (Brasil), Carlos Alvarez Herrera (Argentina – 1986 a 1990), Luiz Pinillos Ashtal (Peru – 1990 a 1996), Horácio Rubio Monteverde (México – 1996 a 1999) e Ella Ferguson (Panamá – 1999). José Rosemberg foi eleito presidente honorário desta entidade em 1995.

O Comitê Coordenador do Controle do Tabagismo no Brasil (CCCTB) foi criado em 29 de setembro de 1984, filiando-se à entidade sulamericana trabalhou em níveis estadual e municipal, criando Capítulo em cada Estado da Federação.

Foram seus membros fundadores: Mario Rigatto, Antonio Pedro Mirra, José Rosemberg, Jayme Slotnik e Senador Lourival Baptista.

O primeiro presidente foi Mario Rigatto e Vice presidente Antonio Pedro Mirra (1984-1988). No biênio seguinte (1989-1991) José Rosemberg e Jayme Zlotnik.

Tendo em vista os resultados positivos no combate ao tabagismo o Comitê aprovou os Estatutos, dando personalidade jurídica à entidade em agosto de 1991, assinados pelo seu presidente, o Professor José Rosemberg (SP) e o Dr. Mario Albanese, advogado (SP) e registrado no 1º Cartório de Registro Civil de Pessoas Jurídicas / Registro de Títulos e Documentos sob o número 145409.

O estatuto do comitê está estruturado em 4 capítulos, 25 artigos, tendo como único objetivo combater o tabagismo, e como meios, a realização de várias atividades visando em sequência barrar a invasão tabágica, redução do consumo do tabaco para conseguir o controle da epidemia tabágica no País, atividades antitabágicas nos campos da pesquisa, saúde, educação, legislação, economia e sociais, incentivando ações de combate ao tabagismo de entidades oficiais e privadas e apoio e cooperação para rápida implementação do programa elaborado em 1979 por 46 entidades médicas e universitárias e adotada em 1985 pelo Ministério da Saúde.

Importante estratégia para concretizar suas metas foi a decisão em cooperar internacionalmente com o Comitê Latino-americano Coordenador do Controle do Tabagismo (CLAACCTA), em especial com o seu "Programa de uma América Latina Sem Tabaco", com atividades da Associação de Mulheres da América Latina para o Controle do Tabagismo (AMALTA) associado ao CLACCTA em especial e firmar convênios e acordos com órgãos oficiais e privados, nacionais e estrangeiros, para ações conjuntas de luta antitabágica e pleiteando verbas para suas próprias atividades.

No seu artigo 12 – ficaram instituídos os seguintes setores de atuação:

a. Universidades e ensino Superior: esclarecimento e motivação de docentes e discentes sobre os problemas do tabagismo e pleitear a inclusão do tema nos currículos.
b. Ensino Básico: atuando junto aos órgãos de educação e escolas de 1º e 2º graus, visando programas educativos para crianças e adolescentes.
c. Associações Médicas e Profissionais da Saúde: atuação junto às entidades médicocientíficas, incentivando pesquisas e espaços para temas de tabagismo, motivando a classe médica e profissionais da saúde em geral a dar exemplo não fumando.
d. Saúde Pública e Recursos Humanos: atuação junto aos órgãos de saúde para incentivar programas sobre tabagismo atingindo a população e motivação para abolir o fumar em todas as Unidades de Saúde e também, incentivando e promovendo a realização de cursos de formação de técnicos assessores e líderes de opinião de combate ao tabagismo.
e. Empresa e Trabalhadores: atuação junto às empresas para abolir o fumo em locais de trabalho e desenvolver programas educativos para os trabalhadores.
f. Mobilização da Mulher: atuação junto a organizações femininas e mulheres em geral, incentivando ações antitabágicas com ênfase especial às gestantes.
g. Política e Legislação: atuação junto aos legisladores do Congresso Nacional, Assembléias Estaduais e Municipais, criando clima propício para a elaboração de leis de combate ao tabagismo e de proteção aos não-fumantes.
h. Ação Social e Eventos: atuação junto a personalidades e órgãos representativos da sociedade e entidades comunitárias, incentivando pronunciamentos, campanhas, atos e promoções sociais antitabágicas.
i. Esportes: promoção de atividades esportivas, integrando-as com tema Antitabágico e atuação junto a entidades esportivas incentivando-as a promover iniciativas que ressaltem o antagonismo entre saúde física e o tabagismo.
j. Programas de Cessação do Fumo: realização de cursos educativos para tabagistas motivando-os a abandonar o tabaco e atuação junto a entidades incentivando-as a tomar iniciativas semelhantes.

O restante do Estatuto aborda a competência administrativa, membros, funções e assembleias.

[10] Mirra, AP, Rosemberg, J. A História da Luta Contra oTabagismo no Brasil: Trinta Anos de Ação – Monografia – Sociedade Brasileira de Cancerologia, 1ª e 2ª edição. Bureau Gráfica e Editora, São Paulo, SP, 2005.

DEPOIMENTOS

Este capítulo destina-se ao registro de importantes fatos históricos segundo relatos de pessoas ilustres, que em algum momento da história, além de terem observado fatos e formado opinião sobres os mesmos, contribuíram, significativamente, com as suas ações para o controle do tabagismo no Estado do Paraná e representam vários segmentos da sociedade, abrangendo a sociedade civil, religiosa, governo, profissionais da saúde, universidade e no âmbito da política (Legislativo e Executivo).

Certamente estes depoimentos concedidos na forma de livre expressão demonstram o grau de envolvimento e a forma como foram inseridos na importante história do "Programa de Controle do Tabagismo do Estado do Paraná".

Estes registros formam importante "banco de dados" desta história.

JAYME ZLOTNIK

Graduado em Medicina pela Universidade Federal do Paraná, Doutor, Livre Docente, Disciplina de Otorrinolaringologia – 1977, Membro fundador da Associação Paranaense Contra o Fumo – 1980. Presidente da Associação Paranaense Contra o Fumo: 1981 / 1996 e 2006 / 2010. Coordenador do Programa Estadual de Controle do Tabagismo – PR – SESA – 1979 a 1987. Promoveu ações pioneiras e aglutinadoras desde os primórdios, conseguindo o máximo de eficientes colaboradores dentro da Universidade Federal do Paraná, Associação Médica do Paraná, Secretaria Estadual da Saúde, colaboradores da Sociedade Civil, Entidades Educacionais, Políticas, Militares e Religiosas.

Movimento contra o Tabagismo no Paraná - A história que vivi

Em mais de 50 anos de exercício da medicina, tenho presenciado estatísticas e experiências tristes de indivíduos que adoeceram em decorrência do fumo, vício traiçoeiro que destrói tanto seu portador como as pessoas à sua volta. Venho, desde o começo de minha carreira, me esforçando para informar e alertar. É uma busca incessante de conscientizar homens e mulheres, jovens e adultos, estudantes e educadores, enfim, cada segmento social, com suas especificidades físicas e hábitos próprios, que comportam as mais diversas implicações na saúde.

Posso, sem modéstia, considerar-me pioneiro numa jornada de luta pela erradicação do tabagismo no Paraná. Dado o primeiro passo, esta deixou de ser minha batalha particular, pois tive a satisfação de defrontar, no caminho, com pessoas igualmente imbuídas pela causa. Assim, constituído o grupo inicial, pudemos contar com o apoio e envolvimento de profissionais de saúde e de outras áreas, políticos, empresários, instituições, e hoje a campanha segue por si, num trabalho em rede do qual ainda participo com afinco e determinação.

Sinto a necessidade, para registro da história e como reconhecimento da importância do papel desempenhado por cada um, de fazer um relato dos fatos que vivemos, dos contatos que fizemos, dos avanços que obtivemos e das leis que conseguimos aprovar.

Nos anos 60, sob a garantia da aceitação social, fumava-se universalmente: do transporte coletivo aos cinemas e teatros, dos supermercados e lojas às salas de aula, dos consultórios médicos e dentários aos hospitais. A propaganda a favor do fumo era maciça e incessante, envolvendo a ilusão de "charme" e "glamour" a quem o usasse. Acontecia nos meios de comunicação (jornais, rádios, televisão, revistas, outdoors) e até em eventos culturais e esportivos. O cigarro tinha papel de destaque em cenas memoráveis de filmes e novelas, muitas vezes participando da composição e estilo de personagens.

A imagem de artistas e personalidades com um cigarro à mão exercia influência sobre o público, demonstrando a forte ligação entre o fumo e o sucesso.

Era quase um tabu opor-se a esse hábito: droga de consumo lícito, fácil acesso e baixo custo, e "inofensiva", sem apresentar perigo de deterioração da mente ou da personalidade, como o fazem outras drogas. A literatura médica trazia esparsas informações sobre o malefício do tabagismo. No entanto, relatórios da Organização Mundial da Saúde mencionavam as pesquisas médicas nos países mais desenvolvidos, acusando a dependência tabágica como responsável por doenças.

Os médicos bem informados certamente atuavam como "franco atiradores" em suas respectivas áreas, divulgando as informações recebidas. Eu me situava nesse grupo. No Hospital de Clínicas da Universidade Federal do Paraná, também em outros locais de trabalho, entre colegas, alunos, pacientes e funcionários ou em palestras nas escolas, igrejas, clubes e no consultório particular, sempre que havia oportunidade, eu procurava divulgar o que conhecia sobre as doenças tabaco associadas.

Mas, o alcance era pequeno. Era preciso uma atuação mais ampla, que atingisse maior número de pessoas. Era necessário um envolvimento de governos e nada havia neste sentido.

Em 1971, surgiu a primeira grande oportunidade.

Em conversa informal com Jaime Lerner, prefeito recém-empossado de Curitiba, sugeri que criasse uma lei proibindo que se fumasse dentro do transporte coletivo urbano. Seria um bom começo e esta medida estava ao alcance da administração municipal.

Pouco tempo depois, recebi do prefeito a cópia da Lei nº 3.933 de 1971, já sancionada, com um simpático cartão lembrando meu pedido. Esta lei foi imediatamente implantada, tendo recebido o apoio das empresas transportadoras.

Naquele momento, a posição das outras esferas de governo, tanto da União quanto do Estado, era passiva. A arrecadação proveniente dos impostos pagos pela indústria do fumo sobrepunha-se à preocupação com a saúde da população.

Somente no final da década de 70, o Governo do Paraná iniciou um processo nesse sentido, através do Secretário da Saúde e Bem-Estar Social, Oscar Alves, que aceitou a minha sugestão de que nosso Estado assumisse, como um dos pioneiros da Federação, uma posição pública no combate ao tabagismo. Propôs, nessa ocasião, que se organizasse um programa em nível estadual.

Com esse objetivo, iniciei contato com colegas professores do Hospital de Clínicas, de diversas áreas médicas: Léo Choma, Rubens Jansen de Sá, Roberto Pirajá M. de Araújo e Rodney Frare e Silva, da Pneumologia; Lysandro Santos Lima e Paulino Kotaka da Clínica Médica; Gastão Pereira da Cunha, da Cardiologia; Dante Romanó Jr. e Otto Kotze da Angiologia; e Ehrenfried Wittig da Neurologia. A Otorrinolaringologia foi por mim representada.

Promoveu-se um debate amplo e multidisciplinar, de onde resultou a concepção de um programa de combate ao tabagismo a ser adotado pela Secretaria Estadual da Saúde.

O Secretário aprovou nossa proposta e a enriqueceu, integrando ao grupo o jornalista Adherbal Fortes de Sá Júnior que, com muita competência, coordenou o movimento, especialmente na diversificação de eventos, no uso dos recursos da mídia e na mobilização da sociedade.

Nesta época foi fundada a APCF — Associação Paranaense Contra o Fumo. Em parceria com Adherbal Fortes Jr. e Léo Choma, assumimos a direção inicial desta entidade, que logo foi reconhecida, através da Lei nº 7.586 de 1982, como sendo de Utilidade Pública.

Com o apoio do Governador Ney Braga, através da Secretaria da Saúde, foram realizados vários eventos no sentido de levar à população do Paraná informações sobre os danos à saúde decorrentes do hábito de fumar: distribuição de folhetos, cartazes e adesivos; concurso de cartazes nas escolas, em colaboração com a Secretaria da Educação; inclusão do tema tabagismo nos cur-

rículos escolares, exposição de cartazes na Biblioteca Pública do Paraná, publicação de artigos e entrevistas em jornais, revistas, rádios e televisão; corridas de rua, meias maratonas. Tudo foi feito com o objetivo de atingir de maneira mais direta possível o público, utilizando-se dos meios e da linguagem relativas ao cenário daquela época.

Com respeito aos adesivos, parafraseamos os dizeres de campanhas publicitárias das marcas mais famosas de cigarros, as quais cito na sequência e, de cujo conteúdo, as pessoas que viveram à época certamente se recordarão:

- "Quem sabe o que quer, quer saúde. Não fume."
- "Venha para o lado suave da vida. Não fume."
- "O importante é ter saúde. Não fume."
- "Ao sucesso, com saúde. Não fume."
- "A decisão inteligente é não fumar."
- "Leve vantagem você também, certo? Não fume." - renomado jogador de futebol que a protagonizou foi muito criticado pelos antitabagistas por se tratar de um ídolo do esporte dando voz à propaganda do fumo. Ninguém leva vantagem prejudicando a saúde, "certo"?

Isso motivou o início de um processo judicial por plágio contra a Secretaria de Estadual da Saúde que, em resposta, desencadeou outro processo contra esses fabricantes por propaganda enganosa. O desfecho do impasse deu-se com a retirada de ambas as acusações. Tal polêmica reverteu-se a nosso favor, dando mais visibilidade à campanha antitabagista.

Dentre esses eventos destacaram-se, com expressiva repercussão na mídia nacional, as "greves do fumo", idealizadas por nosso talentoso jornalista, que usou o termo de forte apelo popular naquele contexto de ditadura militar em que vivia o país.

Assim, realizou-se numa sexta-feira, dia 29 de agosto de 1980 (escolhido aleatoriamente), em Curitiba, a primeira Greve do Fumo.

Mais de cinco mil estudantes foram às ruas, colhendo cerca de 148.000 assinaturas contra o tabagismo, registradas posteriormente em cartório e dirigidas ao Presidente Figueiredo.

No Paraná, esta data foi perpetuada, tornando-se o DIA DE NÃO FUMAR, no sentido de despertar especialmente nos jovens a consciência da não iniciação em tão prejudicial dependência. Paralelamente, um projeto de lei proposto pelo deputado paranaense Ítalo Conti na Câmara Federal, sugeria que o "nosso" 29 de agosto fosse aprovado como Dia Nacional de Combate ao Fumo.

Outro exemplo de envolvimento de estudantes, nessa época, nos deu Marco Antonio Bessa, que, ainda estudante de medicina da UFPR e presidente do Diretório Acadêmico, organizou trote de calouros com o tema antitabagista.

Realizou-se na verdade, um movimento político pela saúde, que repercutiu muito bem junto à população, criando um clima favorável à aprovação de leis restritivas ao tabagismo e exemplo para outras cidades. Muitos profissionais de saúde e de outras áreas aderiram logo no início, manifestando o desejo de participar de um movimento que se preocupava em prevenir doenças.

Cabe aqui relembrar como surgiu, em 1980, a primeira lei estadual dispondo sobre o tabagismo.

O Presidente da Assembleia Legislativa era o deputado Fabiano Braga Cortes, do qual fui companheiro no antigo CPOR, quando servimos o Exército. Recebi seus cumprimentos pela campanha contra o fumo, os quais estendi a toda a equipe participante. Ele se prontificou a atuar em prol de nossa campanha.

Sugeri então que se votasse uma lei de conteúdo duplo, proibindo o fumo na rede estadual de ensino, protegendo as crianças do convívio e exemplo de adultos fumantes, e no transporte coletivo intermunicipal, garantindo a qualidade do ar às pessoas com problemas respiratórios. O deputado sensibilizou-se com esses argumentos e aceitou a missão. Difícil, segundo ele, considerada a influência do lobby da indústria do fumo, mas foi possível aprovar o projeto de lei, que foi para a sanção governamental.

O Governador Ney Braga, demonstrando simpatia pela causa e resguardo estratégico, posicionou-se da seguinte forma: não iria sancionar; alegando que o Estado, de certa forma, era parceiro de uma indústria de cigarros instalada anos antes com incentivo fiscal na Cidade Industrial de Curitiba, mas também não iria vetar. Assim, como acontece nesse tipo de situação, a lei voltou para a Assembleia Legislativa, e esta a sancionou. Trata-se da Lei Estadual nº 02 de 1980, que proibe fumar nos ônibus intermunicipais e na rede estadual de ensino. Assim, Ney Braga, direta e indiretamente apoiou e patrocinou este movimento pioneiro contra o tabagismo, de repercussão nacional, possibilitando que a lei fosse aprovada e sancionada pela Assembléia Legislativa. Merece nosso aplauso.

Quanto a esta lei, cabe ainda um pequeno comentário: recebemos, naquela época, agradecimentos de algumas empresas de transporte coletivo, que mencionavam o benefício que tiveram, não somente pela saúde do motorista, cobrador e passageiros, mas também por evitar prejuízos no conserto de assentos queimados.

Em agosto de 1981, realizamos um Seminário em Curitiba denominado "Fumo ou Saúde". Este evento, de grande repercussão, foi organizado através de sete painéis, durante uma semana, abordando, além de todos os aspectos médicos do tabagismo, outras áreas, como legislação e esporte. Cito aqui alguns dos pesquisadores, nomes ilustres da medicina brasileira: Mário Rigatto, José Rosemberg, Antônio Pedro Mirra, Costantino Costantini, Josef Feher, Rinaldo De Lamare, sem desmerecer os demais participantes, todos de alto nível profissional e mencionados neste livro de memórias.

No painel II, por exemplo, no tema cardiologia, Costantino Costantini apresentou um dos seus trabalhos de pesquisa inédito em nosso meio, provando a influência do tabagismo na dinâmica do coração.

No painel V que tratou da "limitação física decorrente do uso do fumo", contamos com a participação também de Charles Loyd Sterling, de Dallas, Texas, Diretor do famoso Instituto de Pesquisas Aeróbicas da Clínica Cooper e de Telê Santana, que naquela época atuava como técnico da Seleção Brasileira de Futebol. Ambos despertaram muito interesse dos apreciadores do esporte.

Telê contou alguns casos em que teve atuação no combate ao tabagismo. Relatou um fato ocorrido num jogo contra a Bolívia, em La Paz, em 1981. O jogador Sócrates que, apesar de médico, era fumante, foi o único da seleção a ter dificuldades de desempenho no início dos treinamentos devido à altitude da cidade. Técnico e jogador concluíram que a solução seria que ele passasse alguns dias sem fumar. Correto, pois sua performance melhorou muito e o Brasil venceu por 2 a 1.

A primeira lei federal sobre tabagismo surgiria somente em 1986.

Na função de representar o Paraná na Associação Médica Brasileira na área de tabagismo e fazendo parte do Comitê Nacional de Combate ao Tabagismo, fomos convidados a Brasília e assistimos com satisfação à sanção pelo Presidente José Sarney da Lei nº 7.488 de 11 de junho de 1986, instituindo o "Dia Nacional de Combate ao Fumo", a ser comemorado em todo o território nacional, anualmente, no "nosso" 29 de agosto. Esta lei tinha somente valor educativo, mas anunciava um lento, porém progressivo, envolvimento do Governo Federal, considerando o tabagismo uma doença e importante questão de saúde pública.

Vale citar também a Lei Municipal nº 7.298 de 14 de fevereiro de 1988, que proíbe o fumo no interior de táxis, de autoria da então vereadora Rosa Maria Chiamulera, colega participante do nosso grupo.

Ao longo destes anos o programa antitabagista evoluiu do núcleo inicial da Secretaria da Saúde do Estado, envolvendo as secretarias municipais da saúde, outras áreas do governo e também várias entidades, como sociedades médicas e hospitais.

Com relação À SESA, digno de menção é o trabalho de grande abrangência e desenvolvido com muita dedicação, idealismo e competência pelas educadoras em saúde Teresinha Jensen e Iludia Rosalinski, que representam a SESA/PR, amplamente reconhecido e elogiado pelo Ministério da Saúde e especialmente pelo Instituto Nacional do Câncer – INCA. Teresinha Jansen foi minha parceira desde os primeiros anos do programa antitabagista e sucedeu-me na sua coordenação, em 1987. A sua dedicação foi sempre exemplar, sendo condecorada, em 1995, por dez anos do programa, pelo então Ministro da Saúde Adib Jatene.

A articulação da APCF, sob as gestões de Saulo Carvalho Filho e de Luci Iolanda Bendhack, com trabalho dessas educadoras em saúde, tem sido eficaz e especialmente renovadora.

Sob o aspecto administrativo da APCF conta com o trabalho voluntário de Carlos Werner, o qual nos dá a tranquilidade nos trâmites legais necessários junto à Receita Federal, mesmo sendo entidade sem fins lucrativos.

Os secretários estaduais da Saúde, que sucederam o pioneiro Oscar Alves, todos lembrados nessa memória, deram continuidade ao programa. Destaco, pela receptividade e sensibilidade à nossa causa, aqueles com os quais tratei pessoalmente: Nizan Pereira Almeida, Armando Raggio, Gilberto Martin e Carlos A. Moreira Júnior.

A Associação Médica do Paraná que desde o inicio apoiou o movimento de forma plena e irrestrita, cede também um espaço em sua sede para a APCF. O presidente da AMP José Fernando Macedo, desde a primeira gestão nunca poupou esforços, participando ativamente sempre que solicitado, fazendo valer seu prestigio pessoal e o peso da entidade que representa. Também destacamos a participação da AMP durante as gestões de José Elias Ayex Fº e João Carlos Simões.

A meta sempre foi informar a população sobre os malefícios do tabagismo, prevenir especialmente os jovens, e promover orientação de tratamento.

Paralelamente, buscava-se obter uma lei, a principal, que, complementasse a Lei Federal nº 94/96, que proíbe o fumo em ambientes fechados, porém é permissiva quanto à existência de fumódromos. O objetivo era a extinção definitiva destes ambientes insalubres e, esta expressiva vitória obtivemos no ano passado.

Primeiramente aprovou-se na Câmara, por unanimidade, a Lei Municipal de Curitiba, nº 13.254 de 2009, de autoria do vereador Tico Kuzma (Gestão Beto Richa), proibindo o uso de produtos fumígenos em todos os recintos de uso coletivo, público ou privado. Cabe registrar a participação da Nely Almeida que deu início ao processo, concebendo propostas para o controle do tabagismo em Curitiba. Pouco tempo depois veio a Lei Estadual nº 16.239 de 2009 (Governo Requião), de conteúdo similar, dando cobertura da proibição a todos os municípios paranaenses.

Foi uma fase que exigiu muito empenho e união de nossa parte. No período em que a lei estava sendo analisada e discutida, houve pressão da indústria do tabaco, dos fumicultores, e dos representantes de restaurantes, bares e casas noturnas, para que fosse aprovada incluindo a permissão do chamado "fumódromo". Isso provocou pronta mobilização do nosso grupo, incluindo a participação da nossa saudosa e querida Zilda Arns, no sentido de esclarecer os deputados quanto à comprovada insuficiência técnica deste pseudo-isolamento (sua existência não impede que a poluição do ar se alastre para os ambientes adjacentes) e de promover a defesa do fumante passivo (exemplo os profissionais que atendem o público continuam submetidos à sua nocividade). No dia da votação colocamos faixas na frente da Assembléia Legislativa alertando os deputados sobre a posição firme da AMP contra o "fumódromo".

Dentre os 36 deputados que votaram a favor dessa lei, destaco a atuação de Luiz C. Romanelli (líder do governo), Artagão Júnior, Reni Pereira (relatores) e Ney Leprevost, que foi o nosso primeiro e cordial contato na Assembléia, assumindo conosco sua clara posição a respeito dessa lei.

Durante todos estes anos o Programa vem contando com a participação e apoio de instituições das mais diversas ordens, entidades governamentais, públicas e privadas. Tais instituições, bem como as pessoas, entre profissionais das áreas de saúde, educação, comunicação, políticos, entre outros, que de alguma forma ou em algum momento contribuíram para todas essas conquistas, são lembradas nesta memória, organizada voluntariamente por Jonatas Reichert — pneumologista, membro titular da Comissão de Combate ao Tabagismo da Associação Médica Brasilleira, ativo integrante e mentor científico do Programa Estadual de Controle do Tabagismo da SESA/PR. Estudioso e dedicado ao tema, tem trabalhos publicados em livros e revistas de matéria médica de reconhecido prestígio e circulação nacional. Brilhantemente representa o Paraná como palestrante em congressos e seminários. Dinamizou parceria entre a Associação Paranaense Contra o Fumo e a Secretaria Estadual da Saúde quando exerceu a presidência da Sociedade Paranaense de Tisiologia e Doenças Torácicas. Atual vice-presidente da APCF assumirá sua presidência no biênio 2011/2012.

Encerro com agradecimentos.

Primeiramente, pelas duas homenagens que recebi: uma da Câmara Municipal de Curitiba, por indicação da vereadora Nely Almeida, e outra da Assembléia Legislativa do Paraná, por indicação do deputado Ney Leprevost.

Por fim, quero agradecer a todas as pessoas que participaram e participam desta jornada, com grande dedicação e cidadania numa luta onde não há perdedores. Há, sim, o desejo comum de deixarmos um legado às gerações que nos sucedem, de um mundo mais limpo, mais saudável e melhor.

Curitiba, novembro de 2010.

TERESINHA JENSEN

Educadora em Saúde, Especialista em Gestão de Serviços e Sistemas de Saúde, pioneira e Coordenadora do Programa Estadual para o Controle doTabagismo.

Os trinta anos do Programa de Controle do Tabagismo no Paraná

Tenho a honra de fazer parte da história do Programa de Controle do Tabagismo no Paraná. Iniciei minhas atividades na equipe em maio de l980 e em meados de 1986/87 assumi a Coordenação do Programa com a saída do coordenador Dr. Jayme Zlotnik.

O Paraná é pioneiro no controle e na institucionalização do Programa de Controle do Tabagismo (Resolução 62/79) desenvolvendo esta questão de maneira firme, determinada e sem retorno e escrevendo um Plano de Trabalho a ser cumprido que se observado e comparado com o momento percebe-se que o tema é atual, apesar de seus mais de 35 anos.

O Programa ousou na realização de grandes eventos (já descritos pelo autor deste documentário) inicialmente as atividades eram realizadas em Curitiba e sempre com ênfase maior nas datas pontuais.

Dentre as ações continuadas, existia uma preocupação em atender satisfatoriamente as pessoas interessadas. Com a percepção que a demanda aumentava cada vez mais, surgiu a ideia de elaborar uma Política de Controle do Tabagismo para atender a todos os municípios de maneira igualitária.

Em 1991, com a colaboração da pedagoga Sonia Maria de Oliveira Franzosi escrevemos um projeto propondo a descentralização do Programa no Estado, ideia que foi prontamente aprovada

pelo Secretário de Estado da Saúde Dr. NIZAN PEREIRA que assinou a Resolução 77/91 instituindo nas Regionais de Saúde, Comissões Regionais de Controle do Tabagismo que tinham como objetivo criar Programas Municipais.

Esta Resolução foi apresentada em cinco Encontros Macrorregionais reunindo representantes de todo Estado, envolvendo Secretarias Municipais de Saúde, Educação, Cultura, Trabalho, Núcleos Regionais de Educação, Regionais de Saúde, Associação Paranaense de Secretários Municipais (APASEMS) entre outras entidades afins, dando inicio a operacionalização das ações propostas.

Os resultados destas ações estão descritos no trabalho "DESCENTRALIZAÇÃO DAS AÇÕES DE CONTROLE DO TABAGISMO – CRIANDO UMA REDE MUNICIPAL", que a pedido do Instituto Nacional de Câncer (INCA) apresentei no II Congresso Brasileiro Sobre Tabagismo que aconteceu no CEARÁ, em 1996.

A resposta da comunidade foi positiva, porém nos deparamos com a falta de materiais informativos específicos para subsidiar e apoiar os técnicos em seus locais de trabalho para inicio das atividades.

Diante desta constatação enfrentamos o desafio de elaborar a proposta de descentralização apresentando o documento "REGIONALIZAÇÃO, A CAMINHO DA CRIAÇÃO DE PROGRAMAS MUNICIPAIS" também em parceria com a pedagoga Sonia Maria de Oliveira Franzosi, contendo objetivos, passos fundamentais para a criação de programas municipais e sugestões de atividades das Comissões Regionais para a execução de Programas Municipais.

Por acreditarmos na força educacional em prevenção e promoção da saúde entre crianças adolescentes e jovens, estabelecemos uma estreita ligação com as secretarias da educação do estado e municípios e escolas particulares o que provocou uma grande demanda de professoras, diretoras, pedagogas solicitando apoio pedagógico na orientação do controle do tabagismo.

Surgiu assim a ideia de pesquisar um novo tema e elaborar outro documento "O PROFESSOR E O MEDICO COMO MODELOS FORTES NO COMBATE AO TABAGISMO", convidamos para participar o Dr. ALCIDES PRANTE JR, que até aquela época era o único médico, do nosso conhecimento, que oferecia tratamento para as pessoas interessadas em abandonar a dependência do cigarro. O documento descrevia a importância do papel destes profissionais no controle do tabagismo.

Em 1994, tive a honra de participar de dois momentos muito importantes, um foi fazer parte da primeira Diretoria do "Capítulo Regional do Comitê Coordenador do Controle do Tabagismo no Brasil".

Também nesse ano pouco se falava sobre tratamento ao fumante", traduzi texto do Boletim Informativo NEWSLETTER – Comitê Latino Americano Coordenador do Controle do Tabagismo CLACCTA/julho/agosto/setembro/93 tratando sobre a "IMPORTANCIA DOS MÉDICOS E DOS PROFISSIONAIS DA SAUDE: AJUDA AOS FUMANTES PREVINE CONTRA O TABAGISMO" e com apoio da Associação Medica do Paraná foi publicado no JAMP (JORNAL DA ASSOCIAÇÃO MÉDICA DO PARANÁ) nº 110 - out/nov/dez/94, distribuído para todos seus associados.

Também muito me honra, ter contribuído com o Instituto Nacional do Câncer (INCA) na elaboração do documentário "CONTROLE DO TABAGISMO: UM DESAFIO".

Participei de todos os Encontros Nacionais de Coordenadores Estaduais promovidos pelo INCA, desde 1988, onde eram apresentadas, avaliadas e planejadas as ações em todo o País.

Tenho a convicção de que esta participação representando o Estado do Paraná contribuiu para a consolidação das "Ações de Controle do Tabagismo no Brasil", fato documentado na página 4 do Manual do INCA "Práticas para a Implantação de um Programa de Controle do Tabagismo e Outros Fatores de Risco" edição 1998, material utilizado até hoje, pelo INCA nas capacitações da descentralização municipal em todo Brasil.

Acredito que o trabalho desenvolvido no Paraná contribuiu com ideias práticas, demonstrando

que apesar do grau de facilidade e/ou dificuldade era possível estabelecer atividades contínuas de prevenção do tabagismo e a equipe do INCA com muita competência criou o Programa Nacional de Controle do Tabagismo Brasileiro, resultado de vários anos de pesquisa, avaliação e planejamento. Esta mesma equipe na época era chamada pelo nosso Professor Dr. JOSÉ ROSEMBERG de "quarteto de ferro" composta pela Dra. VERA LUIZA DA COSTA E SILVA, Dra. TEREZA MARIA PICCINI FEITOSA, Dra. TÂNIA MARIA CAVALCANTE e Dra. LUISA DA COSTA E SILVA GOLDFARB.

A dedicação e o resultado deste trabalho culminou com a celebração de convênio entre o Ministério da Saúde e todos os Estados com a interveniência do INCA órgão responsável pela elaboração do Plano de Trabalho para o repasse de recursos financeiros específicos para as ações de controle do tabagismo no Brasil. A partir de 1998 foi possível o desenvolvimento de várias ações no Estado do Paraná, entre elas a composição de uma equipe para a coordenação estadual, a partir desta data contamos com a participação da Educadora em Saúde, ILUDIA ROSALINSKI, com quem compartilhei as ações do programa e, juntas percorremos os municípios do Estado do Paraná, treinando representantes das Secretarias Municipais de Saúde e Educação, Núcleos Regionais de Educação, Regionais de Saúde.

Em 2004, foram incluídas nestes treinamentos, equipes multiprofissionais das Unidades Básicas de Saúde do Paraná, para realizar o tratamento do fumante estabelecido na Rede SUS pela Portaria 1035/04. Estes treinamentos continuam sendo realizado para a manutenção das equipes, garantindo o acesso à população paranaense que pode receber atendimento em sua comunidade.

Em 2008, integrou à nossa equipe a enfermeira MARCIA REGINA CAMARGO STURM, que logo demonstrou muita empatia com o assunto e devo destacar sua motivada participação para a aprovação da lei estadual nº 16.239/09 no ano de 2009 e que com muita competência desempenha suas funções na equipe até a presente data.

Pesquisas demonstram que as ações desenvolvidas contribuem significativamente para redução do tabagismo, melhorando a qualidade de vida.

A minha trajetória no Programa Estadual de Controle do Tabagismo do Paraná, me faz constatar que é possível acreditar em estratégias de promoção de saúde e vida, pelo estímulo da prática de hábitos saudáveis e mudança de comportamento, além de confiar na sensibilização e informação de crianças, jovens e adolescentes, colaborando para a construção de uma geração saudável e livre.

ILUDIA DO ROCIO ROSALINSKI

Chefe da Divisão de Risco Cardiovascular – SESA/PR. Membro Integrante do Programa Estadual de Controle do Tabagismo – SESA/PR. Membro efetivo da Associação Paranaense Contra o Fumo (APCF). Secretaria Executiva da APCF – Biênio 2011-2012.

Atualmente, as Ações de Controle do Tabagismo estão sediadas na Superintendência de Políticas de Atenção Primária em Saúde – Departamento de Atenção ao Risco especificamente na Divisão de Risco Cardiovascular que através da Coordenação Estadual das Ações de Controle do Tabagismo, planeja, executa e avalia todas as ações no estado.

As pesquisas científicas e a epidemiologia conferem às Ações de Controle do Tabagismo amplitude e magnitude sem precedentes para as ações de promoção da saúde tanto coletivas como individuais inseridas nos Programas de Atenção Básica, de Média e Alta Complexidade.

Modernamente sabe-se que deixar de fumar é um processo, assim o histórico do Controle do Tabagismo no Brasil e especificamente no Paraná refletem este conceito, pois, desde 1979, as ações vem avançando, estabelecendo uma base concreta em todos os níveis governamentais e da sociedade civil organizada ou não, estruturando-se também no âmbito social, econômico, ambiental e educativo dentre outros.

Sob a ótica da Saúde Pública, podemos dizer que o Controle do Tabagismo é o maior desafio às políticas públicas da próxima década. Validando esta afirmação foi que a OMS – juntamente com os países signatários propôs a Convenção Quadro para Controle do Tabaco (primeiro tratado mundial de saúde pública) podemos afirmar que a partir de então um novo impulso ao tema foi registrado e assim inicia-se a época contemporânea do Controle do Tabagismo no mundo.

O Paraná, incluso no contexto mundial e em consonância com a política brasileira, selou sua participação em 29 de setembro de 2009, com a assinatura da lei nº 16239/09 denominada Lei Antifumo e assim acompanhando a vanguarda brasileira de seguimento da Convenção Quadro para Controle do Tabaco no sentido mais amplo de seu alcance, pois temos políticas de apoio à Diversificação da Fumicultura e Agricultura Familiar, controle de agrotóxicos e proteção ao fumicultor através de Fórum Permanente da Promotoria Estadual do Trabalho e outras iniciativa de incentivo à cessação do uso do tabaco com garantia legal de tratamento em Postos do SUS e na iniciativa empresarial pública e/ou privada.

O feito legislativo no Paraná consagrou a prática democrática, quando o convencimento dos legisladores foi feito à luz da ciência e pudemos vivenciar o processo democrático puro em plenário aberto. Posso dizer, sem medo de errar que a vitória foi da população e da saúde pública do Paraná.

Acreditando estar no caminho certo para a minimização dos danos causados pelo cultivo e uso do tabaco, sinto-me privilegiada em poder participar deste movimento.

WALDEMAR OSWALDO BIANCO

Coronel Reformado do Exército, Diretor Regional do Departamento de Telecomunicações (Dentel) no Estado do Paraná (1978 a 1979), Diretor Geral do Dentel no Ministério das Comunicações em Brasília, entusiasta combatente do tabagismo e exímio orientador dos fumantes e divulgador dos malefícios do tabagismo para crianças realizando palestras em escolas e para a população em geral através da televisão, rádio e jornais, em empresas, Hospital Geral de Curitiba (do Exército), Rotary e Clubes.

Iniciei o tabagismo como a maioria dos jovens da minha geração, no convívio com fumantes, pela ausência de informações dos malefícios do fumo e também induzido pela enganosa propaganda, fumando esporadicamente.

O período em que mais fumei foi quando exerci a função de Delegado Regional do Departamento da Polícia Federal, no período de 1966 a 1969 (época difícil), deixando o vício em 1970.

Após adquirir conhecimentos suficientes e pelos benefícios alcançados principalmente através do esporte, achei que como cidadão, deveria combater o tabagismo. Ao exercer a função de Diretor Regional do Departamento de Telecomunicações "DENTEL" no Estado do Paraná (1978 a 1979) e Diretor Geral do Dentel no Ministério das Comunicações (M.C.) em Brasília realizei palestras aos funcionários sobre os malefícios do tabagismo, que foram impressas e distribuídas aos funcionários do MC.

Em visita às Diretorias Regionais sempre transmiti a minha mensagem "antitabágica". Durante as visitas e nas reuniões das emissoras da Associação das Emissoras do Estado do Paraná "AERP" solicitava a divulgação dos malefícios do fumo, do alcoolismo e também da disseminação das drogas, principalmente entre jovens.

Realizei inúmeras palestras, com projeção de filmes em escolas, empresas e até no Hospital Geral de Curitiba (Exército).

Recebi, na década de 1970, importante apoio do Dr. Oscar Alves, Secretário da Saúde, e da Sra. Teresinha Jensen e dos Evangélicos Adventistas do Sétimo Dia que forneceram cópias dos filmes "Contagem Regressiva", "Um em Vinte Mil" e o "Tempo Aperta o Gatilho" e participação em seus cursos "Como Deixar de Fumar em Cinco Dias".

Como Rotariano também sempre combati o vício de fumar, conseguindo por unanimidade, há mais de quinze anos em nosso Rotary Club de Curitiba Batel não fumar durante as reuniões e refeições. Encarregado de fazer a informação rotária fazia também a informação antitabágica lendo perguntas e respectivas respostas sobre o tabagismo.

Com o apoio da Diretoria do Clube Curitibano realizei palestras e coordenei o curso "Como Deixar de Fumar em Cinco Dias" (da Igreja Adventista do Sétimo Dia) e colocação de cartazes e placas proibindo fumar na sauna, refeitórios e áreas esportivas, com a colaboração do eficiente Gerente Eduardo Souza da Silva.

Contei também com o importante apoio da Associação Paranaense de Combate ao Fumo e do Capitulo Paranaense do Comitê Coordenador do Controle do Tabagismo no Brasil. Com muita fé e patriotismo saímos vencedores, em benefício da saúde do Brasil, pois as sementes caíram em terra fértil transformando-se em Leis Municipais, Estaduais e Federais. Com grande admiração e respeito menciono *In Memorian* o grande amigo e colaborador Dr. Francisco Cunha Pereira Filho pelo apoio na divulgação, quer através do jornal Gazeta do Povo, quer pela Televisão Canal 12 (única emissora do Brasil que transmitiu em horário nobre um filme sobre os malefícios do fumo, na época das belíssimas e insinuantes propagandas do cigarro).

Cito também os incansáveis guerreiros: Dr. Jayme Zlotnik, Dr. Mário Maranhão, Dr. Leo Choma, Dr. Alaor Jason Brenner e tantos outros que, no momento, minha memória não permite nomear.

Agradeço a Deus pela missão cumprida e transmito minha satisfação e alegria a todos que continuam com o entusiasmo, na nobre missão em benefício da saúde dos brasileiros.

ANTONIO PEDRO MIRRA

Coordenador da Comissão de Combate ao Tabagismo da Associação Médica Brasileira – São Paulo/SP. Membro da Comissão de Controle do Tabagismo do Conselho Federal de Medicina – Brasília/DF. Coordenador do Registro de Câncer de São Paulo do Departamento de Epidemiologia da Faculdade de Saúde Pública da Universidade de São Paulo.

As contribuições do Paraná ao movimento liderado pela Associação Médica Brasileira, foram de suma importância para a mobilização dos vários segmentos da sociedade, nesta Unidade da Federação.

O Programa de Combate ao Fumo da Sociedade Médica do Paraná, liderado por Jayme Zlotnik, por suas ações dinâmicas e mais agressivas teve repercussões positivas nos resultados obtidos para o Brasil da nossa atualidade.

Em 1980, é lançada a Greve do Fumo, sob essa mesma liderança, que teve um sucesso enorme, durante todo o dia 29 de Agosto, em que houve a troca dos maços de cigarros por um ramalhete de flor. Nesse mesmo dia houve a Meia Maratona com uma presença apreciável de participantes. Este fato repercutiu por todo o país, porquanto era a primeira vez que se realizava uma greve do fumo em nosso país. Com este sucesso enorme fez com que o 29 de Agosto fosse considerado o Dia Nacional de Combate ao Fumo, em homenagem ao Paraná.

O Grupo Assessor do Ministério da Saúde para o Controle do Tabagismo no Brasil, presidido pelo Senador Lourival Baptista, decidiu pela proposição de um projeto de lei, instituindo o 29 de Agosto, como o Dia Nacional de Combate ao Fumo, resultante na primeira lei federal de nº 7488 de 11.06.1986, sancionada pelo Presidente da República Senhor José Sarney. Esta aprovação foi resultante de um trabalho incansável do Grupo Assessor junto ao Executivo e Congresso Nacional. pois, não havia clima algum para que ações legislativas ocorressem, em face da política econômica do Governo, que dava prioridade à arrecadação de tributos incidentes sobre os produtos do tabaco, não permitindo qualquer movimento que pudesse interferir nessa arrecadação.

O lider Jayme Zlotnik foi incansável na mobilização da nossa sociedade para os problemas do tabagismo durante vários anos. Em 1981, ele organiza o Seminário "Fumo ou Saúde", em Curitiba, em que houve a participação da maioria dos lideres médicos nacionais, sob o patrocínio da Secretaria Estadual de Saúde do Paraná e Associação Paranaense de Combate ao Tabagismo, sob sua presidência. Este seminário em que houve a discussão dos vários aspectos do controle do tabagismo, constituiu um marco para a luta anti-tabaco em âmbito nacional.

Em 1991, juntamente com o Professor José Rosemberg, foram os representantes do Brasil, no Comité Latinoamericano Coordenador do Combate ao Tabagismo (CLACCTA), participando ativamente das suas reuniões sediadas em vários países da América Latina. Com a filiação do Comite Coordenador do Combate ao Tabagismo no Brasil ao CLACCTA, José Rosemberg como presidente e Jayme Zlotnik como vice assumem o nosso Comité, no período de 1989-1991, criando Capítulos em cada Estado da Federação, em níveis estadual e municipal. Durante toda a atuação da AMB no controle do tabagismo, o Paraná foi um participante ativo e sempre presente em suas ações.

VERA LUIZA DA COSTA E SILVA

Possui graduação em Medicina pela Universidade de São Paulo (1975) e doutorado em Saúde Pública e Epidemiologia pela Fundação Oswaldo Cruz (1999). Cursou o MBA da COPPEAD, Universidade Federal do Rio de Janeiro em Administração em Saúde no período 1999-2000. Trabalhou e coordenou a área de Prevenção e Vigilância do Câncer do Instituto Nacional de Câncer do Ministério da Saúde durante 15 anos até o ano de 2000. Foi diretora do Departamento de Controle do Tabagismo da Organização Mundial de Saúde de 2001 a 2005, supervisionando o Secretariado da OMS durante a negociação da Convenção-Quadro para o Controle do Tabaco e estabelecimento da Conferência das Partes do tratado. Trabalhou como Assessora regional da Organização Panamericana da Saúde, em 2007. Trabalha como consultora da OMS desde então. Uniu-se como professora colaboradora à Escola Nacional de Saúde Pública da FioCruz em meados de 2011, tendo se tornado Pesquisadora Visitante Senior FIOCRUZ, em abril de 2012. Chefe do Secretariado da Convenção-Quadro para o Controle do Tabaco da OMS, cargo assumido em 20 de junho de 2014 em Genebra/Suiça. Tem experiência na área de Saúde Coletiva, com ênfase em Saúde Pública, atuando principalmente nos seguintes temas: tabagismo, estratégias de controle do tabagismo, poluição ambiental da fumaça do tabaco, tratamento do fumante e educação e controle do câncer e fatores de risco das doenças não transmissíveis.

Relatos de Experiências com o Controle do Tabagismo no Brasil Experiências com a SESA/PR

Quando, há vinte e cinco anos atrás, comecei a me envolver no controle do tabagismo, busquei entender o que poderia ser feito através da instituição federal onde trabalhava como médica clínica, o Instituto Nacional de Câncer do Ministério da Saúde, órgão que na época se devotava essencialmente para o tratamento do câncer e que passou a ser a instituição que lidera o programa de controle do tabagismo no país, tornando-se Centro Colaborador da Organização Mundial de Saúde sobre o tema.

Logo descobri que já haviam pioneiros no Brasil tentando avançar o tema na mobilização da classe médica, na agenda política das Secretarias de Saúde de estados e municípios e no processo legislativo e educativo essencial para o avanço das ações de controle do tabagismo. Foi com admiração que travei contacto com algumas das ilustres figuras que já atuavam nesta área em seus respectivos estados e se envolviam na promoção desta área no Brasil através de organizações médicas como a Associação Médica Brasileira – AMB. José Rosemberg, Mario Rigatto, Edmundo Blundi, Aloyzio Achutti, Antônio Pedro Mirra e Jayme Zlotnik eram alguns deles. Por influência deles e das atividades que desenvolveram, o então ministro da saúde acabava de criar um programa nacional e um grupo assessor ao Ministério da Saúde, grupo do qual eu viria a me tornar secretária executiva nos anos seguintes, ingressando de forma decisiva na carreira de sanitarista.

Este grupo, que podemos hoje identificar como de pioneiros do controle do tabagismo brasileiro, falava em campanhas nacionais sobre os malefícios dos cigarros e em programas de saúde e educação com ênfase nas escolas primárias, secundárias e de formação acadêmica. Propunha programas de governo estruturados nos estados e municípios, seguindo o exemplo de outros programas de saúde. Seus membros realizavam pesquisas dentro do âmbito de suas especialidades médicas, tentando entender como a população brasileira se situava em relação ao tabagismo como fator de risco e como causa de adoecimento e morte. Enfim, este grupo começava a vivenciar na prática os desafios que um país grande produtor de fumo enfrentaria para controlar a epidemia causada pela droga produzida por uma forte indústria que influenciava os próprios governos.

Os argumentos se enfileiravam contra qualquer controle deste produto: era o tabaco que fazia parte do brasão nacional, que gerava importantes impostos sem os quais o país parecia não poder sobreviver, que criava empregos que aparentemente não teriam como ser substituídos e que tinha o apelo do poder econômico ao seu lado. Eram os próprios formadores de opinião do setor saúde que pareciam seguir o caminho de prevenir apenas as doenças infecciosas, apesar das estatísticas de mortalidade já estarem mostrando que as doenças cardiovasculares eram as que mais matavam e que o câncer crescia como causa de óbitos no país, o que pedia uma atenção imediata do governo e da sociedade[1]. Ademais, muitos dos sanitaristas fumavam, trazendo uma nuance pessoal que dificultava o processo de decisão coletivo. O modelo de prevenção na saúde pública ainda engatinhava na experiência do controle de fatores de risco das doenças não-transmissíveis. O tempo mostrou que nenhum destes argumentos era suficiente para impedir as ações de saúde pública que se seguiram no país.

Alguns estados, no entanto, fizeram história por sua atuação precoce e decisiva no controle do tabagismo, gerando fatos e concebendo estratégias que depois passaram a ser usadas por outros estados e municípios e pelo país, em nível nacional.

[1] Costa e Silva V.L., Campos G., Romero L.C.P., Gerhardt Filho G. Smoking modification behavior - an approach to teenagers in the Brazilian Anti-Smoking Program - Smoking and Health, Elsevier Science Publishers B.V., Amsterdam, 835-835 , 1988.

Um deles foi o Rio Grande do Sul. Em que pese o fato de que foi no centro deste estado, com a colonização alemã, que nasceu o núcleo que viria a ser "a capital do fumo" do país, Santa Cruz do Sul, o estado foi um dos pioneiros no controle do tabagismo. Foi no maior estado fumicultor do Brasil que, a partir de 1975, foram iniciadas discussões e dados os primeiros passos de colaboração entre o governo e a sociedade civil, que resultariam primeiro em apoio ao trabalho da AMRIGS – Associação Médica do Rio Grande do Sul em suas campanhas por uma legislação estadual sobre tabaco e depois no estabelecimento do Programa Estadual de Combate ao Fumo no início da década de 80[2]. A Portaria da Secretaria da Saúde e Meio Ambiente do Estado do RGS 1/1980 consolidou este processo e foi seguida pela lei Estadual nº 7.813/1983, vedando o uso de fumo em áreas fechadas de estabelecimentos de ensino públicos, salas de reuniões, espetáculos e conferências, museus e bibliotecas, ginásios de esporte, mantidos e subvencionados pelo Governo do Estado e em veículos de transporte intermunicipais de passageiros, bem como a comercialização de produtos nos mesmos recintos e inclusive na Assembléia Legislativa. Aloyzio Achutti foi um dos primeiros técnicos a conduzir o trabalho estruturado de controle do tabagismo da Secretaria Estadual de Saúde, que se estabeleceu oficialmente no Serviço de Doenças Crônicas, chefiado por ele, a partir de 1980, amplamente baseado na cooperação com a Secretaria de Educação, AMRIGS e outras entidades.

O outro estado pioneiro no controle do tabagismo foi São Paulo, que com a Associação Médica Brasileira e a Universidade São Paulo, conseguiu impacto na mídia e no governo federal para que se criasse o embrião do que seria na década de 80, o Programa Nacional de Controle do Tabagismo[3]. Neste estado, o primeiro ato administrativo para criação do Programa de Controle do Tabagismo na Secretaria de Estado da Saúde de São Paulo (SES/SP) iniciou-se com o Decreto 26.199/1986, que instituiu um Grupo de Trabalho para estudar e propor a regulamentação da Lei nº 5.384/1986 que proibia fumar nas repartições públicas. Este grupo era composto por 02 representantes da SES/SP, e 01 representante das seguintes Secretarias Estaduais (Administração, Promoção Social, Descentralização e Participação, Governo) e 02 representantes convidados de entidades representativas dos servidores públicos. Sérgio São Fins Rodrigues e Marco Antônio de Moraes foram os pioneiros na condução deste trabalho pela Secretaria de Estado da Saúde de São Paulo.

Na sequência, foi instituído pela resolução SES-SP/1987, um gupo de trabalho para cumprir o decreto acima comentado. Que foi ampliado para um grupo multiprofissional para assessorar o Programa de Controle do Tabagismo do Estado de São Paulo em 1991.[4] Em 1995 foi publicada a resolução SES/SP 291 criando a Comissão Estadual de Prevenção e Controle do Tabagismo (CETAB), onde os mesmos atores sociais acima citados foram envolvidos.

O terceiro foi o Estado do Paraná. O compromisso da Secretaria Estadual de Saúde foi oficializado neste estado em 1979, através de uma resolução que determinou que suas principais ações seriam educativas e informativas. Em 1980, o Paraná alcançou visibilidade nacional com a Greve do Fumo, que serviu de exemplo para a primeira lei federal de controle do tabagismo no país,

[2] Achutti A. in: Control del hábito de fumar: taller subregional para el Cono Sur y Brasil, Argentina, Brasil, Chile, Uruguay, Buenos Aires, Argentina, 18-22 de noviembre de 1985 - Organización Panamericana de la Salud; 1986. 346 p.

[3] Mirra, Antonio Pedro; Marcondes, Ruth Sandoval; Pereira, Isabel Maria Teixeira Bicudo; Stewien, Glacilda Telles de Menezes: Resgate histórico do controle do tabagismo na Faculdade de Saúde Pública da Universidade de São Paulo: relato de uma experiência / The trajectory of tobacco control in the School of Public Health of the University of São Paulo: report on an experience. Saúde Soc;18(1):164-170, jan.-mar. 2009.

[4] O Grupo foi composto pelos seguintes membros em ordem alfabética:
Antonio Pedro Mirra; Antonio Rufino Neto; José Rosemberg; Glacilda Telles Menezes Stewien; Marco Antonio de Moraes; Maria Aparecida Balduino Barbosa; Maria Izabel Sampaio Carmagnani; Sérgio Sao Fins Rodrigues.



Mario Rigatto (Rio Grande do Sul), Jose Rosemberg e Antônio Pedro Mirra (São Paulo), 1990



Teresinha Jensen e Jayme Zlotnik – Paraná, 1990

sancionada em 1986, criando o Dia Nacional de Combate ao Fumo – 29 de Agosto[5] [6]. Terezinha Jensen era uma das responsáveis pelo Programa de Controle do Tabagismo na Secretaria de Saúde do Paraná desde sua introdução na Secretaria da Saúde. Estas atividades foram articuladas com as ações da Associação Médica do Paraná, onde o Dr Jayme Zlotnik atuava como força catalizadora do processo e a seguir foram abraçadas também por Iludia do Rocio Rosalinski e Jonatas Reichert ajudaram a ampliar o programa.

Neste mesmo evento, um manifesto assinado por quase 150 mil paranaenses, solicitava às autoridades federais brasileiras a proibição da propaganda de cigarros, o que só ocorreu 20 anos depois, através de uma lei federal sancionada em 2000[7].

Apesar destes esforços individuais, em meados da década de 80 o tema ainda engatinhava no Brasil e não fazia parte de quase nenhuma agenda de saúde no mundo. Mesmo com o pioneirismo de pessoas, estados e envolvimento de algumas associações médicas, éramos poucos e, muitas vezes considerados como um grupo de lunáticos tentando trabalhar com o que era visto como um "hábito" socialmente aceito e até desejável. Naquela época, a indústria fumageira não tinha nenhuma limitação para alardear seu produto através de amplas campanhas de marketing, nem sofria qualquer regulação, o que era inconcebível quando se leva em conta que o produto que estas empresas comercializam mata um em cada dois fumantes regulares[8]. O termo "hábito de fumar" era usado então até por nós mesmos, profissionais de saúde, em contraposição à terminologia que devia ser adotada "dependência à nicotina", mostrando que muito precisava ser aprendido e mudado no próprio sendo comum do tema.

Mobilizados pelo mesmo grupo de pioneiros, o Grupo Assessor para o Controle do Tabagismo no Brasil foi oficialmente criado em 1985 e sua secretaria executiva foi exercida pela então Divisão

[5] Mirra A.P & Rosemberg J. A história da luta contra o tabagismo http://www.amb.org.br/teste/comissoes/anti_tabagismo/artigos/a_historia_da_luta_contra_o_tabagismo.html

[6] Reichert, J. Origens do Dia Nacional de Combate ao Fumo http://www.joombo.info/uniadadulto/images/stories/Origem_do_Dia_Nacional_de_Combate_ao_Fumo.pdf

[7] SES Paraná.

[8] OMS/TFI, 2005.

Nacional de Pneumologia Sanitária com colaboração da Divisão Nacional de Doenças Crônicodegenerativas, de onde o INCA fazia parte. Foi com esta dupla identidade que caminhei por algum tempo no Programa Nacional de Combate ao Fumo (PNCF) também criado pela mesma portaria ministerial. Um dos resultados imediatos desta parceria foi o estabelecimento de um plano de trabalho publicado na Revista Brasileira de Cancerologia em 1988, delineando os primeiros passos do PNCF[9].

As estratégias de inserção do programa no país, dada a sua extensão territorial e um número de municípios acima de 5000, foi a de buscar introduzir ações de prevenção no SUS – Sistema Único de Saúde – presentes no plano. Havia sido exatamente neste ano que o SUS havia sido criado pela Constituição Federal. Concursos de frases e desenhos contra o fumo e o desenvolvimento dos primeiros cartazes do Ministério da Saúde com a campanha do cartunista Ziraldo se seguiram e deram visibilidade ao programa na mídia nacional. Os primeiros videos nacionais foram vinculados na televisão para cumprir a única lei federal vigiente na época, o Dia Nacional de Combate ao Fumo, trazendo informações sobre o tabagismo passivo em campanhas para adultos, adolescentes e crianças, as últimas concebidas pelo desenhista Maurício de Sousa. Portarias ministerias, leis e regulamentações começaram a ser sancionados nos anos seguintes e o PNCT começou a tomar forma de rede com as primeiras capacitações das equipes estaduais e municipais, dentro do Sistema Único de Saúde que dava seus primeiros passos após regulamentação pelas Leis Orgânicas da Saúde[10]. O SUS se propunha a promover a saúde, priorizando as ações preventivas, democratizando as informações relevantes para que a população conhecesse seus direitos e os riscos à sua saúde e o controle do tabagismo parecia se encaixar perfeitamente dentro desta lógica. No entanto, o início destas ações foram dificultadas pela falta de sensibilização dos secretários de saúde. Na maioria das secretarias as ações de prevenção se restringiam ao público infantil (campanhas de vacinação), cujos programas eram algumas vezes financiados pela própria industria do tabaco[11].

O Programa Nacional de Combate ao Fumo estimulou a descentralização das ações de controle do tabagismo, através de esforços estaduais e municipais o que foi estimulado por visitas à maioria das Secretarias Estaduais de Saúde e através de convênios realizados com as mesmas, o que permitiu com que a necessária infraestrutura fosse conferida ao programa, que passou a se institucionalizar progressivamente em todas as secretarias estaduais de saúde do país e em um grande número de secretarias municipais.

A descentralização para os municípios facilitou as ações ordenadas junto ao público, estabelecendo local definido para a obtenção de informações técnicas sobre o tabagismo e ampliando a massa crítica de pessoas que passaram a apoiar os processos legislativos e educativos locais e nacionais. Este efeito cascata de decentralização foi um dos responsáveis pelo sucesso do programa brasileiro, reconhecido internacionalmente desde o final da década de 90, levando o Brasil a ser convidado para a presidir as negociações da Convenção-Quadro para o Controle do Tabaco, tratado internacional legalmente vinculante do qual o Brasil faz parte e que foi adotado em 2003, entrando em vigor em 2005.

A linha estratégica do programa nacional foi no entanto traçada no final da década de 80 e sua divulgação começou a ocorrer inicialmente em congressos, encontros e cursos. O módulo de Controle do Tabagismo do Curso Nacional de Pneumologia Sanitária da então Divisão Nacional de Pneumologia Sanitária foi pioneiro no governo federal.

[9] Costa e Silva e Romero Programa Nacional contra o Fumo Revista Brasileira de Cancerologia, 1988.

[10] http://portal.saude.gov.br/portal/saude/visualizar_texto.cfm?idtxt=24627

[11] Costa e Silva, VL e cols. – Controle do Tabagismo: um desafio – MS-INCA:20,21: 1992

Uma das primeiras palestras sobre as propostas do programa foram feitas por mim durante o XXIV Congresso Brasileiro de Pneumologia e Tisiologia em 1988. Nesta apresentação tive o prazer de conhecer uma profissional que liderou o trabalho de controle do tabagismo da Secretaria de Estado de Saúde do Paraná durante os anos mais difíceis de implantação do programa, a professora Teresinha Jensen. Sua dedicação, empenho e visão foram essenciais para que o Paraná tenha sido um dos estados que mais se destacou com suas ações de decentralização do programa através de suas regionais de saúde. O projeto de descentralização desenvolvido na SESA/PR três anos depois foi apresentado por ela, então coordenadora do Programa estadual e foi oficializado através da resolução 77/91, tendo como resultado prático a instituição de cinco Comissões Regionais de Combate ao Fumo e Programas Municipais de Combate ao Tabagismo, além da realização de encontros com participação de representantes da comunidade, instituições estaduais, municipais e entidades afins.

O trabalho do Paraná foi reconhecido nacionalmente, em 1996, em prêmio destinado ao coordenador estadual "destaque". A distinção, conferida pelo Ministro da Saúde Adib Jatene, foi entregue pessoalmente à Teresinha Jensen.



Teresinha Jensen e o Ministro
Adib Jatene , Rio, 1996

O Estado do Paraná foi recentemente alvo de atenção nacional quando da assinatura da lei nº 16.239 de 29/09/2009, quando o estado avançou além da legislação nacional na defesa dos direitos dos não fumantes. Esta lei proibiu em todo estado o uso de produtos fumígenos em ambientes fechados não permitindo o uso de fumódromos ou qualquer sistema de ventilação que sabidamente não resolvem a poluição ambiental causada pelo fumo do tabaco. Foi além disto proibido fumar em veículos transportando crianças ou gestantes, e divulgou a lei – que teve alta aceitação por parte da população através de ampla campanha educativa, realizada pelo Governo do Estado.

Como se pode depreender do texto, o estado do Paraná sempre esteve na vanguarda das ações de controle do tabagismo no Brasil, servindo de modelo e estímulo para as ações nacionais. Isto se deveu à visão dos líderes que colaboraram com ideias e de imediato as colocaram em prática. Pessoas como Jayme Zlotnik, Teresinha Jensen, Iludia do Rocio Rosalinski e Jonatas Reichert marcam sua presença com menção honrosa nesta história. Eles e o estado do Paraná estão de parabéns.

TÂNIA CAVALCANTE

Médica hematologista. Residência Médica em hematologia pelo Instituto Estadual de Hematologia do Rio de Janeiro (Hemorio). Mestre em Saúde Pública pela Escola de Saúde Pública / Fiocruz. Doutouranda em Oncologia pelo INCA. Trabalhou durante 13 anos na assistência ao câncer na área de oncohematologia do INCA. A partir de 1993, passou a integrar a equipe responsável pelo Programa Nacional de Controle do Tabagismo onde atuou como responsável pelas ações nacionais de cessação do tabagismo. A partir de 2001, assumiu a chefia da Divisão de Controle do Tabagismo do INCA e nessa condição a coordenação do Programa Nacional de Controle do Tabagismo. Acompanhou o processo de negociação da Convenção Quadro para Controle do Tabaco como parte da delegação do Brasil, assim como coordenou os trabalhos nacionais para consensuar o posicionamento do governo brasileiro nessas negociações. Atualmente, atua como Secretária Executiva da CONICQ tendo como principais atribuições coordenar as ações intersetoriais dessa Politica Nacional de Controle com vistas ao cumprimento das medidas da CQCT e a participação da delegação do Brasil em atividades internacionais de cooperação relativas a esse tratado.

Programa de Controle do Tabagismo do Estado do Paraná

É com grande satisfação que dou o meu depoimento sobre a contribuição pioneira do estado do Paraná para o controle do tabagismo no País. Para mim esse convite tem um significado todo especial, pois foi nesse estado que fiz minha primeira palestra sobre esse assunto na sede da Associação Médica Paranaense ao lado do inesquecível Professor Rosemberg por ocasião do dia Nacional de Combate ao Fumo em 1994 (ou 1995). E foi estudando muito para me preparar para essa palestra que me apaixonei pelo tema e passei a integrar de corpo e alma ao grande mutirão nacional para o controle do tabagismo.

No ano passado, Brasil comemorou os resultados da Pesquisa Especial sobre Tabagismo do IBGE (Petab) realizada em 2008, a qual mostrou uma significativa redução da prevalência de fumantes na população acima de 15 anos. Em 1989, a Pesquisa Nacional de Saúde e Nutrição (PNSN) realizada também pelo IBGE mostrava uma prevalência de tabagismo de 32%. E a Petab mostrou que essa prevalência havia caído para 17% e que hoje temos mais ex-fumantes (26 milhões) do que fumantes (24 milhões) no país.

Esse resultado, sem dúvida, coroa o esforço de muitas instituições e personalidades nacionais que vêm se juntando a essa verdadeira força tarefa para o alcance dos objetivos da Política Nacional de Controle do Tabaco.

É importante assinalar que atuar no controle do tabagismo significa estar preparado para enfrentamentos já que envolve medidas que se chocam com interesses econômicos contrários aos seus objetivos. Essa dimensão tem se tornado cada vez mais evidente depois que documentos internos de grandes companhias transnacionais de tabaco depositados em juízo devido a litígios nos Estados Unidos e Reino Unido, tornaram públicas estratégias e táticas adotadas por essas companhias para minar os esforços de saúde pública para redução do tabagismo.

E o Brasil conseguiu vencer essa barreira, apesar de ser um grande produtor de fumo, onde poderosas companhias transnacionais de tabaco se instalaram em meados do século passado. Vale salientar que é exatamente nos 3 estados da região Sul, onde essas companhias têm se servido da terra fértil e da mão de obra barata e dedicada da agricultura familiar para instalar uma bem-sucedida cadeia produtiva de fumo, que tem dado ao Brasil o status de segundo maior produtor e maior exportador de fumo. Enfim, os 3 estados do Sul foram transformados em um grande celeiro de fumo para abastecer boa parte do planeta. Com isso, tornou-se cada vez maior o prestígio econômico e por conseguinte o prestígio político dessas companhias de fumo na região, criando enormes barreiras à implementação de medidas de controle do tabaco.

E é nesse cenário que ao longo da história do controle do tabagismo, o Estado do Paraná com sua brava gente tem servido de exemplo para o País.

O Paraná foi um dos primeiros estados onde a Associação Médica assumiu no final da década de 70 e início da década de 80 um grande protagonismo ao criar o Programa de Combate ao Fumo. Vale salientar que essa iniciativa se deu numa época onde belíssimas propagandas de cigarro adentravam nossas casas e nossas mentes pelos principais meios de comunicação construindo representações positivas do ato de fumar como um estilo de vida glamouroso. E onde o controle do tabagismo passava ao largo da agenda de saúde do governo. Colocar-se contra essa hegemonia significava portanto um grande enfrentamento não só do prestígio político de grandes companhias de tabaco como também dos principais meios de comunicação nacional que se beneficiavam de enormes somas para a divulgação das propagandas de cigarros.

E, nesse processo, destacou-se a iniciativa pioneira da Greve do Fumo lançada em 29 de agosto de 1980 pela Associação Médica Paranaense sob a liderança corajosa de Dr Jayme Zlotnik. Mais tarde essa iniciativa serviu de inspiração para Lei Federal nº 7488, de 1986, que adotou essa data ao instituir o Dia Nacional de Combate ao Fumo, comemorado no dia 29 de agosto todos os anos no Brasil.

Com a inclusão do controle do tabagismo na agenda da Secretaria de Estado em meados da década de 80, o governo do estado do Paraná dá um grande impulso à institucionalização do tema na agenda de saúde. E novas figuras de destaque surgem no cenário estadual e nacional como a incansável e batalhadora Teresinha Jensen que iniciou o programa de controle do tabagismo na Secretaria Estadual de Saúde e cuja atuação foi meritóriamente reconhecida em premiação recebida das mãos do então Ministro da Saúde Adib Jatene durante Encontro Nacional de Secretários Estaduais de Saúde realizado, em 1995, no Rio de Janeiro. E assim, como que por contaminação positiva, muitas outras lideranças foram se agregando à essa grande força estadual de controle do tabagismo. E nesse processo merece destaque a adesão aos trabalhos da Secretaria Estadual de Saúde de outras importantes lideranças e verdadeiros guardiões do controle do tabagismo, Iludia Rosalinski (Chefe da Divisão de Riscos Cardiocirculatórios) e Jonatas Reichert (Médico Pneumologista da SESA/PR e integrante do Programa Estadual de Controle do Tabagismo/PR).

A estratégia de descentralização das ações coordenadas pela Secretaria Estadual de Saúde foi paulatinamente refletindo-se no envolvimento de secretarias municipais de saúde como a de Curitiba, de Maringá, Londrina, de Irati e de muitos outros municípios do estado que passaram a incluir de forma exemplar as ações de controle do tabagismo nas suas agendas de saúde.

A coesão do estado em torno do controle do tabagismo também se refletiu de forma bastante positiva por ocasião do difícil processo para a ratificação da Convenção Quadro para Controle do Tabaco pelo Congresso Nacional em 2004 e 2005. Esse processo foi colocado em risco pelo forte lobby da indústria do tabaco que passou a disseminar inverdades junto aos parlamentares sobre supostos prejuízos econômicos para os fumicultores, e para os municípios e estados produtores de fumo, caso o Brasil ratificasse sua adesão a esse tratado. Com isso, foram criada enormes resistências políticas à ratificação da Convenção. E o Senado Federal na busca de um embasamento para sua decisão final, passou a realizar audiências públicas em municípios fumicultores nos 3 estados do sul e na Bahia antes da decisão final sobre a ratificação do tratado, em novembro de 2005.

Nesse contexto, o Estado do Paraná deu mais um exemplo de liderança ao país. Ao contrário dos demais estados, onde os governos estaduais ou se omitiram ou se posicionaram frontalmente contra a ratificação da Convenção Quadro para Controle do Tabaco, o Governo do Estado do Paraná se fez representar na audiência publica realizada em Irati, em 2005, e exemplarmente defen-

deu a ratificação da Convenção, reafirmando o compromisso do estado com a saúde e qualidade de vida de sua população. Merece destaque a atuação do então Prefeito de Irati/PR, Sérgio Stoklos, um médico que não se deixou intimidar pela pressão da indústria do fumo, dando todo apoio para que a audiência acontecesse num clima de tranquilidade, sem a interferência de baderneiros mobilizados por companhias de fumo para criar pressão durante os debates, como aconteceu nas demais audiências em municípios fumicultores de outros estados.

Um outro importante exemplo da fibra do povo do Estado do Paraná, deve ser lembrado através da pessoa da promotora Margarete Matos do Ministério Público do Trabalho do Estado, que esteve presente em quase todas as audiências públicas para debater a ratificação da Convenção, denunciando os abusos e os graves riscos sanitários, econômicos e sociais impostos por grandes companhias de fumo à pequenos agricultores e suas famílias que estão inseridos na cadeia produtiva de fumo. Vale salientar que é o primeiro Estado cujo Ministério Público ajuizou ação civil pública contra onze indústrias fumageiras devido à participação de crianças no plantio de fumo.

É também o Estado do Paraná que abriga a organização não governamental Departamento de Estudos Sócioeconômicos Rurais (DESER) que tem feito estudos de grande relevância sobre a realidade da fumicultura nacional, trazendo a tona informações valiosas sobre a crua realidade dos pequenos agricultores dependentes economicamente da cadeia produtiva de fumo dominada por grandes companhias transnacionais.

E, mais recentemente, enquanto o Congresso Nacional sofre um forte lobby da indústria do fumo e vacila na aprovação de um Projeto de Lei (PL) de autoria do Senador Tião Viana que visa banir os fumódromos de recintos coletivos ainda permitidos pela Lei Federal nº 9294, de 1996, o Estado do Paraná novamente consolida sua liderança nacional no controle do tabagismo ao aprovar lei estadual similar ao PL do Senador, alinhando assim a legislação estadual de controle do tabagismo às diretrizes de melhores práticas da Convenção Quadro para Controle do Tabaco para proteger todos dos riscos do tabagismo passivo.

No entanto, não podemos baixar a guarda frente a todos esses ganhos. Segundo recente pesquisa sobre saúde do escolar (PENSE) realizada em parceria entre o IBGE e o Ministério da Saúde, 24,2% dos estudantes já experimentaram o cigarro alguma vez na vida e Curitiba é a capital com maior índice (35%), seguida de Campo Grande (32,7%) e Porto Alegre (29,6%).

Vários fatores podem estar contribuindo para isso. Um deles é a ainda forte presença da propaganda que hoje é permitida apenas nos pontos de venda, assim como violações da legislação por parte da indústria do fumo que tem buscado formas alternativas de fazer chegar a sua sedução aos jovens, patrocinando eventos como festas, desfiles de moda dentre outros onde divulga as marcas de seus produtos e promove a venda desses produtos de forma bastante atrativa e direcionada para esse segmento. Além disso, os baixos preços e o fácil acesso aos produtos de tabaco, sobretudo aos cigarros vendidos no mercado ilegal, podem estar contribuindo para esse dado preocupante.

Nesse sentido, torna-se fundamental que o Estado do Paraná e sua brava gente estejam alertas e preparados para o enfrentamento dos fatores que influenciam esse dado. E quem sabe dando novamente o exemplo através de uma iniciativa pioneira nessa direção.

Por fim despeço-me deixando um grande abraço a todos e todas que têm dedicado sua energia a esse belo trabalho.

ADRIANA PEREIRA DE CARVALHO

Advogada da Aliança de Controle do Tabagismo, com especialização em direito do trabalho.

PAULA JOHNS

Socióloga, Mestre em Estudos de Desenvolvimento Internacional pela Universidade de Roskilde, Dinamarca. Fundadora e Diretora Executiva da Aliança de Controle do Tabagismo (ACT).

Introdução

A história da ACT, antiga Rede Tabaco Zero, é muito mais recente do que a história do Programa Estadual de Controle do Tabagismo do Paraná e/ou do Programa Nacional de Controle do Tabagismo. Quando a ACT passa a fazer parte dessa narrativa encontra uma quantidade grande de parceiros engajados e comprometidos com o tema na grande maioria dos estados brasileiros. É como se encontrássemos "a cama feita" e já pudéssemos nela rolar. Dentre eles, o Programa do Paraná, um dos primeiros a apoiar o trabalho de mobilização da sociedade civil organizada que estava começando a ser desenvolvido pela REDEH.

A Rede Tabaco Zero surge em torno de 2002-2003, fruto de um projeto financiado pelo INCA/MS intitulado "Prevenção: Caminho para Saúde" e conduzido pela REDEH – Rede de Desenvolvimento Humano. O primeiro contato que tivemos com o Programa Estadual de Controle do Tabagismo do Paraná foi numa reunião organizada pelo INCA em 2002, no Rio de Janeiro, já nesse encontro, fizemos uma pequena reunião para planejar um encontro de capacitação de lideranças em controle do tabagismo para representantes de organizações não governamentais da região Sul do Brasil. O encontro foi realizado em Curitiba e contou com grande apoio do Programa Estadual.

Foi o primeiro de uma série de 5 encontros em cada uma das regiões do Brasil e reuniu um grupo de organizações de várias áreas de atuação. Esse foi o embrião da então Rede Tabaco Zero, atual Rede ACT, que funciona como uma espécie de guarda-chuva que reúne organizações e ativistas das áreas de gênero, raça/etnia, direitos humanos, saúde, direitos da criança e do adolescente, justiça social, entre outras, cuja agenda de atuação tem interface com o controle do tabaco no sentido amplo do termo.

Desde então, o trabalho de promoção das políticas públicas de controle do tabagismo desenvolvido pela ACT conta com o apoio e parceria do Programa Estadual do Paraná, passando pelo processo de ratificação da Convenção-Quadro para o Controle do Tabaco (CQCT) da OMS, que gerou muito debate e uma série de audiências públicas na região Sul, inclusive no Paraná, entre 2004 e 2005. Esse debate público sobre a ratificação da CQCT levou aproximadamente dois anos para ser aprovado no Senado Federal e hoje tem continuidade na implementação das medidas previstas nesse tratado, a exemplo da lei antifumo do Paraná, relatada a seguir. O Paraná está entre os 3 primeiros estados brasileiros na liderança pela adequação da legislação brasileira as diretrizes da CQCT para implementação de ambientes livres de fumo aprovadas por unanimidade em 2007.

1. A ACT e a aprovação da Lei nº 16.239/2009 do Paraná – proteção de todos contra a exposição à fumaça do tabaco

A Lei Federal nº 9.294/1996 dispõe no seu artigo 2º sobre a proibição do uso de qualquer produto fumígero, derivado ou não do tabaco, em recinto coletivo, privado ou público, excepciona da proibição as áreas destinadas exclusivamente ao fumo, "devidamente isoladas e com arejamento conveniente", chamadas de fumódromos.

Esta norma, vigente há mais de 13 anos, está desatualizada frente ao consenso científico e ao tratado internacional assinado pelo Brasil, além de nunca ter sido cumprida. A conhecida divisão de áreas de fumantes e não fumantes nos estabelecimentos, muitas vezes por uma linha imaginária ou por vasos de plantas, com a livre circulação de trabalhadores, notoriamente não é o preconizado pela lei.

Fumódromos não são eficazes para a proteção de todos contra a exposição ao fumo passivo, pois fumantes e trabalhadores permanecem expostos. Há consenso científico de que a fumaça do tabaco, também conhecida como poluição tabagística ambiental, é tóxica e cancerígena, bem como de que não há nível seguro de exposição, e que não há sistemas de ventilação, de ar-condicionado para limpeza ou de troca do ar ou exaustão não eliminem os riscos da exposição à fumaça.

O Brasil, juntamente com mais de 170 países, ratificou a Convenção Quadro para o Controle do Tabaco, primeiro tratado internacional de saúde pública, por meio do Decreto 5.658/2006, que em seu artigo 8º e nas respectivas diretrizes12: reconhece que "a ciência demonstrou de maneira inequívoca que a exposição à fumaça do tabaco causa morte, doença e incapacidade"; bem como traz o compromisso de que os Estados signatários adotarão e aplicarão medidas eficazes de proteção contra a exposição à fumaça do tabaco em locais fechados de trabalho, meios de transporte público, lugares públicos fechados, por meio da total eliminação do tabagismo em determinados espaços ou ambientes para se promover ambientes 100% livres do tabaco.



"Quem não fuma, não é obrigado a fumar". Campanha nacional da Aliança de Controle do Tabagismo (ACT) e do Instituto Nacional do Câncer (INCA).

[12] Para acessar o texto integral das Diretrizes para implementação do disposto no artigo 8º: www.inca.gov.br/tabagismo/29agosto2007/diretrizesdoartigo8.pdf

O Brasil carece de uma adaptação da lei federal à Convenção Quadro, mas enquanto não há o advento de uma nova lei, diversos estados e municípios têm aprovado leis próprias, promovendo ambientes 100% livres do tabaco. Estas leis têm sido comumente denominadas "leis antifumo".

No Paraná, em Cornélio Procópio e Maringá, uns dos primeiros municípios a aprovar leis antifumo, as respectivas leis13 entraram em vigor em 27 de novembro e 21 de agosto de 2008, e depois foi a vez da capital Curitiba, quando, em novembro de 2009, entrou em vigor a Lei nº 13.254/2009.

A Lei Estadual Antifumo nº 16.239/2009 entrou em vigor em 29 de novembro de 2009, e a ACT participou ativamente do seu processo pré e pós-aprovação.



Tudo começou em junho de 2008, na Assembleia Legislativa do Estado, com a proposição do projeto de lei nº 243/2008, de autoria do deputado Stephanes Júnior, com a previsão de ser proibido o uso "de cigarros, cigarrilhas, charutos, cachimbos, ou de qualquer outro fumívomo, derivado ou não do tabaco, em recinto coletivo fechado, seja público ou privado, em todo estado do Paraná", excluindo da proibição varandas, terraços e similares, desde que inexistente comunicação com o recinto coletivo fechado.

Em setembro de 2008, foi apresentado o projeto de lei nº 388, de autoria do deputado Luis Carlos Romanelli, também com a proibição do fumo em ambientes de uso coletivo, públicos ou privados, no estado do Paraná, incluindo "recintos de uso coletivo, total ou parcialmente fechados em qualquer dos seus lados por parede, divisória, teto ou telhado, ainda que provisórios, onde haja permanência ou circulação de pessoas".

Em março de 2009, foi proposto o projeto de lei nº 147/2009, de autoria do deputado Antonio Belinati, e em julho de 2009, o Poder Executivo deste estado apresentou o projeto de lei nº 276. Ambos traziam essencialmente a mesma previsão do projeto 388.

Os projetos tramitaram em separado, até que, por requerimento do presidente da Assembleia Legislativa, foram apensados e passaram a tramitar em conjunto.

Durante todo o período de tramitação do projeto, a ACT, juntamente com representantes da secretaria de saúde do estado e do município, e em diversas oportunidades, visitou gabinetes de deputados para pedir apoio para aprovação de uma lei de proteção à saúde pública e ocupacional, com a promoção de ambientes livres do tabaco. A ACT ainda enviou mensagens eletrônicas aos deputados divulgando informações sobre o assunto, e pedindo apoio.

Nos dias 17 e 18 de agosto de 2009, a Assembleia Legislativa promoveu audiências públicas, concedendo espaço aos interessados para defender seus interesses na tribuna do plenário da Casa.

[13] Lei 456/2008 e Lei 8.097/2008

No primeiro dia, foi concedido direito de fala aos defensores dos fumódromos, quando compareceram alguns sindicatos/associações de bares e afins, associações de fumicultores e um vereador do município de Rio Negro. Em suma, argumentaram que a proibição do fumo em locais fechados levaria à perda de faturamento para bares e similares, e à queda na produção do fumo.

No dia 18, participaram da audiência pública representantes de entidades médicas, como Associação Médica do Paraná, Associação Médica Brasileira, Conselho Regional de Medicina, Sociedade Paranaense de Psiquiatria, Sociedade de Pediatria, Associação Paranaense contra o Fumo, Sociedade Paranaense de Cardiologia, o coordenador do controle do tabagismo da capital, um médico do trabalho e uma procuradora do Ministério Público do Trabalho do Paraná, além da ACT. A todos foi concedido o direito de fala.

Durante esta audiência, a ACT distribuiu material com informações sobre ambientes 100% livres do tabaco aos vereadores presente, e conversou com muitos deles.



Foram colocadas faixas em defesa de ambientes livres do tabaco na partes externa do prédio da Assembleia, e manifestantes ficaram de plantão nestes dois dias de audiências públicas, com faixas, alguns vestidos com caveira segunda cigarros infláveis e cruzes, o que ganhou destaque na mídia local.



A Assembleia Legislativa aprovou no dia 19 de agosto, em primeira discussão, um substitutivo geral aos quatro projetos apresentados no legislativo, em que não há permissão para os fumódromos.

Até a aprovação da versão final, em 22 de setembro, foram apresentadas 17 emendas, e houve muita discussão, divulgação na mídia e pressão, por parte do governo estadual e da sociedade para aprovação de uma lei eficaz para a proteção da saúde pública e ocupacional, com ambientes livres do tabaco, e por parte da indústria do tabaco e de suas entidades parceiras para a aprovação de uma lei com a permissão dos fumódromos.

A Federação dos Trabalhadores na Agricultura Familiar da Região Sul (Fetraf-Sul/CUT), parceira da ACT, que tem na sua base 45 mil famílias produtoras de fumo, denunciou a existência de um lobby por parte das indústrias fumageiras no Brasil, capitaneado pela Souza Cruz, para dificultar a votação de leis que restringem o fumo em locais fechados e aprovar a criação dos chamados fumódromos. De acordo com a Fetraf, foi isso o que aconteceu em São Paulo e é que ocorreu na Assembleia Legislativa do Paraná.

A lei foi sancionada no dia 29 de setembro, pelo governador Roberto Requião, durante a reunião da Escola de Governo. Os estabelecimentos tiveram 60 dias para se adequar à nova lei, que proíbe a existência dos fumódromos.

2. Ações judiciais contra a Lei Antifumo do Paraná

Após a publicação da lei nº 16.239/2009, a Confederação Nacional do Turismo – CNTUR e a Confederação Nacional do Comércio – CNC ajuizaram individualmente ações diretas de inconstitucionalidade (Adins 4351 e 4353) perante o Supremo Tribunal Federal, com o fim de obter o reconhecimento judicial de que referida lei seria inconstitucional. A ACT participa dessas duas ações na qualidade de amicus curiae, termo em latim para "amigo da corte", pois embora a ACT não seja parte (autora ou ré) nestas ações, tem interesse no deslinde da ação em favor da lei, para a defesa da saúde pública e ocupacional, e sua missão é contribuir para o controle do tabagismo no Brasil.

3. Seminário Tabaco e Relações de Trabalho – Curitiba, 11 de dezembro de 2009

A ACT, em parceria com a Associação dos Magistrados do Trabalho do Paraná, Instituto Nacional do Câncer, Unión Internacional Contra La Tuberculosis y Enfermedades Respiratorias, e Procuradoria do Trabalho da 9ª Região, realizou o seminário "TABACO E RELAÇÕES DE TRABALHO".

O local do evento foi o auditório da Procuradoria do Trabalho da 9ª Região, em Curitiba, e foi destinado a juízes e desembargadores do trabalho, procuradores do trabalho, advogados, médicos e engenheiros de segurança do trabalho, auditores do Ministério do Trabalho e Emprego, profissionais da Vigilância Sanitária, profissionais da área médica e de saúde e profissionais envolvidos no controle do tabagismo com foco na proteção do trabalhador.



Os temas discutidos no evento foram a promoção de ambientes de trabalho livres do tabaco como um direito do trabalhador, e as condições de trabalho na fumicultura, tema que contou com a presença de fumicultores que compareceram para dar seus depoimentos, relatando o endividamento gerado pela forma de contratação imposta pelas fumageiras, doenças pela contaminação decorrente do contato com agrotóxicos, e o uso de trabalho infantil.

4. Congresso Internacional "O Poder Judiciário e o controle do tabaco" – Brasília – 15 e 16 de abril de 2010

A ACT, juntamente com o Brasilcon – Instituto Brasileiro de Política e Direito do Consumidor[14], realizou no Auditório Juscelino Kubitschek, da Procuradoria Geral da República – o Congresso Internacional "O Poder Judiciário e o controle do tabaco".

[14] O BRASILCON é uma associação civil de âmbito nacional, multidisciplinar, sem fins lucrativos e filiação partidária, de caráter científico, técnico e pedagógico, criada para promover o desenvolvimento da Política e do Direito do Consumidor, buscar a compatibilização da proteção do consumidor com o desenvolvimento econômico-social, sempre com vistas à realização de um mercado transparente e justo, realizar atividades de pesquisa, estudos, elaboração, coleta e difusão de dados sobre a proteção do consumidor, congregar especialistas, nacionais e estrangeiros, nas diversas disciplinas do conhecimento envolvidas diretamente com a proteção do consumidor e incentivar a cooperação internacional na área de proteção do consumidor, promovendo programas de intercâmbio entre entidades, profissionais e estudantes brasileiros e estrangeiros.

O evento foi promovido com a intenção de sensibilizar a comunidade jurídica para os danos oficiais decorrentes do tabaco, especialmente em vista os consensos científicos já obtidos em outras áreas do saber e ainda recusados ou desconhecidos pelo Direito.

Dentre os temas discutidos estão a Responsabilidade civil da indústria do tabaco, Ambientes livres do tabaco, Publicidade de produtos derivados do tabaco, Impacto econômico e social do tabagismo e Direitos humanos e controle do tabaco.

A Procuradora do Trabalho do Paraná, Dra. Margaret Mattos nos prestigiou com a palestra "As consequências sociais do tabagismo para os fumicultores".

EZEQUIAS LOSSO

Graduado em Direito e Farmácia, exerceu mandatos de Deputado no Estado do Paraná e de Vereador em Curitiba. Mestre em Direito e Professor Titular da UNICURITIBA.

Controle do Tabagismo

No início dos anos setenta, do século passado, o uso do tabaco era comum em quase todos os ambientes. Era considerado elegante o ato de fumar o cigarro de acender um cachimbo ou charuto e lançar aos ares a fumaça.

Um dos hábitos disseminados era o de "fabricar" à vista de parceiros de uma conversa o cigarro de palha. O ritual consistia em picar um pedaço de fumo em rolo, com o uso de canivete, sobre um pedaço de palha de milho.

Ato contínuo enrolava-se o material e fazia-se a colagem das laterais da palha com saliva, colhida com um rápido passar de língua. Os assuntos eram tratados no ritmo estabelecido pelo fumante, pois era "educado" não acompanhar o artesanal procedimento.

Contudo, o maior desafio do cidadão comum, não fumante, era a permanência em veículo de transporte coletivo com pouca fumaça, especialmente as produzidas por cigarros de marcas populares. Difícil era abrir janelas em épocas de outono ou inverno em face do frio típico.

Em Curitiba, o problema era acentuado não eram raros os desentendimentos entre os passageiros. Vítimas principais eram motoristas e cobradores, pois se viam obrigados a respirar o ar do ambiente poluído.

As campanhas patrocinadas por entidades voltadas ao bem estar, com restrição ao fumo não alcançavam os resultados almejados por combatentes do vício de fumar. Porém, eram insistentes os esforços, como os desenvolvidos por voluntários do grupo então denominado Assistência Social Adventista (ASA), que realizava palestras em escolas, igrejas etc., com material de apoio audiovisual. Lembre-se de um filme intitulado 1 em 20.000, no qual era reproduzida uma cirurgia cardíaca de um fumante. Além de farta distribuição de folhetos, os integrantes do movimento também deram inúmeros cursos para deixar de fumar em 5 dias.

Com o apoio de esclarecimentos públicos, quando Vereador em Curitiba, elaborei um projeto de lei para proibir o uso de tabaco no interior dos veículos de transporte coletivo no município. No texto foi incluída a obrigatoriedade de ser afixado um aviso, em lugar visível, que além do "proibido fumar" a "penalidade: o infrator não poderá permanecer no interior do veículo". No mesmo projeto, ficou atribuído ao motorista o poder-dever de fiscalizar o cumprimento da lei, recorrendo, se necessário, à força policial.

A proposição foi amplamente discutida, com resistências ostensivas e discretas. Foi dificultosa a tramitação, mas, finalmente foi aprovada pelo Legislativo e sancionada pelo Prefeito Municipal.

Relataram motoristas da época que por diversas vezes advertiram fumantes que estavam para embarcar. Em outros incidentes chegaram a parar os ônibus até que o infrator jogasse o cigarro, esclarecendo que seriam multados se tolerassem o desrespeito à lei.

Certamente a pressão social dos que não se conformavam com a fumaça do cigarro no limitado espaço veicular foi um dos fatores para que a lei se efetivasse.

A partir daquela experiência, outras iniciativas ocorreram no âmbito curitibano, destacando-se a lei de autoria do Vereador Santiago Losso, proibindo o uso de fumo no interior de supermercados.

No Estado do Paraná, uma proposta subscrita por vários deputados, foi saudada pelos abstêmios do fumo foi a que dispôs sobre a proibição do o uso de cigarro nos veículos de transporte coletivo intermunicipal. Como fui um dos articuladores da iniciativa e o relator na Comissão de Constituição e Justiça da Assembleia Legislativa acompanhei de perto a sua tramitação. Testemunhei o fundamental apoio do então Secretário da Saúde, Dr. Oscar Alves para a sanção do projeto, inclusive com parecer favorável à sanção pelo Governador do Estado, Ney Braga.

O Controle do Tabagismo, portanto, passou a marcar pontos favoráveis entre os integrantes da classe política. Na Câmara dos Deputados, foi um dos membros da bancada paranaense, Deputado Ítalo Conti o autor de um projeto que fixou o dia 29 de agosto como o Dia Nacional de Combate ao Fumo.

Lembro-me das passeatas, maratonas, concursos, etc, vibrantes comemorações da referida data. Frequentadores das ruas Marechal Deodoro e XV de Novembro puderam, repetidas vezes, ver e ouvir participantes de todas as idades formando coro em prol da saúde, sem o fumo.

Em uma das ocasiões, desfilei ao lado do Pr. Luis Fuckner, quando ele era Presidente da Associação Paranaense da Igreja Adventista do Sétimo Dia, à qual é ligada a Agência Adventista de Desenvolvimento e Recursos Assistenciais - ADRA quando, observamos a boa acolhida de literaturas esclarecedoras sobre os malefícios do tabaco.

Cimpre-me observar que, na militância da causa antitabagista não fui diretamente pressionado pela indústria tabageira, embora em visita a região de plantação do tabaco, ouvi de agricultores algumas preocupações com o emprego de sua mão de obra.

Daí parece-me serem os melhores caminhos o da conscientização da população, especialmente com projetos esclarecedores bem elaborados, de um lado e de outro a oferta de opção produtiva aos plantadores do tabaco.

SANTIAGO LOSSO

Vereador de Curitiba por 12 anos, de janeiro de 1977 a dezembro de 1988. Advogado desde 1975 e Professor de Direito e Legislação . Iniciou a atuação jurídica, desde que acadêmico de 1º ano no escritório tradicional em Curitiba de seu pai Dr. Luiz Losso, e em 1972 o Magistério em Cursos Técnicos em Curitiba, dentre eles por mais de 10 anos no Colégio Comercial Artur Ribeiro de Macedo.

Histórico que o ligam aos princípios de saúde.

Desde a minha infância, aprendi com meus pais e irmãos a respeito dos bons princípios e hábitos de saúde. Lembro também claramente os estudos e ensinamentos baseados na Bíblia e no trabalho da Igreja Adventista do 7º dia a nível mundial, que de forma pioneira sempre combateu

o tabagismo, o álcool e as drogas, dentre eles um filme que muito marcou a minha adolescência, denominado "Um em 20.000".

Neste filme, é retratada a vida de uma pessoa que teve câncer no pulmão devido ao uso do cigarro, culminando com uma cirurgia de arrepiar. Também, sempre acompanhando as noticias e reportagens sobre os problemas causados pelo cigarro, culminando com a morte de muitas pessoas, dentre elas, conhecidas.

Certamente estes foram os motivos que me levaram a nunca ter fumado.

Mas, o que sempre me trouxe incômodos, eram as atitudes de fumantes que adentravam os recintos fechados e acendiam seus cigarros, charutos, cachimbos, fazendo com que todos os que ali estavam, passassem a ser fumantes passivos.

Lembro bem as vezes em que no escritório de meu pai, ambiente fechado e com pouca ventilação, que algumas pessoas insistiam em fumar, mesmo com placas vermelhas que meu pai mandou afixar nas paredes com os dizeres "NÃO FUME", e estas pessoas eram convidadas a se abster do tabagismo, mesmo sendo bons clientes e discordarem.

Lembro também que meu irmão, que era Juiz de Direito e que perdeu sua vida em 1971 em assalto, em Curitiba, pela ação de fugitivos da Penitenciaria, teve que afixar no porta-luvas de seu "fusca" placa com dizeres "não fume".

Mas, a explicação deles – de que estariam fumando passivamente, por longo período, pois o fumante iria embora, mas a fumaça e o mal ficaria para quem estava no ambiente, pois se cheirássemos a roupa logo após, o odor estava lá. Então, como estaria nosso pulmão?

Então, passei a me inteirar mais a respeito do assunto, compareci e ajudei a difundir por muitas vezes os cursos de "Com deixar de fumar em 5 dias", com a participação de médicos e pessoas ligadas a saúde de forma voluntária, dentre eles o médico Jonatas Reichert e onde um dos meus irmãos, o medico Miguel Dante Losso por várias vezes foi um dos preletores e com quem sempre dialogava a respeito do assunto.

Comecei a pensar como poderia ajudar as pessoas, de um modo geral, a não serem vitimas de doenças tão graves provocadas pelo cigarro.

Em 1971, meu outro irmão, Dr. Ezequias Losso, que era Vereador de Curitiba, foi autor de uma Lei que proibiu o fumo nos ônibus urbanos. Na época, foi um avanço, mas a batalha deveria continuar.

Quando fui eleito Vereador em Curitiba, entendi que tinha sido aberta a oportunidade e que Deus havia me concedido uma importante missão, que era a de empreender todos os esforços possíveis para que as minhas convicções fossem transformadas em Leis, para que o povo pudesse ser beneficiado.

Estava eu em uma Casa de Leis onde a maioria dos componentes fumavam durante a sessão, reuniões, sendo Vereadores, assessores, servidores.

Como poderia fazer prosperar ideias e projetos que iriam contra os próprios interesses dos vereadores?

De simples vereador, já na primeira eleição interna fui escolhido pelos demais para ser o 3º Secretario da Câmara de Vereadores, pelos primeiros 2 anos. Fui designado também vice-líder da Bancada e do Prefeito e Membro, eleito também Presidente da Comissão de Legislação e Justiça da Câmara.

Depois de 2 anos, passou a ocupar a liderança do Partido majoritário e do Prefeito pelos próximos 4 anos e nos demais a liderança do maior partido de oposição durante todo o mandato.

Tais funções de suma responsabilidade trouxeram como consequência a credibilidade e o apoio as propostas que apresentei como parlamentar, pelos demais Vereadores e Prefeitos.

Graças a isso, então, conseguiu aprovar inicialmente a Lei nº 5.919, ao final de 1978, que proibiu o fumo em supermercados.

Esta é a lei na íntegra:

> *Lei nº 5.910, de 1.12.1978*
>
> *Data de publicação*
>
> *A Câmara Municipal de Curitiba, Capital do Estado do Paraná, decretou e eu, Prefeito Municipal sanciono a seguinte lei: Art. 1º Fica proibido o uso do fumo em supermercados e dependências de estabelecimentos onde são comercializados gêneros alimentícios ou materiais de fácil combustão. Art. 2º Deverá ser afixado em lugar visível, na entrada dos locais referidos no artigo anterior, uma placa com os seguintes dizeres: "É proibido fumar" Lei Municipal nº 5.910. Art. 3º Os proprietários dos estabelecimentos mencionados no artigo primeiro, ou seus prepostos, deverão promover medidas para o cumprimento do disposto na presente Lei. Art. 4º Ao empresário infrator será aplicada multa em até o valor correspondente a uma unidade fiscal de Curitiba, de acordo com a gravidade e consequência da falta. Art. 5º Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário. PALÁCIO 29 DE MARÇO, em 01 de dezembro de 1978. JOÃO BATISTA GNOATO PREFEITO MUNICIPAL EM EXERCÍCIO*

Depois, mais um degrau, com a aprovação da Lei nº 6.167, em 1980, que proíbe o fumo em locais fechados. Meu objetivo era a proibição em todos os locais, como ocorre hoje, e neste sentido foi o projeto. Mas, como os demais vereadores eram fumantes, verifiquei que poderia ter dificuldades na aprovação, pois alguns se posicionaram contrários. Então, pensei e agi rápido, no sentido de que naquele momento mais uma lei de proibição parcial, mas bem abrangente era melhor que nenhuma Lei. Então, modifiquei em parte, para que futuramente outros passos pudessem ser dados. Esta é a integra da Lei:

> *Lei nº 6167 de 2.10.1980*
>
> *"Proíbe o tabagismo nos locais que específica e determina outras providências".*
> *Texto da Lei Ordinária*
>
> *A Câmara Municipal de Curitiba, Capital do Estado do Paraná, decretou e eu, Prefeito Municipal sanciono a seguinte lei: Art. 1º É proibido fumar em recintos fechados onde for obrigatório o trânsito ou a permanência de pessoas, assim considerados, entre outros, os seguintes: I - Os elevadores de prédios públicos, residenciais, comerciais e industriais; II - Os corredores, salas e enfermarias de hospitais e casas de Saúde; III - Os auditórios, salas de conferências e de convenções; IV - Os museus, teatros, salas de projeção, bibliotecas e salas de exposição de quaisquer natureza; V - Os espaços franqueados ao público, no interior de estabelecimentos comerciais, excetuados os bares, lanchonetes, restaurantes e similares; VI - As salas de aula das escolas da rede Municipal de ensino.*
>
> *Art. 2º - Incluem-se na proibição do artigo anterior os locais de natureza vulnerável a incêndios, especialmente os depósitos de inflamáveis ou postos distribuidores de combustíveis, as garagens e estacionamentos, e os depósitos de materiais de fácil combustão. Parágrafo único. - Os locais de natureza vulnerável a incêndios a que se refere o presente Artigo serão fixados mediante consulta ao Corpo de Bombeiros da Polícia Militar do Estado do Paraná. Art. 3º Nos locais a que aludem os artigos 1º e 2º, é obrigatória a afixação de cartazes ou avisos, em posição de fácil visibilidade, com os seguintes dizeres: "É PROIBIDO FUMAR, LEI MUNICIPAL Nº ..." Parágrafo 1º Em recinto com área superior a 50m² (cinqüenta metros quadra-*

dos), os cartazes ou avisos a que se refere este artigo deverão repetir-se na proporção de um para cada 50m² (cinqüenta metros quadrados) ou fração excedente. Parágrafo 2º Nos locais a que se refere o artigo 2º desta lei, os cartazes ou avisos deverão conter ainda os seguintes dizeres: "MATERIAL INFLAMÁVEL". Art. 4º As entidades que tenham locais abrangidos pela proibição desta lei, poderão reservar salas ou recintos destinados a fumantes, desde que abertos ou ventilados, atendidas as recomendações oficiais quanto às medidas de prevenção contra incêndios. Art. 5º Os infratores ao disposto nesta lei sujeitam-se as penalidades seguintes: I - por infração ao disposto nos arts. 1º e 2º, multa igual à metade do valor de uma Unidade Fiscal de Curitiba (UFC); e II - por infração ao disposto no art. 3º, multa no valor de uma Unidade Fiscal de Curitiba (UFC). Parágrafo 1º É considerado infrator, no caso do inciso I deste artigo o fumante, e, no caso do inciso II, a entidade obrigada ao cumprimento da determinação contida no art. 3º desta lei. Parágrafo 2º No caso de reincidência, as multas previstas neste artigo serão aplicadas em dobro. Art. 6º O Chefe do Executivo, dentro de 90 (noventa) dias, regulamentará a presente lei. Art. 7º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

PALÁCIO 29 DE MARÇO, em 02 e outubro de 1980
JAIME LERNER PREFEITO MUNICIPAL

Mas, a luta não parou por ai, outras iniciativas do Prefeito e de outros Vereadores, foram emendadas por mim, tal como nas Leis nº 6335, de 1982, e nº 6.647, de 1985, que autorizou a publicidades externas em taxis e nos ônibus, mas inclui uma emenda que proibiu várias publicidades, dentre elas de cigarros e bebidas alcoólicas.

Ver a Lei e emenda em negrito.

Lei Ordinária nº 6335/1982

Data 21/07/1982

Súmula

"Dispõe sobre a utilização e exploração de publicidade em veículos de aluguel providos de taxímetros".

A Câmara Municipal de Curitiba, Capital do Estado do Paraná, decretou e eu, Prefeito Municipal sanciono a seguinte lei: Art. 1º Fica permitida, nos termos desta lei, a utilização e a exploração de publicidade em veículos de aluguel providos de taxímetro. Art. 2º Para os fins previstos nesta lei, considera-se: I - Utilização - a exibição de publicidade própria, relativamente ao nome ou à atividade, por proprietário autônomo ou empresa de táxis. II - Exploração - a exibição de publicidade de terceiros anunciantes, por qualquer pessoa física ou jurídica. § 1º A exploração será exercida exclusivamente para publicidade econômica ou publicidade impessoal e institucional. ***§ 2º É vedada a publicidade de produtos alcoólicos, tabagísticos e contrários à moral e aos bons costumes****. Art. 3º A exploração de publicidade referida no artigo 1º será exercida em regime de livre concorrência ou, a critério do Poder Executivo, sob o caráter de exclusividade. Parágrafo único - No caso de opção pelo regime de exclusividade, observar-se-á o princípio da licitação, com prazo limite de dois anos. Art. 4º 0 exibidor de publicidade e o proprietário do veículo ficam sujeitos a pagar ao motorista, empregado ou colaborador, vantagens em dinheiro ou em utilidades. Parágrafo único - As vantagens serão fixadas em regulamento e formalizadas mediante termo de compromisso. Art. 5º Obriga-se ainda o exibidor ao cumprimento das normas sobre publicidade em geral. Art. 6º A publicidade far-se-á em painel fixado na parte exterior do teto do veículo, com observância das normas regulamentares, especialmente quanto ao formato, dimensões, posicionamento, material empregado e área máxima para exposição de anúncios. Art. 7º A fixação do painel é de atribuição do exibidor, cabendo-lhe a responsabilidade por perdas e danos. Art. 8º Por infração às disposições desta lei, aplicam-se as seguintes sanções: I - Multa de até cinco Obrigações Reajustáveis do Tesouro Nacional (ORTN). II - Remoção e apreensão do painel e do anúncio. III - Cassação da licença de publicidade. IV - Cassação da permissão. Art. 9º Revogam-se a alínea K, do art. 866, da Lei nº 699, de 16 de julho de 1953, e demais disposições em contrário. Art. 10 Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.*

PALÁCIO 29 DE MARÇO, em 21 de julho de 1982
JAIME LERNER PREFEITO MUNICIPAL

Lei nº 6.647 de 16.5.1985

A Câmara Municipal de Curitiba, Capital do Estado do Paraná, decretou e eu, Prefeito Municipal, sanciono a seguinte lei: Art. 1º A publicidade na parte externa dos veículos de transporte coletivo será explorada pelo Município de Curitiba, atendido o disposto nesta lei. ***Parágrafo Único. É vedada a colocação de propagandas de cigarros, e materiais ligados ao tabagismo, bebidas alcoólicas ou entorpecentes, literatura pornográfica ou atentatória à moral e política****. Art. 2º Com a receita líquida obtida na exploração de publicidade na parte externa dos veículos de transporte coletivo, fica o Executivo autorizado a constituir um fundo destinado à construção e manutenção de creches. Art. 3º Caberá ao Executivo Municipal a regulamentação do disposto na presente lei. Art. 4º Fica revogada a alínea 1 (ele) do artigo 866, da lei nº 699 de 16 de julho de 1953 (código de Posturas e Obras do Município de Curitiba). Art. 5º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.*

PALÁCIO 29 DE MARÇO, em 16 de maio de 1985
Maurício R. Fruet PREFEITO MUNICIPAL

Com estas 2 Leis e 4 emendas acredito ter colaborado de forma certeira no combate ao tabagismo.

Tenho pela convicção que estas iniciativas também irradiaram para outras capitais do país, onde sempre levei ao conhecimento de outros Vereadores estas Leis e também a cidades do interior do Estado do Paraná.

Lamentavelmente, nunca tive apoio de qualquer organização ou membros dos governos na elaboração da legislação e nem na aplicação das Leis, sendo que todas as iniciativas se deram unicamente como resultado de meus conhecimentos, estudos e certeza de que estava fazendo o que estava certo.

Na época, muitas vezes foi criticado por pessoas que utilizavam o tabaco, tendo passado até constrangimentos, que não valem a pela aqui lembrar. Mas, a certeza de que estava no caminho certo, e que hoje está retratado em ações de praticamente todos os governos do mundo, das organizações e outros, é que me dão a satisfação do dever cumprido.

Sempre estive atento e presente como Vereador de Curitiba, com centenas de proposições e projetos de Leis, onde mais de 40 Leis de minha autoria estão vigentes, sem contar as centenas de emendas como vereador ou membro de comissões, incluindo melhorias aos projetos de outros Vereadores e dos Prefeitos.

Somente por estas 4 Leis, acho que minha atuação como Vereador já foi recompensada e tenho certeza que de milhares de vidas foram preservadas e salvas e outras, diminuídos os seus sofrimentos e das pessoas que os rodeiam. Parabéns aos que iniciaram, modestamente, sempre combatidos pelos tabagistas, a guerra ao cigarro, dentre eles o meu saudoso pai. Dr. Luiz Losso, a quem dedico os resultados deste trabalho.

SILVIO MAGALHÃES BARROS II

Secretário de Planejamento e Coordenação Geral do Governo do Paraná (2015), ex-Prefeito do Município de Maringá por duas gestões (2004 a 2012), de família tradicional na política, implementou importantes programas de saúde através do plano "Maringá Saudável". São notórios os seus princípios de saúde adquiridos pela educação familiar religiosa e adotados pela Igreja Adventista do Sétimo Dia.

Por orientação bíblica e por experiência familiar advinda de minha mãe que é aficcionada pelo tema da saúde bem como a bagagem de minha irmã médica e ainda reforçado pelo trauma da perda precoce de nosso pai em virtude do cigarro, a questão do tabagismo sempre foi para mim objeto de consideração.

Sendo adventista do sétimo dia, que tem em sua doutrina uma grande preocupação com a temperança e com as leis naturais da saúde, pude compreender já há muitos anos que se pretendemos usufruir de fato dos benefícios de termos o Espirito Santo habitando em nosso corpo e, consequentemente, produzindo os frutos do espírito em nossa existência, é preciso cuidar do templo corretamente. Orientações na Palavra de Deus são fartas quanto a isto, basta procurá-las e colocá-las em prática. Assim sendo, nunca fumei, tampouco fiz uso de bebidas alcoólicas e sou vegetariano há quase 30 anos. Isso obviamente é uma questão pessoal, individual, no entanto quando se recebe uma benção tão relevante quanto esta e percebemos ao nosso redor outras pessoas sofrendo por desconhecerem tais princípios, não podemos ficar calados ou omissos.

Com a missão que Deus me concedeu de dirigir o município de Maringá, agregou-se a este aspecto pessoa de compartilhar o conhecimento, a responsabilidade de gestor da saúde pública e toda a complexidade de problemas que advem desta difícil função.

Está absolutamente claro para mim na condição de gestor que nunca conseguiremos recursos suficientes para dar conta de todos os problemas de saúde que afligem a população. A única saída para podermos melhorar a qualidade e aumentar a quantidade dos atendimentos é se diminuirmos a pressão da demanda, ou seja menos pessoas precisando dos serviços de saúde. Isso não é novidade pois é exatamente nesta direção que os gestores dos planos de saúde caminham. O melhor cliente de um plano de saúde é aquele que paga todo mês e não precisa nunca do serviço, ou seja um cliente consciente e que cuida de sua saúde usando o sistema apenas em circunstâncias emergenciais ou absolutamente imprescindíveis como por exemplo num caso de maternidade ou em algum acidente. Os planos de saúde aprenderam a caminha na contramão da lógica médica tradicional, ou seja ensinar seus associados a ter saúde. Isso quer dizer: Prevenção e Promoção.

Para minha satisfação, em 2005, o Ministério da Saúde lançou-se empreitada convergente com estes princípios denominada Brasil saudável cuja essência era investir em: atividade física, reeducação alimentar e combate ao tabagismo como alternativa para reduzir os mais de 10 bilhões de reais gastos no país desnecessariamente em doenças não transmissíveis que podem ser evitadas com simples mudanças de hábitos.

Criamos o Maringá Saudável e mergulhamos neste conceito que tem tido especial sucesso com a criação das Academias da Terceira Idade, hoje espalhadas por mais de 800 municípios brasileiros, programas de alimentação saudável e uma iniciativa agressiva de combate ao tabagismo com leis, orientações, campanhas e apoio ambulatorial para a população que gerou extraordinários resultados. Chegamos ao ponto de restringir no concurso público para ACS Agentes Comunitários de Saúde a inscrição de fumantes. É claro que isso gerou uma reação na justiça mas que foi muito importante pois nos permitiu levar o tema à plenária dos tribunais de trabalho mostrando a incoerência de contratar pessoas fumantes para convencer outros a deixar de fumar, contrariando inclusive o artigo 37 da constituição que exige do serviço público o principio da eficiência que neste caso estaria seriamente comprometido.

Todo estímulo e atitude pró-ativa dos gestores públicos no combate ao tabagismo será retribuído com o reconhecimento da população pois nada pode ser mais valioso para qualquer ser humano do que a preservação de sua própria vida

MIGUEL DANTE LOSSO

Médico, com Título de Especialista em Clínica Médica e Medicina do Trabalho, atuou como Médico Perito Previdenciário. Foi Presidente da Sociedade Brasileira de Clínica Médica – Regional do Paraná. Participou em diversos cursos que orientavam o público, em geral, a deixar de fumar.

Nos idos dos anos 60, aos 10 anos de idade, quando boa parte da população era fumante e não existia qualquer lei restritiva ao fumo, fui convidado pela primeira vez a participar de uma campanha contra o fumo em Curitiba. Foi em um curso promovido pela Igreja Adventista do Sétimo Dia, Central de Curitiba, que na época chamava-se "*Five Day Plan*". Este curso contava com a participação especial do médico Dr Siegfried Hoffmann, homem dedicado a ministrar orientações e conselhos sobre a melhora da qualidade de vida, que juntamente com pastores, levavam adiante a bandeira de combate ao tabagismo. Qual era a minha função? Promover como "carrasco" o enforcamento de um cigarro gigante de plástico feito sempre no último dia destes cursos, como motivação àqueles que fizeram o curso. Na época, reunir pessoas que queriam deixar de fumar era muito difícil e, geralmente, os que participavam, o faziam por ter recebido alerta de seus médicos que o cigarro teria de ser largado, para afastar as doenças provocadas pelo uso do tabaco. Entretanto, as pessoas não conseguiam fazê-lo sozinhas devido ao alto grau de dependência que o tabaco causa. Além do mais, a indústria do tabaco investia milhões em propagandas dirigidas especialmente aos jovens, e a Igreja Adventista, contava sempre com boa vontade de seus membros e com quase nenhuma verba. Mesmo assim, curso a curso, era dado a oportunidade a comunidade curitibana de participar gratuitamente.

Em 1969, com a aprovação, aos 19 anos, no vestibular de medicina, aprendemos muito mais sobre saúde, bons hábitos de vida, e conhecemos mais de perto as doenças causadas pelo cigarro e suas consequências aos fumantes. Desde então, ainda como estudante, comecei a participar ativamente de campanhas contra o cigarro, como acadêmico palestrante, dando palestras na capital e cidades do interior como União da Vitória, Porto União (SC) e Foz do Iguaçu.

No ano de 1974, fui convidado pela Igreja Adventista Central de Curitiba a coordenar o Departamento de Saúde e Temperança, que incluía a responsabilidade de levar à comunidade o curso, agora com o nome de "Curso Como Deixar de Fumar em 5 Dias". Logo, juntaram-se a nós jovens médicos, inicalmente, Dr. Jonatas Reichert, Dr Fernando Geraldo Demário e Dra. Arlene Malina Losso. Posteriormente, outros vieram fazer parte da equipe, Dra. Maria Magdalena Moreira Rebesco, Dra. Margarete Sola, Dr. Gunter Hans Filho, Dr. Otto Bergold Neto, Dra. Evanessa Maria Guebert, Dr. Jonatan Loschner e os dentistas: Dr. Reinaldo Reichembach e Dr. Gerson Araújo Bondarczuk. Os pastores: David Marski, Jose Irajá da Costa e Silva, Claudio Belz, Helmuth Ari Gomes, Sidionil Biazzi, Edgard Ernesto Bergold, Paulo Ieske entre outros. Do Curso, cada noite era apresentada uma palestra por profissional da saúde, um filme ilustrativo e palestra motivacional por um pastor.

Em Curitiba, o Curso para deixar de fuma foi levado a lugares como: Biblioteca Pública do Paraná, SESC (Serviço Social do Comércio,) Casa da Estudante Universitária de Curitiba, Paraná, salão dos jovens da Igreja Adventista do Sétimo Dia Central de Curiitba, vários bairros de Curitiba atendendo a convites comunitários, Igreja Adventista de Vista Alegre – Curitiba, Restaurante vegetariano Verão Natural, onde participava como sócio proprietário o Sr. João Pedro Maciel e sua Esposa Sueli Sopper Maciel, outros restaurantes vegetarianos e Comunidade da Igreja Santa Terezinha, entre outros.

Por várias vezes contamos com a gentileza da divulgação de nossos cursos sem qualquer custo na TV paranaense Canal 12, hoje RPC e, também, em programas de rádio dirigidos por: Algacir Túlio e Luiz Carlos Martins, que sempre cederam espaços para divulgar os cursos para deixar de fumar.

Também artigos foram escritos nos Jornais: Viva Feliz e O Naturalista.

Com a criação da Clínica Adventista de Curitiba, em 1995, esta ficou responsável pela manutenção dos Cursos e palestras comunitárias, mas cada participante da equipe anterior mantém até hoje as orientações aos pacientes e interessados em deixar de fumar.

Simultaneamente, na área pública, tiveram importante atuação na época e ainda hoje, o médico Dr. Jayme Zlotnik, coordenador no Estado do Paraná, de campanhas públicas contra o cigarro, apoiados por médicos da comunidade, como o Dr. Mário Maranhão, pelo Cel. Waldemar Oswaldo Bianco, superintendente do DENTEL no Paraná, que sempre gentilmente prestava sua colaboração em sua área de atuação e de apoio as campanhas antitabágicas, e outros profissionais.

Na política, os primeiros passos no Paraná, foram dados pelo Dr Igo Iwant Losso, que como vereador em Curitiba, a partir de 1960, apresentou os primeiros projetos contra o tabaco, posteriormente como deputado estadual e mais tarde como deputado federal, manteve o mesmo trabalho. A batalha contra o tabaco foi continuada na Câmara Municipal de Curitiba e, mais tarde, na Assembleia Legislativa do Paraná, pelo Dr. Ezequias Losso. Por último, na Câmara Municipal, contou por anos com o trabalho do Dr. Santiago Losso, como vereador.

Associado a Igreja Adventista de Vista Alegre, foi aberta a ESCOLA DE RECUPERAÇÃO DE ALCOOLATRAS E FUMANTES", na década de 1980, que com uma reunião semanal nos sábados a noite, sob a coordenação do Sr. Dálcio Anunzziato, com deficiência visual, levou avante juntamente com sua esposa, Sra. Elisar Anunzziato, sempre com a participação dos médicos citados anteriormente e com outros colaboradores leigos,como: Ageu Leal, Jurandyr Kruger, Etelvina Belvedere, Aniete Stadler, Odete Ribeiro e Alfredo Mükenberg e outros, obteve resultados animadores, enquanto sua saúde permitiu. Contam-se mais de 800 pessoas que participaram ao longo do tempo nesta escola.

As campanhas contra o tabaco ao longo do tempo foram conscientizando a sociedade e outras autoridades, além de profissionais de saúde, que uniram forças e hoje se tem como resultado, leis contra o tabaco, como por exemplo, a lei de proibição do fumo em locais públicos, trazendo melhor qualidade de vida a todos. Até a indústria farmacêutica entrou no combate ao tabaco lançando produtos que auxiliam os dependentes a deixar de fumar.

Valeu e vale a pena trabalhar combatendo o cigarro. Hoje, ao viajarmos a países que ainda permitem livremente o fumo, sentimos o valor de termos trabalhado ativamente para respirar ar puro.

Médica Pneumologista. Conselheira do CRM/PR.
Membro Titular da Comissão de Saúde do Médico – CRM/PR.

Tabagismo entre os médicos – CRMPR

O tabagismo é a principal causa evitável de doença, incapacidade e morte precoce.

Ele é uma forma de dependência à nicotina, além de expor o consumidor do tabaco a mais de 4.700 substâncias tóxicas, presentes na fumaça do cigarro.

De cada dez fumantes, sete tentam deixar de fumar, pelo menos uma vez durante a vida; mas, os estudos mostram que de cem, somente três conseguem abandonar o vício sem ajuda de outros profissionais médicos.

Mesmo sabendo dos mais variados riscos do tabagismo, o cigarro é comercializado como "droga lícita".

Vários estudos epidemiológicos evidenciam que os médicos não demonstram preocupação com a sua própria saúde, especialmente nos aspectos preventivos. Isso se deve às várias peculiaridades relacionadas ao exercício da profissão, especialmente devido à sobrecarga diária de trabalho, fadiga, a lida com a angústia, dor e sofrimento dos pacientes e familiares, alto grau de responsabilidade com a vida e, por consequência, o abandono que o médico observa ter com a sua própria família. Na verdade, muitas vezes a adição às drogas já se inicia durante o curso de Medicina, que exige muitos anos de formação, necessitando milhares de horas de estudo para o aprendizado; por vezes, associa-se o exercício de algum trabalho para que o estudante de medicina garanta a sua sobrevivência. Ainda, a sociedade (e o próprio médico) vê o médico como "pessoa infalível, que nunca fica doente".

As principais dificuldades no tratamento do Tabagismo entre os médicos estão relacionadas ao medo de ser estigmatizado pela enfermidade o "terror da sala de espera", que muitas vezes inibe o médico de procurar um colega especialista por julgar que vai ser reconhecido e apontado como "doente"; temor em colocar sua credibilidade e reputação em risco; prepotência terapêutica do profissional em se achar invulnerável e não se assumir como paciente; falta de tempo para buscar atendimento médico e, muitas vezes pela falta de cobertura econômica para subsidiar o seu próprio tratamento.

Preocupado com a situação da saúde dos médicos no Estado, O Conselho Regional de Medicina do Paraná (CRMPR), criou a Comissão da Saúde do Médico, em 17 de janeiro 2006, por meio da Portaria do CRM-PR nº 02/2006. O objetivo dessa Comissão é estudar e apresentar sugestões visando implementar o Programa de Atenção e Saúde do Médico no Estado; objetiva estimular o médico a cuidar da própria saúde. A Comissão é integrada por Conselheiros e está sob a coordenação do Psiquiatra e Homeopata Conselheiro Dr. Marco Antonio do Socorro M. Ribeiro Bessa.

A Comissão da Saúde do médico do CRMPR, desde o início dos seus trabalhos, tem focado muito na questão do médico fumante. Já promoveu diversos encontros e reuniões sobre esse tema, com a presença de renomados médicos brasileiros, lutadores por essa causa, entre os quais podemos citar o médico psiquiatra e professor Dr. Ronaldo Laranjeira, que ministrou palestra sobre "Como criar um hospital livre de cigarros", Dr. Alberto José de Araújo, que nos falou sobre "Tabagismo entre Médicos: Qual a realidade? Como enfrentar?", Dr. Jonatas Reichert, que abordou o tema "Tabagismo entre Médicos: Aspectos Gerais Visão da Situação Regional". Na plateia, presenças brilhantes

de médicos que se dedicam a essa causa, que não vou enumerar para não ser injusta, mas que tem contribuído de forma marcante para que esses encontros e reuniões possam atingir o objetivo.

Além dessas atividades, a Comissão promove reuniões com o corpo clínico dos hospitais, sempre aberta a todos os seus funcionários, e outras entidades médicas, tais como as cooperativas médicas, sempre buscando divulgar o tema e ampliar o conhecimento a respeito do Tabagismo. Nos hospitais, nossos vínculos iniciais são sempre os Diretores Clínicos e as Comissões de Ética Médica. Todos são muito estimulados a deixar de fumar e orientados sobre a importância da ajuda médica para obter sucesso no tratamento dessa doença – Tabagismo.

Temos ainda utilizado os canais de comunicação do próprio CRMPR e aproveitado todas as oportunidades para divulgar o tema nos meios de comunicação para a população em geral; no entanto, o foco principal do Conselho é o médico.

Os Conselheiros que compõe a Comissão da Saúde do Médico são de especialidades diversas; eles procuram se dedicar ao esclarecimento e apoio aos médicos em geral, estimulando-os para a aceitação do diagnóstico do Tabagismo e na busca do tratamento. Participei da Comissão no período de 2006 a 2008 e, para mim, que atuo na área da Pneumologia e sempre desenvolvi meu trabalho com estreita relação ao diagnóstico e tratamento do Tabagismo, o aprendizado foi muito valioso. Atualmente, participam da Comissão os Conselheiros Ewalda Von Rosen Seeling Stahlke, médica dermatologista, Wilmar Mendonça Guimarães, médico pediatra e neonatologista e Romeu Bertol, especialista em Clínica Médica e Medicina da Família.

O CRMPR entende que o médico é o grande exemplo de atitude para o seu paciente. Contudo, antes disso, o médico, quando portador de doenças tais como o Tabagismo, precisa de orientação e apoio do seu colega médico para se tratar, buscando especialmente prevenir as graves consequências que essa doença poderá causar na sua saúde, comprometendo diretamente o exercício da Medicina e a real possibilidade de o médico ter uma vida plena e feliz, junto a sua família.

ANDRÉ RIBEIRO LANGOWISKI

Médico Cardiologista – SESA/PR – Divisão de Risco Cardiovascular. Colaborador como professor em cursos de capacitação para profissionais da saúde nas Regionais de Saúde.

A Medicina Preventiva vem ganhando cada vez mais importância no cenário nacional bem como no cenário mundial. Estratégias de prevenção no âmbito da saúde pública são colocadas em prática de forma crescente e estudos de custo-benefício ratificam o paradigma de que "é melhor prevenir do que remediar".

Com base nessa premissa, no segundo semestre de 2007, a Secretaria de Estado da Saúde do Paraná (SESA) criou a Divisão de Risco Cardiovascular, ligada ao Departamento de Atenção ao Risco da Superintendência de Políticas de Atenção Primária. Este setor tem por objetivos principais elaborar estratégias de prevenção e abordagem do risco cardiovascular, além de centralizar as ações de controle do tabagismo em nível estadual.

Nos três anos de existência da Divisão de Risco Cardiovascular (DRCV), tive a oportunidade de viajar a diferentes Regionais de Saúde no Paraná a fim de ministrar as capacitações para tratamento do tabagismo direcionadas às equipes de saúde do Estado. Na verdade, o Programa Nacional de Controle do Tabagismo, gerenciado pelo Instituto Nacional de Câncer (INCA), estipulou, dentro das suas ações voltadas ao tratamento do fumante, que os ambulatórios de tabagismo do Sistema Único de Saúde (SUS) poderiam funcionar – rece-bendo medicamentos específicos – desde que sua equipe de médicos e outros profissionais da saúde fossem devidamente capacitados.

A capacitação dura dois dias, nos quais são abordados aspectos administrativos, legais, além do tratamento em si, abrangendo as orientações medica-mentosas e a abordagem cognitivo-comportamental. Esta última, por sua vez, é a base do tratamento do fumante de quem se deve retirar a imagem de "fraco" ou "de sem força de vontade", encarando-o como doente. Nesse sentido, segue-se a orientação da Organização Mundial da Saúde de que o tabagismo é uma doença.

A gratificação pessoal em trabalhar nessas capacitações pode ser justificada por alguns fatores, desde a grande satisfação da maioria dos profissionais participantes, até mesmo pelo resultado obtido, ou seja, o número de ambulatórios funcionantes para tratamento de tabagismo já algumas semanas após o evento naquela regional. Portanto, o Programa Nacional de Controle do Tabagismo, além de campanhas na mídia e divulgação de informação antitabagista em diferentes veículos, tem por estratégia de grande impacto na saúde pública a estruturação de unidades para tratamento ambulatorial do fumante.

O tabagismo, além de ser uma doença, também figura como um dos principais fatores de risco cardiovascular da humanidade. Com base nisso, anexamos uma apresentação sobre o tema a fim de sensibilizar as equipes de saúde do Estado para a magnitude do problema. A estratégia é simples: quanto mais se discute e se alertam os profissionais envolvidos, maiores serão as nossas possibilidades de realizar uma abordagem adequada das doenças cardiovasculares, ainda no âmbito da Atenção Básica de Saúde.

Toda essa dinâmica de ação foi impactada quando, em 2009, o Paraná se viu imerso em uma grande polêmica, pois estava em questão a extinção dos fumódromos, instituindo-se os ambientes 100% livres de tabaco. Havia uma lei tramitando na Câmara dos Vereadores em Curitiba e outra na Assembleia Legislativa do Paraná com a mesma finalidade, tanto em âmbito municipal, quanto estadual.

Para os profissionais envolvidos no Programa, a extinção dos fumódromos seria uma estratégia importante para a cessação do tabagismo, bem como para a redução do consumo de tabaco pelo fumante. Contudo, fui surpreendido por diversas reportagens que entrevistavam curitibanos e paranaenses os quais não concordavam com a promulgação da lei por acreditarem que o fumante também deveria ter o seu espaço para consumir o tabaco. Tal ideia não partia apenas de fumantes entrevistados, pois muitos dos que corroboravam com isto não faziam uso de tabaco.

Outro ponto importante no cenário político que se desenhava era o fato de o Paraná ser o segundo maior produtor de tabaco do país, ficando apenas atrás do Rio Grande do Sul. Por isso, nós da DRCV pressentíamos que a aprovação da lei não seria fácil, devido à pujança da indústria fumageira no estado, somada à reação da opinião pública.

A estratégia que propunha a "lei antifumo", assim denominada pela mídia, era muito simples, além de ser cientificamente comprovada. Ou seja, ao serem extintos os fumódromos, observar-se-ia uma redução no consumo de tabaco, pois o ato de fumar seria dificultado, tanto em empresas, quanto em casas noturnas, obrigando o fumante a sair em lugar aberto para consumir tabaco. Além disso, a possibilidade de um jovem iniciar-se no tabagismo e adquirir dependência, ao longo dos anos, seria minorada no momento em que o tabaco não estivesse tão presente nos locais de entretenimento, dificultando, por sua vez, o consumo esporádico e minimizando o risco da dependência à nicotina.

Esses dois aspectos conhecidos pela medicina já seriam suficientes para justificar a aprovação da lei. Contudo, mais um sinistro fator teve de ser levado em conta: o tabagismo é a quarta maior causa de morte ocupacional no mundo. Garçons e demais trabalhadores do ramo do entretenimento têm o tabagismo passivo como uma doença ocupacional, encurtando a vida de algumas pessoas que nunca tragaram um cigarro.

A luta pela aprovação da lei gerou uma polarização bastante clara: da mesma forma que as entidades representantes do setor de entretenimento, bares e restaurantes mobilizaram-se contra a lei, as sociedades médicas científicas paranaenses, em conjunto com outras organizações não governamentais, engajaram-se em prol da sua aprovação.

No momento da votação na Câmara Municipal de Curitiba, a presença de representantes da SESA, da Secretaria Municipal de Saúde, entidades médicas e entidades não governamentais foi importante para dirimir dúvidas de alguns vereadores os quais ainda não haviam percebido a magnitude da lei e seu impacto na vida dos curitibanos. Isto posto, a lei foi aprovada por unanimidade, fazendo-nos voltar toda a atenção à Assembleia Legislativa, onde a disputa parecia ser mais acirrada.

A votação na Assembleia Legislativa foi precedida por uma exposição aos deputados dos representantes das entidades contra e a favor da lei antifumo. Nessa ocasião, as sociedades médicas científicas do Paraná, dentre elas a de Cardiologia, Pediatria, Pneumologia, Psiquiatria, Conselho Regional de Medicina e Associação Médica do Paraná enviaram seus representantes os quais tiveram a oportunidade de expor na plenária da assembleia os pesados e incontestáveis motivos em prol da lei.

O papel de questionamento e cobrança frente aos deputados, além do empenho de alguns dos nossos representantes eleitos para aquela casa surtiu o efeito desejado: o Paraná, segundo estado maior produtor de fumo no Brasil, havia aprovado a lei antifumo.

Por fim, é fundamental registrar que a saúde pública teve uma importante vitória, pois quanto menor o consumo de tabaco e a prevalência de tabagistas, melhor será a qualidade de vida do paranaense no futuro.

ARIOLVALDO LOPES

Advogado. Membro da Associação Paranaense Contra o Fumo (APCF) desde 2006.

Fui honrado pelo convite do Dr. Jonatas Reichert, dedicado médico pneumologista em Curitiba, incansável batalhador na luta contra o cigarro e fumo em geral a fazer um depoimento de livre expressão sobre o pioneirismo do Estado do Paraná nesse mister.

Inicialmente tenho a dizer que, através da música erudita na casa de um amigo comum, melômano como eu e pertencente à mesma CONFRARIA DOS MELÔMANOS DE CURITIBA, conheci o Dr. Jayme Zlotnik "velho combatente" e incansável soldado na batalha contra o tabaco.

Depois de bastante tempo de contatos, sabedor, o Dr. Jayme Zlotnik, de que eu não era fumante, muito ao contrário, inimigo ferrenho do cigarro, convidou-me a comparecer a uma reunião da ASSOCIAÇÃO PARANAENSE CONTRA O FUMO (APCF) da qual era o presidente, que iria acontecer na Associação Médica do Paraná (AMP) daí a alguns dias.

Lá estando fui recebido com alegria pelo Dr. Jayme, que me apresentou para vários dos presentes, todos engajados na luta contra o fumo. Lá estavam, ao que me lembro – me perdoem todos os nomes que esqueci – o Dr. Jonatas Reichert, a Dra. Luci Yolanda Bendhack a Dra. Rosa Maria Chiamu-lera, o Dr. Saulo Carvalho Filho.

Foi uma palestra que durou o dia todo, liderada por uma entidade nacional de combate ao fumo.

Depois o Dr. Jayme me convidou para outras palestras e reuniões na APCF e finalmente acabou me convidando, já que sou advogado, a compor o Departamento Jurídico da Entidade. Aceitei com prazer.

Sei que a APCF existe quase que o mesmo tempo que existe o PROGRAMA ESTADUAL CONTRA O FUMO, PECF – ou seja, há mais de trinta (30) anos.

Existe mais do que uma estreita relação, diria mesmo uma cumplicidade – no bom sentido claro – entre a APCF à qual pertenço, com o PECT

PROGRAMA PARANAENSE CONTRA O FUMO entidade da SECRETARIA DO ESTADO DA SAÚDE, mais especificamente do "CONTROLE DO TABAGISMO", entidades essas todas preocupadas com a preservação da saúde de todas as pessoas, quer as que ainda não largaram o terrível vício, quer com aquelas que fumam "por tabela", ou passivamente, melhor e mais técnico termo.

No que concerne ao Setor da Saúde Pública, a APCF sempre contou com a colaboração da Secretaria de Saúde do Estado, especialmente com o desembaraço e destemor de seus integrantes que não poderia deixar de citar, que conheci pessoalmente, as senhoras Teresinha Jensen, Iludia Rosalinski e o Dr. Jonatas Reichert.

A APCF, juntamente com a Secretaria Estadual da Saúde (SESA) a Sociedade Paranaense de Tisiologia e Doenças Toráxicas (SPTDT) e a Associação Médica do Paraná (AMP) formaram e se constituíram numa "força tarefa" na mobilização da opinião pública através de todos os meios midiátidos para atingir a população, bem como pressionando os deputados da ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ (ALEP) para a aprovação da Lei Estadual em favor dos "AMBIENTES 100% LIVRES DO TABACO".

A Lei Estadual Paranaense contra o fumo, que tomou o nº 16.239, começou a vigorar no dia 26 de fevereiro de 2010 – data em que iniciou a proibição em todos os ambientes fechados de uso coletivo de Curitiba, públicos ou privados. Em resumo, nada de fumaça. Nem mesmo em FUMÓDROMOS porque estão proibidos.

Que avanço social! Sobretudo para a saúde!

Pesquisa feita pelo Ministério da Saúde, em 2008, concluiu que 18% dos curitibanos maiores de 18 anos e 15% dos que têm entre 11 e 17 anos fumam. Isso representa cerca de 240 mil dos 1,85 milhão de habitantes do município.

Achei oportuno colar parte da matéria publicada pelo jornalista Pedro Ribeiro em 23.9.2009, dois meses antes da vigência da Lei nº 13.254, para se ter uma pálida ideia do que é capaz de fazer o cigarro:

> *Responsável por cinco milhões de mortes anuais no planeta, o tabagismo é um problema de saúde pública global. No Brasil, onde 18% da população é tabagista e 200 mil morrem por ano vítimas da doença, o assunto vem sendo abordado não apenas pelo Ministério da Saúde, mas por outros órgãos governamentais. A proibição de fumo em locais fechados públicos e privados tem sido tema de discussões em todo país. No Paraná, iniciativas têm sido realizadas com o mesmo objetivo. Em Maringá, por exemplo, existe há mais de um ano uma lei que proíbe fumar em ambientes coletivos.*

Ainda na mesma publicação, noticiou o jornalista Pedro Ribeiro, que o Dep. Ney Leprevost iria propor uma emenda à lei antitabagista. Segue o texto:

> ***Emenda poderá garantir tratamento gratuito aos fumantes***
>
> *O deputado Ney Leprevost deve apresentar uma emenda ao projeto antitabagista, solicitando a garantia de tratamento psicológico e psiquiátrico gratuito aos dependentes do cigarro que querem largar o vício.*
>
> *"Sabemos que os órgãos de saúde já disponibilizam alguns tipos de tratamento para os que querem parar de fumar, mas é importante oficializar a obrigação do Estado na letra da lei. Até porque os medicamentos disponíveis no mercado são muito caros", afirma o presidente da Comissão de Saúde. Por decisão da Comissão de Constituição e Justiça, os quatro projetos*

que tratavam da mesma matéria foram integrados e transformados em um único projeto substitutivo de autoria do deputado Reni Pereira, que passa agora a ser discutido e analisado e nas comissões temáticas pertinentes e, posteriormente, em Plenário.

Não sei o que resultou dessa emenda. Ouvi dizer que não passou....

Bem, voltando ao início, louvável o esforço do Paraná, de seus políticos, de seus representantes da classe médica, da Secretaria da Saúde do Estado, da Associação Paranaense contra o Fumo, da Sociedade Paranaense de Tisiologia e Doenças Torácicas, da Associação Médica do Paraná, e ainda de alguma outra associação com a mesma finalidade, no sentido de mobilizarem uma "força tarefa" para a aprovação da lei nº 13.254 para, finalmente, termos uma Curitiba livre da fumaça em ambientes fechados.

Hoje, quando saio à noite para jantar com amigos é comum ver os "drogaditos", permita-se a brincadeira, fumando do lado de fora dos salões de refeições, coisa que não se via há pouco menos de doze meses. Valeu, Paraná!

JOÃO ALBERTO RODRIGUES

Coordenador das Ações de Controle do Tabagismo no Município de Curitiba. Colaborador do Programa Estadual para o Controle do Tabagismo como palestrante nos cursos de capacitação para as Regionais de Saúde. Organizador das comemorações das datas pontuais do tabagismo para o público em Curitiba, com apoio do HC, SPTDT e APCF e AMP. Relaciona os avanços do programa municipal para o controle do tabagismo na forma de síntese dos últimos 10 anos, desde a sua criação até o sancionamento da Lei Municipal Antifumo de Curitiba nº 13.254/2009, amparado pelo plano integrado com a Vigilância Sanitária e Centro de Saúde Ambiental, com ênfase no binômio educação/fiscalização.

Histórico do Programa Municipal de Controle do Tabagismo de Curitiba

1999 /2009 – síntese de dez anos de Programa Municipal de Controle do Tabagismo de Curitiba

1998

- Municipalização das Ações do Programa de Controle do Tabagismo.
- Capacitação de dois técnicos da Secretaria Municipal da Saúde de Curitiba (SMS) na gestão e na execução das ações de Controle do Tabagismo – SESA/PR e INCA/MS.

1999

- Elaboração do Plano Municipal de Controle do Tabagismo.

1999/2003

- Promoção de ambientes livres de cigarro com estudos de prevalência de tabagismo.
- Ambiente Livre de Cigarro na sede da SMS – projeto piloto em 1999.
- Unidades de Saúde Livres de Cigarro na rede da SMS.
- Escolas Livres de Cigarro na rede da Secretaria Municipal da Educação de Curitiba (SME)
- Centro Municipal de Educação Infantil – CMEI Livre de Cigarro na rede da SME.

2002/2008

- Promoção de Ambientes Livres de Cigarro nas demais secretarias e órgãos da Prefeitura Municipal de Curitiba, Empresas, Universidades, Faculdades e Serviços de Saúde.
- Treinamentos dos Profissionais de Saúde e dos Recursos Humanos para esta promoção.

2002

- Criação do primeiro Ambulatório de Tabagismo - Unidade de Saúde Ouvidor Pardinho.
- Produção de material educativo de sinalização - Adesivo Ambiente Livre de Cigarro.
- Menção Honrosa, recebida pelo município de Curitiba, com destaque no ano de 2002, pelas ações de controle do tabagismo nos ambientes de trabalho - INCA/MS.
- Apresentação oral no V Congresso Brasileiro de Epidemiologia – Epi. 2002, de Estudo de
- Prevalência de Tabagismo entre os Profissionais de Saúde da SMS de Curitiba.

2003

- Treinamento de professores e educadores da SME no Saber Saúde para a Prevenção da Iniciação ao Fumo por crianças e jovens.

2006

- Atualização e Revisão do Plano Municipal de Controle do Tabagismo.
- Proposta de regulamentação da Lei Municipal nº 6.167, de 02 de outubro de 1980.
- Plano Curitiba Livre de Cigarro - proposição legislativa.
- Elaboração da ficha de avaliação inicial do fumante em tratamento intensivo do tabagismo.

2004/2009

- Curso Permanente de Abordagem Mínima do Tabagismo - Programa de cessação de fumar,
- Treinamento de profissionais de saúde.
- Rede de Ações com a SME, SMRH, SMAB, VISA/SMS e outras secretarias e órgão da PMC;
- Empresas, Serviços de Saúde, Escolas, Universidades e ONGs para atividades continuadas e pontuais do programa.
- Exposição de Cartazes, elaborados pela Rede Municipal de Ensino, para promoção de
- Ambientes Livres de Cigarro nos dias 31 de maio - Dia Mundial Sem Tabaco e 29 de agosto - Dia Nacional de Combate ao Fumo.

2005/2009

- Ampliação dos serviços de Abordagem e Tratamento Intensivo do Tabagismo.
- Capacitação dos profissionais de saúde na Abordagem Intensiva do Tabagismo.

2007

- Lançamento do Protocolo de Orientações para o Profissional de Saúde na Abordagem Mínima do Tabagismo.
- Produção de novos materiais educativos para a sinalização de Ambiente Livre de Cigarro.
- Participação do Projeto PUC/SMS e a Universidade do Alabama - USA: Rede Paranaense para o Controle do Tabagismo
- Controle do Tabagismo entre as Mulheres.

2008

- Treinamento dos pedagogos dos Núcleos de Educação da SME para a prevenção do tabagismo.

2009

- Plano integrado com a Vigilância Sanitária/Centro de Saúde Ambiental - VISA/CSA - para a promoção de Ambientes 100% Livres de Cigarro - binômio: educação/fiscalização.
- Lei Antifumo de Curitiba nº 13.254, de 19 de agosto de 2009.
- Produção de materiais educativos e de sinalização da Lei Antifumo - VISA/CSA.
- Lançamento da Cartilha do Fumante - material de autoajuda.

LUCI IOLANDA BENDHACK

Pneumologista, desenvolveu programa de tratamento do tabagismo pela Secretaria Municipal da Saúde – Curitiba. Presidente da Comissão de Tabagismo da Sociedade Paranaense de Tisiologia e Doenças Torácicas e da Associação Médica do Paraná. Membro da Comissão de Tabagismo da Sociedade Brasileira de Pneumologia e Tisiologia (DF).

História do Controle do Tabagismo no Paraná

O Paraná foi um dos estados pioneiros na luta contra o tabagismo no Brasil.

Na década de oitenta já se acumulavam milhares de publicações comprovando as consequências nefastas do uso do tabaco para o organismo humano. A ciência evidenciava que o tabagismo era um fator de risco grave e evitável para dezenas de doenças limitantes e fatais. As estatísticas mundiais apresentavam índices alarmantes que representavam uma ameaça à saúde pública com características de epidemia.

Entretanto, fumar era socialmente aceito. A indústria do tabaco conseguia, astutamente, manter a enganosa imagem de charme e sucesso ligada ao ato de fumar.

Nas primeiras pesquisas epidemiológicas brasileiras sobre tabagismo, mais de 32% da população adulta era fumante. Na região Sul, historicamente, se encontravam as maiores taxas de tabagismo devido a fatores sócioeconômicos e culturais, diretamente relacionados ao papel relevante na produção e exportação do tabaco dos estados do Sul.

Naquela época, a luta contra o tabagismo se restringia a iniciativas isoladas de entidades profissionais e religiosas, sociedades científicas e organizações não governamentais. As campanhas de esclarecimento à população assim como as restrições à propaganda da indústria fumageira eram ainda incipientes.

Foi neste cenário nacional, que o Paraná saiu na vanguarda.

Em 1979 criava-se o Programa Estadual Contra o Fumo com o objetivo de informar a população e que deu origem a uma rede de apoio aos municípios para ações educativas.

No ano seguinte, o espírito inovador de alguns médicos e pessoas da sociedade civil interessadas em saúde pública originou a fundação da Associação Paranaense Contra o Fumo. A ideia de chamar a atenção sobre os efeitos do tabaco através de petições populares dirigidas à autoridades, passeatas e manifestações públicas como a chamada "greve do fumo" ganharam reconhecimento e apoio político. A iniciativa gerou a criação do Dia Nacional de Combate ao Tabagismo, marco histórico da campanha no Brasil comemorado, desde então, no dia 29 de agosto.

Até hoje a Associação vem desempenhando seu papel social, participando de campanhas e comemorações de datas alusivas e apoiando a legislação antifumo. Em estreita e produtiva parceria com a Sociedade Paranaense de Pneumologia e Tisiologia, Associação Médica Paranaense e secretarias de saúde municipal e estadual, tivemos a oportunidade de participar ativamente da história da luta contra o tabagismo em todas as instâncias.

No final da década de 1980, o Ministério da Saúde assumiu seu papel na luta contra o tabagismo no Brasil, criando o Programa Nacional de Controle do Tabagismo. Através de ações nas esferas legislativa, econômica e educativa, visava a prevenção da iniciação tabágica entre crianças e adolescentes e o tratamento dos portadores da dependência à nicotina. Sob a coordenação do Instituto Nacional do Câncer (INCA), as parcerias com as secretarias de saúde foram fundamentais para o alcance das metas delineadas.

O Paraná se destacou como um dos primeiros estados brasileiros a operacionalizar o programa nacional do INCA. A Secretaria Estadual de Saúde (SESA) assumiu seu papel gerenciando os recursos financeiros e materiais de apoio fornecidos pelo Ministério da Saúde e, através de equipe da qual pudemos participar, ministrando cursos de capacitação no tratamento do tabagismo para profissionais da saúde nas cidades do interior do Estado.

O convênio entre o Ministério da Saúde e o Sistema Único de Saúde (SUS) viabilizou o acesso da população ao tratamento gratuito, com a implantação do programa nas unidades credenciadas de qualquer nível de hierarquia em todo o país.

Em 2004, o Plano para Implantação da Abordagem e Tratamento do Tabagismo no SUS e o Protocolo Clínico e Diretrizes Terapêuticas para Dependência à Nicotina foram estabelecidos pela Portaria Ministerial 442, a qual definiu competências e firmou o compromisso do governo federal para com o programa. Desde então, este vem sendo implantado em US de todo o estado do Paraná, seguindo a hierarquia do SUS.

A Secretaria Municipal de Curitiba assumiu sua autonomia e passamos a formar os profissionais da rede através dos cursos de capacitação e progressivamente implantamos o programa de tratamento em mais US da capital. Na US Vila Hauer iniciamos o Programa em conformidade com as normas do protocolo atendendo o bairro do Boqueirão, um dos mais populosos de Curitiba, desde dezembro de 2005

Os resultados positivos com a implantação do Programa são inquestionáveis.

Houve redução das taxas de tabagismo em torno de 30%, na população acima de 15 anos, em todas as regiões do Brasil. Os resultados das pesquisas Vigitel, PENSE e PNADT mostram que ocorreu redução progressiva no Paraná e em Curitiba a partir de 2003, com tendência recente à estabilidade das taxas.

Em Curitiba, as pesquisas revelam que houve uma diminuição significativa dos índices de tabagismo entre adolescentes, embora estes ainda estejam acima da média de outras capitais. Persiste também uma situação particularmente preocupante: meninas estão se iniciando no tabagismo mais precocemente e se mantém fumando regularmente mais do que os meninos.

São muitas as dificuldades. A desproporção entre a oferta e a demanda, o número insuficiente de profissionais da saúde interessados e capacitados e o envio irregular de medicamentos pelo Ministério da Saúde são alguns dos principais problemas. Ainda existe muito a fazer, pois os desafios são imensos e numerosos. Entretanto, os bons resultados são encorajadores e não se refletem apenas nas estatísticas.

A Lei Antifumo aprovada em novembro de 2009, em Curitiba, e, logo em seguida, estendida a todo o Estado do Paraná, foi uma vitória para a saúde das gerações atuais e futuras do nosso povo. Representando entidades científicas como a AMP e especialidades da área da saúde encabeçadas pela Sociedade Paranaense de Tisiologia e Doenças Torácicas participamos ativamente da aprovação da lei através de petições com milhares de assinaturas e manifestações presenciais nas audiências plenárias.

A mobilização popular aliada à mudança de postura da mídia foram decisivos para que o Paraná se tornasse um dos primeiros estados com uma legislação exemplar de ambientes 100% livres de tabaco, condizente com a tendência de países desenvolvidos.

Todos estes avanços são frutos do trabalho em parceria de pessoas dedicadas a um ideal que, se há algumas décadas parecia ser uma utopia, cada vez mais de mostra viável: evitar que nossa gente adoeça e morra de uma causa evitável.

Continuaremos perseguindo nossos objetivos em todos os setores. Buscaremos apoio político, faremos campanhas e manifestações para esclarecer a população, lutaremos contra as artimanhas da indústria do tabaco, pesquisaremos novos tratamentos. E assim, continuaremos fazendo nossa parte nessa história.

HUGO MORAES JUNIOR

Cirurgião Pediátrico e Professor da UFPR. Apresentou defesa de monografia de mestrado versando sobre o tema: alterações em Ratas da Espécie Wis,t e sua prole, à exposição à Nicotina.

Agradeço profundamente o convite para participar desta importante, incansável e árdua tarefa que é o combate ao fumo. Em atenção a sua solicitação, abaixo discriminada, espero contribuir com este depoimento acerca da minha motivação antitabágica, em prol da causa maior que será a verdadeira erradicação do tabagismo.

O que motivou a realizar o estudo sobre fatos ligados aos efeitos da nicotina em animais e sua prole?

Aprendi que o fumo faz mal à saúde durante o estágio prático como acadêmico de medicina, no Hospital Nossa Senhora das Graças, quando presenciei e convivi com a morte do primeiro paciente portador de câncer de pulmão.

Com a decisão de me tornar cirurgião, passei a acompanhar as cirurgias oncológicas realizadas neste Hospital e pude me defrontar com a triste realidade daquele momento, que se traduzia em mutilar aqueles doentes, destruídos pelo cigarro, na esperança de preservar-lhes a vida.

Ao final do primeiro ano do estágio no HNSG, decidi que não desejava passar a minha vida acompanhando este quadro de tristeza contínua e optei por escolher a cirurgia pediátrica. Pensei que estaria livre de tanta desgraça. Contudo, os conhecimentos iniciais, adquiridos na residência médica, associados ao estudo constante e à observação clínica diária, provaram que estava completamente enganado.

Os estudos bibliográficos envolvendo as crianças e a nicotina referem-se, principalmente, a patologias respiratórias, otorrinolaringológicas e neurológicas, durante o desenrolar da infância e juventude. As crianças estão envolvidas, primeiramente, como fumantes passivas e depois como iniciantes do hábito fumageiro.

Contudo, a realidade é muito mais grave. Estas crianças são envolvidas nos malefícios do tabaco em período anterior ao nascimento, desde a vida embrionária e fetal, através de suas progenitoras fumantes, e este fato pouco se destaca na mídia.

Existem dados epidemiológicos demonstrando os abortos maternos, os óbitos fetais e neonatais, a prematuridade, o nascimento de bebês com baixo peso e estatura e as malformações anatômicas decorrentes dos efeitos da nicotina. Além disto, o Dr. Marcelo Ribas Alves e eu observamos que os filhos de mães fumantes apresentam maiores dificuldades na cicatrização de suas feridas cirúrgicas.

Assim, nos associamos para pesquisar os efeitos da nicotina administrada às ratas gestantes sobre sua prole. O interesse era a avaliação destes dados epidemiológicos, principalmente as malformações, e com maior destaque para o estudo da cicatrização pós-operatória, em filhotes de ratas submetidas à nicotina no período gestacional e de amamentação.

Que efeitos comportamentais observados poderiam ser úteis no esclarecimento público sobre os malefícios do tabagismo?

A conclusão de nosso estudo é que a nicotina administrada nas ratas, durante a gestação e a amamentação produz morte, tanto materna quanto de seu concepto, malformações fetais graves e gravíssimas (através da constatação de lesões irreversíveis sobre o pulmão e o cérebro). Ainda, afeta negativa e diretamente a cicatrização tecidual pós-operatória de seus filhotes.

Estas alterações cerebrais encontradas nos ratos sugerem a ocorrência das mesmas lesões nos humanos, pois a literatura médica é profícua em descrever as alterações comportamentais nos filhos de mães fumantes, assim como as demais correlações clinico patológicas com todos os órgãos internos pesquisados (fígado, rins, pulmões, timo e coração).

Ainda, foram demonstradas as alterações no desenvolvimento pondero-estatural dos filhotes de ratas gestantes.

Deste modo, penso que a divulgação dos fatos encontrados em ratos e sua inferência para os humanos, com a utilização de palestras em escolas e o engajamento dos pais e professores, principalmente na faixa escolar dos 9 aos 16 anos de idade, possam contribuir para a cessação do tabagismo.

Também, entendo que devemos orientar repetidas vezes os meninos e futuros pais, durante sua infância e juventude, para que sejam conscientizados dos graves riscos que correm ao se associarem a parceiras fumantes e das consequências danosas a sua saúde e a de seus futuros filhos.

Na sua opinião: qual a contribuição do Programa Estadual de Controle do Tabagismo (PR) para a mudança cultural em relação ao tabagismo nestes 35 anos de história (modismo no início e como doença na atualidade)?

A história revela que nos últimos 35 anos, houve educação continuada da sociedade, através da divulgação de dados epidemiológicos pelos médicos e seguida pelo envolvimento e engajamento desta sociedade no combate ao tabagismo.

O Programa Estadual de Controle do Tabagismo conseguiu alterar o crescimento do hábito fumageiro no Paraná. Conquista obtida através da obstinação de seus precursores, como o Dr. Jayme Zlotnik, na luta contra a divulgação midiática de que fumar é prazeiroso, moderno e providencia aos jovens fumantes as sensações de sucesso, liberdade, beleza, poder e inteligência, entre outros atributos por eles desejados.

Após os primeiros passos, este Programa logrou obter êxitos importantes e consecutivos na restrição ao vício do fumo. Atualmente, lutou até conquistar a aprovação da lei que restringe o tabaco em ambientes fechados, por sensibilização da bancada legislativa em reconhecer o tabagismo como doença.

Nestas circunstâncias, este Programa influiu culturalmente na população, com a transformação do conceito corrente, imposto pela indústria fumageira, de que fumar era socialmente correto e associava status de grandeza e poder em outro conceito oposto, no qual o fumante (brega) deve ser afastado dos não fumantes.

Face aos motivos acima expostos, espero ter contribuído com o Programa Estadual de Combate ao Fumo e me coloco à disposição para quaisquer esclarecimentos que se façam necessários.

ALCIDES PRANTES JUNIOR

Médico atuante na área da Clínica Médica, pioneiro no Paraná no tratamento especializado privado no Estado do Paraná, estabelecido em Curitiba (Smoke.Free). Membro colaborador na elaboração do Consenso Abordagem e Tratamento do Fumante – INC /2001.

Centro de Referência para o tratamento do tabagismo no âmbito privado

Em 21 de março de 1994, estabelecemos em Curitiba, o Núcleo de Atendimento ao Fumante (*SMOKE.FREE*). Caracterizava-se por ter um Programa de Avaliação e Atendimento ao Fumante abor-



Núcleo de atendimento
ao fumante (*Smoke.Free*)



Monoxímetro EC50
"Mini smokerlyser®"
Bedfont techn. Inst. Ltd. U.K.

dando este de forma estruturada, consistente e breve. Acompanhava o paciente ao longo do processo motivacional de mudança oferecendo ao mesmo informações sobre o problema (preparando-o para a ação), acompanhamento para o alcance da abstinência e estratégias para mantê-la e consolidá-la. Tinha como base, a orientação cognitivo-comportamental e contemplava também a utilização de medicação.

Ainda em 1994, no I Congresso Brasileiro sobre Tabagismo na cidade do Rio de Janeiro, apresentamos trabalho, na área temática: Estratégias e Programas, intitulado: Intervenção Mínima em Fumantes, um Manual para ser aplicado a fumantes, em prevenção secundária, respeitando os estágios motivacionais, podendo ser este utilizado por diferentes profissionais da área da saúde, sem necessidade de formação específica em dependências químicas, e por isto e pela simplicidade, ter amplas possibilidades de aplicação, baseado em orientação de cunho cognitivo-comportamental.

Em 25 de agosto de 1995, atuando como médico clínico na Clínica Quinta do Sol, Terapia do Alcoolismo e Outras Dependências, e como Membro do Comitê sobre Tabagismo, participamos do estabelecimento de uma política escrita abordando a questão do tabaco. Houve a aquiescência da Diretoria e subscrição dos demais membros do Comitê. A política era constituída da intersecção de três aspectos: a criação de Um Ambiente de Trabalho Sem Cigarro, mais seguroe saudável (Organização Mundial de Saúde – 1992), Instituições e Profissionais da Saúde Livres do Tabaco (Organização Mundial de Saúde – 1993) e oferecimento do tratamento a pacientes, familiares e comunidade.

Na esteira deste movimento, estabeleceu-se pelo empenho de voluntários, ex-pacientes, consultor em dependências químicas e médicos, nas dependências da Clínica Quinta do Sol, um grupo de Autoajuda voltado à questão do tabagismo na época designado como Fumantes Anônimos (F.A.) e que tem hoje a designação de NICa (Nicotina Anônimos). Dois outros Grupos de NICa foram formados posteriormente.

No ano de 1996, no II Congresso Brasileiro sobre Tabagismo realizado na cidade de Fortaleza, apresentamos como resultado de atividades que até então desempenhávamos junto a nossos pacientes três trabalhos intitulados respectivamente: Avaliação da adesão a um programa de intervenção para o abandono do fumo, Avaliação da eficácia de um programa de intervenção para o abandono do fumo e Avaliação de um programa de intervenção para o abandono do fumo pelos pacientes a ele submetidos.

Em 05 de julho de 1996 , apresentei como requisito parcial à obtenção do grau de Mestre, no Curso de Pós-Graduação em Medicina Interna da Universidade Federal do Paraná a dissertação intitulada "INTERVENÇÃO PARA O ABANDONO DO FUMO". O trabalho envolveu pacientes de uma Secretaria de Estado do Paraná. Ao longo do desenvolvimento deste, fui honrado pelo fato de ter sido orientado pelo Professor Doutor Reginaldo Werneck Lopes que dentre outras atividades, como Mestre e Orientador era membro sempre presente e atuante da Comissão de Estudos do Álcool e Outras Drogas da Universidade Federal do Paraná. Para pontuar a maneira precisa, cuidadosa com que o Professor Reginaldo desenvolvia suas atividades há em sua tese para obtenção do Título de Livre Docente pela Universidade Federal do Paraná, especialidade de Gastroenterologia, apresentada no ano de 1977, intitulada "Duodenites. Estudo através de biópsia endoscópica" a citação textual: "O fumo, considerado como fator de importância coadjuvante no desenvolvimento da úlcera péptica, fez parte dos hábitos de cinquenta por cento dos ulcerosos, assim como dos portadores de duodenites" e de fato a nicotina entre vários outros efeitos deletérios à mucosa gástrica, inibe a secreção pancreática de bicarbonato, diminuindo a pressão dos esfíncteres esofágico e pilórico e neutraliza a ação inibitória de antagonistas histamínicos sobre a secreção gástrica noturna, corroborando os achados e a citação do Professor Reginaldo.

Por ocasião da avaliação da Banca Examinadora, fui também honrado em apresentar meus estudos à arguição, apreciação, e comentários dos Professores Doutores Jayme Zlotnik e Ronaldo Laranjeira aquele, renomado Mestre, em 1976, apresentou ao Setor de Ciências da Saúde da Universidade Federal do Paraná como concurso à Docência Livre no Departamento de Cirurgia, na Disciplina de Otorrinolaringologia, a tese intitulada "Aspectos do Ruído Industrial em Curitiba". Não tendo descuidado da questão ambiental, não ficou restrito à poluição sonora e após apenas 3 anos participava como membro atuante e incansável da Comissão Executiva do Programa Estadual de Controle do Tabagismo, cujos brilhantes resultados conhecemos. Por sua vez, o Professor Doutor Ronaldo Laranjeira, fundador da UNIAD (Unidade de Pesquisa em Álcool e Drogas), em 1994, da qual é Conselheiro Gestor e Diretor Clínico, instituição esta que coordena um conjunto de ações de natureza preventiva, assistencial, de pesquisa, de intervenções comunitárias e de debate público, centro de excelência em ensino, pesquisa, prevenção e tratamento do uso indevido.

Em setembro de 1997, no XII Congresso Brasileiro sobre alcoolismo e outras dependências, na cidade de Recife, foi apresentado o trabalho em que figuramos como coautor ao lado do Dr. Fernando Sielski, Dr. José Carlos Vasconcelos e Consultor Haroldo Machado, designado: "Implantação e Avaliação de uma Política de Não Fumar em uma Clínica para Tratamento de Dependentes Químicos". Houve aqui uma leitura dos estágios motivacionais de mudança de hábito entre membros da equipe terapêutica, antes e após a implantação da Política de Não Fumar e o quanto a mudança nos



Professor Dr. Ronaldo
Laranjeira, Dr.Alcides Prante
Jr., Professor Dr. Jayme Zlotnik
Arquivo pessoal

estágios motivacionais determinou uma mudança de procedimento do profissional em aconselhar ou não ao paciente fumante para que pare de fumar. Considerou-se, também, a importância neste trabalho de que se inicie intervenção quanto ao abandono do fumo em qualquer instituição de saúde e o papel peculiar de uma clínica especializada em tratar dependentes químicos em fazê-lo.

Concomitante, estabelecemos com o Chefe do Serviço de Pneumologia do Hospital Universitário Cajurú da Pontifícia Universidade Católica do Paraná, o Dr. Paulo Roberto Miranda Sandoval, o Ambulatório de Tabagismo do HUC-PUC/PR. Houve atuação de uma equipe multiprofissional e, em 2002, também como fruto deste trabalho, a psicóloga Juliana Ogassawara apresentou, para obtenção do título de Especialista em Dependências Químicas pelo Curso de Pós Graduação do Centro de Ciências Biológicas e da Saúde da Pontifícia Universidade Católica do Paraná, a monografia "O perfil do Paciente Tabagista em Tratamento Ambulatorial".

Em novembro de 2000, o Núcleo de Atendimento ao Fumante (*Smoke.Free*) estabeleceu parceria com a Cooperativa UNIMED-FOZ/PR, levando àquela cooperativa a metodologia de intervenção ao fumante. Esta parceria foi vigente até meados de julho de 2006 e atendeu a várias dezenas de pacientes.

Em 2003, numa avaliação retrospectiva e crítica de resultados, apresentamos, com o incentivo do Professor Dr Paulo Baggio, ao Curso de Especialização em Saúde do Trabalho, do Departamento de Enfermagem e de Saúde Comunitária, do Setor de Ciências da Saúde da Universidade Federal do Paraná, como requisito para obtenção do título de especialista, a Monografia "Qualidade de vida em ex-fumantes (Repercussões nas atividades cotidianas)".

Paralelo, participávamos de eventos em datas alusivas ou não tais como palestra em novembro de 1992, na Embratel, XVI SIPAT, Tema: "Tabagismo", em maio de 1993, no Dia Mundial Sem Tabaco, na Biblioteca Pública do Paraná, a convite do Programa Estadual de Controle ao Fumo/ Secretaria de Saúde do Paraná, Tema: "Os Profissionais da Saúde e o Tabagismo",

Em junho de 1993, no Hospital Universitário Cajuru da PUC/PR, na IV SIPAT, Tema: "Alcoolismo,T abagismo e Drogas", em outubro de 1993, na VII Jornada Científica do Hospital de Clínicas da UFPR, Tema: "A influência do fumo na defesa do hospedeiro", em março de 1994, no Curso de Educação Continuada em Geriatria e Gerontologia, ano VII, Tema: "Dependência Química no Idoso", em agosto de 1994, no Banco do Brasil, alusivo à data 28/08, Tema: "Dia Nacional de Combate ao Fumo", em dezembro de 1994, aos Voluntários da Clínica Quinta do Sol, tema: "Tabagismo", em dezembro de 1994, no Centro Paranaense Feminino de Cultura, Tema: "Fumo ou Saúde", em agosto de 1998, no Hospital Universitário Cajuru, Tema: "Tabagismo – Estudo



Professor Dr. Ronaldo Laranjeira, Dr.Alcides Prante Jr., Professor Dr. Jayme Zlotnik
Arquivo pessoal



Dr. Alcides Prante Jr. e Professor Dr. Jayme Zlotnik
Arquivo Pessoal

Epidemiológico e Técnicas de Abandono", em julho de 1999, no Hospital Geral de Curitiba, Tema: "Intervenção Mínima em Fumantes", em maio de 1999, no cronograma do curso "Aconselhando seu paciente a deixar de fumar", sob o patrocínio da Secretaria da Saúde do Paraná, em Londrina, no Instituto de Saúde do Paraná, tema com a mesma designação do curso, em março de 2000, no Seminário: "Envelhecimento Saudável - Promoção do Idoso", Tema: "Parar de Fumar" na X Jornada Paranaense de Geriatria e Gerontologia e V Fórum de Gerontologia Social/Soc. Bras. Geriatria e Gerontologia, Seção Paraná, em abril de 2000, no II Congresso Paranaense de Clínica Médica, Tema: "Bases da Medicina Preventiva, a Utopia Real; Estratégias no Combate ao Tabagismo" sob o patrocínio da Sociedade Brasileira de Clínica Médica – Regional do Paraná, em agosto de 2000, no XIII Congresso de Saúde das Polícias Militares do Brasil, Tema: "Novos tratamentos farmacológicos para Alcoolismo e Tabagismo", em novembro de 2001, na Clínica Quinta do Sol, Tema: "Tabagismo – da Dependência ao Tratamento".

Em 2004, num envolvimento de 10 anos, quando a necessidade de enfoque terapêutico à população de fumantes passou a ser quase que um senso comum, descontinuamos nossas atividades no Núcleo de Atendimento ao Fumante (*Smoke.Free*) e recomendamos o encaminhamento de pacientes a serviços estabelecidos.

Ao longo de todo este período pudemos contar com a sempre presente e disponível equipe do Setor de Controle do Tabagismo da Secretaria Estadual da Saúde do Paraná.

Participação como único representante do Paraná na elaboração do Iº Consenso Brasileiro Sobre Tratamento do Tabagismo - INCA

Em julho de 2000, tivemos a honra de receber da Coordenadoria Nacional de Controle do Tabagismo, Prevenção e Vigilância do Câncer - CONPREV/INCA, subscrita pela Dra. Vera Luiza da Costa e Silva, convite para participar de REUNIÃO DE CONSENSO SOBRE ABORDAGEM E TRATAMENTO DO FUMANTE que o Ministério da Saúde por intermédio do Instituto Nacional do Câncer organizou como parte das ações do Programa Nacional de Controle do Tabagismo e outros Fatores de Risco de Câncer. Teve curso na cidade do Rio de Janeiro, nas instalações do Instituto Nacional de Câncer/Ministério da Saúde, em 22 e 23 de agosto de 2000, com o objetivo de uniformizar e validar recomendações para a abordagem do fumante bem como pactuar com as Sociedades e Órgãos de Classe, estratégias para sua disseminação entre profissionais da saúde.

No evento houve dinâmica envolvendo discussão em grupo por subtemas (exemplo: abordagem cognitivo-comportamental; métodos farmacológicos; métodos alternativos) precedida de revisão crítica de cada participante afeta ao subtema afim que antecipadamente lhe foi designado bem como a disponibilidade de farto material mobilizado para aprofundamento e entregue dias antes da reunião. Entre estes, destacaram-se dados do COCHRANE TOBACCO ADDICTION REVIEW GROUP publicados no BMJ 2000; 321:355-8 e sobretudo o Clinical Practice Guideline:Treating Tobacco Use and Dependence publicado em junho de 2000, pelo U.S.Department of Health and Human Services, Public Health Service, amplo estudo de metanálise sobre métodos para a cessação do fumar.

Em setembro de 2000, foi encaminhado aos participantes, subscrito pela Dras. Luisa da Costa e Silva Goldfarb e Tânia M. Cavalcante, um relatório preliminar do "I ENCONTRO sobre ABORDAGEM e TRATAMENTO do FUMANTE"; com os documentos resultantes anexos. Houve um trabalho prévio visando integrar e encadear as decisões incorporadas ao formato durante os trabalhos de grupo e sugestões para questões que ficaram em aberto como por exemplo a denominação a ser dada à abordagem cognitivo-comportamental de acordo com a sua intensidade. Houve aqui espaço para críticas e sugestões para a finalização do documento.

Em abril de 2001, recebemos comunicado da Dra. Tânia Cavalcante informando que do ENCONTRO sobre TRATAMENTO e ABORDAGEM de FUMANTES, resultaram dois documentos, um relatório da dinâmica do encontro disponível para quem manifestasse o interesse de lê-lo e um documento com as recomendações sobre tratamento do fumante, elaborado a partir das discussões de grupo ocorridas. A Dra. Tânia ressaltou que o resultado desta ação conjunta também envolveu outros profissionais que tiveram interesse em contribuir posteriormente ao ENCONTRO. Informou também haver o planejamento de divulgar o documento por ocasião do DIA MUNDIAL SEM TABACO, 31 de maio de 2001. Solicitou ainda uma avaliação final para liberação do documento para publicação com um prazo limite para 08 de maio de 2001.

Enfim, no momento previsto, foi publicado o Consenso Abordagem e Tratamento do Fumante que todos conhecemos.

SAINT-CLAIR HONORATO SANTOS

Procurador de Justiça. Coordenador do CAOPMA-PR. Atuante como grande colaborador participante de Seminários, Fóruns e Cursos promovidos pela Secretaria Estadual da Saúde/PR. Participação em Audiências Públicas e Ações entre parlamentares na Assembleia Legislativa do Estado do Paraná (ALEP) visando a aprovação da Lei Estadual tornando os ambientes 100% livres do tabaco em Setembro de 2009.

O Antitabagismo no Estado do Paraná e a particpação do Ministério Público

O Estado do Paraná é pioneiro quanto a políticas públicas de antitabagismo. Desde 1979 a Secretaria de Estado de Saúde implementou o Programa Estadual de Combate ao Fumo (Resolução 62/79), realizando inúmeras ações educativas e informativas ao longo dos anos.

A problemática do fumo alberga não somente questões de saúde pública, mas uma infinidade de situações que permeiam tanto premissas ambientais quanto a proteção da criança e do adolescente. Portanto, cabe ao Ministério Público do Estado do Paraná intervir e auxiliar a causa.

Um dos pontos relevantes quanto ao fumo relaciona-se com os venenos agrícolas aplicados em seu cultivo. Há, constantemente, relatos de contaminações dos agricultores pelo uso desses venenos na agricultura, seja de forma instantânea seja pelo acúmulo no organismo, fazendo aumentar os casos de internações em hospitais, além das filas da previdência social pela incapacitação para o trabalho, além de todos os consequentes problemas de desestruturação familiar.

Constituiu-se no Ministério Público do Estado do Paraná um grupo de interessados, tanto de órgãos públicos quanto de particulares, que se reúnem mensalmente a fim de discutir tal tema e propor atuações que visem atacar estes problemas.

Frutos dessas discussões foram propostos alguns procedimentos para atuação do Ministério Público, como por exemplo, receber diretamente as comunicações de intoxicações para verificar se os procedimentos exigidos pela legislação foram cumpridos, a existência de receita agronômica para adquirir o agrotóxico e sua aplicação, se ministraram-se as orientações corretas para a utilização do veneno, se o aplicador recebeu informação para estar devidamente equipado, acompanhar no âmbito criminal os casos de intoxicações e suicídios levando em consideração os itens acima.

O cultivo do fumo serve-se de mão de obra familiar e o uso indevido de venenos faz com que toda a família venha a se contaminar, tanto da mulher que tem contato com o produto ou quando procede a lavagem das roupas utilizadas pelo aplicador (marido), e não em raras ocasiões os filhos, os quais acompanham os pais nessas lavouras e na própria colheita.

Quanto ao trabalho infantil as empresas já foram obrigadas, nos três Estados do Sul do país a promover campanhas visando manter as crianças na escola e longe da atividade de fumicultura. Quanto à contaminação familiar um longo caminho ainda deve ser percorrido para salvar a população deste mal. Mais recentemente produtores rurais de Piraí do Sul (PR) abandonaram suas culturas de fumo alegando prejuízos econômicos, estando receosos de terem que travar batalhas judiciais em razão de empréstimos contraídos para trabalhar com essa cultura.

Em pesquisa realizada pela Secretaria de Estado da Agricultura em março de 2001, motivada pela solicitação do grupo de trabalho acima citado, constatou-se que cerca de 80 % (oitenta por cento) dos produtores consultados pretendiam abandonar a cultura por ser uma atividade perigosa. Entretanto, dependiam de apoio financeiro do poder público. Os agricultores da região produtora não foram mais procurados pelo Governo para auxiliá-los nesse mister.

Nos anos de 2000/2001, a região Sul do país colheu uma das maiores safras da história, com um montante aproximado de 504,7 mil toneladas de fumo.

A saúde das famílias de agricultores que cultivam fumo é sistematicamente agredida de diversas formas: a) pelo uso de agrotóxicos; b) pelo contato direto com a planta úmida, que libera nicotina, sendo esta absorvida pela epiderme; c) pelo cheiro das folhas durante a secagem nas estufas. A primeira dessas formas é sem dúvida a mais complexa, já que atinge também o solo, as águas e até a camada de ozônio (no caso do brometo de metila). Também os fumantes são agredidos. Aplica-se na fumicultura um agrotóxico, absorvido pela seiva das plantas, para evitar o rebrotamento de folhas próximas à terra e conseguir, assim, um crescimento maior das folhas na parte superior. Resíduos de agrotóxicos, adubos e aditivos aparecem no produto final, ou seja, no cigarro (Glantz et al., 1996, p. 201-233).[15]

Sugestão de Projeto encaminhado à Assembleia Legislativa, em parceria com o Ministério Estudos sobre contaminação por agrotóxicos na fumicultura indicam que cerca de metade dos agricultores sofrem com a intoxicação, crônica ou aguda. Os sintomas mais apontados são dor de cabeça, tonturas, mal-estar, abalos musculares, vômitos, salivação e perda de apetite. Apesar de

[15] BOEIRA, S.L. & GUIVANT, J. S.. **Indústria De Tabaco, Tabagismo e Meio Ambiente: As Redes Ante os Riscos.** Cadernos de Ciência & Tecnologia, Brasília, v. 20, n. 1, p. 45-78, jan./abr. 2003.

90% dos agricultores afirmarem ser perigoso trabalhar com tais produtos e reconhecerem a necessidade de proteção especial, 74% deles nem sequer conhecem o receituário agronômico, 60% não leem o rótulo das embalagens e poucos tomam precauções recomendadas durante a aplicação dos mesmos (Hadlich et al., 1997; Guivant, 1994)[16].

Assim sendo, este órgão ministerial promoveu reuniões com órgãos do Estado do Paraná para o fim de ser realizado um levantamento da situação da cultura do fumo, que culminou com a Proposta de Reconversão da fumicultura para outro tipo de produto, que fosse menos agressivo ao meio ambiente e à saúde humana.

Concomitantemente, o Governo Federal através do Decreto 5658/2006 promulgou a Convenção-Quadro sobre Controle do Uso do Tabaco, adotada pelos países membros da Organização Mundial de Saúde, em 21 de maio de 2003, e assinada pelo Brasil, em 16 de junho de 2003. Dentre as considerações apontadas na norma, está a preocupação da comunidade internacional com as devastadoras consequências sanitárias, sociais, econômicas e ambientais geradas pelo consumo e pela exposição à fumaça do tabaco, em todo o mundo, o que vem de encontro ao explanado.

No artigo 26 da Convenção consta que as Partes promoverão, quando aplicável, a utilização de canais bilaterais, regionais, subrregionais e outros canais multilaterais para financiar a elaboração e o fortalecimento de programas multissetoriais integrais de controle do tabaco, das Partes que sejam países em desenvolvimento ou que tenham economias em transição. Devem ser abordados e apoiados, portanto, no contexto de estratégias nacionais de desenvolvimento sustentável, alternativas economicamente viáveis à produção do tabaco, inclusive culturas alternativas.

Por fim, no que tange a atuação deste órgão ministerial quanto à aprovação da Lei Estadual nº 16239/2009 que promoveu "Ambientes 100% livres de tabaco", houve Público do Trabalho, que, através de discussões acaloradas, foi devidamente votado e aceito.

Desta feita, as ações promovidas pelo Estado do Paraná e também pelo Ministério Público do Estado e Ministério Público do Trabalho vão de encontro ao que determina o pacto firmado perante a OMS, ações, enfatize-se, pioneiras quanto ao combate ao tabagismo em toda a sua cadeia.

ANA MARGARIDA F. A. ROSEMBERG

Pneumologista, Historiadora, Presidente do II Congresso Brasileiro de Pneumologia – Fortaleza/Ceará, 1996, participante de grandes decisões na luta antitabágica nacional ao lado do Professor José Rosemberg.

A propósito dos trinta anos de Luta Antitabágica no Brasil

O vício de fumar cigarro (tabaco) expandiu-se no mundo a partir da I Guerra Mundial, entre os homens, e, a partir da II Guerra Mundial, entre as mulheres. Na década de 1960, os primeiros importantes trabalhos científicos desenvolvidos na Inglaterra e Estados Unidos evidenciaram graves malefícios do tabaco para a saúde dos fumantes e fumantes passivos. A partir de então, a atenção dos governantes, órgãos internacionais de saúde, instituições médicas e de educação, cada vez mais, foi voltada para o controle do tabagismo, pois as investigações experimentais, clínicas e epidemiológicas passaram a ser divulgadas através de milhares de publicações.

[16] BOEIRA, S.L. & GUIVANT, J. S.. **Indústria De Tabaco, Tabagismo e Meio Ambiente: As Redes Ante os Riscos.** Cadernos de Ciência & Tecnologia, Brasília, v. 20, n. 1, p. 45-78, jan./abr. 2003.

Até a década de 1970, as ações de combate ao tabagismo no Brasil foram incipientes, circunscritas e desencadeadas, em sua maioria, por médicos. Alguns pioneiros como: Mario Rigatto, do Rio Grande do Sul, José Rosemberg, de São Paulo, e Jaime Zlotnik, do Paraná, tornaram-se grandes líderes desta luta.

Em 1976, o Professor José Rosemberg publicou o livro "Tabagismo - Sério Problema de Saúde Pública" e realizou, no ano seguinte, a Primeira Semana Antitabagismo da PUC-SP. Como desdobramento da referida semana, o tema tabagismo foi incluído no currículo médico da Faculdade de Medicina daquela instituição. Também, em 1976, a Associação Médica do Rio Grande do Sul, através do Professor Mario Rigatto, instituiu o primeiro Programa Estadual de Combate ao Tabagismo do Brasil. Nos anos seguintes, as Sociedades Médicas criaram programas em diversos Estados da Federação e, somente, na década de 1990, os programas de combate ao fumo passaram para o âmbito dos governos estaduais.

Em janeiro de 1979, Antônio Carlos Campos Junqueira, Antônio Pedro Mirra, Almério de Souza Machado, Glacilda Telles Menezes Stewien, José Rosemberg, Luiz Carlos Calmon Teixeira, Mario Rigatto, Mozart Tavares de Lima, Roberto Bibas e Ruth Sandoval Marcondes lançaram a semente para a concretização de um Programa Nacional de Combate ao Fumo que foi oficializado em 12 de agosto de 1979, pela Associação Médica Brasileira.[17]

Em março de 1979, sob a coordenação do Dr. José Silveira, da Bahia, o Instituto Brasileiro de Investigação Torácica – IBIT realizou um seminário sobre tabagismo que resultou na histórica "Carta de Salvador". Documento de extrema importância, a carta alerta aos poderes públicos, às instituições médicas e à população sobre os malefícios do tabaco. Foram signatários da "Carta de Salvador" os seguintes doutores: Angelo Rizzo – Professor da Universidade Federal de Pernambuco, Antônio Carlos Peçanha Martins – Presidente da Associação Baiana de Medicina, Antônio Pedro Mirra – Diretor do Departamento de Cirurgia Torácica da Fundação Antonio Prudente de São Paulo, Edmundo Blundi – Professor da Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Jaime Santos Neves – Professor de Pneumologia da Escola de Medicina do Espirito Santo, José Rosemberg – Professor Titular da Faculdade de Medicina da PUC-SP e Diretor Geral do Centro de Ciências Médicas e Biológicas da PUC-SP e José Silveira – Superintendente Técnico do IBIT.[18]

Em 29 de agosto de 1980, a Sociedade Médica do Paraná lançou a "Greve do Fumo", sob a liderança do Dr. Jayme Zlotnik. Em homenagem ao evento, esta data passou a ser o "Dia Nacional de Combate ao Fumo", comemorado em inúmeros municípios do Brasil com uma corrida rústica, cujo slogan, "Largue o Cigarro Correndo", inspirou centenas de fumantes a abandonarem o vício.[19]

As comunidades religiosas participaram da luta, desde 1979, através da Igreja Adventista do Sétimo Dia, Igreja Presbiteriana Independente do Brasil, Igreja Católica e Centros Espiritas. O Rotary Club, Lions Club e Associação Cristã de Moços abraçaram, também, a causa.20

Em 1984, foi criado o Comitê Coordenador do Controle do Tabagismo no Brasil tendo a frente o Professor Mario Rigatto, que foi o seu primeiro presidente. O Comitê esteve durante muitos anos sob a presidência do Professor Rosemberg e desdobrou-se em vários capítulos, em inúmeros Estados da Federação, e em subcapítulos nos municípios. Atuando em parceria com os órgãos governamentais, o Comitê teve relevante atuação na luta contra o fumo.

[17] ROSEMBERG, José. *Tabagismo – Sério Poblema de Saúde Pública*. São Paulo: Almed, 1987, p. 321.

[18] Ibidem, p. 320.

[19] www.amb.org.br/teste/downloads/historia_comissaotabagismo.pdf acesso: 29 de junho de 2001

[20] Ibidem

Finalmente, em 1985, o Ministério da Saúde assumiu oficialmente a luta criando um Grupo Assessor para o Controle do Tabagismo no Brasil. Grupo eclético, composto por diversos representantes da sociedade, atuou junto ao governo para a criação da primeira lei federal de combate ao fumo. A referida Lei de nº 7.488 instituiu o dia 29 de agosto como o Dia Nacional de Combate ao Fumo.

Este grupo foi composto pelo Senador Lourival Baptista, José Rosemberg, Mario Rigatto, Antônio Pedro Mirra, Edmundo Blundi, Geniberto Paiva Campos, Germano Gerhardt Filho, Guaracy da Silva Freitas, Jayme Santos Neves, Luiz Carlos Romero, Maria Goretti Pereira Fonseca, Paulo Roberto Guimarães Moreira, Pedro Calheiros Bonfim, Regina Celi Nogueira, Roberto Azambuja, Thomas Szego, Vera Luíza da Costa e Silva e Vitor Manuel Martinez.21

Em 1991, a ação do MS foi transferida para o INSTITUO NACIONAL DE CÂNCER-INCA sob a coordenação da Dra. Vera Luiza da Costa e Silva. Divisor de águas na luta contra o tabaco no Brasil, o INCA instalou uma ampla rede de ações com abrangência nacional, concretizando, finalmente, a fase vitoriosa da luta.

Com a municipalização das ações de controle do tabagismo, o programa penetrou nas Empresas, Escolas e Unidades de Saúde em mais de 80% dos municípios brasileiros. Além dessas ações, o INCA realizou, em parceria com as Secretarias Estaduais de Saúde e o Comitê Coordenador de Controle do Tabagismo no Brasil, vários Congressos Brasileiros sobre Tabagismo, sendo o primeiro no Rio de Janeiro, em maio de 1994, sob a presidência de José Rosemberg. Em junho de 1996, foi realizado em Fortaleza-CE, o II Congresso Brasileiro sobre Tabagismo e o I Congresso Latino-Americano sobre Tabagismo sob à nossa presidência. O III Congresso aconteceu em Porto Alegre-RS, em abril de 2000. O IV Congresso, em Brasília-DF, e o V Congresso, em Belo Horizonte-MG. Além desses congressos, inúmeros eventos científicos e esportivos foram realizados, em todo o Brasil, para comemorar o Dia Mundial sem Tabaco (31 de maio) e do dia Nacional de Combate ao Fumo (29 de agosto).

A inserção do tabagismo na sociedade brasileira, consequência de um processo histórico e social associado à capacidade da nicotina de causar dependência, teve graves consequências para a saúde pública da população. As representações do tabagismo no imaginário social, sempre tiveram associadas, por um lado, às propagandas enganosas das multinacionais fumageiras e, por outro, pelas campanhas de saúde pública desencadeadas pelas ONG e órgãos de saúde e educação do governo. Enquanto as multinacionais fumageiras associavam o vicio de fumar à saúde, beleza, sucesso, status etc., os órgãos de saúde pública mostravam outra realidade associando-o à doença e à morte. Como consequência deste embate, houve uma acentuada mudança das representações do tabagismo no imaginário social evidenciada pela queda significativa da prevalência de fumantes no Brasil.

Os inquéritos sobre a referida prevalência que foram realizados pela Organização Panamericana de Saúde, Ministério da Saúde, IBGE e INCA, ao longo de várias décadas, mostram estas mudanças. Em 1989, segundo pesquisa realizada pelo IBGE, 33% da população adulta brasileira fumava. De 2006 a 2009, o percentual de fumantes caiu de 16,2% para 15,5%, segundo inquérito realizado pelo INCA.[22]

O resultado deste inquérito revela que a semente lançada pelos desbravadores desta luta não foi perdida em solo estéril. Custou a medrar. Foi lento o seu crescimento, porém floriu e frutificou para o bem e alívio das vítimas do tabaco. Abriu-se, finalmente, a perspectiva auspiciosa de dias mais promissores e de triunfos sobre a grande pandemia.

[21] www.amb.org.br/teste/downloads/historia_comissaotabagismo.pdf acesso: 29 de junho de 2001

[22] www.inca.gov.br/tabagismo acesso: 30 de junho de 2010

ROSA MARIA CHIAMULERA

Médica Sanitarista e Clínica Generalista, Vereadora no Município de Curitiba, autora da Lei nº 7.298/1988 – que proíbe o fumo no interior dos taxis, membro integrante da Associação Paranaense Contra o Fumo.

Agradeço pelo convite para participar do livro sobre o Tabagismo! Fiquei muito honrada!

Desde menina eu pensava: se a bebida e o fumo fazem tão mal à saúde por que permitem vendê-los? Deveria ser proibido! Na verdade, minha mãe sofria de asma e detestava cigarros e meu avô materno bebia muito e brigava com minha avó, que era uma pessoa boníssima e isto fazia-nos sofrer a todos.

No entanto, quando eu era vereadora veio um taxista, muito humilde e simpático, me procurar pedindo que eu fizesse uma lei proibindo fumar dentro dos taxis porque ele tinha uma sobrinha ou filha com bronquite, que, cada vez que entrava em seu taxi com cheiro de fumaça, começava a chiar o peito. Achei muito justo e correto o seu pedido e por isso fiz a lei sancionada pelo Sr. Prefeito em 14/021988, Lei Municipal nº 7.298, proibindo o fumo dentro dos taxis. Lembro que ele ficou muito agradecido e se tornou meu eleitor e amigo.

Como médica sanitarista e clínica generalista, estou muito feliz em poder trabalhar no Programa de Tratamento do Tabagismo da Secretaria Municipal de Saúde (e do Ministério da Saúde) porque vejo diariamente os malefícios causados pelo cigarro nas pessoas que fumam. É gratificante ajudá-las a ficar ficarem livres desta dependência tripla que causa 50 doenças!

Neste último ano, na U.S. Mãe Curitibana, fiz mais de 500 consultas a tabagistas, 250 frequentaram as sessões de terapia cognitivo-comportamental, 42% ficaram livres do cigarro e os demais cortaram o fumo pela metade.

É muito gratificante ajudar as pessoas a se livrarem desta dependência tripla causadora de 50 doenças!

MARIO MARANHÃO

Ex-Presidente da Federação Mundial de Cardiologia. Consultor da Organização Mundial da Saúde e Unesco. Professor Honorário da Faculdade Evangélica de Medicina do Paraná. Professor Livre-Docente, Doutor em Cardiologia da Universidade Federal do Paraná.

Em 1979, me engajei na Campanha Antifumo, que culminou na realização da Primeira Caminhada Antitabagismo realizada em Curitiba. Na ocasião, alguns dos nossos colegas foram convidados em algumas igrejas para pronunciamentos em lugar dos padres, dando um alerta e sugestões para os cristãos deixarem o hábito de fumar ou influenciarem os seus familiares e amigos a fazer o mesmo. Coube a mim, o Sermão Dominical na Igreja de Santa Terezinha, no Batel. Também participei de entrevistas e debates em emissoras de rádio e TV na Capital.

Reproduzo, aqui, um artigo que escrevi que julgo ser importante em os nossos dias para conscientizar as mulheres e incentiva-las a deixar de fumar.

Mulheres e cigarro: Ah! Se elas soubessem...

Nos próximos 30 anos as mortes entre as mulheres devido à doenças relacionadas com o cigarro irão aumentar mais do que dobro. Presentemente, tais mortes estão estimadas em cerca de 500 mil, devendo chegar a um milhão pelo ano de 2020 de acordo com previsões da Organização Mundial da Saúde.

Pelas mesmas estimativas, sabe-se que existem cerca de 200 milhões de mulheres fazendo uso do tabaco em todo o mundo. Atualmente nos países industrializados, as mulheres contribuem com um quarto de todos os fumantes, contra 7% nos países em desenvolvimento.

O numero de mulheres que fumam aumentam diariamente, não somente pelo crescimento populacional, como também por que as mulheres, a exemplo dos adolescentes, estão entre os alvos principais das campanhas publicitárias da indústria do cigarro, apesar das inquestionáveis evidências de que o tabagismo é responsável por taxas elevadas de mortalidade e incapacidade física, tratadas com menosprezo e ambiguidade pela maioria dos governos, interessados apenas na cobrança de impostos, sem se preocupar com as impli-cações econômicas e sociais, além dos gastos desproporcionais com a assistência médica.

No passado ainda recente, as mulheres constituíam uma grande minoria entre os tabagistas, principalmente pelas limitações sociais e culturais que agiam com uma barreira ao seu uso. Com a crescente urbanização, as aspirações de carreiras e a crescente participação da mulher no mercado de trabalho, bem como as mudanças impostas por um estilo de vida que revelasse sua independência, o hábito se propagou ràpidamente, a ponto de que hoje elas são proporcionalmente as que mais fumam em determinados países.O marketing agressivo da industria e a transferência de tecnologia para sociedades emergentes do terceiro mundo, contribuíram para que a expansão seja ainda mais evidente, atingindo níveis epidêmicos, como na China, Índia, Indonésia e Filipinas.

Ademais, observa-se o aumento significativo das doenças cardiovasculares, notadamente o infarto do miocárdio, em mulheres cada vez mais jovens, além da expansão do câncer de pulmão, o uso do cigarro promove nelas o envelhecimento precoce, antecipando a menopausa e sendo responsáveis por aumento da infertilidade e nascimento de filhos prematuros.

Mais da metade dos casos de infarto do miocárdio em mulheres de meia idade tem sido atribuído ao uso do tabaco, o qual aumenta em até 4 vêzes a possibilidade de a mulher vir a sofrer um ataque cardíaco ou sofrer morte súbita. Paradoxalmente, seu uso traz mais risco para elas do que para os homens que fumam e as ações deletérias do fumo são mais evidentes no endotélio, ou seja, o revestimento interno das artérias, acelerando os fenômenos ligados a aterosclerose (deposição de gorduras) ou de trombose (formação de coágulos sanguíneos).

Para agravar a situação, os programas específicos para educação e cessação do tabagismo são raramente ofertados às mulheres e quando ocorrem se limitam aos efeitos nocivos do cigarro sobre o feto ou as crianças. Por outro lado, mulheres não fumantes, são as maiores vitimas do tabagismo passivo, não só em seus lares, como nos locais de trabalho. Outras ações importantes para diminuir os problemas ligados ao tabagismo, incluem programas preventivos destinados às adolescentes, alvo principal da enganosa propaganda que oferece ilusórias opções de sucesso e ascenção social".

Jornalista. Foi membro da comissão organizadora da 1ª Greve do Fumo (1980), integrante da Associação Paranaense contra o Fumo, ao lado de Jayme Zlotnik e Adherbal Fortes de Sá Jr.

Relembrando a Greve do Fumo

A mais viva lembrança que tenho em minha carreira de jornalista é a participação na primeira greve mundial contra o tabagismo. No primeiro semestre de 1980, a Agência de Publicidade P.A.Z., de Curitiba, e a Secretaria Estadual da Saúde resolveram estreitar parceria numa campanha contra o vício do fumo. Porém, eles não tinham o know-how para trabalhar com a questão. Então, alguém do setor de criação da agência aludiu que havia um pessoal experiente na Igreja Adventista da Carlos de Carvalho. Além de campanhas contra o fumo e álcool, orientavam os viciados a deixarem de fumar em cinco dias.

O grupo convidou a Igreja Adventista do Sétimo Dia para participar da coordenação da campanha, já nesta fase chamada de "Greve do Fumo", com data agendada para 29/8/1980. Atuando como auxiliar de comunicação do escritório regional da Igreja (Associação Paranaense da I.A.S.D.), fui designado para representá-la no grupo.

Cartazes, camisetas com inscrições contra o cigarro, Clube de Desbravadores, Jovens Adventistas, Escolas Adventistas, universitários, todos unidos e mobilizados com mais 38 entidades da sociedade paranaense se prepararam para a campanha e anunciaram na mídia o "Manifesto grevista":

> *"Povo de Curitiba!*
>
> *Os fabricantes de cigarros têm interesses óbvios em induzir a juventude ao vício. Mas é nossa obrigação defender a saúde de nossos filhos. Fumar não é um hábito normal ou elegante como sugere a propaganda. Ao contrário, é um vício antissocial e anti-higiênico. Fumar só faz bem aos que lucram com a venda de cigarros. Está na hora, portanto, de dar uma resposta aos que pensam que a população será eternamente passiva. Está na hora de fazer um protesto coletivo contra o fumo.*
>
> *Faça a greve do fumo!*
>
> *Paraná, Um estado de alerta contra o fumo."*

Lembro-me do representante da Secretaria de Saúde do Estado do Paraná, na coordenação da campanha, o Dr. Jayme Zlotnik, hoje presidente da Associação Paranaense Contra o Fumo. Sua ação decidida e disposta foi importante para que a greve não morresse antes de acontecer. A pressão para que ela não ocorresse foi forte. O Governo Estadual havia recentemente atraído a gigante do tabagismo Phillip Morris para o Paraná. No acordo, através de financiamentos e privilégios que envolveram o Banco de Desenvolvimento do Paraná, o governo chegou a ter interesses de sócio na indústria. Mas a firmeza do Dr. Jayme Zlotnik foi vitoriosa e o governo tomou uma atitude de isenção, como se o chamamento para a greve não fosse coisa dele. E a presença da Igreja Adventista nesse movimento deve muito a ele.

Sem apoio da mídia, que relutava em divulgar a campanha, por ser envolvida comercialmente com a indústria do Tabaco, o sucesso estava restringido à manifestação popular e pessoal, através de contato direto. E isso, a Igreja Adventista sabia como fazer e tinha voluntários dispostos a fazê-lo. Idealizou-se levar a população ao apoio, colhendo assinaturas contra o uso do cigarro e

pedindo restrições à propaganda. No dia 29 de agosto de 1980, o Clube dos Desbravadores, vinculado à Igreja, Escolas Adventistas e grupos jovens voluntários saíram às ruas principais do centro e bairros. No fim do dia e dias posteriores, foram colhidas mais de 130 mil assinaturas. Volume que levou governos a tomarem medidas restritivas à propaganda e venda de cigarros.

Pela primeira vez (e única), a Igreja Adventista do Sétimo Dia participou da organização e efetivação de uma greve. A "Greve do Fumo". Foi num clima de humor, pois os temas eram de paródia das propagandas feitas na época e foi bem recebida pela população. Tanto que logo em seguida, 20 cidades do interior do Estado realizaram suas "Greves do Fumo", durante do mês de outubro, por sugestão da Igreja Adventista. Em outros estados, manifestações semelhantes ocorreram nos anos seguintes, consolidando o dia 29 de agosto como o Dia de Combate ao Tabagismo.

Hoje, sinto orgulho por ter participado dessa primeira "Greve do Fumo". Nosso papel foi o de ponte entre a Igreja e a Secretaria da Saúde. Numa negociação que deu excelentes resultados.

ELIANA CHAMPION

Psicóloga. Coordenadora do processo para tornar o "Hospital Bom Retiro de Psiquiatria, Área Livre do Cigarro" e do Programa de Tratamento do Fumante.

Eu comecei a trabalhar no Hospital Espírita de Psiquiatria Bom Retiro em 1983. Nessa época eu era fumante. Assim que a nova Direção assumiu, eu já estava pensando em parar de fumar e, em 1985, consegui, sozinha, sem tratamento. Foi difícil, mas venci. Fumei durante 17 anos. Foi nesta época, 1984, que surgiu a proposta de mudança no tratamento psiquiátrico na instituição, embasada na filosofia Holística e também a preocupação com o uso do cigarro, tanto pelos prejuízos na saúde, quanto pelos riscos de acidentes. Foi desencadeado um processo para a sua extinção em todo o Hospital, o qual eu coordenei durante 13 anos. Então, fazer parte deste programa também serviu de ajuda no meu processo de abstinência. Agarrei com muita vontade essa causa, talvez por isto a coisa cresceu tanto. Na sequência fui convidada para ministrar palestras em outras instituições e falar de como havíamos conseguido isso no HEPBR.

No ano de 1996, após anos de planos e providências tomadas, iniciou-se o citado processo de forma gradativa, onde as Unidades de Tratamento diminuíram a quantidade/dia de cigarros entregues aos pacientes; as famílias foram orientadas pelos terapeutas a se unirem e colaborarem neste programa; além disso, foram utilizados recursos audiovisuais, cartazes, vídeos, botons, adesivos, palestras, com o objetivo de conscientizar quanto aos malefícios do tabaco.

Foi, então, estabelecida pela Direção Hospitalar e os Coordenadores de Unidades e Serviços uma data para extinção do uso do cigarro, dando um prazo para que as equipes pudessem trabalhar com os pacientes e familiares, e que os Coordenadores de Serviços pudessem informar e conscientizar os funcionários desta decisão.

Desta forma, desde 17 de novembro de 1997, o Hospital Bom Retiro se tornou "Área Livres do Cigarro".

Permaneceu um local próximo à portaria destinado aos familiares e funcionários fumantes denominado já na época de "FUMÓDROMO", com a seguinte frase exposta: "*Já que você não consegue evitar de fumar neste Hospital, este é o único lugar permitido para você continuar se destruindo*".

Periódicamente, o PROGRAMA VIVA MELHOR SEM TABACO desenvolvia campanhas internas envolvendo pacientes, famíliares e funcionários para manter a conscientização desta proposta e também pelo fato que o Hospital tinha uma rotatividade de pacientes e funcionários, os quais necessitavam se integrar ao mesmo.

A aceitação e a adesão a este Programa no sentido mais amplo foi bem maior que a expectativa inicial, pois se pensava que haveriam maiores resistências e dificuldades por parte dos pacientes.

Constatou-se também que nestes anos de *Área Livres do Cigarro*, não houve diminuição na procura de internação neste Hospital, mesmo na Unidade de Tratamento de Dependência Química, demonstrando com isto que é possível não permitir o uso de cigarro em Instituições Psiquiátricas e com certeza em instituições de outra natureza.

Comemorava-se em todos os anos as datas pontuais: Dia Mundial Sem Tabaco (31 de Maio), Dia Nacional de Combate ao Fumo (29 de Agosto) e Dia 17 de Novembro (HEPBR, Área Livre do cigarro), com importante mobilização para a conscientização.

Fui convidada pela SESA para fazer palestras em alguns hospitais para relatar o projeto bem-sucedido e assim conheci pessoas muito importantes envolvidas neste trabalho. Espero que outros se também se envolvam para ajudar a exterminar com esta doença que mata tantos seres humanos no mundo todo.

FERNANDO GERALDO DEMÁRIO

Médico clínico-infectologista, graduado pela UFPR (1974), Professor Titular de Clínica Médica da Faculdade Evangelica de Medicina (área de infectologia). Ex-Professor substituto de Saúde Comunitária da Universidade Federal do Paraná.

Propaganda versus realidade

Na adolescência, em busca de ascenção social, iludimo-nos pensando que o fato de fumar nos alçava a uma classe social superior, adulta, feliz. Admirávamos os caubóis do cigarro Malboro. A música daquela propaganda parecia incutir que o cigarro era o suprasumo da virilidade, vitalidade e felicidade. Após anos, descobrimos que aqueles artistas que fumavam cavalgando cavalos fogosos, morriam de câncer pulmonar e doença pulmonar obstrutiva crôni-ca. Um deles, antes de falecer, carregava um cilindro de oxigênio na sela do cavalo, ligado a tubos em suas fossas nasais.

Vários estudantes de Medicina, como eu, trabalhávamos e estagiávamos em vários serviços de saúde em Curitiba e região metropolitana, para "descolar" um dinheirinho que, na época, era útil para a compra de material escolar, roupas e calçados. Um dos estágios remunerados foi em um "sanatório" para tuberculosos em São José dos Pinhais/Paraná. Lá, em contato com aqueles doentes de patologias pulmonares via-se que a maioria era de fumantes. Observava-se, também, a luta desses tabagistas para abandonar o hábito de fumar.

Fomos instruídos que a fumaça do cigarro mantém em suspensão o bacilo de Koch, agente etiológico da tuberculose.

Corriam os anos de 1971 a 1974.

Como a maioria dos fumantes, a semelhança de vasta camada da população do Planeta, não conseguia abandonar o fumo facilmente, surgiam outras consequências.

Auxiliávamos cirurgias de remoção de tumores pulmonares. Observávamos que quanto maior o número de cigarros/dia fumados e o tempo decorrido do uso do fumo, maiores eram as conse-

quências como DPOC - Doença Pulmonar Obstrutiva Crônica, cânceres, e doenças cardíacas. Notávamos que o cigarro abria caminho para outros cânceres, como de bexiga, de língua, de esofago, de estômago, principalmente naqueles que eram alcoolistas.

Chamava muito atenção os enfisematosos, que continuavam a fumar e a doença a avançar, a ponto de ter a conversa entrecortada pela falta de ar. Parecia que alguém pisava ou impedia o fornecimento de oxigênio e o cidadão não recebia ar suficiente, vivendo em constante sofrimento pela falta de ar. Um quadro dantesco, inesquecível: no rosto de um doente, o câncer da cavidade oral destruiu metade da face daquele filho de Deus. Ele não gostava nem de aparecer para seus familiares.

Diante desses sofrimentos, sensibilizei-me e me engajei em projetos antitabágicos como o Programa de Controle do Tabagismo do Estado do Paraná e também dos programas de saúde da Igreja Adventista do Sétimo Dia, além da insistência diária, no consultório, para meus pacientes tabagistas absterem-se do fumo. Iniciamos, recatadamente, em uma pequena sala da Associação Médica do Paraná, ainda na antiga sede da rua Carlos de Carvalho, para estabelecer metas e estratégias, em parceria com os serviços públicos.

Durante aquela primeira reunião, eis que surge um médico cardiologista "medalhão", fumando cachimbo e, irônicamente, jogando a fumaça por sobre os componentes daquela comissão. Anos depois, ele confessou, em público, que recebeu uma reprimenda de uma cliente sua, que ele insistia que ela deveria parar de fumar porquê era cardiopata. Encontraram-se em uma "vernisage", após ele tomar umas dose de uísque e acender um cigarro. Ela o flagrou e disse-lhe: seu falso, você me proibiu de fumar durante 15 anos que frequentei seu consultório. Nunca mais irei lá. E não foi. Finalmente, aquele medalhão parou de fumar.

Integramos campanhas patrocinadas pelo Estado e outras instituições. Participamos de vários cursos de como deixar de fumar. Durante esses, levava um rato, antes, deixava de molho o fumo de cigarro de papel em água mineral, tudo em frente a plateia. Aspirava aquela água escurecida e injetava no abdome do ratinho. Este estrebujava e morria. Cerca de 50% dos assistentes abandonava o fumo. Até o dia que fui contestado por uma defensora de animais dizendo que aquele procedimento era crueldade contra o animalzinho. Parei com a experiência.

Recentemente, fui convidado para uma cidade do interior de Santa Catarina. Era inverno e chovia, porém tinha frequência quase integral e, pasmem, 90% daquele grupo parou de fumar.

Continuaremos, quixotescamente, em parceria com instituições como o Programa de Controle do Tabagismo do Estado do Paraná que lutam contra o fumo e a favor da saúde dos cidadãos.

Médico formado pela UFPR em 1977, especializado em Psiquiatria Geral e em Prevenção e Tratamento de Dependências Químicas. Prioriza a Psiquiatria diagnóstica sistêmica, abrangendo as características orgânicas, emocionais e espirituais de cada personalidade, promovendo a psicoterapia construtivista e utilizando a prescrição de medicamentos quando necessário. Membro fundador e integrante do Grupo de Fumantes Anônimos – Jardim das Américas (agosto 1995). Coautor da implantação e avaliação do Programa de Não Fumar na Clínica Quinta do Sol – Tratamento de Dependências Químicas (1996 – 1997). Autor do livro "Filhos que Usam Drogas – Guia para os Pais" (1999) Coautor do livro "Ciência e Vivências – Reflexões sobre Alcoolismo e Drogadição" (2009). Coordenador técnico do site www.drogazero.org.br desde 2009.

O Tabaco Querido – Vivências de um médico ex-fumante

Sendo filho adolescente na década dos anos 60 e ainda vivido num regime autoritário, sofri para exercer a minha vontade de fumar tabaco a partir dos 15 anos, sendo que fumei por 20 anos (minha mãe chorou muito quando descobriu, mas depois viu que não adiantava brigar). Mesmo formado como medico em 1977, fumei por mais 11 anos, apesar de muitas observações em contrário. Hoje, há 26 anos sem fumar, sei que a dependência da nicotina continua comigo, pois ainda sonhei com o cigarro há 4 anos, mas com certeza, foi um grande feito ter parado.

Tendo me especializado em Psiquiatria e seguido uma inclinação natural para o atendimento de pacientes dependentes de álcool e de outras drogas, vivenciei experiências inusitadas e me deparei com aprendizados surpreendentes em relação aos comportamentos aditivos das pessoas, em sua busca incessante de prazer a qualquer custo, mesmo com consequências destrutivas muitas vezes mortais.

Observei que a maioria dos pacientes dependentes do álcool eram também dependentes da nicotina, extrapolando facilmente a média de fumantes adultos da população geral. Convivi por alguns anos com a fumaça de centenas de cigarros fumados pelos pacientes durante as sessões de terapia de grupo realizadas nos primórdios do trabalho em Hospitais psiquiátricos. Convivi igualmente com a fumaça de dezenas de cigarros fumados pelos profissionais da saúde que trabalhavam nesses hospitais, pois incrivelmente a maioria deles eram fumantes, também acima da média.

O primitivo trabalho efetivo de conscientização e enfrentamento do problema do tabagismo desenvolveu-se em uma clínica para tratamento para alcoólatras. Ocorreu que na década de 1980 começaram a chegar à clínica os primeiros dependentes de maconha, bem mais jovens, muitos deles também usuários de bebidas alcoólicas e tabaco. Foi o que detonou na Equipe de tratamento o alarme para enfrentar o contraditório, na busca inevitável de alguma coerência. Como pode um profissional com a carteira de cigarro no bolso coordenar um grupo de terapia e dizer que maconha faz mal?

Providencialmente o médico clínico que atendia os pacientes tinha um interesse especial pelo tabagismo. Importou da Clínica Mayo dos Estados Unidos um dos programas mais modernos de tratamento. Era tempo de iniciar a terapia dos profissionais que precisavam enfrentar um desafio inesperado. De todos os profissionais que atendiam na Clínica (em torno de 30 pessoas entre médicos, enfermeiros, assistentes sociais, psicólogos etc.), 17 eram fumantes! Mas todos tiveram que se submeter ao tratamento que transcorreu por aproximadamente um ano. Resumo da ópera: 14 conseguiram parar de fumar! Como consequência instituiu-se na Clínica o chamado ambiente livre do tabaco. As três pessoas que não conseguiram parar só podiam fumar fora da Clínica e os pa-

cientes somente num espaço determinado. Foi uma das maiores evoluções da Clínica em termos de qualidade de tratamento! Paralelamente a esse movimento instalou-se na Clínica o primeiro grupo de Fumantes Anônimos da cidade, posteriormente denominado Nicotina Anônimos, mas que infelizmente foi desativado depois de alguns anos.

Outra vivência, representativa, aconteceu na década de 1990, como supervisor do PARE – Programa de Atenção e Recuperação dos Empregados acompanhado por cinco anos junto a uma refinaria de petróleo em cidade vizinha a Curitiba. Neste Programa, os médicos do trabalho instituíram um protocolo de avaliação e seguimento da população fumante, incluindo diversas atividades de conscientização e com estimulação para tratamento dos interessados com atendimentos individuais e reuniões de grupo. Neste período inúmeras pessoas conseguiram parar de fumar, diminuindo a incidência do tabagismo de 30% encontrado inicialmente para índices em torno de 16% no auge do programa.

Durante todo este período de atividade profissional com dependentes chamou-me especial atenção o Programa Estadual para o Controle do Tabagismo, iniciado na década de 1970, sem dúvida o mais abrangente e consistente, envolvendo profissionais da saúde de inúmeras cidades do interior. Além de palestras e atividades específicas direcionadas ao conhecimento para o enfrentamento da dependência da nicotina, os profissionais eram capacitados para aplicar desde a intervenção mínima até a utilização das medicações mais atualizadas. Contribuiu sobremaneira para este aprendizado a farta distribuição de material didático e ilustrativo sobre o tabagismo.

Atualmente atendo apenas em consultório e sinto-me realizado por ter parado de fumar e poder auxiliar muitos dependentes a conseguirem o abandono do cigarro. Evidente que desenvolveu-se ao longo do tempo uma cultura bem melhor estabelecida sobre o tratamento do tabagismo, com facilidades de acesso gratuito em vários postos de saúde e fornecimento de medicação auxiliar, o que estimula mais e mais pessoas a alcançarem o grande sonho de parar de fumar!

Lista de Siglas

AFUBRA	Associação dos Fumicultores do Brasil
ALEP	Assembléia Legislativa do Estado do Paraná
AMB	Associação médica Brasileira
AMP	Associação Médica do Paraná
AOPA	Associação dos Produtores Orgânicos do Paraná
APCF	Associação Paranaense contra o Fumo
CAOPMA/PR	Centro de Apoio Operacional às Promotorias de Justiça de Proteção ao Meio Ambiente
CCCTB	Comitê Coordenador do Controle do Tabagismo no Brasil
CFM	Conselho Federal de Medicina
CLACCTA	Comitê Latino-americano Coordenador do Controle do Tabagismo
CLASPAR	Empresa Paranaense de Classificação de Produtos
CONESA	Conselho Estadual de Sanidade Agropecuária, órgão da Direção Superior da SEAB
CREA-PR	Conselho Regional de Engenharia, Arquitetura e Agronomia do Paraná
CRM	Conselho Regional de Medicina
CSA	Conselho de Sanidade Agropecuária, municipal ou intermunicipal
DEFIS	Departamento de Fiscalização, da SEAB
DERAL	Departamento de Economia Rural, da SEAB
DESER	Departamento de Estudos Socioeconômicos Rurais (ONG)
DEPS	Departamento de Atenção à Saúde
DEVS	Departamento de Vigilância Sanitária
DPOC	Doença Pulmonar Obstrutiva Crônica
DVVSP	Divisão de Vigilância Sanitária de Produtos
EMATER	Empresa Paranaense de Assistência Técnica e Extensão Rural
ETECLA	Escola Vicentina Técnica de Enfermagem Catarina Labourè
FETRAF-SUL	Federação dos Trabalhadores na Agricultura Familiar da Região Sul
FETAEP	Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Estado do Paraná
FUNDACENTRO	Fundação Jorge Duprat Figueiredo de Segurança e Medicina do Trabalho
HC	Hospital de Clínicas da UFPR
IAP	Instituto Ambiental do Paraná, vinculado à SEMA
IAPAR	Instituto Agronômico do Paraná, vinculado à SEAB
IASD	Igreja Adventista do Sétimo Dia
JAMP	Jornal da Associação Médica do Paraná
LPCC	Liga Paranaense de Combate ao Câncer
OMS	Organização Mundial da Saúde
PECF	Programa Estadual Contra o Fumo
PETI	Programa de Erradicação do Trabalho Infantil
PL	Projeto de Lei
PNCT/MS	Programa Nacional de Controle do Tabagismo/Ministério da Saúde
RS	Regional de Saúde
SAS	Superintendência de Atenção à Saúde
SBPT	Sociedade Brasileira de Pneumologia e Tisiologia
SEAB	Secretaria Estadual da Agricultura e do Abastecimento
SEBRAE	Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas
SEED	Secretaria Estadual da Educação
SEMA	Secretaria Estadual do Meio Ambiente
SENAR	Serviço Nacional de Aprendizagem Rural vinculada à Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil – CNA
SESA	Secretaria Estadual da Saúde
SESB	Secretaria da Saúde e Bem-Estar Social
SETP	Secretaria Estadual do Trabalho, Emprego e Promoção Social
SINDIFUMO	Sindicato da Indústria do Fumo
SMS	Secretaria Municipal da Saúde
SPC	Sociedade Paranaense de Cardiologia
SPP	Sociedade Paranaense de Pediatria
SUS	Sistema Único de Saúde
SVS	Superintendência de Vigilância em Saúde
UEM	Universidade Estadual de Maringá
UFPR	Universidade Federal do Paraná
US	Unidade de Saúde

Governo do Paraná
CARLOS ALBERTO RICHA

Secretaria Estadual da Saúde do Paraná – SESA/PR
MICHELE CAPUTO NETO

Chefia de Gabinete
ROMEU MUNARETTO

Direção Geral SESA/PR
SEZIFREDO PAULO ALVES PAZ

Superintendência de Atenção à Saúde – SAS
MÁRCIA CECÍLIA HUÇULAK

Departamento de Promoção da Saúde – DEPS
MARIA CRISTINA FERNANDES FERREIRA

Coordenação Técnica das Políticas de Atenção à Pessoa Tabagista
TERESINHA JENSEN

Equipe Técnica:
TERESINHA JENSEN *(Educadora em Saúde)*
MÁRCIA REGINA CAMARGO STURM *(Enfermeira)*
JONATAS REICHERT *(Médico Pneumologista)*

PARANÁ
GOVERNO DO ESTADO

PARANÁ

GOVERNO DO ESTADO

